

[VOL. 2] [Nº2] [2022]

REORIENTE

DOSSIÊ RUY MAURO MARINI

CLÁSSICO

**Mais-valia extraordinária e
acumulação de capital – Ruy Mauro Marini**

ARTIGOS

**Sobre Dialética da dependência, O capital e o impulso
imperialista do capitalismo-** *Andy Higginbottom*

**Globalização capitalista e superexploração
destrutiva: notas críticas sobre “Processos e
tendências da globalização capitalista”**
de Ruy Mauro Marini - Giovanni Alves

**Ruy Mauro Marini e a categoria da superexploração do
trabalho na América Latina: essência e historicidade -**
Willian Lepinski, Iuri Michelin Barcat e Geraldo Augusto Pinto

**Renda da terra e dependência em Carrera: análise crítica
e elementos para a formulação de uma visão alternativa –**
Patrick Galba de Paula

**Cambios y tendencias del capitalismo dependiente
latinoamericano en la fase neoimperialista -**
Georgette Ramirez Kuri, Thays Fidelis, Ayelén Branca

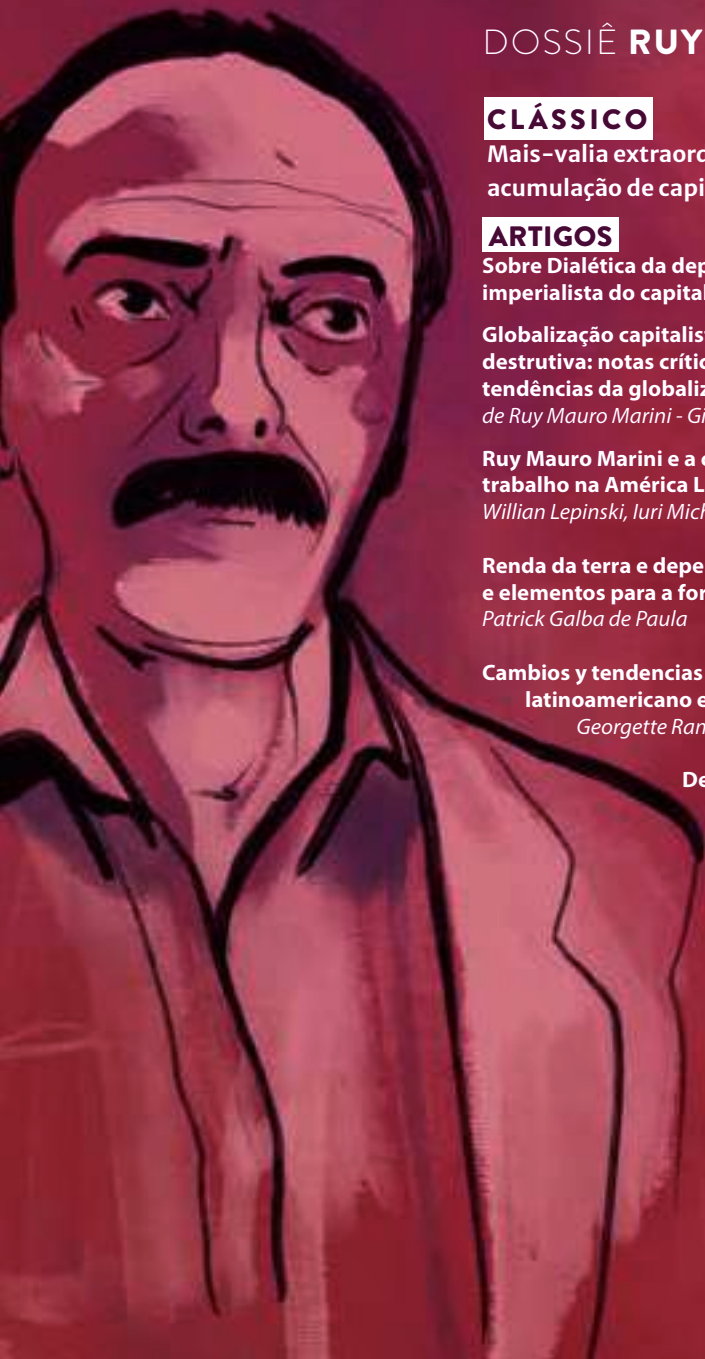
**Dependência estrutural e
reprimarização da América
Latina: aportes de Ruy Mauro
Marini – Rubens Rogerio Sawaya**

**Ruy Mauro Marini y el
neodesarrollismo en Brasil
(2003-2016) - Dario Clemente**

**90 anos de Ruy Mauro Marini:
entrelaços da superexploração
e as relações raciais no Brasil –**
Gustavo Fagundes

E MAIS

**Emir Sader, Mária Millan,
Anisley Morejon, Luís Felipe Osório,
Fábio Maldonado**



EDITORIAL	5
DOSSIE 90 ANOS DE RUY MAURO MARINI, 50 ANOS DE DIALÉTICA DE LA DEPENDÊNCIA (PARTE I)	
APRESENTAÇÃO	7
CLÁSSICOS	
Mais-valia extraordinária e acumulação de capital Ruy Mauro Marini	11
ARTIGOS	
Sobre Dialética da dependência, o capital e o impulso imperialista do capitalismo Andy Higginbotton	47
Globalização capitalista e superexploração destrutiva: notas críticas sobre “Processos e tendências da globalização capitalista” de Ruy Mauro Marini Giovanni Alves	79
Ruy Mauro Marini e a categoria da superexploração do trabalho na América Latina: essência e historicidade Willian Lepinski, Iuri Michelan Barcat e Geraldo Augusto Pinto	111
Renda da terra e dependência em Carrera: análise crítica e elementos para a formulação de uma visão alternativa Patrick Galba de Paula	140
Cambios y tendencias del capitalismo dependiente latinoamericano en la fase neoimperialista Georgette Ramirez Kuri, Thays K S Fidelis, Ayelén Branca	166
Dependência estrutural e reprimarização da América Latina: aportes de Ruy Mauro Marini Rubens Rogerio Sawaya	192
Ruy Mauro Marini y el neodesarrollismo en Brasil (2003-2016) Dario Clemente	216
90 anos de Ruy Mauro Marini: entrelaços da superexploração e as relações raciais no Brasil Gustavo Fagundes	238
HOMENAGENS	
Ruy Mauro, intelectual revolucionário Emir Sader	252
Ruy Mauro Marini y los estudios latinoamericanos Márgara Millan	259

ARTIGOS INDEPENDENTES

De la crisis ambiental a la civilizatoria: Debates entre ecología política y violencia simbólica en apuestas por la sostenibilidad de la vida Anisley Morejon	264
---	------------

La vigência del marxismo en el analisis de la diversidad sexual Keylor Robles	284
---	------------

RESENHAS

Como a Europa subdesenvolveu a África, de Walter Rodney Luís Felipe Osório	308
--	------------

Imperialism and the development myth: how rich countries dominate in the twenty-first century, de Sam King Fábio Maldonado	315
--	------------

Editores

Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Joana das Flores Duarte (UNIFESP) e Roberto Goulart Menezes (UnB)

Comissão editorial

Ana Garcia Saggioro (PUC Rio), Carlos Alberto Serrano (LEHC/UFRJ), Fábio Maldonado (LEHC/UFRJ), Jales Dantas da Costa (UnB), Lourdes Flores Bordais (LEHC/UFRJ), Marcos Pedlowski (UENF), e Wilson Vieira (UFRJ)

Apoio técnico

Amanda Stelitano (LEHC/UFRJ), Pedro Martinez (LEHC/UFRJ), Raíssa Oliveira (diagramação), Raquel Coelho (LEHC/UFRJ), Rodrigo Corrêa (projeto gráfico), Talissa Barcelos(revisora) e Thassiel Melo (capa)

Conselho Editorial

Adhemar Minero (REBRIP) • Adrian Sotelo Valencia (UNAM) • Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara) • Alfredo Saad Filho (King's College) • Alicia Giron (UNAM) • Andres Rivarolla Puntigliano (Stockholm University) • Antonio Brussi (UnB) • Armando Boito (Unicamp) • Atilio Alberto Boron (UBA) • Barry Gills (University of Helsinki) • Beverly Silver (Arrighi Center for Global Studies - Johns Hopkins University) • Camille Chalmers (Université d'Etat d'Haiti) • Carla Ferreira (UFRJ) • Carlos Serrano (LEHC-UFRJ) • Carolina Jimenez (Universidad de Bogotá) • Christopher Chase-Dunn (University of California) • Claudio Katz (UBA) • Denise Gentil (UFRJ) • Didimo Castillo (Universidad Autónoma de Tlaxcala) • Elias Jabbour (UERJ) • Emilio Taddei (UBA) • Emir Sader (LPP-UERJ) • Enrique Leff (UNAM) • Fábio Luiz Barbosa dos Santos (PROLAM-USP) • Fábio Py (UENF) • Francisco Lopez Segrera (ISRI – Cuba) • Gabriella Roffinelli (UBA) • Gabriel Merino (UNLP) • Gilberto Maringoni (UFABC) • Graça Druck (UFBA) • Graciela Gallarce (CLACSO) • Heitor Silva (LEHC-UFRJ) • Helton Ouriques (UFSC) • Isabela Nogueira (UFRJ) • Ivana Jinkings (Boitempo Editorial) • Jaime Preciado Coronado (Universidad de Guadalajara) • Joana Coutinho (UFMA) • Joana Salem (Cáser Líbero) • Jones Manoel da Silva (Podcaster Revolushow) • Jose Felix Rivas (Universidad Central de Venezuela) • José Luís Fiori (UFRJ) • Julio Gambina (SEPLA) • Leandro Morgensfield (UBA) • Leonardo Ramos (PUC-Minas) • Leonardo Valente (UFRJ) • Lourdes Regueiro (CIPI – Cuba) • Lúcio Oliver (UNAM) • Luiz Cesar Ribeiro (UFRJ) • Luiz Felipe Osório (UFRJ) • Luiz Filgueiras (UFBA) • Manoela Boatcã (University of Freiburg) • Marco Aurelio Santana (UFRJ) • Mária Millán (UNAM) • Maria Caramaz Carlotto (UFABC) • Maria Francesca Staiano (UNLP) • Mathias Luce (UFRJ) • Mauricio Metri (UFRJ) • Orlando Caputo (CLACSO) • Oswaldo Munteal (UERJ) • Paris Yeros (UFABC) • Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government) • Paulo Emilio Matos Martins (UFF) • Pedro Aguiar (UFF) • Pedro Vieira (UFSC) • Ramos Torres Galarza (Equador) • Raphael Padula (UFRJ) • Raphael Lana Seabra (UnB) • Ravit Palat (Bynghamton University) • Ricardo Antunes (UNICAMP) • Ricardo Dello Buono (Manhattan College, NY) • Roberta Traspadini (UNILA) • Roberto Leher (UFRJ) • Roberto Patricio Korzeniewicz (Maryland University, College Park) • Rogério Dutra (UFF) • Ronald Chilcote (Latin American Perspectives) • Saulo Pinto (UFMA) • Şahan Savaş Karataşlı (North Caroline University, Greensboro) • Sedi Hirano (USP) • Vivian Urquidí (USP) • Wagner Iglecias (USP)

Apoio

Fundação Maurício Grabois

Esta edição da Reorienta publica o primeiro número do dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de *Dialectica de la Dependencia*, coordenado por Adrian Sotelo Valencia e Carla Ferreira, que traz em português, pela primeira vez, “Mais-valia extraordinária e acumulação de capital”, considerado pelo autor um complemento indispensável à *Dialéctica de la Dependencia*, seu texto mais famoso. Nesse artigo clássico, Ruy Mauro Marini inscreve os esquemas de reprodução do capital dentro da totalidade do ciclo de reprodução do capital, inserindo neles a inovação tecnológica e o mais-valor extraordinário no plano intersetorial, que de forma original introduz no pensamento marxista. Segue o texto de Andy Higginbottom, que aponta a unidade e as tensões dialéticas entre as dimensões teóricas e históricas em *O Capital* de Marx, assinalando que a construção teórica realizada pelo autor alemão responde a distintos níveis de abstração, alcança resultados provisórios e não incorporou inteiramente o rico material empírico que apresentou. Aponta que o conceito de superexploração do trabalho desenvolvido por Marini estabelece os fundamentos para a definição de uma nova forma de mais-valor, que chama de relacional, de maneira a ajustar a elaboração teórica de *O Capital* aos aspectos históricos que apresenta. Distingue, assim, as leituras históricas das teorizações esquemáticas e ortodoxas de *O Capital*, que pretendem congelar o pensamento mais sistemático de Marx no grau de abstração concreto estabelecido por ele durante a sua existência.

Giovanni Alves apropria-se das reflexões de Marini nos anos 1990 para assinalar que a globalização do capital e a mundialização da lei do valor, ao difundirem a superexploração do trabalho na economia mundial capitalista, representam o ponto zero do colapso civilizatório do capitalismo e o futuro catastrófico do capital em sua dimensão estrutural. Para analisá-los, desenvolve o conceito de superexploração destrutiva e aponta, no imperativo categórico da política, a possibilidade de evitar o pleno desenvolvimento desse porvir e, com ele, a catástrofe da humanidade. Barcat, Lepinski e Pinto enfatizam a historicidade presente na categoria superexploração da força de trabalho, associando-a aos distintos padrões de reprodução do capital. Patrick Galba analisa as relações entre as categorias renda da terra e dependência, tomando em consideração as obras de Juan Iñigo Carrera e Ruy Mauro Marini. Ramirez, Fidelis e Branca abordam fase neoimperialista do capitalismo mundial e os seus efeitos sobre a dependência. Rubens Sawaya analisa os impactos do neoliberalismo, da desindustrialização e da reprimarização na dependência estrutural. Dario Clemente retoma o pensamento de Ruy Mauro Marini para interpretar a política internacional do neodesenvolvimentismo brasileiro no século XXI como a expressão da híbridi-

zação entre a autonomia e o subimperialismo. Gustavo Fernandes aponta as vinculações orgânicas entre a superexploração e o racismo estrutural, e indica a unidade dialética entre essas dimensões para aumentar a opressão sobre a classe trabalhadora.

Emir Sader e Márgara Millán fecham a primeira parte do dossiê. Emir homenageia Ruy Mauro Marini, destacando a articulação entre sua trajetória militante e acadêmica, e Márgara, por sua vez, analisa a presença de Ruy Mauro Marini no México, nos anos 1990, que resultou em um longo trabalho coletivo de balanço do pensamento latino-americano.

Anisley Morejon e Keylor Robles apresentam artigos independentes. Anisley Morejon aborda a crise ambiental como parte do desenvolvimento de um sistema-mundo predatório e destaca as contribuições da ecologia política para denunciá-lo e subvertê-lo. Keylor Robles discute a validade e a relevância do marxismo para analisar a opressão contra a diversidade e dissidência sexual. O número se encerra com a resenha de Luiz Felipe Osório sobre o clássico de Walter Rodney, *Como a Europa Subdesenvolveu a África*, e a de Fábio Maldonado sobre o importante livro de Sam King que desenvolve e atualiza a teoria do imperialismo, *Imperialism and the Development Myth: How Rich Countries Dominate in the Twenty-First Century*.

Agradecemos as contribuições de nossa comissão editorial e do nosso corpo técnico na produção deste número e, em particular, a Leonardo Laurindo do Nascimento, Lourdes Flores Bordais, Pedro Martinez, Raissa Oliveira, Raquel Coelho, Talissa Barcelos e Thassiel Melo.

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores Duarte e Roberto Goulart

90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de *Dialética de la Dependencia* (parte I)

Apresentação

O Dossiê “90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de *Dialéctica de la dependencia*” rende homenagem póstuma a Ruy Mauro Marini, intelectual marxista, crítico e revolucionário, aos 90 anos de seu nascimento, em Barbacena, Minas Gerais, Brasil. Ao mesmo tempo, comemora os 50 anos de sua obra-prima: *Dialética da Dependência*.

Este número inclui um dos artigos fundamentais de Marini, “Mais-Valia Extraordinária e Acumulação de Capital” (1979), que, junto com *Dialética da Dependência* (1973), “Estado e Crise no Brasil” (1977) e “O Ciclo do Capital na Economia Dependente” (1979), foram considerados pelo autor como trabalhos complementares frente à totalidade de sua obra. “Mais-Valia Extraordinária” aparece aqui pela primeira vez em português, com tradução de Leonardo Laurindo do Nascimento. Neste ensaio denso e complexo, Marini retoma os esquemas de reprodução do capital de Marx, em *O Capital*, a fim de discutir sua utilidade teórica para a análise entre a dialética valor e valor de uso no capitalismo dependente. Para isso, oferece um debate teórico-metodológico profundo sobre os níveis de abstração e/ou determinação a fim de evitar confundir os esquemas com a representação formal da realidade social e, com isso, poder avançar a passos firmes para a análise concreta. Partindo da incorporação de determinantes que foram abstraídas por Marx, analisa a tendência à fixação da mais-valia extraordinária no setor produtor de bens suntuários ou de luxo e a forma que assume essa reprodução ampliada no capitalismo dependente onde vigora a superexploração do trabalho, o que é fundamental para compreender o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das amplas massas trabalhadoras que caracteriza nossas formações sociais, conforme aponta a teoria marxista da dependência (TMD). No bojo dessa reflexão, estabelece um debate agudo com autores como Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira e Gilberto Mathias.

O dossiê está composto por artigos que discutem a atualidade da obra de Ruy Mauro Marini, abrindo com o texto “Sobre Dialética da Dependência, O Capital e o Impulso Imperialista do Capitalismo”, de Andy Higginbottom. O autor revisa a produção teórica de Marini e considera que essa produção se desenvolveu sobre os passos da luta pelo socialismo na América Latina, defendendo a necessidade da emancipação da classe trabalhadora por meio da revolução contra sua própria burguesia

– e não em aliança com ela no interior do paradigma da dependência. Higginbottom considera que Marini desenvolveu uma teoria laboral do imperialismo que fundamenta a teoria marxista da dependência, centrada na superexploração do trabalho como uma relação social que constitui a base do subdesenvolvimento capitalista. Em *Dialética da Dependência*, conclui o autor, Marini construiu um edifício sólido não apenas para a TMD, mas proporcionou elementos para a regeneração da teoria marxista em nível global.

Em “Globalização Capitalista e Superexploração Destrutiva: Notas Críticas sobre ‘Processos e Tendências da Globalização Capitalista’ de Ruy Mauro Marini”, Giovanni Alves realiza uma periodização histórica do capitalismo mundial sob a globalização, que, segundo o autor, foi o objeto da reflexão de Marini em seu último texto, publicado em 1996. Em seguida, expõe as características da economia globalizada, discutindo a nova divisão internacional do trabalho, a lei do valor, a mundialização da superexploração do trabalho, a globalização capitalista e o imperativo da política, entre outros temas relevantes. Alves conclui analisando as recentes mutações da dependência e propõe criativamente um novo conceito que denomina de “superexploração destrutiva”.

O artigo “Ruy Mauro Marini e a Categoria da Superexploração do Trabalho na América Latina: Essência e Historicidade”, de Willian Lepinski, Iuri Michelan Barcat e Geraldo Augusto Pinto, reconstrói a historicidade da categoria *superexploração do trabalho* para explicitar suas determinações para o conjunto das formulações que ganham corpo no âmbito da teoria marxista da dependência. Os autores refletem, ainda, sobre as possibilidades de generalização da superexploração do trabalho na fase da globalização capitalista.

Patrick Galba de Paula, no artigo “Renda da Terra e Dependência: Análise Crítica e Elementos para a Formulação de uma Visão Alternativa”, analisa a relação entre as categorias *renda da terra* e *dependência*. Parte de um estudo aprofundando da renda da terra em *O Capital*, de Marx, e das relações de dependência, em Ruy Mauro Marini e Reinaldo Carcanholo, para, em debate crítico com os trabalhos de Iñigo Carrera, propor, de modo bastante bem fundamentado, a incorporação da renda da terra como uma determinante das relações de dependência.

Em “Cambios y Tendencias del Capitalismo Dependiente Latinoamericano en la fase Neoimperialista”, Georgette Ramirez Kuri, Thays K. S. Fidelis e Ayelén Branca

partem das contribuições de Ruy Mauro Marini sobre o capitalismo dependente e as transformações históricas dos padrões de reprodução do capital para analisar a realidade social latino-americana na atual fase neoimperialista. Consideram, em sua análise, a relação dialética entre dependência e imperialismo e a codeterminação entre Estado e capital à luz da teoria marxista da dependência.

Rubens Rogerio Sawaya, em “Dependência Estrutural e Reprimarização da América Latina: Aportes de Ruy Mauro Marini”, analisa o processo de desindustrialização da periferia dependente no contexto do neoliberalismo. Toma como ponto de partida *Dialética da Dependência* e os estudos sobre o ciclo do capital efetuados por Marini para apontar como a concentração do valor em mão das grandes corporações transnacionais – que exportam máquinas, equipamentos, tecnologia e conhecimento para as formações dependentes – provoca o controle dos nós centrais das cadeias de valor nestas poucas empresas por meio das filiais localizadas na periferia. Assim, as corporações logram se apropriar do valor criado nas cadeias produtivas da periferia.

Dario Clemente, em seu artigo “Ruy Mauro Marini e o Neodesenvolvimentismo no Brasil (2003-2016)”, destaca as categorias “semiperiferia y subimperialismo” como conceitos centrais para o estudo do Estado capitalista no Brasil na fase neodesenvolvimentista. Segundo o autor, esse período da história do país se caracteriza por uma política internacional “híbrida”, que articula subimperialismo e autonomia como forma de inserção internacional dependente.

Em “90 Anos de Ruy Mauro Marini: Entrelaço da Superexploração e as Relações Raciais no Brasil”, Gustavo Fagundes reflete sobre as relações entre superexploração do trabalho e racismo estrutural por meio da análise da conformação histórica do exército industrial de reserva (EIR) no Brasil. No artigo, o autor argumenta que o racismo empurra a classe trabalhadora *racializada* para as primeiras fileiras do EIR ao mesmo tempo em que naturaliza a superexploração para o conjunto da classe trabalhadora no país.

Por fim, Emir Sader, em “Ruy Mauro, Intelectual Revolucionário”, e Márgara Millán, em “Ruy Mauro Marini e os Estudos Latino-Americanos”, ambos autores contemporâneos de Marini, rendem suas homenagens ao fundador da TMD no marco de seus 90 Anos.

Esperamos que o leitor se beneficie deste Dossiê e dos artigos que o compõem

para uma compreensão da importância do pensamento de Marini, bem como da validade da teoria marxista da dependência (DTM), para o século XXI.

Adrián Sotelo Valencia e Carla Ferreira
Maio de 2023.

Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* **

Ruy Mauro Marini***

“A produtividade particular do trabalho numa esfera particular ou num negócio em particular no interior dessa esfera interessa unicamente aos capitalistas que deles participam diretamente, na medida em que possibilita a essa esfera particular a obtenção de um lucro extraordinário com relação ao capital total ou ao capitalista individual um lucro extraordinário com relação a sua esfera.” (MARX, 2017b, p. 233).

“A essa confusão – determinação dos preços por oferta e demanda e, ao mesmo tempo, determinação da oferta e demanda pelos preços – devemos acrescentar que a demanda determina a oferta e esta, por sua vez, a demanda, ou, o que dá no mesmo, que a produção determina o mercado, e este, a produção.” (MARX, 2017b, p. 266).

Ao longo desta década, e em aberto contraste com a política repressiva que, com raras exceções, os Estados adotaram no campo científico e cultural, o marxismo teve uma notável difusão nos meios intelectuais e acadêmicos latino-americanos. Isso levou a que estudos realizados sobre a realidade de nossos países, do ponto de vista de diferentes disciplinas, incorporassem o instrumental de análise marxista com maior ou menor grau de ortodoxia. Essa incorporação é um processo que apresenta, progressivamente, um caráter duplo: por um lado, um melhor conhecimento da obra

* Tradução de Leonardo Laurindo do Nascimento do original MARINI, Ruy Mauro. *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*. *Cuadernos Políticos*, n. 20, p. 18-39, abr./jun. 1979. Revisão de Carlos Eduardo Martins e Talissa Barcelos.

Disponível em:

<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.4.RuyMauro.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

** Nota do Tradutor: Optei pela utilização do termo “mais-valia” ao invés de “mais-valor” por se aproximar mais da escrita original de *plusvalía*.

*** Nota do editor: Ruy Mauro Marini (1932-1997) foi um dos principais cientistas sociais latino-americanos e fundador da teoria marxista da dependência. Bacharelou-se na FGV/EBAP, fez o mestrado em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), e curso de especialização na *Sciences Po*, em Paris. Destacou-se por sua obra diversificada, publicada em diversos idiomas, e sua atuação acadêmica em espaços como o Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) da Universidade do Chile, a Faculdade de Ciências Políticas e Sociais e o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Autónoma do México (UNAM), a UnB e o Instituto Max Planck. Destacou-se ainda por sua militância política na POLOP e no MIR chileno. Sofreu dois exílios ao ter seus direitos políticos e civis violados e ser perseguido pelas ditaduras militares do grande capital no Brasil e no Chile. O artigo “Mais-valia extraordinária e acumulação de capital” que aqui se publica é considerado pelo autor, em sua Memória, um complemento indispensável à sua obra clássica, *Dialética da Dependência*, e permanecia inédito em português.

de Karl Marx e das correntes dela derivadas e, por outro, um enriquecimento da representação formal da realidade latino-americana, na medida em que, por obra de seu próprio desenvolvimento, as características e tendências que lhe são inerentes tornam-se mais destacadas. Assim, na economia, após uma rejeição irada de qualquer preocupação com os problemas da circulação e um viés produtivista que correspondia à abordagem parcial de Marx aos problemas no primeiro livro de *O Capital*, estamos testemunhando um esforço dos marxistas para apreender o conjunto do ciclo econômico, adquirindo um novo interesse na dialética entre produção e circulação, tema dos dois primeiros livros da obra. Isso leva a que até mesmo estudos não marxistas, acostumados a se concentrar na problemática econômica do ponto de vista da demanda, tendam a introduzir em seus trabalhos aspectos do instrumental marxista.

Entre outros aspectos, destaca-se o interesse que começam a despertar nos economistas latino-americanos os esquemas de reprodução do capital, que Marx expõe na terceira seção do Livro II. Esses esquemas se tornaram muito populares em duas ocasiões no desenvolvimento do marxismo, dando origem a polêmicas que até hoje suscitam confusão. Em nosso caso, isto é, na aplicação dos esquemas às economias dependentes, sua importância advém de uma razão específica: o notável desequilíbrio intersetorial observado nessas economias, expresso na tendência ao crescimento desproporcional da produção de artigos de luxo em relação à produção de meios de produção e bens de consumo necessários, desequilíbrio que se conjuga com o predomínio de capital estrangeiro na produção suntuária e, portanto, de tecnologia superior à média, além de estruturas monopolistas e manipulação de preços.

É inegável que os esquemas de Marx fornecem um instrumento adequado para abordar o tema. Existe, no entanto, o risco de que, como aconteceu nas duas ocasiões mencionadas, os esquemas sejam levados além de suas possibilidades e se concentrem na solução de problemas que não podem resolver sozinhos. Por outro lado, usados arbitrariamente, os esquemas podem favorecer a supervalorização da circulação, o que caracteriza a economia neoclássica (na qual se inspirou, em suas origens, a atual ciência econômica latino-americana), permitindo dar um novo fôlego para essas análises.

Convém, portanto, verificar o que realmente são os esquemas de reprodução e qual é o papel que desempenham na construção teórica de Marx, antes de aplicá-los ao estudo de nossa realidade. Neste trabalho, nos propomos realizar, ainda que brevemente, essa tarefa e examinar, em segundo lugar, algumas tentativas que nos parecem importantes de uso de tais sistemas na América Latina.

1. Ao empreender a exposição dos esquemas de reprodução, Marx abandona o ponto de vista do capital individual e a fórmula do ciclo do capital-dinheiro e do capital produtivo, que adotara na seção anterior do Livro II, para focar no processo desde o ponto de vista do capital total e segundo a fórmula do capital-mercadoria¹. Isso se explica pelo fato de que, agora, o objeto de investigação não é o capital *strictu sensu*, ou seja, a massa de mercadorias que se destinam à valorização (capital constante + capital variável + mais-valia acumulada), de que pode dar conta tanto a forma D...D' como a forma P...P', mas, sim, o conjunto do capital social em circulação, que inclui também as mercadorias destinadas ao consumo individual; isso é particularmente importante no que diz respeito à circulação de mais-valia. Com efeito, embora a forma M...M' ofereça a vantagem de considerar a classe trabalhadora não apenas como produtora, mas também como consumidora, isso não implica outra coisa senão uma mudança na forma de v, já incluída nas formas D e P, enquanto a mais-valia não acumulada que se realiza por meio do consumo individual dos capitalistas excluída nessas formas só pode ser considerada quando o ciclo é analisado segundo a forma M (MARX, 2014).

Essa primeira particularidade que encontramos nos esquemas de reprodução não é por acaso. Em seu plano de exposição, que contempla primeiro a reprodução simples, na qual se consome toda a mais-valia e não se verifica a acumulação de capital, e depois a reprodução ampliada na qual isso ocorre, Marx não a perde de vista. Ainda que, como indicado, a reprodução simples seja apenas uma abstração e não possa ser nunca entendida como uma fase, nem mesmo como na “ficção teórica” de Rosa Luxemburgo²: “[...] na medida em que há uma acumulação, a reprodução simples é sempre parte dela; ela pode, portanto, ser examinada em si mesma e constitui um

1 Ao iniciar na segunda seção o estudo da rotação do capital, Marx adverte, em relação aos ciclos do capital-dinheiro e do capital produtivo, que “[...] é preciso atentar para o primeiro sempre que se tratar fundamentalmente da influência da rotação sobre a formação de mais-valor, e para os segundo quando se tratar de sua influência sobre a formação do produto” (MARX, 2014, p. 262-263). Um pouco antes, observa, em relação à fórmula do capital-mercadoria, que “[...] é importante a última seção, na qual o movimento dos capitais é concebido em conexão com o movimento do capital social total” (MARX, 2014, p. 262).

2 Questionando-se sobre a origem do dinheiro necessário à circulação de mais-valia, Rosa Luxemburgo censura Marx pelo fato de que “[...] apóia-se exclusivamente no momento do primeiro trânsito da reprodução simples à acumulação”, destacando ainda que o referido trânsito “[...] é uma ficção teórica, como o é a reprodução simples do capital” (LUXEMBURGO, 1970, p. 134). Além de expressar a tendência que a caracteriza de reduzir o lógico ao histórico, fonte de todos os erros de sua obra de valor inegável, Rosa Luxemburgo se equivoca na apreciação do conceito de reprodução simples, posto que uma abstração não é o mesmo que uma ficção.

fator real da acumulação” (MARX, 2014, p. 553). Desde o ponto de vista estritamente econômico, portanto, é essa particularidade que leva Marx a estabelecer os dois grandes setores da produção: meios de produção (I) e meios de consumo (II); distingue este último em dois subsetores: meios de consumo necessário (IIa), que se destinam ao consumo dos trabalhadores, e meios de consumo de luxo (IIb), que a classe capitalista compra ao gastar sua mais-valia como renda e não como capital, atendendo ao seu consumo individual.

Ao analisar as proporções em que, ano após ano, os bens produzidos em ambos os setores devem ser trocados, Marx estabelece certas regularidades para garantir o desenvolvimento normal do processo de produção, que Bukharin resume assim:

- a) Na reprodução simples, a soma da receita do setor I deve ser igual ao capital constante do setor II, ou: $I(v+p) = IIc$
- b) Na reprodução ampliada, todo novo capital variável do setor I e parte da mais-valia desse setor consumida improdutivamente devem se igualar ao novo capital constante do setor II, ou: $I(v + \beta v + \alpha p) = II(c + \beta c)$, em que α expressa a parte da mais-valia consumida improdutivamente e β a parte acumulada (LUXEMBURGO, 1970; BUKHARIN, 1984)³.

O raciocínio que permite chegar a esses resultados se desenvolve sobre a base de três pressupostos principais. O primeiro deles é o de que se trata de uma economia capitalista pura e que se deve, antes de nada, ao fato de que o propósito dos esquemas é analisar as condições de reprodução do modo de produção capitalista e não suas conexões com outros modos de produção; isso é coerente com a visão de Marx em relação à tendência do modo de produção capitalista de se converter em modo de produção universal⁴, e o leva, por razões metodológicas, a excluir o comércio exterior: ele não está trabalhando com um país capitalista, mas com o modo de produção capitalista, em relação ao qual qualquer efeito do comércio exterior só pode ser con-

3 Como nota Roman Rosdolsky, isso indica que, com base nos pressupostos de Marx, as taxas de acumulação de ambos os setores devem guardar uma proporcionalidade inversa às taxas de composição orgânica (ROSDOLSKY, 2001).

4 “Sua tendência é converter toda a produção possível em produção de mercadorias; para tanto, seu meio principal é justamente essa incorporação da produção em seu processo de circulação; e a produção de mercadorias, quando atinge seu estágio desenvolvido, é produção capitalista de mercadorias. A intervenção do capital industrial estimula por toda parte essa transformação, mas, com ela, também a transformação de todos os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2014, p. 211).

siderado neutro⁵. Esse nível de abstração é congruente com a premissa metodológica geral de Marx, segundo a qual, “Numa investigação geral, pressupõe-se sempre que as relações reais correspondam a seu conceito ou, o que é o mesmo, que as relações reais só se apresentam na medida em que expressam seu próprio tipo geral” (MARX, 2017b, p. 177-178).

O segundo pressuposto, que deriva do primeiro, consiste em considerar a existência apenas de duas classes: capitalistas e operários, e, em consequência, de dois tipos de renda [*ingresos*]: mais-valia e salários. Desse modo, quando se trata de realizar as mercadorias que chegam ao mercado,

[...] há somente dois pontos de partida [da massa de dinheiro circulante]: o capitalista e o trabalhador. Todas as terceiras categorias de pessoas têm ou de receber dinheiro dessas duas classes por prestações de serviço ou, na medida em que o recebam sem nenhuma contrapartida, são copossuidoras do mais-valor na forma de renda, juro etc. (MARX, 2014, p. 478-479)⁶.

É certo que

[o] dinheiro que o trabalhador desembolsa para o pagamento de seus meios de subsistência existe anteriormente como forma-dinheiro do capital variável e, por isso, é originalmente lançado na circulação pelo capitalista, como meios de compra ou de pagamento da força de trabalho. (MARX, 2014, p. 479).

Portanto, “[a] classe capitalista permanece, assim, o único ponto de partida da circulação monetária” (MARX, 2014, p. 479). Porém, a distinção dessa circulação monetária em duas grandes categorias é necessária precisamente porque é assim que se assegura a reprodução das duas classes antagônicas; os problemas da distribuição do produto encontram ali sua forma mais simples e decisiva. Por outro lado, o fato de que a circulação do dinheiro só tem uma origem – os capitalistas – e que a eles cabe fazer circular a totalidade da mais-valia, implica no fato de que os problemas da acumulação comecem precisamente na forma como essa se distribui em investimento e consumo, ou seja, pela taxa de acumulação. Daí a importância da subdivisão do setor II nos subsetores a e b, a que voltaremos mais à frente.

Como terceiro pressuposto, Marx estabelece uma escala de reprodução sobre a

⁵ “A produção capitalista não pode existir de modo algum sem comércio exterior. Mas quando se pressupõe uma reprodução anual normal, numa escala dada, com isso se pressupõe também que o comércio exterior não faz mais do que substituir artigos locais por artigos de outra forma de uso ou forma natural, sem afetar as relações de valor [...]” (MARX, 2014, p. 643).

⁶ Por isso é inadequado um conceito como o de “terceira demanda”, que Pierre Salama utiliza em seu livro *El Proceso de Subdesarrollo* (1976) e que apaga a origem de classe das determinações da distribuição e, por conseguinte, da demanda. Sobre o tema, ver meu artigo “La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo” (MARINI, 1977 p. 29-30).

base da mesma produtividade, da mesma duração e da mesma intensidade de trabalho. Em consequência, não varia nem a composição orgânica do capital, nem o grau de exploração, nem a relação básica de distribuição. Por ser o pressuposto unanimemente questionado nas polêmicas sobre o tema, o examinaremos mais de perto.

O ponto comum a todos os que interviram na discussão suscitada pelos esquemas de produção foi o problema de sua aplicação ao estudo do movimento real do sistema capitalista. Como o debate foi situado inicialmente, esse ponto voltou à questão central já levantada pela economia clássica sobre o “futuro do capitalismo”⁷. Mas, enquanto na economia clássica essa questão foi enquadrada em uma dicotomia, a partir de uma impossibilidade congênita do capitalismo para se realizar como modo de produção histórico ou como um limite para seu desenvolvimento que não questionava sua vigência como modo de produção⁸, no marxismo a discussão tomou outro rumo, sendo Lenin a única exceção. Assim, em seu enfrentamento com os populistas russos, tanto Bulgákov como Tugan-Baranovski se apoiaram nos esquemas para sustentar a possibilidade do desenvolvimento do capitalismo sem nenhum tipo de limitação, o que, com matizes, reapareceu na argumentação posteriormente formulada por Kautsky, Hilferding e Otto Bauer; o problema da superação do capitalismo, pela via que fosse, foi então entregue à ação da luta de classes, que, mesmo se enraizando nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista, teria que responder sozinha por sua liquidação ou por sua permanência⁹. Em posição contrária, Rosa Luxemburgo, ainda que demarcando posição em relação aos populistas

7 A fórmula é de Claudio Napoleoni; ver sua introdução a *El futuro del capitalismo* (1978).

8 Napoleoni, no texto citado, distingue a linha que se inicia com Smith, continua com a tese de Ricardo sobre a queda da taxa de lucro e culmina na tese da estagnação de Stuart Mill, da linha que, sustentando a tendência do sistema à superprodução crônica, se expressa principalmente por meio de Sismondi e de Malthus. Marx recorre a essa dupla problemática, como indica Napoleoni, mas critica ambas posições, que representavam, a sua vez, o ponto de vista da burguesia industrial (Ricardo), da pequena burguesia (Sismondi) e dos rentistas e demais grupos parasitários (Malthus). Ver mais no livro *Historia Crítica de la Teoría de la Plusvalía* (MARX, 1965).

9 Coletti (1978), que identifica em Marx uma “teoria do colapso”, em sua lei sobre a tendência à queda da taxa de lucro, assinala corretamente que as tendências objetivas do sistema que apontam a sua destruição “por si só não podem ter valor resolutivo” e “só tem sentido quando aparecem como condições e premissas reais da luta de classes”. No entanto, tende a considerar incompatíveis ambas as formulações, ao exigir uma “teoria do colapso” que autonomiza o fator objetivo, o que certamente não está presente em Marx e tampouco nos partidários mais decisivos do “colapso”, como Rosa Luxemburgo, Grossmann e mesmo Bukharin. A mesma contradição de Coletti parece derivar de sua impossibilidade de compreender que a análise econômica marxista (e também sociológica, política) não é senão um ângulo de ataque do problema; é isso que leva Coletti a opor categorias como capital variável e constante (“elementos internos ao capital”) ao de classes sociais, esquecendo-se que o capital, em Marx, só pode ser entendido como *relação entre classes*. O curioso é que, no mesmo texto, Coletti cita passagens de Schumpeter, que apontam de maneira muito mais certa essa direção. Ver sua introdução a *El Marxismo y el ‘Derrumbe’ del Capitalismo* (COLETTI, 1978).

russos, assim como com o próprio Sismondi, acaba por se juntar a eles no fim do caminho, ao defender que, embora determinada por uma contradição interna fundamental, a sorte do sistema foi selada por sua impossibilidade de se realizar historicamente como sistema universal, como supuseram os esquemas; isso, que negava os dois primeiros pressupostos de Marx, era estabelecido precisamente por causa da rejeição do terceiro pressuposto (LUXEMBURGO, 1970).

Ora, por mais importante que seja a contribuição que o debate sobre os esquemas de reprodução trouxe para o aprofundamento da teoria marxista, é evidente que esse debate padece, em sua raiz, de um vício básico, que Lenin já havia colocado em evidência na polêmica russa: a confusão entre o lógico e o histórico, o abstrato e o concreto¹⁰. Escrevia Lenin:

A questão da realização é um problema abstrato, vinculado com a teoria do capitalismo em geral. Que tomemos um país sozinho ou o mundo inteiro, as leis fundamentais da realização descobertas por Marx são sempre as mesmas. O problema do comércio exterior ou do mercado exterior é um problema histórico, um problema das condições concretas do desenvolvimento do capitalismo em tal ou qual país, em tal ou qual época. [...]

Desta teoria [da realização] se deduz que, *ainda* que a reprodução e a circulação do conjunto do capital fossem uniformes e proporcionais, não se poderá evitar a contradição entre o aumento da produção e os limites restringidos do consumo. Além disso, o processo de realização não se desenvolve na realidade segundo uma proporção idealmente uniforme, mas enfrenta dificuldades, “flutuações”, “crises”, etc. (LENIN, 1974, p. 234).

Essa passagem esclarece suficientemente muitas aparentes contradições que Rosdolsky (2001) crê identificar nos textos de Lenin a respeito do problema. Resta, porém, a questão que Rosdolsky levanta de se os esquemas de reprodução, mais que uma teoria – o que é indiscutível – representam a teoria da realização de Marx. Se assim fosse, a oposição que tírios e troianos estabeleceram entre as abordagens aos problemas de realização que Marx apresenta no Livro III (em particular, na terceira seção), assim como em suas *Teorias da Mais-Valia*, teriam razão de ser. Porém, a existência do terceiro pressuposto dos esquemas de reprodução e a importância que Marx atribuiu tanto ao grau de exploração quanto ao progresso técnico, no Livro I como no Livro III (ao ponto de identificar o próprio capitalismo como um meio histórico para o desenvolvimento da produtividade [MARX, 2017-b]), assim como a distribuição do produto social etc., indicam que não se pode tratar de uma contradição acidental

10 Em Rosa Luxemburgo, esse erro aparece de maneira mais eloquente e reiterada; por exemplo: “O esquema pressupõe, por conseguinte, um movimento do capital total que contradiz a marcha efetiva da evolução capitalista. A história do sistema de produção capitalista caracteriza-se [...]” (LUXEMBURGO, 1970, p. 294)

de uma nova “ruptura epistemológica”, como se o Marx do último rascunho do Livro II estivesse renegando toda sua construção teórica¹¹. Por outro lado, a existência do terceiro pressuposto não pode ser atribuída a uma mera operação de simplificação, pela própria importância que ele tem na elaboração dos esquemas, bem como pelo fato de que não há dificuldade de cálculo que não possa ser resolvida em esquemas dessa natureza por meio dos artifícios adequados; no entanto, por mais sofisticados que viessem a se tornar e por mais que gostariam de provar, não passariam de meros modelos de simulação, que não provam absolutamente nada.

Assim, para não cometer o erro de confundir os esquemas com uma representação formal da realidade, como se fez no curso do debate mencionado, é necessário considerá-los no nível de abstração em que Marx os formulou, para perguntar-se, então, a razão para a introdução do terceiro pressuposto (os outros dois têm sentido por si próprios, como já se indicou).

2. O ponto de partida para a localização correta dos esquemas de reprodução na construção teórica de Marx é dado por Rosdolsky, ao apontar que o objetivo desses esquemas é analisar e resolver a contradição existente no processo de reprodução do capital entre valor de uso e valor:

Para reproduzir seu capital, a “sociedade”, ou seja, o “capitalista total” deve dispor não só de um fundo de valores, mas também dispor desses valores em uma forma de uso determinada – na forma de máquinas, matérias primas e meios de subsistência – e nas proporções exigidas pelas técnicas de produção. Portanto, por motivos técnicos, a formação do valor e da mais-valia vincula-se ao “metabolismo social da matéria”, mesmo se abstrairmos a necessidade de vender as mercadorias produzidas, de achar compradores para elas. (ROSDOLSKY, 2001, p. 379).

Trata-se de um problema que não havia se apresentado a Quesnay ao realizar a análise da reprodução em seu conjunto, pelo próprio fato de que, na agricultura, o processo econômico de reprodução, ou seja, a reprodução de valor, “[...] entrelaça-se sempre com um processo natural de reprodução” (MARX, 2014, p. 511), mas que foi levantado a partir de Adam Smith, devido ao erro básico que, sob sua influência, a economia clássica cometeu: confundir o valor do produto com o produto do valor. Por essa razão, Marx (2014, p. 450) se preocupa, desde o princípio, com o fato de que “[o] ciclo dos capitais individuais, considerados em seu conjunto como capital social,

11 Bernstein já insistia nessa “ruptura”, aferrando-se ao fato de que o rascunho do Livro II que Engels utiliza é posterior ao Livro III, razão pela qual “em geral, o segundo livro contém frutos mais tardios e maduros da investigação marxiana”. Ver o trecho de seu livro *Las Premisas del Socialismo y las Tareas de la Socialdemocracia* (1982).

ou seja, em sua totalidade, compreende não apenas a circulação do capital, mas também a circulação geral das mercadorias”, estabelecendo que:

Primordialmente, esta última [a circulação de mercadorias] só pode consistir de dois componentes: 1) o próprio ciclo do capital e 2) o ciclo das mercadorias que entram no consumo individual, ou seja, das mercadorias nas qual o trabalhador gasta seu salário e o capitalista, seu mais-valor (ou parte dele). (MARX, 2014, p. 502)¹².

Em outras palavras, havia que contemplar “[...] a circulação de mercadorias que não constitui capital”, ainda que integrem o ciclo do capital social em seu conjunto (MARX, 2014, p. 504).

Essa contradição aparente entre ambos os movimentos da circulação explica por que Marx, antes de passar a sua exposição propriamente dita, se detém a analisar o erro de Smith no que diz respeito à sua análise sobre o capital constante (“capital fixo”, para Smith), que constituiria um valor-capital que não dá lugar a rendas. Marx aponta que Smith está próximo da resolução do problema que levanta,

[...] pois já havia observado que determinadas parcelas de valor de *um* tipo específico (meios de produção) dos capitais-mercadorias, das quais se formam o produto anual total da sociedade, constituem, de fato, renda para os trabalhadores e capitalistas individuais que atuam em sua produção, mas não um componente da renda da sociedade, ao passo que uma parcela de valor de *outro* tipo (meios de consumo), embora seja valor de capital para seus proprietários individuais – os capitalistas que atuam nessa esfera de investimento –, forma apenas uma parte da renda social. (MARX, 2014, p. 522).

O problema que Marx trata de resolver é “[...] como se repõe, segundo seu valor e a partir do produto anual, o capital consumido na produção, e como o movimento dessa reposição se entrelaça com o consumo que os capitalistas e os trabalhadores efetuam, respectivamente, do mais-valor e do salário?” (MARX, 2014, p. 551-552). Sua solução passa pela consideração do valor sob sua *forma natural* de meios de produção e meios de consumo (em consequência, a divisão do aparato produtivo em dois grandes setores, I e II), ou seja, pela consideração do valor em íntima conexão com o valor de uso¹³. Aqui, é retomada a problemática levantada no capítulo 1 do

12 A circulação da mais-valia, como parte do capital-mercadoria e do capital variável, como pagamento da força de trabalho, não entra na circulação do capital, embora o investimento dos salários a condicione [aunque la inversión del salario la condicione].

13 “A reconversão de uma parte do valor-produto em capital e o ingresso de outra parte no consumo individual tanto da classe capitalista como da classe trabalhadora compõem um movimento no interior do próprio valor-produto, valor no qual resultou o capital total; e esse movimento é reposição não só de valor, como de matéria, sendo, portanto, condicionado tanto pela inter-relação dos componentes de valor do produto social como por seu valor de uso, sua configuração material” (MARX, 2014, p. 553).

Livro I e que deriva do “[...] caráter dúplice do próprio trabalho – do trabalho que, como dispêndio de força de trabalho, cria valor e, como trabalho útil, concreto, cria objetos de uso (valor de uso)” (MARX, 2014, p. 531).

Isso tem uma primeira consequência, apontada por Rosdolsky (2001, p. 378): no processo de produção,

[...] cada departamento deve conseguir repor o valor de seus elementos de produção; mas só pode fazê-lo se toma uma parte desses elementos do outro departamento, em uma forma material apropriada. Por outro lado, cada departamento só pode lograr a posse dos valores de uso de que necessita se os obtém do outro, mediante o intercâmbio de equivalentes de valor.

E sublinha Rosdolsky (2001, p. 379-380):

Essa dependência recíproca de “substituição do valor” e “substituição de material” se expressa claramente nos esquemas da produção; mas os esquemas só podem exibir essa dependência se separarem estritamente os departamentos e limitarem suas relações mútuas, exclusivamente ao intercâmbio de valores equivalentes.

Nesse plano de análise, o pressuposto de Rosa Luxemburgo é válido no sentido de que a mais-valia se acumula, de acordo com a taxa estabelecida, no mesmo setor onde foi produzida, sem justificar a crítica que, neste sentido, faz Napoleoni (1978). Por outro lado, sob a hipótese de uma taxa de acumulação constante, também deverá se manter constante o grau de exploração, ou seja, descarta-se qualquer variação na magnitude intensiva ou extensiva do trabalho que altere as proporções de distribuição básica entre mais-valia e salário, uma vez que o procedimento distinto provocaria imediatamente um desequilíbrio entre a taxa de mais-valia e a taxa de acumulação e, portanto, entre suas massas; este é um ponto que convém lembrar, pois será útil mais adiante.

A segunda consequência da identidade existente, nesse plano, entre valor e valor de uso, é ainda mais decisiva e, em certa medida, de fácil compreensão; no entanto, tem sido o cavalo de batalha [*caballo de batalla*] por excelência dos debates motivados pelos esquemas. Se trata da taxa de produtividade constante. De fato, o aumento da produtividade do trabalho atua como a relação entre valor e valor de uso das mercadorias de maneira contraditória, uma vez que *reduz o primeiro* enquanto mantém *invariável o segundo*; isso também vale para a intensidade do trabalho, sempre que sua elevação seja geral e uniforme. Marx expõe essa contradição na seguinte lei: “[...] a jornada de trabalho de grandeza dada representa-se sempre no mesmo produto de valor, seja qual for a variação da produtividade do trabalho [e] a correspondente massa de produtos [...]” (MARX, 2017-a, p. 588)

O que se complementa com o fato de que:

[...] [s]e a intensidade do trabalho aumentasse em todos os ramos industriais ao mesmo tem-

po e na mesma medida, o novo grau de intensidade mais elevado se converteria no grau normal, fixado socialmente no costume, e deixaria, assim, de ser contado como grandeza extensiva. (MARX, 2017-a, p. 592).

Essa semelhança aparente entre produtividade e intensidade do trabalho, em termos de seu efeito sobre o valor e o valor de uso das mercadorias, esconde diferenças que merecem destaque. Assim, em termos gerais, isto é, para o produto social e seu conjunto, a lei da produtividade vale para todos os setores da produção, mas não para os capitais individuais; desse modo, ao elevar sua produtividade acima do nível normal que estabelece o tempo de trabalho socialmente necessário¹⁴, ou seja, acima do nível que determina o valor social da mercadoria, o capitalista individual consegue que uma mesma jornada renda um produto de maior valor, precisamente porque, apesar de o valor individual da mercadoria ter caído em termos reais, ela continua apresentando o mesmo valor social, mas agora é produzida em maior quantidade [por esse capitalista]; em suma, dado que o valor é uma relação social, é o valor social que conta, e afirmar que o capitalista individual reduziu o valor unitário de sua mercadoria nada mais é do que dizer que seus custos de produção foram reduzidos em relação aos demais capitalistas do ramo. É por meio desse mecanismo que o capital individual obtém uma mais-valia extraordinária, que se converte, na competição intercapitalista, no fator por excelência de introdução do progresso técnico.

Porém, isso não é tudo no que se refere à lei da produtividade. Na medida em que ela permite ao capitalista individual reduzir custos, e sendo o capital variável um elemento integrante dos custos, o aumento da produtividade implica a redução da participação dos salários na massa de valor criada, ainda que o preço da força de trabalho permaneça invariável (ou seja, a relação entre seu valor e o número de horas trabalhadas, sobre a base de uma determinada intensidade) e o salário tampouco se modifique em termos reais ou nominais, considerando que seja elevado o grau de exploração (a relação entre tempo de trabalho necessário e trabalho excedente) e a taxa de mais-valia (essa relação expressada em valor). A mais-valia extraordinária não é, pois, um mecanismo de transferência que atua somente na competição intercapitalista, mas também é um fator que incide na relação de distribuição entre mais-valia e salário, do ponto de vista do capitalista individual.

Para que o efeito seja similar em todo o ramo da produção, é necessário que a produtividade do trabalho se eleve nele todo, se estabelecendo em um nível superior. Isso implica, imediatamente, a supressão da mais-valia extraordinária, enquanto me-

¹⁴ Esse nível não corresponde necessariamente ao nível médio da produtividade, assim como o valor social da mercadoria não é sempre a média dos valores produzidos no ramo, mas ambos são afetados também pela concorrência (MARX, 2017b).

canismo de transferência entre capitalistas, ou seja, mecanismo de transferência de mais-valia no seio do ramo de produção. No entanto, para a economia em seu conjunto, o efeito só se generaliza se esse ramo produz, direta ou indiretamente, meios de subsistência para os trabalhadores e, dessa forma, determina o valor da força de trabalho¹⁵; em outros termos, a generalização do efeito só ocorre se estivermos falando de um ramo de produção do subsetor IIa ou de um ramo do setor I que produza para esse subsetor; só então cabe falar de mais-valia relativa¹⁶. Se não for assim, a elevação da produtividade no ramo, ainda que anule a mais-valia extraordinária obtida pelo capitalista individual, seguirá traduzindo-se em um nível de produtividade superior ao restante da economia; em outros termos, como o valor da força de trabalho permanece inalterado e, em princípio, seu preço, a produtividade do trabalho superior se traduzirá em um grau de exploração superior e uma taxa de mais-valia também superior no ramo de produção em questão, o que pode afetar tanto a distribuição básica (salário/mais-valia) no ramo, como a distribuição da mais-valia no conjunto da economia. Dito de outra maneira, se o aumento da produtividade se limitar ao setor IIb ou aos ramos de produção do setor I que produzem apenas para esse subsetor, a mais-valia extraordinária deixa de ser um fator de transferência e de maior exploração do trabalho que opera no nível dos capitalistas individuais, para se situar *no nível das transferências de valor intersetoriais e no nível das relações de distribuição no conjunto da economia*. Como veremos, isso só é verdadeiro se consideramos o problema à luz da teoria da mais-valia, ou seja, se tomarmos a produção capitalista como um processo imediato de produção.

O aumento da intensidade do trabalho configura uma situação distinta. No que diz respeito ao capitalista individual, não modifica nem o valor, nem o valor de uso das mercadorias; em consequência, o aumento da intensidade se expressa na produção de uma massa maior de mercadorias cujo valor unitário não se modifica, se traduzindo em uma massa de valor e, portanto, de mais-valia. Não existe, portanto, razão para que se altere a taxa de mais-valia, uma vez que a maior intensidade do trabalho acarreta também a elevação do valor da força de trabalho¹⁷, elevando tanto

15 “[...] uma variação na grandeza do valor da força de trabalho – e, por conseguinte, na grandeza do mais-valor – se os produtos dos ramos industriais afetados entram no consumo habitual do trabalhador” (MARX, 2017a, p. 592). Como Marx coloca em outras passagens, a produtividade atua no mesmo sentido quando se trata de ramos que, ainda que não produzam bens de consumo habitual, determinam as condições de produção desses.

16 “[...] se vimos não ser possível nenhuma variação absoluta de grandeza no valor da força de trabalho e do mais-valor sem uma variação de suas grandezas relativas, segue-se agora que nenhuma variação de suas grandezas relativas de valor é possível sem uma variação na grandeza absoluta de valor da força de trabalho” (MARX, 2017a, p. 590).

17 “Toda variação na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho afeta [...] o valor da força de traba-

seu preço como o salário. Assim, para que se eleve a taxa de mais-valia, ou pelo menos para que se eleve em um grau mais que proporcional ao aumento da intensidade do trabalho, será necessário que – independentemente do aumento do preço e do salário da força de trabalho – esta se remunere por debaixo de seu valor, ou seja, seja objeto de uma superexploração¹⁸. Nessas condições, tal como se a jornada de trabalho se prolongasse num determinado ramo de produção em grandeza superior aos outros ramos, o aumento da intensidade em qualquer ramo resultará numa mais-valia extraordinária em relação ao restante da economia (como vimos, isso só não ocorre se a elevação da intensidade do trabalho for uniforme ao longo de toda economia). A particularidade da intensidade do trabalho reside, pois, na possibilidade que contém de gerar mais-valia extraordinária em todos os ramos da economia, quer se trate dos dois subsetores do setor II, quer se trate do setor I¹⁹. O mesmo para a produtividade, isso é válido se nos atermos exclusivamente à teoria da mais-valia.

Assim, sem ir além da teoria da mais-valia, se entende por que, ao buscar estabelecer as proporções em que se trocam as mercadorias, tomadas como unidade de valor e valor de uso, Marx teve que necessariamente descartar as mudanças na produtividade ou na magnitude intensiva do trabalho, bem como, em geral, no grau de exploração. Os esquemas de reprodução do Livro II resolvem o problema colocado por Marx, qual seja, o de saber *como se articula a reprodução do capital com o consumo individual dos agentes da produção, no marco da circulação geral de mercadorias, mas com a condição de considerar estas como unidade de valor e valor de uso*, ou seja, sem recorrer aos fatores que, ao exacerbar a contradição latente entre ambos no processo de produção, cortariam de raiz a possibilidade de abstrair o seu movimento no processo de reprodução. É evidente que isso assinala o papel específico e, por isso mesmo, limitado que os esquemas cumprem na construção teórica de Marx, cujo fio

lho na medida em que acelera seu desgaste” tradução literal [de Marini] de *O Capital* (MARX, 2017a, p. 592).

18 “É claro que se o produto de valor da jornada de trabalho varia, por exemplo, de 6 para 8 xelins, ambas as partes desse produto de valor, o preço da força de trabalho e o mais-valor, podem aumentar ao mesmo tempo, seja em grau igual ou desigual. Se o produto de valor sobe de 6 para 8 xelins, o preço da força de trabalho e o mais-valor podem ambos de 3 para 4 xelins. O aumento do preço da força de trabalho não implica aqui, necessariamente, um aumento de seu preço acima de seu valor. Ao contrário, ele pode vir acompanhado de uma queda de seu valor. Esse é o seu caso sempre que a elevação do preço da força de trabalho não compensa seu desgaste acelerado” (MARX, 2017a, p. 592). Onde se lê “queda de seu valor” deve-se ler “queda abaixo de seu valor”, como faz notar a edição da Siglo XXI, México, 1975, tomo 1, volume 2, na nota do editor [essa nota também está presente na edição da Boitempo, utilizada nesta tradução].

19 “Se a grandeza do trabalho varia extensiva ou intensivamente, à sua variação de grandeza corresponde uma variação na grandeza de seu produto de valor, independentemente da natureza do artigo no qual esse valor se representa” (MARX, 2017a, p. 592).

condutor é precisamente a capacidade produtiva do trabalho, o qual, em um regime capitalista de produção, se expressa na contradição entre valorização do capital e a sua desvalorização, cuja primeira manifestação se dá no nível da mercadoria, por força do efeito contraditório que a capacidade produtiva do trabalho exerce sobre ela, e assenta as bases para as grandes leis que regem o sistema, em particular a lei geral da acumulação capitalista e a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Porém, por essa razão, o uso dos esquemas de reprodução para a análise da realidade concreta do capitalismo não pode ser realizado sem que se modifiquem os três pressupostos sobre os quais Marx os concebeu, em especial o da produtividade constante. Há motivos de sobra para supor que, se tivesse completado sua investigação, o próprio Marx o teria feito ao avançar para a teoria do mercado mundial e, conseqüentemente, do imperialismo²⁰, do Estado e da crise. Por isso, a crítica que se pode fazer aos que tentaram utilizar os esquemas para a análise concreta da realidade não é a de terem descartado os pressupostos adotados por Marx na terceira seção do Livro II, mas, ao não estabelecer com precisão o plano de análise em que se moviam, tomaram a nuvem por Juno. Isso levou a uma série de equívocos que não só privaram os esquemas da possibilidade de serem modificados para dar conta do movimento real do capital (como ocorre quando, por exemplo, Rosa Luxemburgo mantém o pressuposto de que a mais-valia se acumula no mesmo setor em que foi gerada (o que só vale no nível de abstração em que Marx se situa em sua análise), contrapondo-o a outros elementos da obra de Marx, sem perceber que os esquemas não eram mais que um dos elementos que ele utilizou para sua construção teórica global.

3. O exame da reprodução do capital à luz da teoria da mais-valia nos permite chegar a algumas conclusões que podemos retomar, aqui, de outro ângulo. A principal é que, a partir do momento em que introduzimos mudanças na produtividade e na intensidade do trabalho, a taxa de mais-valia se modifica – modificação que opera de forma diferente conforme se trate de um capital individual ou de ramos de produção.

No primeiro caso, o do capital individual, ambos os métodos de produção de

20 Assim, em sua obra clássica sobre o tema, Bukharin (1984, p. 23-24) estabelece a noção de economia mundial e afirma: “O intercâmbio internacional repousa sobre a divisão internacional do trabalho. Não se deve crer, porém, que ela se efetua apenas nos limites que lhe atribui essa divisão. Os países não trocam apenas produtos de natureza diferente, mas também produtos similares. Tal país, por exemplo, pode exportar para outro não apenas mercadorias que este último não produz, ou produz em ínfima quantidade – mas pode também exportar suas mercadorias *fazendo concorrência* à produção estrangeira. A troca internacional, nesse caso, tem fundamento não na divisão do trabalho – que implica a produção de valores mercantis de natureza diversa – mas unicamente na diferença dos custos de produção, na diferença dos valores individuais (para cada país) que, na troca internacional, se resumem no trabalho socialmente necessário em todo mundo”.

mais-valia se traduzem em mais-valia extraordinária e implicam, portanto, uma mudança na relação básica de distribuição; porém, essa modificação na distribuição do produto excedente entre salário e mais-valia (ou, o que é o mesmo, no grau de exploração) é realizada, no caso da produtividade, sem necessariamente superexplorar a força de trabalho, enquanto, caso se trate de um aumento da intensidade do trabalho, a superexploração tende a ocorrer, pois esse aumento também aumenta o valor da força de trabalho.

No segundo caso, o dos ramos de produção, constatamos que o aumento da taxa de mais-valia só se expressa em mais-valia extraordinária se esses ramos pertencerem ao subsetor IIb (assim como nos ramos de produção do setor I que produzem exclusivamente para ele) e se esse aumento for decorrente de uma maior produtividade, enquanto, se o aumento da taxa de mais-valia se dever à intensificação do trabalho, existe a possibilidade de mais-valia extraordinária para qualquer ramo de qualquer setor. Por sua vez, a relação básica de distribuição (e, portanto, de grau de exploração) se altera em toda a economia se, em ambos os casos (produtividade e intensidade), os ramos afetados correspondem ao setor I e ao subsetor IIa (generalização da mudança da taxa de mais-valia ou, em outros termos, passagem da mais-valia extraordinária à mais-valia relativa), ou se modifica apenas no ramo em questão, se este pertence ao subsetor IIb, deixando invariável a relação básica de distribuição no conjunto da economia, ainda que altere a distribuição de mais-valia daquele ramo (fixação da mais-valia extraordinária).

Ora, o ganho de mais-valia extraordinária não é mais do que um pressuposto para a apropriação do lucro extraordinário. A realização ou não dessa apropriação depende da concorrência. Isso se deve ao fato de que a variação da taxa de mais-valia em função de modificações na produção faz com que a massa de valores de uso produzida varie no mesmo sentido, mas sua expressão em valor social está sujeita à validação que essa massa de valores de uso opera na demanda (necessidades sociais solventes)²¹. Assim, dependendo do nível de demanda em relação à oferta, a magni-

21 “Ainda que ambos os elementos, a mercadoria e o dinheiro, sejam unidades de valor de troca e de valor de uso, já vimos (Livro I, capítulo 1, item 3) que, nas operações de compra e venda, essas duas funções aparecem distribuídas como polos extremos, de modo que a mercadoria (vendedor) representa o valor de uso, e o dinheiro (comprador), o valor de troca. A mercadoria tem um valor de uso, ou seja, satisfaz uma necessidade social, e isso constitui precisamente um dos requisitos da venda. O outro requisito é, como vimos, que a quantidade de trabalho contida na mercadoria representa trabalho socialmente necessário, ou seja, que o valor individual (e o que sob esse pressuposto é sinônimo, o preço de venda) da mercadoria coincida com seu valor social” (MARX, 2017b, p. 216). E também: “Para que uma mercadoria seja vendida por seu valor de mercado, isto é, na proporção do trabalho socialmente necessário nela contido, a quantidade total de trabalho social empregada na massa total desse tipo de mercadoria tem de corresponder à quantidade das necessidades sociais, isto é, às necessidades sociais solventes. A concorrência e as oscilações dos preços de mercado que correspondem às oscilações da

tude do valor se estabelecerá no mesmo nível, acima ou abaixo das condições médias de produção²², embora, em todos os casos, a massa de valores de uso produzida esteja sendo realizada. O mercado opera, assim, no sentido de corrigir ou ampliar o desvio entre valor e valor de uso implícito no desenvolvimento da produção mercantil.

Estabeleçamos algumas premissas essenciais. A demanda é estruturada diretamente pelas relações de distribuição²³ que, embora determinadas pela produção, repercutem nela, a partir do momento em que se transformam em determinações da demanda, com as quais sobredeterminam a produção de valor e de mais-valia. Em seu nível básico, a demanda depende de como o produto excedente se distribui entre mais-valia e salários; em seu nível derivado, a demanda gira em torno da maneira como se distribui a mais-valia, assim como a maneira como ela se resolve em acumulação e consumo.

Vamos verificar agora como as mudanças na produção afetam as relações interseoriais no nível de mercado, partindo de uma situação de equilíbrio. O aumento de mais-valia no setor I (por mudanças na produtividade e/ou intensidade) implica o aumento da massa de valores de uso produzida. Se, quando as mercadorias aparecem no mercado, seu valor não muda, o aumento da massa de valores de uso é expresso em uma massa de valor proporcionalmente maior. Uma vez realizada a troca intersetorial, isso se traduz na ampliação da escala de acumulação e no consequente

relação entre oferta e demanda tendem constantemente a reduzir a essa medida a quantidade total do trabalho empregado em cada tipo de mercadoria” (MARX, 2017b, p. 227-228).

22 “O suposto de que as mercadorias das diferentes esferas da produção são vendidas a seus valores significa apenas, naturalmente, que seu valor é o centro de gravitação em torno do qual giram os preços e com base no qual se compensam suas constantes altas e baixas. Além disso, será sempre preciso distinguir entre um *valor de mercado*, do qual falaremos mais adiante, e o valor individual das mercadorias produzidas pelos diversos produtores. O valor individual de algumas dessas mercadorias ficará abaixo do valor de mercado (quer dizer, menos tempo de trabalho será necessário para sua produção do que o expresso pelo valor de mercado), e o de outras mercadorias ficará acima desse valor. O valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera de produção e, por outro, como o valor individual das mercadorias produzidas sob as condições médias dessa esfera e que formam a grande massa de seus produtos. Apenas conjunturas extraordinárias podem fazer com que mercadorias produzidas sob péssimas condições, ou sob as mais favoráveis, venham a regular o valor de mercado, o qual, por sua vez, constitui o centro de gravitação dos preços de mercado, que são sempre os mesmos para mercadorias do mesmo tipo. Quando a oferta das mercadorias ao valor médio, ou seja, ao valor médio da massa situada entre ambos os extremos, satisfaz a demanda habitual, as mercadorias cujo valor individual é inferior ao valor de mercado realizam um mais-valor ou lucro extraordinário, ao passo que aquelas cujo valor individual é superior ao valor de mercado não podem realizar uma parte do mais-valor nelas contido” (MARX, 2017b, p. 212-213). Mais adiante, Marx acrescenta: “E o que dizemos sobre o valor comercial também se aplica ao preço de produção, quando ele substitui o valor comercial” (MARX, 2017b, p. 182-183 e 186).

23 “A oferta e a demanda, numa análise mais detalhada, pressupõem a existência das diversas classes e subclasses entre as quais se reparte a renda total da sociedade para ser por elas consumida como renda, e que, portanto, constituem parte da demanda formada pela renda [...]” (MARX, 2017b, p. 230).

incremento de valor de capital constante em IIa e IIb, assim como de capital variável (embora não necessariamente na mesma proporção) e, por conseguinte, na valorização da massa de mercadorias que se lançam no mercado. Portanto, o mercado para o setor II tem que se expandir, sob o risco de que a massa de valor realizada seja inferior à produzida (seja porque parte das mercadorias não se vendem, seja porque o preço dos bens cai); se isso ocorrer, a maior massa de mais-valia criada nos dois subsectores se traduziria em uma massa de lucro menor e, mesmo que esta fosse igual à que antes pertencia ao setor II, sua taxa de lucro cairia à medida que os custos de produção aumentaram. Em consequência, ou a) se reduziria a demanda criada por IIa e IIb, o que forçaria a redução dos preços de c produzido por I (essa redução correspondendo a uma redução no valor), ou b) capitais de ambos subsectores emigrariam para I, seja porque se tornaram capital em excesso devido às limitações do mercado, seja em razão de uma taxa de lucro maior no setor I, ou por ambos os motivos; nos dois casos, seria imposto o nivelamento da taxa de lucro em I e II, desaparecendo o lucro extraordinário de I. Para que isso não ocorra, é preciso que o mercado de II aumente; mas como v permanece constante em I na melhor das hipóteses, a expansão do mercado só poderia ser realmente importante para IIb graças à conversão da mais-valia extraordinária de I, ou parte dela, em consumo individual dos capitalistas. Assim, devido ao condicionamento do mercado, o lucro extraordinário de I se traduziria no aumento da participação nos lucros de IIb e dos ramos de I que produzem para ele. Somente na medida em que os lucros maiores de I e IIb expandirem a escala de acumulação, é que o subsector IIa e os ramos de I dirigidos a ele poderiam se integrar ao movimento expansivo iniciado em I, com atraso e de forma subordinada, eliminando o lucro extraordinário dos primeiros lentamente.

Uma observação: é evidente que, como a mais-valia se acumula em qualquer setor, o incremento da mais-valia de I pode se destinar à acumulação em II, o que assegura não só a realização do produto c , como também poderia compensar, teoricamente, por meio do aumento de v em II, a redução relativa de v em I. Mas isso só ocorrerá se a mais-valia incrementada, ao se converter em capital excedente no setor I, pressionar para baixo a taxa de lucro (do mesmo modo que aconteceria com a mais-valia que emigra de II) e tender a nivelá-la com a do setor II. Se ocorrer essa migração de capital, teríamos que a modificação da relação básica de distribuição em I obriga a extensão da escala de acumulação em toda a economia para assegurar a expansão do mercado e, portanto, a realização da massa de mercadorias produzida, bem como o aumento de mais-valia. Isso, repetimos, só pode ocorrer na medida em que se opera a tendência de nivelção da taxa de lucro e se elimina, pois, a mais-valia extraordinária em I, o que supõe a emigração prévia de capital de II para I ou uma

crise de superprodução em I.

Consideremos o setor IIa. O aumento da mais-valia ali verificado é acompanhado, como sabemos, de uma massa maior de mercadorias. Se não se modifica o valor individual das mercadorias, não se pode aumentar sua demanda por parte de I e IIb, já que v se mantém constante ali, mas se reduz relativamente a demanda própria criada por IIa, dada a redução da participação de v em seu produto (ainda que mantenha seu valor absoluto). O impasse teria que ser resolvido, como no caso de I, ou pela redução do valor individual (e do preço) das mercadorias de IIa, ou pela migração de capitais de I e IIb para IIa, ou deste para os outros dois, conduzindo ao nivelamento da taxa de lucro. O deslocamento de mais-valia entre IIa e I ou IIb está sujeito às condições descritas acima. Assim, do ponto de vista do mercado, IIa não está em condições de realizar de forma sustentável um ganho de mais-valia extraordinária, ainda menos que I.

Suponhamos agora o aumento de mais-valia e do produto mercantil em IIb. Este pode manter em princípio o valor individual de suas mercadorias, pois a demanda para estas deriva exclusivamente da mais-valia, a qual se encontra aumentada devido à modificação da relação básica de distribuição no próprio setor; isto confere uma maior elasticidade à demanda para os produtos de IIb, o que se entende ainda melhor se considerarmos que os aumentos de mais-valia nos demais setores, ainda que se traduzam em uma escala maior de acumulação, tendem a traduzir-se também em aumento relativo e absoluto de mais-valia não acumulada²⁴. Em consequência, a possibilidade de que a mais-valia extraordinária de IIb se traduza em lucro extraordinário não se vê limitada em princípio pelo mercado, mas apenas pela competição entre os capitais e sua emigração de ramo a ramo. No entanto, como os capitais migrantes não se movem de um ramo para outro com o objetivo de eliminar o lucro extraordinário, mas para se aproveitar dele, apenas as pressões que se exercem sobre o mercado (uma escala de acumulação tão rapidamente ascendente que freie a expansão do consumo individual criado pela mais-valia; atrativos excepcionais de poupança; crises setoriais em I ou IIa, etc.) podem eliminar em IIb o lucro extraordinário, independentemente de que este se veja reduzido pela concorrência entre os capitais sobre a mais-valia extraordinária realmente criada. *Neste plano de análise*, pois, a explicação do lucro extraordinário de IIb deve ser buscada *na dinâmica própria do mercado*, e não em outros fatores, como, por exemplo, as estruturas monopólicas que possam existir ali, pois essas ocorrem igualmente em I e em II, sem produzir o mesmo efeito.

Para maior abundância, ressaltaremos que a demanda criada pela mais-valia não

²⁴ Isso é o que Bukharin esqueceu, o que o levou a deduzir falsas relações de sua fórmula de equilíbrio para a reprodução ampliada. Ver em Rosdolsky (2001, p. 374-375).

acumulada é feita fora do ciclo do capital produtivo, e, portanto, a determinação do valor social nessa esfera da circulação não afeta a valorização do capital em I e IIa, mas apenas a taxa de acumulação (na medida em que influencia a forma como a mais-valia é dividida em mais-valia acumulada e não acumulada). É, pois, compreensível que, quanto mais a mais-valia aumenta na economia, maior a elasticidade dessa demanda. Por outro lado, considerando que tal demanda não entra na circulação do capital, mas configura um caso de circulação geral de mercadorias, é natural que o valor de uso adquira uma importância mais decisiva na realização do produto; daí a maior diferenciação dos artigos produzidos pelo subsetor IIb, os desvios mais frequentes da lei do valor (como a superestimação da produção artesanal em relação à produção fabril) etc.

Deve-se ter em mente que, ao transferir os preços em menor medida de I e IIa aos aumentos de produtividade, o subsetor IIb estabelece com os demais uma relação que implica uma transferência intersetorial de mais-valia, via preços, que vai além do que corresponderia estritamente aos mecanismos de nivelação da taxa de lucro e que, em vez disso, os violam; em outros termos, se configura uma situação similar à que alude à noção de trocas desiguais na economia internacional. Isso reduz, assim, a taxa de lucro que alcança I e IIa (ainda que os ramos de I que produzem fundamentalmente para IIb possam ser ressarcidos, recorrendo também à mais-valia extraordinária) e pressiona para baixo a taxa de lucro desses setores. Em outras palavras, o setor IIb exerce um efeito depressivo sobre a taxa de lucro geral, o qual, rigorosamente, é a contrapartida do lucro extraordinário que se verifica nele²⁵.

Notemos, finalmente, que a especificidade de IIb, em termos de produção de mais-valia extraordinária e sua conversão em lucro extraordinário, se acentua necessariamente onde prevalece a superexploração do trabalho, configurando uma situação em que prevalecem salários baixos e lucros elevados. Com efeito, isso implica que, ao mesmo tempo em que a esfera inferior de circulação se apresenta com pouco dinamismo, a esfera superior tende a inflar-se. Em tais circunstância, se entende perfeitamente que o subsetor IIb tende constantemente ao crescimento desproporcional em relação aos demais, bem como se acentua, no plano do mercado, a subordinação do setor I em relação ao subsetor IIb, mais que em relação ao subsetor IIa. Como em qualquer outro campo observado, também aqui a economia dependente, baseada na superexploração do trabalho, sofre de maneira ampliada as leis gerais do regime capitalista de produção.

25 Esse efeito depressivo não se traduz automaticamente em redução da taxa de lucro, já que pode ser combatido por diferentes mecanismos, entre os quais se destaca a superexploração do trabalho, particularmente no subsetor IIa. Mas, sobretudo neste caso, a consequência desse efeito depressivo é a atrofia do subsetor IIa e a hipertrofia do IIb, com a distorção correspondente do setor I.

1. Esclarecidos alguns dos problemas colocados pelo uso dos esquemas como representação de uma economia capitalista concreta, passaremos agora aos trabalhos de Maria da Conceição Tavares (1998) e Francisco de Oliveira (1977), que se valem dos esquemas. Convém esclarecer que, ainda que ambos, via Kalecki²⁶, se remetam aos esquemas de reprodução de Marx como ponto de referência para a análise da problemática que querem resolver, não procedem à elaboração de esquemas próprios e ignoram as controvérsias que deram lugar às tentativas dessa natureza. Os dois trabalhos têm em comum a preocupação em relação ao peso e papel do subsetor de produtos de bens de consumo de luxo (que ambos os autores identificam, grosso modo, como bens de consumo duráveis) na economia brasileira atual, isto é, do pós-guerra. Enquanto Oliveira foca sua atenção explicitamente ali, com objetivo de examinar a relação entre o dito subsetor e a crise econômica que atravessa neste momento o país, Tavares busca uma teorização mais ampla, que não só contempla o problema do desenvolvimento desse subsetor nos países capitalistas avançados, mas, sobretudo, pretende estabelecer um marco de análise para essa questão nas economias que chama semi-industrializadas, ou seja, as economias capitalistas dependentes de maior desenvolvimento relativo, para chegar finalmente ao caso brasileiro, considerado principalmente à luz da industrialização do período pós-guerra e da crise econômica que esta enfrentou na década de 1960. No entanto, ao longo de todo o trabalho, a preocupação subjacente de Tavares, assim como de Oliveira, se orienta para a atual crise do capitalismo brasileiro. Ao analisar ambos os trabalhos, meu propósito não é examinar todos seus pressupostos teóricos nem o quadro explicativo que apresentam para a dinâmica da economia brasileira, mas tão somente verificar o uso que fazem dos esquemas e o papel que eles desempenham nas conclusões a que chegam.

Não é tarefa fácil, particularmente com o trabalho de Tavares. Com efeito, ali se observa uma modificação progressiva de aparato analítico: a estrutura setorial tripartite, que se estabelece no capítulo I (e que, como descobrimos no final do capí-

26 Ambos os autores invocam Michel Kalecki para denominar o subsetor de bens de consumo de luxo como Departamento III, mantendo a designação Departamento I para os meios de produção e nomeando Departamento II a produção de bens de consumo necessários. A realidade é que não é necessário recorrer a Kalecki para estabelecer um setor de Departamento III, já que isso se apresenta na obra de Tugan-Baranovsky, que deu origem à polêmica tratada e que data de 1894, havendo sido aceito por muitos marxistas, entre eles o próprio Kautsky. Por outro lado, não custa observar que, em Kalecki (1977), o setor que produz bens de consumo para os capitalistas é o II, sendo o III o que produz para os trabalhadores. Como quer que seja, não tendo importância a denominação dos setores e subsetores da produção se estes se encontram bem definidos, aceitaremos aqui a terminologia de Oliveira e Tavares.

tulo, aplica-se apenas ao setor manufatureiro industrial, reservando para os demais o esquema cepalino indústria-agricultura, ampliado pelos serviços e o Estado), se combina, no capítulo II, com a organização diferenciada da empresa nos distintos setores (oligopólio competitivo, oligopólio diferenciado e oligopólio concentrado, que, mais ou menos, correspondem respectivamente aos setores II, III e I), para quase desaparecer no capítulo III; aqui, as categorias complexas setores de produção-formas de organização empresariais substituem o esquema setorial do capítulo I, com ênfase na organização empresarial e sua dinâmica competitiva, e se aplicam exclusivamente à indústria, regendo os demais âmbitos da produção o instrumental analítico cepalino²⁷.

A própria justificativa do esquema setorial tripartite é discutível. Tavares introduz o setor III por supor que em Marx o consumo dos capitalistas é tratado apenas “[...] como uma apropriação e utilização de mais-valia, não necessitando ser introduzido como um setor de produção específico, com seus problemas próprios de produção e realização” (TAVARES, 1998, p. 32), o que reitera ao acrescentar que o “[...] gasto improdutivo do excedente diminui a taxa de poupança e acumulação do sistema (visão clássica ortodoxa)” (TAVARES, 1998, p. 33). Tavares confunde, portanto, a concepção de David Ricardo, e principalmente a de Thomas Malthus, sobre o consumo improdutivo, com a de Marx, para quem o consumo improdutivo, na verdade, corresponde a um subsetor específico da produção (IIb), com seus próprios problemas de produção e realização, participando dinamicamente da reprodução, tanto pela acumulação que ali ocorre, na forma $c + v$, como por meio da circulação de mercadorias que engendra, implicando no processo a circulação de mais-valia produzida no setor. No entanto, apesar de propor um tratamento diferenciado do setor III, Tavares não cita o único motivo que justificaria esse tratamento: as peculiaridades que a produção de mais-valia ostenta como base para a apropriação de lucro extraordinário no referido setor, que incide na tendência à acumulação em direção a ele, assim como o peso que ele adquire na determinação das estruturas de distribuição.

Isso não é por acaso, mas corresponde à forma como Tavares analisa o desenvolvimento do setor III e, o que está ligado intimamente a isso, a passagem à concorrência oligopolista e suas estruturas de produção. Sua tese central sobre o setor III é que ele corresponde à industrialização avançada, dentro da qual a diferenciação do consumo dos capitalistas sobre o consumo dos trabalhadores contribui para resolver os problemas da reprodução de capital (TAVARES, 1998). Tais problemas surgem do fato de que o progresso técnico, ao reduzir os custos gerais de produção (ou seja, au-

27 Esses saltos metodológicos em Tavares são habituais. Assim, por exemplo, a autora adverte, no começo de seu trabalho, que não trabalha com valores, mas com preços de produção, porém, ao não considerar o problema da formação da taxa média de lucro, raciocina em função dos preços de mercado.

mentar a composição técnica do capital sem aumentar sua composição de valor), cria uma massa de lucros e, portanto, um potencial de acumulação superior à taxa efetiva da capacidade produtiva utilizada (TAVARES, 1998). Embora isso permita, em princípio, que a análise se oriente ao mercado exterior, como escoadouro de capital excedente, e passar daí às modificações que isso acarreta para a economia mundial, Tavares opta por centrar sua análise “[...] de um ponto de vista ‘lógico’ – apenas dentro de padrões endógenos de acumulação” (TAVARES, 1998, p. 38); passa, então, a considerar as formas de organização que surgem quando se estabelece a concorrência oligopolista, e só de passagem vai se referir aos seus efeitos na economia mundial, ao tratar das formas que correspondem ao oligopólio diferenciado e ao conglomerado financeiro, no final de seu capítulo I.

Sempre segundo Tavares, a superacumulação de capital, decorrente da redução geral de custos, conduz a uma situação em que

[...] o limite da acumulação passa a estar dado não pelas condições de ‘produção de mais-valia’, mas sim pelas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada. Vale dizer, os problemas se deslocam para a órbita da ‘insuficiência de demanda efetiva’, colocados, porém, em termos dinâmicos e não em termos estáticos como nos esquemas keynesianos. (TAVARES, 1998, p. 47-48).

O setor III é introduzido nesse marco analítico para absorver superlucros, ou seja, se explica pelo lado da realização, passando a funcionar em termos de uma “terceira demanda” endógena à reprodução de capital.

Na realidade, ao transferir o “limite” da acumulação para a realização, são assumidas leis malthusianas sobre o consumo improdutivo²⁸, ainda que em outro contexto, como também uma visão de produtividade que não distingue seus efeitos na antinomia valor-valor de uso. O aumento geral da produtividade no sistema (ou, o que dá

28 É assim que, em sua correspondência com Ricardo, Malthus sustentava: “Não posso, de modo algum, concordar com você quando observa que ‘o desejo de acumulação agirá sob demanda com a mesma eficácia que o desejo de consumir’ e que ‘o consumo e a acumulação promovem igualmente a demanda’. Confesso que não conheço, na verdade, outra causa para a queda dos lucros, que acredito que você geralmente atribuirá à acumulação, se não que o preço dos produtos cai em comparação aos gastos de produção, ou, em outras palavras, que diminui a demanda *efetiva*”. E adiciona, em outra carta: “De modo algum quero negar que umas ou outras pessoas tenham dinheiro para consumir tudo o que se produz; mas a grande questão está em saber se está distribuído de tal maneira entre as diferentes partes interessadas, de modo a ocasionar maior demanda efetiva para a produção futura. E defendo, expressamente, que uma tentativa de acumular muito rapidamente, o que supõe uma considerável diminuição de consumo improdutivo, deve frear prematuramente o progresso da riqueza ao debilitar muito os motivos [móviles] usuais da produção”. Citada por John Maynard Keynes (1970), incluído como prólogo a T. R. Malthus, *Primer ensayo sobre la población*.

no mesmo, a redução dos custos gerais), embora produza um aumento na massa de valores de uso, não altera por si só a massa de valor criada se mantiver a magnitude extensiva e intensiva da jornada de trabalho. No entanto, reduz nesse valor a parte que corresponde ao capital constante e variável, e é isso que se expressa na redução de custos (uma unidade de capital constante passa a representar uma magnitude de valor menor, e o mesmo acontece com a força de trabalho). A esse caso corresponde a hipótese de Tavares sobre o aumento dos lucros independentemente do comportamento da mais-valia.

Consideremos mais de perto essa hipótese. A elevação da produtividade faz subir a composição técnica do capital, ou seja, a relação física entre trabalho vivo e trabalho morto, e incide sobre a massa de mercadorias produzidas, mas entendidas apenas como valores de uso. Para que saibamos se o aumento de valores de uso corresponde a um aumento de valor, é necessário remeter-se à composição orgânica do capital, isto é, a relação existente entre capital constante e capital variável, tomados como expressão de valor. Suponhamos que a composição orgânica não se altera: como se elevou a massa de mercadorias produzidas, o valor do capital empregado na produção (variável e constante) se divide em uma maior quantidade de produtos, reduzindo o custo unitário da produção, mas mantendo o custo de produção global; em outros termos, a maior quantidade de produtos incorpora, em termos de custo, *a mesma massa de valor*. Nesse nível, não há variação de valor total da produção; para que isso se modifique, isto é, se eleve, o que implicaria a redução relativa do custo de produção, o valor novo (a mais-valia), criado por efeito de uma maior produtividade, deve ser validado a nível de mercado, o que tenderá a uma elevação, não necessariamente proporcional, do lucro obtido pelo capital em cada mercadoria individual e, portanto, um lucro total superior em relação à massa global de mercadorias. Para o *capitalista individual*, que eleva sua produtividade acima da média do ramo, esse efeito é automático, na medida em que a redução do valor individual das mercadorias que ele produz não alterou o valor social delas; em outras palavras, esse capitalista terá produzido uma mais-valia extraordinária convertida em lucro extraordinário para si próprio. Se colocarmos na perspectiva do *ramo*, o efeito é passageiro, uma vez que o aumento da produtividade média deverá reduzir, eventualmente, o valor social da produção ao seu valor individual; se isso não ocorrer, e o ramo pertencer ao setor I ou ao setor II, não haverá redução de custos nos demais ramos, o que dificultaria as reduções de custos posteriores no ramo em questão; ao passo que, se pertence ao setor III, os capitalistas de todos os setores serão obrigados a destinar uma maior parte da mais-valia ao consumo improdutivo, limitando, assim, a escala de acumulação de capital. Em qualquer caso, e independentemente do setor a que pertence, o ramo

que conseguir manter o valor social de suas mercadorias acima do valor individual estaria convertendo parte ou toda sua mais-valia extraordinária em lucro extraordinário, o qual, como já demonstramos antes, e abstraindo aqui o comércio exterior, implicaria não uma redução de custos, mas a manutenção da elevação de custos dos demais, considerando que se tratam de lucros extraordinários que beneficiam o setor I e II, ou, caso se trate de um ramo do setor III, uma redução de lucros em todos os setores. No primeiro caso, a composição orgânica não diminuirá, mas permanecerá estável ou aumentará; no segundo, a massa de lucros suscetível de ser apropriada pelos demais ramos será menor. Assim, para que se observe uma redução geral de custos em toda a economia e a elevação da taxa média de lucro, é necessário que haja uma redução no valor dos lucros individuais e especiais, independentemente de se aumentarem ou não a capacidade de dispor de valores de uso; ou seja, deve-se operar a tendência à *nivelação da taxa geral de lucro*, levando ao desaparecimento do lucro extraordinário. Assinalamos que aí reside o aspecto negativo dos monopólios que, enquanto atuam sobre a circulação, estabelecem e mantêm superlucros acima da taxa de lucro médio vigente.

Colocando as coisas dessa forma, não se pode sustentar que o aumento de produtividade e a queda geral de custos na economia produzam uma massa crescente de valor, que transforme os problemas da reprodução de capital em problemas de realização e desloque a determinação da dinâmica do sistema do campo da produção e realização da mais-valia para o comportamento da “demanda efetiva”. No jogo entre capitais individuais e entre os ramos de produção, bem como entre os setores produtivos, o aumento da produtividade e a redução dos custos provocam transferências de mais-valia e alterações nas relações básicas de distribuição justamente porque derivam de mudanças na proporção do valor produzido e apropriado por esses ramos e capitais que não correspondem a mudanças na massa global de valor produzida na economia em seu conjunto; no nível desta, a maior produtividade e a redução de custos opera não no sentido de aumentar a massa de valor criada, com os consequentes problemas de realização que daí surgiriam, mas, sim, no sentido de manter essa massa, simultaneamente com a sua expressão em uma maior quantidade e diferenciação de valores de uso.

Visto que agora é necessário fazer circular uma massa maior de valores de uso que corresponda à mesma massa de valor, os problemas de circulação surgem a partir do momento em que se modifica a repartição dessa massa de valor entre os diferentes setores. Eles são, pois, a consequência, não a causa, das tendências inerentes à produção de mais-valia, e se expressam em um nível aparente, no fenômeno do lucro extraordinário. O fato de que isso possa derivar de manipulações operadas pelo ca-

pital na esfera da circulação não deve nos fazer esquecer que, salvo em situações excepcionais, como as crises, essas manipulações só dão resultados se acompanharem as tendências da produção. Os lucros monopólicos não constituem, nesse sentido, uma exceção.

Se Tavares pode sustentar pontos de vistas distintos, é porque confunde o efeito da produtividade na criação de valores de uso e de valor, ao tempo que não distingue a dinâmica própria dos capitais individuais, dos ramos especiais de produção e a economia em seu conjunto. Isso é o que a leva a explicar o crescimento desproporcional do setor III por meio da realização, em vez de partir das condições de produção e circulação da mais-valia. Deste modo, não percebe que o aumento da produtividade do sistema segue dependendo da produção de mais-valia e, mais ainda, só tem sentido se se expressa numa elevação dessa mais-valia sobre a base da redução do valor da força de trabalho, que se traduza em uma redução de capital variável, relativa, portanto, independentemente de um aumento de salário do operário individual. São os aumentos de produtividade não canalizados nessa direção que, ao influenciar a esfera de circulação, levam ao desequilíbrio setorial, com a hipertrofia do setor III e dos ramos que produzem para ele.

Nas economias dependentes, o crescimento desproporcional do setor III, que preocupa Tavares, explica-se da mesma forma e leva ao mesmo ponto de chegada, embora seu movimento seja mais exacerbado, como ocorre com fenômenos econômicos nesse tipo de economia capitalista. Por um lado, o aumento da produtividade no setor III pode se traduzir facilmente em superlucros, devido a que a produtividade média dos outros setores é inferior (e quando é alta em certos ramos do setor I, parte dela se transfere aos demais, situação em que o Estado desempenha um papel importante). Por outro lado, devido à superexploração do trabalho, ou seja, ao fato de que a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, a necessidade de desvalorizá-la não se impõe na mesma forma que nos países capitalistas avançados; os mecanismos econômicos que engendram a superexploração e que a reforçam, em particular o crescimento do exército industrial de reserva, atuam naturalmente no sentido de elevar a taxa de mais-valia e criam, no nível político, condições para que os trabalhadores sofram pressões no mesmo sentido. Em consequência, o aumento da produtividade, que normalmente se traduz em superlucros no setor III, tende a orientar-se de maneira ainda mais decidida em sua direção (e, com ela, a acumulação), provocando a hipertrofia do setor. A produção de superlucros no setor III, frente a um setor II que não oferece estímulo significativo ao aumento de produtividade, e as diferenças de composição orgânica que os mediam acentuam o escoamento da mais-valia para o setor III e enviasam toda a estrutura produtiva, traduzindo-se, no

plano da circulação, na diferenciação crescente entre sua esfera alta e sua esfera baixa, ou seja, a que corresponde ao consumo de mais-valia e a que corresponde ao consumo dos salários. Mais uma vez, o que só se compreende à luz dos mecanismos de produção se expressa como um problema de realização.

Ao analisar a acumulação oligopólica, Tavares o faz sobre a base do que estabeleceu para a acumulação competitiva. Mas se verá confrontada, partindo de sua premissa de que o limite da acumulação é dado pelo mercado, com o fato de que novos mercados sempre serão necessários. O setor III já não lhe basta: nas páginas 32-33, introduz novos setores, à margem de seu esquema tripartite (cuja validade é limitada à indústria manufatureira), como agricultura e serviços, bem como o Estado (ou, mais precisamente, o gasto público em infraestrutura). Não só termina o esforço de examinar o problema posto à luz dos esquemas de reprodução, mas perde o fio “lógico” da exposição, pois temos que lidar com uma “terceira demanda” exógena a esses esquemas. Nesta perspectiva, dificilmente se compreende por que, ao tratar de economias dependentes, no capítulo II, Tavares contemple com certo desprezo o problema da sua relação com a economia (e o mercado) mundial, e que o coloque francamente “entre parênteses” no capítulo III, relativo à economia brasileira.

2. Oliveira, apesar de mais ortodoxo na aplicação de um esquema tripartite de reprodução, enfatiza igualmente a desproporcionalidade do setor III, que constitui o elemento definidor por excelência do padrão de acumulação vigente no Brasil (OLIVEIRA, 1977), e não difere muito de Tavares quanto à identificação da origem dessa hipertrofia: a concentração do investimento, que originou um perfil de demanda que fez possível o desenvolvimento do setor III, em um momento em que a divisão internacional do trabalho permitia a certas economias dependentes a possibilidade de passar da distinção entre produtores de matérias-primas e produtores de bens manufaturados para estabelecer-se em torno da distinção entre produtores de manufaturas de consumo e produtores de manufaturas de bens de produção (OLIVEIRA, 1977). Ainda que Oliveira não explicita, parece ser que o problema de fundo está em que essa divisão do trabalho não transcende o plano produtivo para se projetar no plano do mercado, o que levaria aos problemas que esse padrão de crescimento enfrenta; isso provoca uma crise recorrente no balanço de pagamentos, que

[...] se expressa na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamento internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertence ao capital internacional. (OLIVEIRA, 1977, p. 87).

Por outro lado, a predominância do setor III, com seu controle oligopolista sobre a economia, leva a que aumentos de produtividade em qualquer setor sejam transferidos para ele e para o setor I das economias centrais, ao qual está vinculado (OLIVEIRA, 1977), embora os mecanismos para tais transferências não sejam indicados. Isso implica extrema concentração de renda, que esteve na base do desenvolvimento do setor III.

Sempre de acordo com Oliveira, esse padrão de crescimento conduziu à crise de 1962-1967, que se superou se aprofundando, agravando os problemas. A crise atual abre, portanto, duas possibilidades de estratégias: uma de superação efetiva do problema, mediante a internacionalização do padrão de reprodução, o que supõe o desenvolvimento do setor I; a outra é uma estratégia de simples amortização, por meio do crescimento da dívida sustentado pelo aumento de exportações (OLIVEIRA, 1977).

Não reiteraremos aqui as críticas já feitas à Tavares, no sentido de que as razões do desenvolvimento desproporcional do setor III não devem ser buscadas na circulação (concentração do investimento, perfil de demanda); adicionaremos apenas que o recurso às tendências de investimento estrangeiro no Brasil, que se orienta crescentemente ao setor industrial desde os anos 50, além de manter a questão no plano da circulação (movimento de capitais), não proporciona um fator explicativo suficiente: se é certo que esse investimento se dirigiu preferencialmente ao setor III, deve-se explicar por que se sucedeu dessa maneira. Se descartarmos a ideia de um *complot*, só resta como razão o comportamento particular que esse setor assume na formação de lucros extraordinários. Mais interessante, por ser um problema que Tavares preferiu deixar de lado, é examinar como, do ponto de vista de Oliveira, a estrutura setorial da economia brasileira e suas relações interdepartamentais afetaram sua relação com a economia internacional.

Vimos que Oliveira considera crucial a contradição entre desenvolvimento do setor III sob o controle do capital estrangeiro, mas centrado no mercado interno, e a necessidade das empresas estrangeiras de remeter seus lucros ao exterior. Neste sentido, é enfático em negar a possibilidade de crise de realização no mercado interno, convertendo o problema em um de obtenção de divisas para a repatriação de lucros já realizados em moeda nacional. Nos encontramos, assim, com um problema de realização de mais-valia que não tem a ver com sua mudança de forma de mercadoria para dinheiro, mas se desdobra na mudança de forma que o próprio dinheiro deve realizar, na medida em que não é dinheiro mundial. Essa é a razão pela qual Oliveira contempla de passagem, como uma solução pelo menos parcial para o problema, que

a moeda brasileira teria esse caráter, ainda que restrito à esfera regional (OLIVEIRA, 1977). Mas, de imediato, e para o período considerado, essa solução não é uma realidade, pelo que a contradição foi resolvida com o aumento da dívida sobre a base do crescimento das exportações.

A debilidade do trabalho de Oliveira está em que, partindo da relação economia brasileira-economia mundial, busca somente na primeira a solução das contradições existentes entre elas, além de não contemplar senão em um único sentido as mudanças de forma (dinheiro, produção, mercadoria) que o capital assume em seu ciclo. Os dois problemas sérios que sua análise apresenta são os pressupostos, que não coloca jamais em discussão, de que os lucros do capital estrangeiro devem regressar ao circuito internacional e devem fazê-lo sob a forma de dinheiro mundial, materializado em divisas. Para que fosse assim, seria necessário que esses lucros, ao serem remetidos, fossem expressos internamente como superacumulação de capital, ou seja, como capital que não pode ser investido na própria economia nacional a uma taxa de lucro atrativa. Mas, nesse caso, o problema não residiria na realização (ainda que de dinheiro em dinheiro), mas na própria acumulação, cuja restrição obrigaria o capital estrangeiro a ir para o exterior, e também teria que afetar o capital nacional, o que minimiza a importância do controle estrangeiro ou não estrangeiro da produção. De resto, a saída de capital (que tem a ver com as decisões dos capitalistas individuais, o que a torna possível) só seria um problema se não fosse compensada por novas entradas de capital estrangeiro. Caso surgisse essa situação – egressos sem ingressos – seríamos obrigados a reexaminar a própria dinâmica da acumulação pelos motivos que a estariam causando. Na verdade, não é necessário fazê-lo, pois não tem sido essa a característica das relações que, em termos de exportação e importação de capitais, a economia brasileira manteve com a economia mundial nos anos de prosperidade – e graças, é certo, à especulação financeira que o Estado está proporcionando – e ainda não é assim que se apresenta no curso da crise atual.

O segundo pressuposto – a necessidade de que o capital-dinheiro retorne à circulação nacional do capital sob a forma de dinheiro mundial, que se expressa em divisas – merece ser tratado também com cuidado. Isso só seria assim se a economia brasileira, apesar de funcionando como centro da produção de capital, não pudesse funcionar também como centro da circulação tanto de mercadorias como de dinheiro, e se constituindo como simples ponto de uma circulação originada em países avançados. Desde o momento em que o Brasil passou a funcionar como centro de circulação de mercadorias, ou seja, que diversifica, por razões internas, a composição e o destino de suas exportações, a moeda brasileira começa imediatamente a funcionar como dinheiro mundial, ainda que em um marco limitado de relações bilaterais; a expansão

notável que o Banco do Brasil passou nos últimos dez anos é apenas consequência desse fenômeno. Isso pode perfeitamente assumir, como agora, a forma de créditos para garantir a expansão das exportações de mercadorias; mas já se observa, junto a isso, como a circulação de dinheiro originário do Brasil passa a assumir a forma de investimento direto ou indireto no exterior (o que fornece uma base ainda mais efetiva para a expansão da circulação de mercadorias).

A diversificação da circulação é o que hoje pode permitir ao Brasil reproduzir sua dependência de maneira ampla e representa a base sobre a qual terá que resolver a contradição que a nova divisão internacional do trabalho criou entre o nível de produção e o de mercado. Marx apontou que as contradições só se resolvem se aprofundando, ou seja, ampliando o âmbito em que podem seguir se desenvolvendo; desde o momento em que isso deixa de acontecer, nada resta senão a crise final e definitiva. Como a ideia de que o capitalismo atingiu um ponto decisivo de ruptura parece estar longe das cogitações de Oliveira, não lhe restaria senão enfrentar de forma mais dialética a relação entre a circulação de mercadorias e de dinheiro e, portanto, admitir que a superação da crise brasileira atual só se dará mediante uma integração plena com a economia mundial como centro de produção e circulação de capital, sob as três formas em que completa seu ciclo: capital monetário, capital mercantil e capital produtivo.

3. Isso parece dar razão à crítica que Gilberto Mathias (1977) faz aos autores que acabamos de comentar. Na realidade não é bem assim, pois que a crítica de Mathias se baseia em equívocos. Em primeiro lugar, Mathias aceita a afirmação sem fundamento de Tavares de que os esquemas da reprodução de Marx se estabelecem sobre a base de dois departamentos (excluindo a produção de bens de luxo), quando admite que “[...] a introdução de um terceiro setor nesses esquemas, que produz majoritariamente bens de consumo duráveis, permite sem dúvida a construção de um ‘modelo’ que melhor dá conta da evolução da estrutura industrial desses países [dependentes]”, etc. (MATHIAS, 1977, p. 68). Esse é um erro menor. Mais grave é o fato de que Mathias dispensa a conveniência de recorrer a esquemas para a análise concreta em benefício da referência ao movimento cíclico do capital; em outras palavras, contrapõe o estudo do ciclo do capital, tal como formulado na primeira seção do Livro II, ao estudo do processo de reprodução e circulação, da forma como é posto na terceira seção, incorrendo no erro metodológico de opor entre si elementos da construção teórica de Marx, em lugar de utilizá-la como um todo para a análise concreta. Finalmente, e ainda mais grave, Mathias erra ao privilegiar o ciclo do ca-

pital produtivo sobre os demais, insistindo não só no procedimento de opor Marx a Marx (o correto é considerar a unidade dos três ciclos), como privilegiando a forma do capital menos apta para dar conta do processo de valorização²⁹ e menos capaz para a análise da circulação geral de mercadorias, como indiquei antes; adicionamos que, por isso mesmo, a forma P...P não pode incluir a “terceira demanda” em que Mathias (1977) crê, sem perceber que essa “terceira demanda” não é mais do que uma expressão do consumo individual gerado pela mais-valia; assim, se o método de análise proposto por Mathias for aceito, a “corrente ricardiana” teria a vantagem de possuir um elemento explicativo não incluído no seu (além de ter que excluir os outros elementos indicados pelo próprio Mathias [1977]).

Essas claudicações teóricas e tomadas de posição dogmáticas não desmerecem, porém, o interesse da obra de Mathias para o estudo da atual crise brasileira. Sua análise parte do modo como o desenvolvimento do setor III afeta duplamente a taxa de lucro no Brasil ao impedir a desvalorização da força de trabalho e do capital constante (MATHIAS, 1977). Quanto ao segundo, o desenvolvimento do setor III provoca a atrofia do setor I, o que cria obstáculos à desvalorização do capital constante e não pode ser compensado nem pela ação do Estado nem pela importação de bens de produção, visto que o mercado mundial não favorece que aumentos de produtividade obtidos no setor I dos países avançados se traduzam em preços; consequentemente, sobe a composição orgânica do capital, ao mesmo tempo em que se reduz a lucratividade do capital constante. Em relação à força de trabalho, a hipertrofia do setor III corresponde também à atrofia do setor II, freando a desvalorização daquela e, em consequência, a generalização da mais-valia relativa; ainda que isso se compense com a superexploração do trabalho, esta tem limites que, ao se manifestarem, freiam a taxa de acumulação e impedem a expansão do mercado (MATHIAS, 1977). Tudo isso estabelece, pois, fatores de pressão sobre a taxa de lucro a partir do mesmo processo de acumulação.

Sem dúvidas que, a partir da taxa de lucro, Mathias avança consideravelmente, em relação aos outros autores, na percepção dos problemas que caracterizam o padrão de reprodução do capital no Brasil, atualmente em crise; no entanto, ao fazê-lo sem ter esclarecido suas determinações com base na taxa de mais-valia, ele não tira todas as consequências disso e incorre em confusão. Assim, embora perceba que o desenvolvimento do setor III não afeta diretamente a desvalorização da força de trabalho e do capital constante, e por isso não representa uma solução aos problemas

29 Ver minha crítica a Pierre Salama, de quem Mathias toma a ideia, em “La acumulación capitalista y el subimperialismo” (MARINI, 1977).

da taxa de lucro³⁰, Mathias não parte desse fato para explicar esse desenvolvimento (o que o obrigaria a recorrer ao conceito de mais-valia extraordinária), que é simplesmente tomado como um dado, e se preocupa apenas com seus efeitos negativos nos mecanismos que, do ponto de vista do capital constante e variável, combatem a queda tendencial da taxa de lucro. Em sua análise, esses efeitos se expressam na atrofia dos outros dois setores de produção, o que, por não ter sido revelado o comportamento da taxa de mais-valia nos três setores, não chega a ser uma explicação e o deixa em pé de igualdade com Oliveira e em retrocesso em relação a Tavares.

A suposição de Mathias de que os bens de produção não sofrem reduções significativas de preços no mercado mundial, independentemente de seu custo de produção ser cada vez mais baixo, é, pelo grau de absolutização em que é formulado, suscetível de provocar dúvidas. A teoria ensina que os aumentos de produtividade se transferem ou não aos preços, nesses bens como em quaisquer outros, segundo as condições da concorrência; a prática mostra que, ainda que de modo geral a redução de preços desses bens seja mais lenta que a dos produtos primários e bens intermediários, devido às diferenças de produtividade e intensidade do trabalho nos países que produzem uns e outros (e aí radica a chave para as trocas desiguais), tal redução não deixa de acontecer, particularmente em períodos em que se acentua a competição por mercados. Isso se comprova facilmente se examinamos as relações internacionais de troca no início desta década; naturalmente, a elevação dos preços do petróleo e a subsequente agudização da inflação mundial modificaram a situação.

O essencial – e Mathias deve ter tirado as consequências de suas formulações em relação à atrofia dos setores I e II – é que, nas economias dependentes de maior desenvolvimento relativo, a busca por superlucros e a elasticidade da demanda que corresponde à esfera alta de circulação orientam os investimentos ao setor III – em

30 Em vez disso, como indiquei anteriormente, atua no sentido de deprimir a taxa geral de lucro. Note-se que, ao estudar os mecanismos de compensação da queda da taxa de lucro, Marx aponta o desenvolvimento da produção de luxo como um deles (MARX, 2017b). No entanto, ele está se referindo aos ramos de produção, de bens suntuários ou não, que se baseiam no aumento da superpopulação relativa e, por isso, graças à redução dos salários abaixo do nível médio, têm como base uma baixa composição orgânica do capital, “[...] de modo que, nesses ramos de produção, tanto a taxa como a massa do mais-valor são extraordinariamente elevadas” (MARX, 2017b, p. 276); a equalização da taxa de lucro é responsável por fazer com que o conjunto do capital social se beneficie dessa situação. Isso ainda é válido hoje, mas em menor escala: o setor III ao qual nos referimos aqui não é mais constituído principalmente, como na fase de desenvolvimento capitalista referida por Marx, de ramos de baixa composição orgânica, derivados da superestimação de produção artesanal ou semiartesanal (os produtos “feitos à mão” de nossos dias, na indústria de chapéus, calçados, roupas em geral, por exemplo), mas de ramos com alta composição orgânica, cuja maior parcela de valor agregado vem de sua superioridade tecnológica e se traduz em mais-valia extraordinária. Isso é particularmente verdadeiro se nos atermos ao setor III, conforme definido por Oliveira, Tavares e pelo próprio Mathias, ou seja, referente à produção de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos.

particular, estrangeiros, pelas características próprias do setor em termos de produção de mais-valia e de condições de distribuição criadas pela superexploração do trabalho. Com isso, se eleva a composição orgânica desse setor a um ritmo mais rápido que os demais, incluindo a seu favor o mecanismo de nivelamento da taxa de lucro. Ambos os fatores – a drenagem de mais-valia que resulta do nivelamento dos lucros em um setor com alta composição orgânica e o que deriva do lucro extraordinário (que, como vimos, está diretamente ligado às condições de mercado) – deprimem a taxa de lucro nos demais setores (com exceção dos ramos do setor I que produzem fundamentalmente para o setor III): nesse sentido, e somente nesse sentido, é que a atrofia de I e II pode ser atribuída ao desenvolvimento do setor III.

A internacionalização do setor I, ou seja, a substituição de importações de bens de produção, tenderia a corrigir esse desequilíbrio básico ao elevar a composição orgânica desse setor em relação ao setor III, mas não seria capaz de, por si só, depreciar o capital constante, como supõe Mathias. É pouco provável que os preços dos bens de produção fabricados internamente tenham estado abaixo dos preços vigentes no mercado mundial (basta ver o que acontece com os bens que o setor III produz). Em consequência, a desvalorização do capital constante e seu efeito na taxa geral de lucro no Brasil seguiriam dependentes das condições impostas, nesse terreno, pelas economias capitalistas avançadas, ainda que essa dependência específica deixasse de ser viabilizada como prioridade, como é agora, pela via da balança comercial. Afirmando o contrário, Mathias, ainda que de maneira diferente, leva água ao moinho autonomista de Oliveira e recua em relação a Tavares, que é muito mais cética quanto a essa possibilidade de superação da dependência (tanto que, para ela, essa via nem existe).

As considerações de Mathias sobre a desvalorização da força de trabalho criam dúvidas ainda mais sérias. Deixando de lado a influência do setor III na determinação da taxa de lucro do setor II, pelo que vale o exposto, devemos nos preocupar com a forma como Mathias aborda o problema da superexploração do trabalho enquanto mecanismo que garante essa desvalorização. Não insistiremos na imprecisão conceitual com que aborda a superexploração (igual à mais-valia absoluta e, mais adiante, igual à prolongação e intensificação do trabalho, sem referência à relação entre o salário e o valor da força de trabalho), nem tampouco o fato de que a superexploração *não desvaloriza* a força de trabalho, mas a deprecia; vamos ao essencial: o fato de considerar a superexploração como a expressão de uma fase que o capitalismo brasileiro vive, portanto suscetível de dar lugar a outra fase com a introdução de métodos voltados ao aumento da produtividade que permitam a geração de mais-valia relativa. Assim como fez em relação à transferência dos aumentos de produtividade aos preços dos bens de produção no mercado mundial, Mathias incorre, aqui, em

“simplificações abusivas”, tanto no plano teórico como no histórico. O recurso à produtividade do trabalho, como método de extração de mais-valia, *não é algo que está por vir* para quando se esgota a possibilidade de extraí-la com base na superexploração, mas é justamente porque esse recurso já é amplamente utilizado que a superexploração no Brasil se agravou. É o que examinei em outro lugar, ao indicar como, ao influenciar uma estrutura produtiva baseada na superexploração, o aumento da produtividade do trabalho leva à aceleração do crescimento do exército industrial de reserva, o que torna possível uma maior pressão do capital sobre as condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores³¹. O fato de, junto com isso, a burguesia recorrer ao Estado para quebrar a resistência operária e tornar ainda mais eficaz a ação do exército de reserva (eliminando, por exemplo, a estabilidade de emprego, fixando tetos salariais, suprimindo o direito à greve etc.) não modifica o problema em seus termos essenciais. Consequentemente, para que os trabalhadores brasileiros consigam superar a superexploração, eles terão de fazê-lo – ao contrário do que pensa Mathias – derrubando a economia dependente que existe no Brasil, por maiores que sejam os avanços que o regime capitalista de produção apresenta.

* * *

Na medida em que constituem um momento definido do processo de produção do edifício teórico de Marx, os esquemas de reprodução não podem ser isolados dos demais componentes que intervêm nesse processo, nem se contrapor a eles. É a partir da teoria do valor e em função da teoria da mais-valia que é estabelecida sua conexão com a lei da queda tendencial da taxa de lucro, com o que Marx coroa seu trabalho. Mas, pelo nível de abstração em que se situam, os esquemas de reprodução só têm validade sobre a base dos pressupostos em que se baseiam; qualquer mudança neles

31 Cf *Dialética da Dependência* (MARINI, 2011). Polemizando comigo a respeito desse ponto, Mathias comete erros que não sei se atribuo à má compreensão ou má-fé. Assim, sustenta que pretendo caracterizar “[...] o capitalismo latino-americano pelo fato de que isso [sic] dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para [...] depreciar a força de trabalho, etc” com base em um trecho do texto acima mencionado. A frase se encontra lá, de fato, mas não como uma caracterização *geral* do capitalismo latino-americano, mas da industrialização realizada *até 1950*, isto é, um período que, de maneira nada feliz, Mathias chama de “reinserção” da economia latino-americana à economia capitalista mundial. No parágrafo seguinte, no entanto, meu texto se volta às condições que obrigam os capitalistas industriais a enfrentar a necessidade de recorrer ao aumento da produtividade do trabalho e indica de que maneira isso ocorreu, ou seja, como se verificou a *transição entre um modo de acumulação baseado essencialmente na superexploração do trabalho a outro, em que a superexploração é a base sobre a qual incide o aumento da produtividade do trabalho*, cf. em particular p. 171 e o último parágrafo do texto em questão.

leva, necessariamente, ao seu questionamento global. O vício básico das polêmicas suscitadas reside na violação dessa norma e no fato de confundirem o que é uma abstração teórica com a representação histórico-formal do sistema capitalista.

A utilização dos esquemas de reprodução para a análise do capitalismo dependente, que examinamos nessa ocasião, não apresenta esse inconveniente. O fato de serem tomados como uma referência teórica entre muitas e de estarem integrados a um quadro categórico mais amplo é uma virtude, pois permite levantar problemas que os próprios esquemas não podem dar conta. No entanto, para que a análise seja bem-sucedida, o fio lógico da construção teórica de Marx não pode ser quebrado, sob pena de incorrer num ecletismo que invalida a capacidade explicativa dos esquemas e não os torna mais úteis que qualquer outro instrumental analítico, como, por exemplo, o de tradição cepalina. Analogamente, uma correta aplicação dos esquemas aos problemas da realidade latino-americana exclui raciocínios unidirecionais – e, por isso mesmo, unilaterais – e exige a consideração dialética de suas relações com a economia mundial, bem como os movimentos contraditórios que, tanto no abstrato como no concreto, caracterizam o ciclo do capital.

No entanto, essa utilização por parte dos autores que analisamos aqui, ao privilegiar o objeto específico dos esquemas – as relações intersetoriais e, com isso a circulação da massa de valores de uso e de valor produzida – conduz ao equívoco de sobrepor a circulação à acumulação e mesmo à reprodução do capital. Em Tavares, particularmente, isso leva a recuperar formulações que até mesmo Ricardo rechaçaria, como as teses malthusianas sobre o consumo improdutivo, ainda que estas tenham sido impostas novamente na economia neoclássica; mais que por serem erros teóricos, os equívocos de Tavares são inaceitáveis na medida em que encobrem uma visão apologética do capitalismo em geral e do brasileiro em particular. No fundamental, essa visão deriva de sua tese em relação à expansão dos lucros sobre a base da redução geral de custos, desvinculada da produção de mais-valia, e compatível com a elevação dos salários além de qualquer limite que possa ser imposto pelo valor da força de trabalho em sua comercialização. Na perspectiva de Tavares, o aumento dos lucros tem como causa principal a desvalorização do capital constante, alcançada como efeito da produtividade do próprio capital constante; o fato dessa produtividade ser, em última análise, a produtividade do trabalho e que essa desvalorização é o resultado da desvalorização da força de trabalho desaparece como por magia e, com isso, o caráter explorador do sistema, que poderia continuar seu desenvolvimento livre das determinações que surgem da produção de mais-valia, ou seja, da exploração do trabalho, se preocupando apenas com os problemas colocados pela realização dos produtos.

Em Oliveira e, de maneira mais sutil, em Mathias, essas questões reaparecem.

Apesar de sua pretensão de realizar um estudo endógeno da acumulação no Brasil, Oliveira não leva realmente em conta a acumulação em si e sua mola vital, a exploração do trabalho, e justamente por isso sua análise acaba por privilegiar as relações da economia brasileira com a economia mundial (não importa, aqui, se se baseia em um esquema setorial) e, finalmente, foca o problema da realização do dinheiro nacional em dinheiro mundial como questão central; preso nessa contradição aparente, toda a análise de Oliveira conclui em direção à solução que representaria a busca de um esquema setorial mais equilibrado, graças ao desenvolvimento do setor I, que mal disfarça o retorno do autor ao redil das ilusões sobre o desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil que alimentaram as elaborações ideológicas do pensamento desenvolvimentista. A crítica de Mathias, por sua vez, se circunscreve à taxa de lucro, ela mesma resultado da concorrência, sem esclarecer as questões próprias da acumulação enquanto tal, ou seja, como fator de produção imediato, não indo ao fundo do problema. Consequentemente, Mathias não só incide no desvio autonomista de Oliveira, como, ao confundir a superexploração do trabalho com extração de mais-valia absoluta, e esta com um determinado período histórico, alimenta ilusões na entrada do capitalismo brasileiro em uma fase em que este não se distinguiria essencialmente do capitalismo tal como se desenvolveu nos grandes centros imperialistas.

Os três autores analisados encontram-se, no final do caminho, destacando a importância do Estado em abrir caminho para as tendências progressistas que elevariam o desenvolvimento capitalista brasileiro a um patamar superior: reorientação das tendências do mercado, maior equilíbrio entre os setores da produção, passagem para o estágio da mais-valia relativa etc. O esforço de Mathias por recolocar o problema do Estado, ressaltando que sua ação não escapa às leis gerais que regem o capitalismo brasileiro, ainda que represente um passo adiante em relação ao pessimismo de Tavares e constitua a parte mais interessante e bem escrita de seu trabalho, não é suficiente para situá-lo de maneira correta. E não é pelo fato de que essas leis não estão claramente estabelecidas em sua análise, que salta das relações relativas à teoria do valor para aquelas relativas à teoria do lucro, sem se deter nas relativas à teoria da mais-valia e da acumulação de capital. No entanto, esse vínculo é essencial para uma adequada compreensão do capitalismo brasileiro e do papel do Estado em seu desenvolvimento.

O marxismo é uma teoria complexa, que permite uma análise extremamente rica das realidades concretas a que se aplica. O esquematismo e a aridez que o leitor encontra nesse ensaio não invalidam essa proposição: nosso objetivo, como apontamos no início, consistia apenas em verificar a possibilidade de utilizar os esquemas de reprodução na análise concreta. Se, quando considerados à luz da produção e rea-

lização de mais-valia, ficar claro que esses esquemas não têm validade própria e só constituem uma ferramenta analítica útil se incorporarem o conjunto das formulações marxistas, nosso propósito terá sido plenamente alcançado.

REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, Eduard. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo XXI, 1982.
- BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. Trad. Raul de Carvalho. São Paulo: Abril Cultura, 1984.
- COLETTI, Lucio. *El marxismo y el 'derrumbe' del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.
- KALECKI, Michel. *Teoría de dinámica económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- KEYNES, John M. Robert Malthus (1766-1834): el primer economista de Cambridge. In: MALTHUS, Thomas. *Primer ensayo sobre la población*. Madrid: Alianza, 1970. p. 35-36.
- LENIN, Vladimir. Algo más sobre la teoría de la realización. In: LENIN, Vladimir. *Escritos económicos 1893-1899*. Sobre el problema de los mercados. Madrid: Siglo XXI, 1974.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRESPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, p. 21-39, abr./jun., 1977. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.12/CP.12.4.Marini.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017a. Livro I – O processo de produção do capital.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b. Livro III – O processo global da produção capitalista.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2014. Livro II – O processo de circulação do capital.
- MARX, Karl. *Historia crítica de la teoría de la plusvalía*. Havana: Venceremos, 1965.
- MATHIAS, Gilberto. Estado y crisis capitalista en América Latina. *Críticas de la Economía Política*, n. 2, p. 61-97, jan./mar. 1977.
- NAPOLEONI, Claudio. *El futuro del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 76-113.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; UERJ, 2001.
- SALAMA, Pierre. *El proceso de subdesarrollo*. México: Era, 1976.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3. ed. São Paulo: UNICAMP; IE, 1998.

Sobre Dialética da Dependência, o Capital e o Impulso Imperialista do Capitalismo*

Andy Higginbottom**

Resumo: Este trabalho busca desenvolver e sistematizar os avanços que Ruy Mauro Marini apresentou em relação às análises de Karl Marx de *O Capital* sobre as formas de exploração que o capital emprega para obter o mais-valor. O conceito de superexploração do trabalho articula, no plano teórico, os aspectos históricos que Marx não vinculou aos aspectos mais gerais de sua teoria do mais-valor. O texto defende que o conceito formulado por Marini deve dar lugar a uma nova forma de mais-valor e propõe a categoria de *mais-valor relacional* para adequar os aspectos abstratos da teoria do mais-valor de Marx aos processos históricos do capitalismo que ele mesmo apontou e reconheceu.

Palavras-Chave: Dialética da dependência. Ruy Mauro Marini. Karl Marx. O Capital. Imperialismo.

Abstract: This paper seeks to develop and systematize the advances that Ruy Mauro Marini presented in relation to Karl Marx's analysis of the forms of exploitation that capital employs to obtain surplus value. The concept of super-exploitation of labor articulates at the theoretical level the historical aspects that Marx did not link to the more general aspects of his theory of surplus value. The paper argues that the concept formulated by Marini should give way to a new form of surplus value and proposes the category of *relational surplus value* to bring the abstract aspects of Marx's theory of surplus value into line with the historical processes of capitalism that he himself pointed out and recognized.

Keywords: Dialectics of dependency. Ruy Mauro Marini. Karl Marx. The Capital. Imperialism

Resumen: Este trabajo pretende desarrollar y sistematizar los avances que Ruy Mauro Marini presentó en relación con los análisis de Karl Marx en *El Capital* sobre las formas de explotación que el capital emplea para obtener plusvalor. El concepto de superexplotación del trabajo articula a nivel teórico los aspectos históricos que Marx no vinculó a los aspectos más generales de su teoría del plusvalor. El texto defiende que el concepto formulado por Marini debe dar paso a una nueva forma de plusvalor y propone la categoría de *plusvalor relacional* para adecuar los aspectos abstractos de la teoría del plusvalor de Marx a los procesos históricos del capitalismo que él mismo señaló y reconoció.

Palabras-llave: Dialéctica de la dependencia. Ruy Mauro Marini. Karl Marx. El Capital. Imperialism.

* Título original: "Sobre Dialéctica de la Dependencia, El Capital y la Pulsión Imperialista del Capitalismo". Traduzido do espanhol por Pedro Martinez.

** Professor associado no Departamento de Política, Direitos Humanos e Relações Internacionais na Universidade de Kingston.

Desde a sua primeira grande obra, *Subdesenvolvimento e Revolução*, é evidente que o pensamento de Ruy Mauro Marini foi dirigido por meio da luta pelo socialismo na América Latina. Sua análise, enfática e criativa, defendia a necessidade da emancipação da classe trabalhadora através da revolução contra a sua própria burguesia, e não em aliança com ela. Ele analisou o capitalismo no Brasil e na América Latina, com as suas características peculiares de subdesenvolvimento e uma relação diferente com o capitalismo mundial que a do capitalismo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Marini posicionou enfaticamente o seu argumento a favor do socialismo no paradigma da dependência, pelo qual entendeu que o subdesenvolvimento capitalista da América Latina contribui para o desenvolvimento da Europa. A relação de dependência é, essencialmente, uma transferência de valor dos países pobres e subordinados para os países ricos e dominantes.

A contribuição teórica original de Marini foi situar as relações de produção na raiz das transferências internacionais de valor, portanto desenvolvendo uma teoria do trabalho do imperialismo distinta, que é a base da teoria da dependência marxista. Marini identificou a *superexploração* do trabalho como a relação social que constitui a base do subdesenvolvimento capitalista. Este não é o seu único conceito estratégico, pois a sua análise sistemática liga a superexploração do trabalho às trocas desiguais no comércio internacional, à ideia de um mercado interno fragmentado e ao conceito de subimperialismo. Neste artigo, o enfoque é a superexploração.

A explicação de Marini sobre a superexploração capta de forma conceitual a condição real da classe trabalhadora na América Latina. A superexploração envolve três elementos: baixos salários, longas horas de trabalho e intensificação do trabalho até à exaustão e morte prematura. Tanto o prolongamento da jornada de trabalho como o aumento da intensidade do processo de trabalho também figuram em *O Capital* como métodos de aumento do mais-valor. Para Marini (1973, p. 92-93), a superexploração caracteriza-se sobretudo pelo “[...] aumento da exploração da força física do trabalhador [...] e tende a expressar-se normalmente no facto de que a força de trabalho é remunerada a um preço inferior ao seu valor real”.

Com *Dialética da Dependência*, Marini conseguiu um grande avanço teórico, não apenas como base para a teoria marxista da dependência latino-americana, mas para a regeneração da teoria marxista no nível global. O trabalho de Marini é uma fonte que começa a ser mais amplamente reconhecida, pois fornece a chave para a análise da última fase do imperialismo capitalista no século XXI (SMITH, 2016).

1. A recepção hostil da teoria da dependência pelo marxismo eurocêntrico: um exemplo entre muitos

Escrevo a partir de um Estado imperialista que tem inevitavelmente afetado a condição da classe trabalhadora, mesmo quando entramos em crise. Igualmente inevitável é a tendência dominante do pensamento marxista, que, durante o século XX, se tornou cada vez mais eurocêntrico nas suas suposições. Um indicador importante disto é a hostilidade demonstrada em relação à teoria da dependência quando alguns dos seus autores se tornaram conhecidos em inglês na década de 1970. A publicação das obras de Gunder Frank despertou um furor de rejeição. Selecciono apenas um caso do vasto catálogo de negadores de dependência. No último capítulo de *Acumulação Mundial: 1492-1789*, Frank (1979) aborda o problema das referências cruzadas entre a análise de Marx do mais-valor em *O Capital* e a superexploração. Frank aponta para a distinção de Marx entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo, e depois cita duas das principais passagens em que o próprio Marx introduz fenômenos que não se enquadram em nenhuma destas duas categorias: do capítulo XXII do volume I, sobre a transformação do mais-valor em capital (MARX, 1975, p. 741), e do capítulo XIV do volume III, sobre as causas que contrariam a tendência de queda da taxa de lucro (MARX, 1976, p. 301). No primeiro caso, Marx aponta para os casos de “redução violenta dos salários” abaixo do “valor da força de trabalho”; no segundo caso, fala da “redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho”.

Frank argumenta que existe uma correspondência direta entre a superexploração e aquilo a que Marx alternativamente denomina “redução violenta” ou “redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho”, que são idênticos. Ele continua:

A acumulação capitalista de capital baseia-se também em uma superexploração da força de trabalho através de um extraordinário valor excedente que frequentemente - e não apenas na indústria doméstica britânica - nega ao trabalhador mesmo o mínimo necessário para a sua subsistência por qualquer definição e que, em alguns momentos e em alguns lugares, proíbe até a reprodução da força de trabalho. Além disso, essa superexploração abaixo do nível de subsistência ocorre tanto através do trabalho assalariado como através de outras relações de produção, bem como através da sua combinação. (FRANK, 1979, p. 226).

Frank abordou o problema teórico, mas não desenvolveu este conceito de “superexploração da força de trabalho através do mais-valor extraordinário”, nem explicou a sua não-identidade com o mais-valor absoluto e mais-valor relativo. De facto, Banaji (1983, p. 105), um crítico de Frank, tornou esse ponto crucial explícito ao afirmar que “[...] para ele [Frank] isto parece representar uma terceira forma de produção de

mais-valor, que não é nem relativa nem absoluta, enquanto para Marx é uma forma de produção de mais-valor absoluto”.

Aqui, Banaji expressa a ortodoxia marxista em resposta ao desafio apresentado pelo pensamento da teoria da dependência. Banaji não justifica textualmente o seu comentário de que o mais-valor absoluto cobre os fenômenos em questão. Na minha opinião, a ideia de “uma terceira forma de mais-valor” é substancialmente correta, e, como veremos, essa tese foi apresentada por Marini em *Dialética da Dependência*.

Assim como Marini e Frank, vejo a tese da superexploração do trabalho como revelando outra dimensão ou aspecto de mais-valor: um aumento que é conseguido por meio da redução do custo para o capital da força de trabalho através de uma diminuição do consumo de mercadorias pelos trabalhadores. Esse método é descrito por Marx em diferentes contextos, como a redução forçada do preço do trabalho abaixo do seu valor, a redução do valor da força de trabalho ou, mais simplesmente, como o emprego de “trabalho barato” (1975, p. 561) – “cheap labour”, como os ingleses chamavam. Em todas essas interpretações, há uma redução na quantidade de capital variável que é necessária para comprar a força de trabalho, para pôr em movimento a força de trabalho viva. Podemos entender que se trata de uma força de trabalho barata que fornece trabalho vivo ao capital *a um custo menor* e, portanto, a base para um maior grau de exploração e uma maior taxa de mais-valor devido a uma redução no tempo de trabalho necessário para produzir o equivalente ao valor da força de trabalho. O menor custo é devido a uma exploração mais dura e opressiva de setores da classe trabalhadora.

Esse aumento na taxa de mais-valor é diferente do mais-valor absoluto, o que, na explicação de Marx, se deve ao aumento do expediente de trabalho. A diminuição do capital variável por esse meio também não é mais-valor relativo, já que, segundo Marx, isso depende apenas do aumento da produtividade nos setores que produzem as mercadorias consumidas na reprodução da força de trabalho. Como característica necessária e essencial do modo de produção capitalista, esta dimensão adicional da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor real está no mesmo nível ontológico do mais-valor absoluto e do mais-valor relativo, mas não pode ser reduzida a nenhuma dessas duas categorias, pois ela mesma implica *condições de exploração mais opressivas*. Por essas razões, sugiro que este aspecto da superexploração da mão-de-obra dê origem à ideia de *mais-valor relacional*. Isto corresponde ao conceito proposto por Van der Linden (2020) de uma “desigualdade relacional” dentro da classe trabalhadora global.

2. Algumas posições no debate atual

Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015) argumentam que a superexploração já está presente como uma categoria teórica em *O Capital*. Eles afirmam que “O Capítulo VIII é onde Marx desenvolve lógica e historicamente, isso é, teoricamente, a superexploração, a relação entre o valor da força de trabalho e seu desgaste acima do nível necessário para restabelecer as condições normais” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 109). Afirmam que o conceito de superexploração está presente na voz dos trabalhadores (baseado no manifesto dos trabalhadores de construção), o que levanta a questão do excesso de trabalho como causa de sua exaustão e morte prematura. A questão de saber se a força de trabalho é utilizada durante uma vida de trabalho de 30 anos ou consumida em 10 anos, abre a porta para uma maior exploração da força de trabalho. A compra da força de trabalho “pelo seu valor” deve ser considerada ao longo da vida laboral. De acordo com Marx (1975, p. 281), os trabalhadores dizem que “[...] a utilização da minha força de trabalho e a *expolição* da mesma são coisas muito diferentes”, rejeitando fortemente sua *superexploração*.

A reflexão de Corrêa e Carcanholo (2016) em sua crítica a Nascimento, Dillenburg e Sobral é que tal comentário de Marx é apenas formativo, não uma teoria conceitual. Sua posição é que o argumento de Marx é correto no nível mais abstrato da teoria pura e que, nesse nível de definição conceitual, não há necessidade de dar conta da superexploração, que é uma das particularidades dos países latino-americanos e, portanto, pertence a um nível de análise mais concreto.

Osorio (2018) examina os pontos de *O Capital* em que Marx relaxa a suposição de que a força de trabalho é vendida por seu valor e cita passagens que carregam a voz dos trabalhadores, que também são citadas por Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015). Osorio (2013, p. 11) argumenta que a superexploração do trabalho pode ser vista como “a violação do valor da força de trabalho”, apontando corretamente que a força de trabalho não é igual a outras mercadorias nesse sentido.

Essa breve nota sobre a literatura é incompleta, pois não consideramos diretamente os argumentos de Katz (2017) e a sua polêmica com Osorio (2018), embora fique claro, à medida que avançarmos, que concordo com os principais pontos levantados por Osorio, ainda que com uma linha de argumentação diferente. Na literatura latino-americana atual, foram apresentadas diferentes posições que abordam o mesmo problema: qual é a relação entre a elaboração de Marini sobre a superexploração do trabalho e *O Capital* de Marx?

Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015) têm razão quanto a que a exploração tende à superexploração, ou seja, o capital procurará aumentar seu valor excedente e,

portanto, seu lucro. No entanto, embora a exploração tenda à superexploração, como Osorio (2018) argumenta, nem sempre são as mesmas desde um enfoque qualitativo. A superexploração do trabalho não pode ser simplesmente reduzida a mais exploração, e deve conceitualmente ser considerada como uma categoria por si só. Essa passagem da quantidade para a qualidade é muito importante e é a razão pela qual toda exploração capitalista deve ser examinada tanto em termos sociais quanto econômicos, para considerar como o social se torna econômico. Não é preciso repetir que o capital irá explorar as diferenças na força de trabalho para aumentar o mais-valor. Isso é mais do que divisão ideológica e dominação, embora a ideologia esteja sempre envolvida, mas requer, acima de tudo, a construção social e a reprodução das diferenças materiais.

Acredito que a abordagem de Correa e Carcanholo nega o impulso teórico revolucionário do trabalho de Marini, que enfatiza a natureza neocolonial e opressiva do modo de produção capitalista, seu caráter inerentemente imperialista, *no nível mais essencial de sua definição*. Para colocar a questão positivamente, da minha perspectiva, é extremamente importante que os trabalhadores do Norte global reconheçam que a superexploração do trabalho no Sul global e os correspondentes mecanismos de transferência de valor são a condição geral de seu relativo privilégio. Com isso, o internacionalismo terá uma base teórica em um marxismo rejuvenescido, o que é algo pelo qual vale a pena lutar.

O panorama do meu argumento é que, embora a superexploração do trabalho não tenha sido formulada como uma categoria teórica em *O Capital*, esse livro nos dá muitas pistas úteis sobre como uma teoria desse tipo poderia ser construída. A categoria crítica, o verdadeiro ponto de partida de nossa discussão, é o conceito de mais-valor. Embora os fenômenos de superexploração estejam presentes, eles requerem uma elaboração conceitual do mais-valor que vá além do ponto que Marx alcançou no volume I de *O Capital*. Para isso, devemos recuperar a concetualização de Marx do mais-valor, testá-lo contra os fenômenos e depois mostrar que a sua elaboração no volume I não é adequada para dar conta dos fenômenos. Algo sobre superexploração já está presente no trabalho de Marx, mas, na melhor das hipóteses, é embrionário ou foi deixado de lado no exato momento da formação do conceito. É necessário superar seu status pouco formativo ou marginal e torná-lo o foco de nossa análise. Concluirei o que Marini já fez, deixando-nos uma base sólida para novas tarefas.

3. Sobre *O Capital*

As numerosas referências de Marini (1973) de *O Capital* indicam que ele estudou esse texto muito de perto. É necessário investigar tanto o trabalho de Marx quanto

a relação de Marini com ele. O volume I de *O Capital* se move entre a derivação da relação de exploração capital-trabalho baseada na troca de valores equivalentes de mercadorias e o “tornar-se” lógico do capital na primeira seção, até a gênese histórica do capitalismo com a acumulação original de capital na sétima seção (MARX, 1975). Mas falta algo na navegação entre esses dois polos de explicação: as desigualdades persistentes da exploração do trabalho. Marx resume a condição da gênese do modo de produção capitalista como a acumulação de capital, por um lado, e a disponibilidade de mão de obra livre, por outro. Ele critica a noção de trabalho “livre” ao apontar seu duplo significado: os trabalhadores são “livres” para contratar sua própria força de trabalho, mas são *obrigados* a fazê-lo porque foram privados do acesso aos meios de produção; eles são “livres” para serem explorados pelo capital. No entanto, na transição da descrição histórica para a determinação teórica do mais-valor (comparando os capítulos XXIV e IV do volume I), uma relação crucial fica de fora: a face racializada e colonial da exploração do trabalho no modo de produção capitalista durante o século XIX, na era após a Revolução Industrial, com as primeiras fábricas de grande escala e o “império informal”.

Embora a história e a teoria estejam profundamente interligadas ao longo do volume I, a forma como Marx lida com sua interação muda de seção para seção. As primeiras seções e a última sobre a origem do modo de produção capitalista são, cada uma delas, distintas por si mesmas. Vamos concentrar a atenção no movimento intermediário, abrangendo a terceira seção até a sétima, que trata diretamente da produção de capital e do processo de trabalho no modo de produção capitalista, com a teoria do mais-valor. Aqui o registro do texto oscila entre os capítulos que expõem e desenvolvem conceitos teóricos, e aqueles cuja ênfase está mais na história do modo de produção capitalista a partir de diferentes perspectivas. Além disso, o movimento intermediário do volume I tem um padrão que também é encontrado nos dois volumes subsequentes: o esboço geral inicial do conceito é apresentado, depois são desenvolvidos seus aspectos particulares, e depois sua sublimação sob a forma de contradição sistêmica. No movimento intermediário do volume I, o conceito de mais-valor é introduzido em suas determinações teóricas como a essência do modo de produção capitalista; depois é desenvolvido através dos métodos particulares de seu aumento como mais-valor absoluto e mais-valor relativo; finalmente, o mais-valor transformado impulsiona a acumulação geral de capital como o reproduzidor do sistema de classes.

Normalmente, na ortodoxia marxista, entende-se que o aumento do mais-valor depende de três elementos: mais-valor absoluto, mais-valor relativo e a intensidade do processo de trabalho, cujas combinações e variações Marx examinou na quinta

seção do volume I (1975, p. 615-649). O mais-valor como tal baseia-se no capital que estende o tempo de trabalho para além do tempo de trabalho necessário para produzir o equivalente ao valor da força de trabalho. Desse ponto de vista, é compreensível começar, como Marx fez, com a luta do capital para impor jornadas de trabalho cada vez mais longas, contra a resistência dos trabalhadores. Mas esse excesso de trabalho só é possível, por sua vez, se o trabalho for suficientemente produtivo para poder produzir o equivalente ao valor de sua própria força de trabalho em menos tempo do que o expediente completo de trabalho. Marx aponta no capítulo XIV que mais-valor absoluto e mais-valor relativo são dimensões completamente inseparáveis e dialeticamente relacionadas de mais-valor como tal, ainda que a apresentação linear que faz da acumulação de capital, liderada primeiro pelo mais-valor absoluto e depois pela mais-valor relativo, corresponda a uma certa sequência histórica dentro do modo de produção capitalista, à medida que ele se instala.

Seguindo Marini, o cerne do argumento é que a incorporação da superexploração em *O Capital* requer uma reformulação, uma modificação do conceito de mais-valor *restrita* a estas três dimensões (absoluto, relativo e de intensidade), para incluir o aumento da mais-valor através do pagamento de salários mais baixos (até mesmo sem o pagamento de salários). Defendo que essa é uma das quatro modificações necessárias para determinar mais plenamente o mais-valor “como tal”. Duas outras modificações são o aumento do mais-valor através da melhoria da qualificação da força de trabalho e seu aumento através da apropriação de valores de uso da natureza. Ambas as modificações se referem à produtividade do trabalho e foram reconhecidas por Marx, mas ele as tratou de forma muito diferente na arquitetura de *O Capital*. Marx deixa de lado a questão do trabalho qualificado desde o início da exposição no volume I, como algo que, em princípio, pode ser resolvido reduzindo o trabalho complexo ao trabalho simples. Ou seja, em seu ponto de partida, Marx faz uma suposição simplificadora sobre a formação de força de trabalho qualificada e sua utilização como trabalho qualificado ou complexo. Na verdade, Marx volta ao assunto várias vezes nos capítulos sobre a divisão do trabalho (XII) e a fábrica (XIII).

Outra modificação no mais-valor ocorre quando o sistema capitalista se aproveita de condições particularmente favoráveis encontradas na natureza. O método de exposição de Marx foi radicalmente diferente em relação à geração de mais-valor através da produção capitalista na agricultura, à qual ele deu um tratamento incrivelmente exaustivo em *O Capital* e nas *Teorias do Mais-Valor*. Mas o leitor tem que perseverar quase até o final do volume III e compreender a difícil elaboração de Marx dos preços de produção e o funcionamento contraditório do capitalismo como sistema, antes de chegar a essa análise específica. A abordagem de Marx é examinar a

agricultura capitalista apenas uma vez que tenha estabelecido a dinâmica de todo o sistema baseado no capitalismo industrial e especialmente após a modificação necessária de valor resultante das diferenças nos níveis de investimento entre os setores industriais (MARX, 1976). A agricultura é então abordada como um setor dentro do capitalismo maduro com suas próprias características especiais. Essa estratégia de exposição conduz a uma rica e complexa investigação sobre o aluguel de terras, que merece uma elaboração muito mais completa do que podemos fazer aqui.

Nosso objetivo é destacar que a maioria dos analistas tem entendido isso exclusivamente como uma questão de *distribuição* de mais-valor entre capitalistas e proprietários (e de indústrias extrativas, como a mineração na época de Marx, e o petróleo desde o final do século XIX). A meu ver, isso levou a um erro comum, embora compreensível dada a localização da análise na sequência dos volumes de *O Capital*. O que é ofuscado é que a exploração capitalista na agricultura também afeta os trabalhadores ali empregados, que *produzem mais ou menos mais-valor de acordo com suas condições particulares*.

Em uma explicação resumida de algumas páginas do capítulo XIV do volume I, Marx antecipa seu abrangente enfoque no volume III. Ele começa com a importância da natureza como uma fonte de riqueza para todas as sociedades e prossegue apontando que “Uma vez pressuposta a produção capitalista [...] a quantidade do mais-trabalho variará, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, de acordo com as condições naturais do trabalho, sobretudo com a fertilidade do solo” (MARX, 1975, p. 622). Para ser mais preciso, as diferenciações encontradas na natureza dizem respeito tanto à produção de mais-valor quanto à sua distribuição. Marx (1975, p. 624) enfatiza o ponto: “A diversidade das condições naturais do trabalho tem o efeito de que em diferentes países a *mesma quantidade de trabalho* satisfaz diferentes massas de necessidades; portanto, sob condições análogas, *o tempo de trabalho necessário* é diferente [...]”.

Ou seja, o seu trabalho é mais ou menos produtivo de acordo com as condições naturais mais ou menos favoráveis que o capital encontra e molda para seu propósito. Existe, portanto, uma forte – embora não completa – analogia entre o trabalho tornado mais produtivo pelas máquinas e o trabalho tornado mais produtivo pela fertilidade da natureza, bem como em sua função nas relações sociais capitalistas. A inclusão do campo e da mina ao lado da fábrica requer uma elaboração teórica adicional de mais-valor que é análoga à mais-valor relativo baseada em máquinas, mas – novamente – não redutível a ela.

4. Alguns exemplos relevantes de aumento da exploração introduzidos por Marx

Marx dá muitos exemplos de fenômenos que levantam a questão dos graus desiguais de exploração, relacionados à diferenciação qualitativa dentro da classe trabalhadora. A seguir, consideramos como ele lida com eles teoricamente. Vejamos primeiro os exemplos.

4.1 Exploração de trabalho sem limites

O título da terceira seção do volume I, “A Produção de Mais-Valor Absoluto”, que abrange os capítulos V a IX, é enganoso no que diz respeito aos três primeiros capítulos da seção. Os capítulos V, VI e VII têm uma unidade interna que trata da *determinação necessária de mais-valor como tal*, baseada nas distinções entre força de trabalho e trabalho, bem como nos diferentes papéis do capital constante e do capital variável. É somente a partir do capítulo VIII que encontramos o método particular do capital para aumentar o mais-valor através da extensão da jornada de trabalho. O material do capítulo VIII se concentra nas leis de fábrica na Inglaterra entre 1833 e 1847, através das quais a classe trabalhadora conseguiu limitar gradualmente a jornada de trabalho de 12 horas para 10 horas em 1848. Nesse capítulo, Marx dá muitos exemplos das lutas para limitar a duração da jornada de trabalho. Ele chamou a extensão da jornada de trabalho de mais-valor absoluto (e, portanto, mais-trabalho). Além disso, ele mostra muitos exemplos de exploração particularmente dura e opressiva em várias configurações: a) antes do capitalismo, b) na produção de matérias-primas para as fábricas, c) dentro das próprias fábricas, e d) em setores industriais não cobertos pelas leis de fábrica. Há argumentos a favor da interpretação de que a escravidão na produção de algodão era também um setor capitalista com um modo particular de exploração, e os dois últimos exemplos estavam certamente dentro do modo capitalista de produção. Mas Marx não chegou ao ponto de teorizar esses casos de exploração particularmente dura como outra forma de aumentar o mais-valor.

As leis de fábrica começaram na fiação e tecelagem e gradualmente se estenderam por trinta anos para indústrias não cobertas pelas leis de fábrica e suas proteções limitadas. Marx (1975, p. 292) escreveu sobre “alguns ramos de produção nos quais a exploração do trabalho ainda hoje *carece* de limites”. Essa exploração sem limitações legais incluía os oleiros, os ferroviários, os moleiros, os ferreiros etc. O papel do Estado na limitação da exploração (ou não) era um terreno de lutas internas entre frações da classe dominante. Marx mostrou como as longas jornadas de trabalho, com con-

dições de saúde e segurança terríveis, estavam destruindo a vida dos trabalhadores. No volume III, capítulo V, Marx (1976) explicou a questão como uma constante economia de capital ao não gastar em coisas como ventilação de salas e equipamentos de segurança para máquinas.

4.2 O posicionamento da escravidão na produção de algodão

Voltando ao volume I, Marx cita fontes que disfarçam a hipocrisia da classe manufatureira inglesa, que falava contra as crueldades dos espanhóis e da escravidão, ao mesmo tempo em que levava a cabo práticas muito cruéis contra seus próprios trabalhadores. A seção 5 do capítulo VIII contém evidências da formação de um mercado de trabalho muito diferente para a força de trabalho dos africanos escravizados. Há um contraste entre o tratamento dos “escravos” internos e o comércio internacional de escravos (dois tipos dentro da mesma categoria) – o embrião do reconhecimento, não desenvolvido, da categoria específica de valor relativo à escravidão mobiliária [*chattel slavery*] (HIGGINBOTTOM, 2018). Para ser verdadeiramente abrangente, a teoria do mais-valor deve incluir ambos os modos de exploração: trabalho livre e trabalho escravo, assim como outras formas de trabalho subjugado. Na verdade, Marx mostrou que mesmo o trabalho assalariado não era “trabalho livre” em muitas circunstâncias. A fábrica de fiação de algodão é o principal exemplo de Marx do processo de produção capitalista a partir do capítulo V. Além da fiação de algodão, é feita extensa referência aos ofícios relacionados à tecelagem, tingimento de tecidos e posterior confecção de peças de vestuário. Marx considera as interações entre esses ramos, especialmente seus ciclos de “explosão e colapso”; por exemplo, a atração em massa de trabalhadores para o comércio de tecelagem para acompanhar a rápida expansão da produção de máquinas de fio de algodão, e então a expulsão desses mesmos trabalhadores quando teares com maior potência produtiva substituíram teares manuais, com consequências trágicas (MARX, 1975). Em linguagem moderna, era uma cadeia de mercadorias; uma que começou não com a fiação do algodão, mas com o algodão como matéria-prima, com o cultivo e a colheita do algodão.

Marx reconhece que o algodão cru não é verdadeiramente cru, pois não caiu do céu, mas tem um valor que se baseia no tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Embora seu texto esteja repleto de comentários precisos sobre a produção com força de trabalho escrava, ele nunca os reúne em uma análise específica da mesma forma que o faz habilmente para as etapas posteriores da cadeia de mercadorias. A esse respeito, há duas vertentes. Uma considera que os comentários de Marx frequentemente apresentam o trabalho escravo como um ponto de contraste

com o trabalho assalariado, como aponta Smallwood (2017). A outra vertente é que o algodão como mercadoria é tratado como algo dado: as cargas chegam às docas de Liverpool em grandes quantidades para serem transportados para as fábricas de algodão de Manchester. Para isso, Marx teve a vantagem de ter acesso aos relatos detalhados de Engels (2002 [1845]) – veja, por exemplo, as páginas de abertura de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Essa perspectiva de conhecimento crítico interno não estava disponível para Marx no que diz respeito à produção de algodão, para cuja informação ele dependeu de fontes bastante liberais, e algumas vezes reproduziu sem crítica seus pontos de vista smithianos; por exemplo, a citação de Cairnes e Olmstead (MARX, 1975, p. 238). Em resumo: apesar de suas fontes questionáveis, *O Capital* de Marx oferece muitas ideias perspicazes sobre a escravidão na produção de algodão em seu tempo; no entanto, há também uma lacuna, ou ausência de análise, da primeira fase da cadeia de produção. A terceira vertente, os comentários de Marx sobre a economia baseada no algodão do sul dos Estados Unidos, citados por Marini, são muito mais contundentes: “[...] o trabalho excessivo do negro e, às vezes, o consumo de sua vida em sete anos de trabalho, tornou-se um fator em um sistema calculado e calculista. Não se tratava mais de obter dele uma certa quantidade de produtos úteis, mas sim da produção do próprio mais-valor” (MARX, 1975, p. 345).

O ponto principal aqui, ao contrário da crítica de Cardoso (1974 [1972]), é que a produção em larga escala por parte da força de trabalho africana escravizada nas plantações do Sul dos Estados Unidos foi tão essencial para a Revolução Industrial quanto o trabalho assalariado nas fábricas e ateliês da Grã-Bretanha. Gunder Frank (1978, p. 257) enfatizou corretamente este ponto, observado por Marini (1973, p. 40-41) e pelo próprio Marx (1975, p. 949).

4.3 Os setores oprimidos da classe trabalhadora e o barateamento da força de trabalho

No setor principal da Revolução Industrial, os capitalistas da fiação do algodão aproveitaram ao máximo o capital adiantado em capital constante; eles não ficaram parados, mas empurraram suas vantagens e procuraram maneiras de obter mais lucro. Eles introduziram o sistema de turnos, com grupos alternados, e trouxeram mudanças no perfil da força de trabalho, com amplo uso de mulheres, jovens e crianças. A partir dos relatórios dos inspetores da fábrica, Marx escreveu extensas passagens sobre os abusos dos fabricantes e dos pais (que subcontratavam seus filhos). O capítulo VIII e, posteriormente, o capítulo XIII fornecem uma riqueza de exemplos

mostrando como os capitalistas britânicos da época empregavam mulheres, jovens e crianças em condições ainda piores do que os trabalhadores adultos do sexo masculino que exploravam. As conexões familiares imediatas dentro da classe trabalhadora foram empurradas ao limite, não completamente quebradas, mas reproduzidas de forma abusiva. O resultado foi um mercado de trabalho nacional segmentado, em vez de mercados de trabalho separados. Havia uma relação bastante consistente entre as taxas salariais médias em diferentes setores, que se perdia em uma média geral.

No capítulo IX, Marx apresenta um resumo conceitual da taxa e massa de mais-valor produzidas nas condições reveladas até aquele momento em sua exposição. Ele começa apontando: “[...] assumimos neste capítulo que *o valor da força de trabalho*, ou seja, da *parte da jornada de trabalho* necessária para a reprodução ou conservação da força de trabalho, é uma *magnitude dada, constante*” (MARX, 1975, p. 367, grifos no original).

Mas, no decorrer de seu texto, muitos exemplos já foram dados mostrando que, com pequenas variações, a força de trabalho feminina era geralmente vendida por um pouco mais da metade do salário médio dos adultos do sexo masculino, a dos homens jovens por um pouco menos, e a das crianças por não mais de um quarto – ver, por exemplo, Marx (1975, p. 483 e 606). Apesar dessa realidade, a exploração diferenciada não se reflete na teorização do capítulo IX, baseada em uma padronização, em uma taxa comum de mais-valor.

A introdução de mulheres e crianças na produção capitalista como setores oprimidos com salários significativamente mais baixos também permitiu à classe capitalista manter baixos os salários dos trabalhadores adultos do sexo masculino. Marx dá conta dos mercados de trabalho, da força de trabalho das crianças vendidas por seus pais e começa a abrir questões muito problemáticas em sua discussão sobre o “salário familiar”. Marx observa:

Não foi, porém, o abuso da autoridade paterna que criou a exploração direta ou indireta de forças imaturas de trabalho pelo capital, mas, inversamente, foi o modo capitalista de exploração que transformou a autoridade paterna em abuso, abolindo a base econômica correspondente a ela. (MARX, 1975, p. 596).

Isso se aplica especialmente à reprodução das relações de gênero e à opressão das mulheres sob o capitalismo. Como parte da classe trabalhadora, as mulheres são geralmente submetidas a graus mais elevados de exploração. Isto é estruturalmente baseado em um modo qualitativamente diferente e específico de exploração do trabalho, que gira em torno da combinação – atravessada pelas relações de gênero – de trabalho doméstico não remunerado na família e posições subordinadas na divisão

do trabalho na fábrica. Embora Marx tenha dado algumas indicações no capítulo VIII, é indiscutível que ele não analisou essa dimensão de gênero, mas a opressão da mulher é central para a definição do modo capitalista de produção. Nada se perde ao admitir a incompletude de *O Capital* sobre esse ponto.

Da mesma forma, no início do capítulo X sobre o conceito de mais-valor relativo, Marx observa que um método possível para reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir o salário seria reduzir o salário em si, em 10% em seu exemplo. Mas ele ressalta:

Este resultado, no entanto, só seria alcançado através da *redução do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho*. [...] Apesar do importante papel desempenhado por este procedimento no movimento real do salário, sua consideração aqui é excluída pela suposição de que as mercadorias, e, portanto, também a força de trabalho, são compradas e vendidas pelo seu *valor* total. (MARX, 1975, p. 381).

Embora ele tenha colocado as formas mais duras de exploração fora da determinação conceitual de mais-valor, o rigor científico de Marx não lhe permitiu excluir fenômenos persistentes; ao contrário, ele os destacou. De fato, Marx continuou a documentar, com seu notável rigor, essas realidades de salários mais baixos e piores condições impostas a certos setores. Na seção do capítulo XIII sobre os efeitos imediatos da indústria mecânica sobre a classe trabalhadora, ele documentou o alongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade do trabalho e, mais uma vez, a introdução da mulher e do trabalho infantil na força de trabalho (MARX, 1975).

Ele mostra que a introdução da produção de máquinas na indústria têxtil foi caracterizada pela proliferação de “apartamentos externos”, ou seja, oficinas domésticas subcontratadas empregando mulheres e meninas em condições horrendas para sua saúde e bem-estar, notavelmente semelhantes às economias informais de hoje. Marx (1975, p. 561-562) escreve sobre a indústria doméstica *moderna* (para enfatizar que ela não é simplesmente um legado do período pré-capitalista) e comenta: “*O plano da divisão do trabalho* agora se baseia, sempre que possível, no emprego do trabalho feminino, de crianças de todas as idades, de trabalhadores não qualificados, em suma, o ‘*cheap labour*’, o trabalho barato, como o inglês caracteristicamente o chama”. Logo: “*O barateamento da força de trabalho* pelo mero emprego abusivo de forças de trabalho femininas e imaturas” (MARX, 1975, p. 572). Novamente:

Estes fabricantes, no entanto, deixam que subsistam ao lado deles, como uma base ampla, as indústrias de artesanato e domiciliar. A alta produção de mais-valor nestes ramos de trabalho, assim como o progressivo barateamento de seus artigos, foi e é principalmente devido ao fato

de que o salário é o mínimo necessário para vegetar miseravelmente, e o tempo de trabalho o máximo humanamente possível. (MARX, 1975, p. 574).

Nos setores da indústria artesanal, ou domiciliar, as taxas por peça predominam como forma de remuneração em níveis tão baixos que mulheres e meninas trabalham “excessivamente ou à noite”. Marx (1975, p. 579) comenta que, nesses setores: “A exploração *ilimitada* de força de trabalho barata é a única base para sua capacidade de competir”.

4.4 Contradições fundamentais

Os métodos pelos quais o modo de produção capitalista levou a uma maior mecanização, como aconteceu na Inglaterra durante o século XIX, são o tema principal dos capítulos XI, XII e XIII. É crucial que Marx tenha lidado de forma dialética com isso, no sentido de que ele vê o desenvolvimento da produção mecanizada pelo capitalismo como atraindo e repelindo simultaneamente os trabalhadores. Ao longo do resto de *O Capital*, Marx constrói seus argumentos sobre esta ideia de uma contradição fundamental, sempre em expansão: uma contradição que não pode ser resolvida a não ser derrubando o modo de produção capitalista.

A contradição fundamental é revelada ainda mais profundamente na explicação de Marx sobre se os capitalistas adotam ou não uma nova tecnologia. Marx explica que as novas tecnologias são uma alavanca que permite a cada capital individual melhorar sua posição competitiva, tornando suas mercadorias mais baratas ao mesmo tempo em que aumentam seu volume, sendo, portanto, um motor do modo de produção. No entanto, não é verdade que em todas as circunstâncias o capital se aproveita das novas tecnologias; em última análise, a decisão depende da *remuneração da força de trabalho*. Em termos gerais: “Considerado exclusivamente como um *meio de baratear o produto*, o limite para o uso de máquinas é dado pelo fato de que sua própria produção custa menos trabalho que o trabalho substituído pelo seu uso” (MARX, 1975, p. 478).

Na lógica do capitalismo, a decisão não é de deslocar *todo* o trabalho, mas sim o trabalho *remunerado*. “Para o *capital*, porém, este limite é mais restrito. Como ele não paga pelo *trabalho empregado*, mas pelo valor da força de trabalho empregada, para ele o uso da máquina é limitado pela *diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho que ela substitui*” (MARX, 1975, p. 478).

Marx explica então por que a divisão entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de mais-trabalho, ou seja, a taxa de mais-valor, “difere entre países” e afeta

diretamente a decisão de investir ou não em maquinário. Para enfatizar esse ponto, de acordo com o argumento de Marx, *o grau de mecanização depende do grau de exploração; maior exploração é consistente com menor mecanização* para capitalistas em diferentes países que operam de acordo com a racionalidade da acumulação de capital. É claro que esse é um dos muitos fatores no mundo concreto, mas um fator real:

É apenas a primeira dessas diferenças que determina os custos de produção de mercadorias para o próprio capitalista e que o influencia através das leis coercitivas da concorrência [...]. Os ianques inventaram máquinas para a lapidação de pedras. Os ingleses não as utilizam, pois o “*miserável*” [...] que faz este trabalho recebe uma parte tão pequena de seu trabalho que as máquinas *encareceriam* a produção do ponto de vista do capitalista. (MARX, 1975, p. 478-479).

Para concluir, e em relação às nossas notas anteriores de Marx sobre a opressão ainda pior das mulheres trabalhadoras:

Para servir etc., nos canais, na Inglaterra ainda hoje as mulheres são às vezes empregadas em vez de cavalos, porque o trabalho necessário para a produção de cavalos e máquinas é equivalente a uma quantidade matematicamente dada, enquanto o necessário para manter as mulheres da população excedente está abaixo do cálculo. Portanto, em nenhum outro lugar mais do que na Inglaterra, a terra das máquinas, há um desperdício tão descarado da força humana para ocupações miseráveis. (MARX, 1975, p. 480).

Esses pontos são muito importantes para a potencial conexão entre *O Capital* e a teoria da superexploração do trabalho de Marini, que – segundo este autor – explicaria o suposto “atraso” da América Latina como uma dinâmica interna necessária do modo de produção capitalista no nível internacional.

Marx identifica que o mais-valor relativo depende do barateamento das mercadorias através da redução relativa do novo valor e, portanto, do mais-valor contido em cada mercadoria. Ele considera, portanto, que

[...] o uso de máquinas para a produção de mais-valor implica em uma *contradição imanente*, pois dos dois fatores de mais-valor fornecidos por um capital de determinada magnitude, um fator, a taxa de mais-valor, aumenta apenas na medida em que o outro fator, o número de trabalhadores, é reduzido. (MARX, 1975, p. 496).

Quando o novo método de produção se generaliza em um setor e o valor da mercadoria diminui devido à redução do tempo de trabalho socialmente necessário, essa

contradição se torna ainda mais aguda. A expansão da produção por meio da adoção de maquinário aumenta o capital constante em relação ao capital variável, muda a relação entre o tamanho do capital e o mais-valor produzido por ele e também a relação entre os trabalhadores empregados e os trabalhadores expulsos e lançados no mercado de trabalho. Essas contradições crescem e crescem até serem reproduzidas em escala internacional e, depois, em escala global. É importante entender que isso inevitavelmente leva à polarização antagônica, à polarização por meio da geração de um exército industrial de reserva e à polarização porque o sistema está fadado a entrar em crise. Ao discutir a terrível crise de 1846-1847, Marx (1975, p. 343) escreveu – citando os relatórios oficiais dos inspetores de fábrica – sobre o grande “sofrimento dos trabalhadores” e sobre “[...] uma *redução geral dos salários* em 10% [...] para um corte salarial de pelo menos 25%”. Seguiram-se os auges do algodão das décadas de 1850 e 1860, interrompidos pelas crises de 1857 e 1866/7. Ele dá exemplos em que os trabalhadores lutaram contra cortes de 30 a 40% nos salários:

Além da rivalidade que esta luta provoca no uso de máquinas aperfeiçoadas, substituindo a força de trabalho, e na aplicação de novos métodos de produção, sempre se chega a um ponto em que se tenta baratear a mercadoria *reduzindo violentamente o salário abaixo do valor da força de trabalho*. (MARX, 1975, p. 551, grifos meus).

O comentário de Marx sobre as crises está intimamente relacionado ao seu tratamento da expansão internacional da indústria do algodão como duas faces da mesma moeda.

4.5 Divisão internacional do trabalho

A partir da ideia de uma contradição sistêmica fundamental, que ele sublima através dos níveis de abstração em sua análise, Marx começa a examinar mais concretamente a divisão internacional do trabalho. No contexto de sua crítica a Adam Smith, ele menciona brevemente os mercados coloniais (MARX, 1975, p. 430-431), onde explica que a divisão do trabalho na sociedade como um todo é distinta da divisão do trabalho dentro de qualquer empresa capitalista, não simplesmente por causa da escala, mas porque a conexão social é feita através do mecanismo do mercado e, portanto, é inerentemente instável (MARX, 1975, p. 430-433).

O período entre 1848 e 1860 viu uma rápida expansão industrial na Inglaterra, durante a qual – por exemplo – as exportações de algodão dobraram (MARX, 1975, p. 510). O outro lado disso foi o aumento maciço da demanda por máquinas e, é claro, por matérias primas. A esse respeito, Marx dá alguns números interessantes sobre

o número relativo de trabalhadores engajados nesses diferentes setores produtivos. Ele observa que 60.807 pessoas foram empregadas na fabricação de máquinas na Inglaterra e no País de Gales em 1861 (MARX, 1975, p. 540). Entretanto, esse número contrasta com sua estimativa de que havia dez vezes mais trabalhadores assalariados empregados nas indústrias de algodão (1975, p. 544) e cerca de quatro milhões de trabalhadores africanos escravizados nos Estados Unidos (1975, p. 540); calculamos, então, de forma conservadora, que quase um milhão estavam diretamente envolvidos na produção de algodão exportado para a Grã-Bretanha (provavelmente cerca de quinze vezes mais do que os trabalhadores que produziam as máquinas para a indústria do algodão). Esse é um indicador da incipiente polarização que já mencionamos entre o que hoje (inexatamente) são chamadas indústrias de capital intensivo e indústrias de trabalho intensivo, e especialmente de sua localização geográfica social.

Com a busca de mais-valor em suas diversas formas combinadas, Marx nos apresenta a força motriz do que de outra forma seria visto como uma série de características não relacionadas. Ele detalha um enorme aumento nas importações na Grã-Bretanha provenientes dos Estados Unidos, Índia, Irlanda e Austrália. Observa que o aumento de trabalhadores na produção mecanizada dos setores industriais deu um novo impulso ao colonialismo de povoamento. Ao mesmo tempo, a produção doméstica na Índia e na Irlanda foi interrompida e destruída pelas medidas fiscais repressivas do Estado colonial britânico e, mais tarde, pela subcotação [*undercutting*] causada pelos produtos ingleses produzidos por máquinas mais baratas. O autor reúne esses pontos em uma síntese geral:

Cria-se assim uma nova divisão internacional do trabalho, apropriada aos principais centros da indústria mecanizada, uma divisão que faz de uma parte do globo o campo da produção agrícola por excelência para a outra parte, que se tornou o campo da produção industrial por excelência. Esta revolução é acompanhada de profundas transformações na agricultura, que não trataremos aqui. (MARX, 1975, p. 550).

Isso é muito sugestivo, pelo menos como embrião de uma teoria de imperialismo e de trocas desiguais.

4.6 Os trabalhadores imigrantes e a dependência de parcelas de subsistência para baratear os produtos do trabalho

Se e como os trabalhadores mantêm a conexão com a terra é uma questão crucial. A ilustração final da lei geral de acumulação capitalista no capítulo XXIII é a Irlanda,

onde o colonialismo dos proprietários ingleses apropriou-se da terra, causou fome e mergulhou milhões de camponeses na miserável pobreza, levando à morte ou à emigração. Marx vê isso como um exemplo agudo de como o funcionamento do modo de produção capitalista gera uma suposta “superpopulação”, que só é excedente a seus próprios mecanismos vorazes, cujo resultado é:

Que a superpopulação *relativa* é tão grande quanto antes de 1846; que os salários permanecem no mesmo nível baixo; que o trabalho é mais extenuante do que antes; que a miséria no campo impulsiona a uma nova crise. As causas são simples. A revolução na agricultura anda de mãos dadas com a emigração. (MARX, 1975, p. 881).

Os industriais da Inglaterra forjaram uma aliança com os proprietários de terras ingleses na Irlanda, enquanto colhiam os benefícios de bens baratos e mão-de-obra imigrante barata. Infelizmente, as mesmas condições que uniram as duas principais facções da classe dominante também provocaram a divisão da classe trabalhadora.

O jovem Engels era muito sensível às péssimas condições dos trabalhadores imigrantes irlandeses, ainda piores do que as dos trabalhadores ingleses (ENGELS, 2002 [1845]). Além disso, em um comentário muito posterior, ele se refere à situação dos trabalhadores das indústrias internas irlandesa e alemã, que recebiam salários tão baixos que deprimiram “o nível geral dos salários”. Isso foi possível na Alemanha porque os trabalhadores semiproletários ainda tinham “um pomar ou um campo” para sua própria subsistência e para ganhar alguma renda, o que significava que os capitalistas podiam pagar taxas por peça muito baixas que na verdade eram deduções “do preço da força de trabalho”. Engels conclui:

Esta é a circunstância que permite à Alemanha competir no mercado mundial na venda de toda uma série de pequenos artigos. *Todo o lucro é feito por um desconto do salário normal, e toda o mais-valor pode assim ser deixada ao comprador.* Tal é o segredo da espantosa barateza da maior parte das mercadorias de exportação alemãs (ENGELS, 1980 [1887], p. 179)¹.

4.7 Unindo esses elementos

Marx e Engels fornecem evidências do aumento da exploração de certos setores de trabalhadores sob opressão particularmente dura, que foram pagos por sua força de trabalho a um valor inferior ao seu valor real. Isso foi explorado pelo capital para

¹ Com nossos agradecimentos a Marcel van Linden por essa fonte.

extrair (o que chamo provisoriamente) mais-valor relacional, necessariamente em combinação concreta com outros métodos de aumento de mais-valor. Exemplos incluem: a introdução de mulheres, jovens e crianças em fábricas e indústrias domésticas; o modo racializado de exploração da força de trabalho africana escravizada que produzia algodão; a exploração colonial de camponeses irlandeses pobres, forçados a sair da terra para entrar no mercado de trabalho na Inglaterra como trabalho barato, indefeso e imigrante; trabalhadores com acesso a uma pequena parcela de terra forçados a complementar seus magros salários com a produção de alimentos de subsistência. Todas essas opressões são reproduzidas como relações sociais capitalistas que estruturam a competição divisória dentro da classe trabalhadora. Além disso, existem pontos de crise, sejam eles setoriais ou generalizados, para o sistema como um todo, onde a classe capitalista ataca a classe trabalhadora a fim de provocar reduções salariais acentuadas, para e derrubar o preço da força de trabalho abaixo de seu valor e assim estabelecer as condições para um novo ciclo de acumulação. É uma forma de reajustar o que é considerado o valor da força de trabalho.

Marx repetidamente disciplina-se a si mesmo nos capítulos curtos e abertamente conceituais que pontuam o volume I de *O Capital* (capítulos V, VI, VII, IX, X, XVI, XVII, XVIII e XXII), que servem como pontos de entrada e consolidação para os capítulos mais longos e empiricamente mais ricos (VIII, XII, XIII e XXIII). Apesar do material que ele mesmo apresenta com muitos exemplos de desigualdades na classe trabalhadora, onde o modo de produção capitalista aproveita as seções mais oprimidas para impor níveis salariais mais baixos, em seus resumos teóricos das leis do mais-valor, Marx deixa de lado essas desigualdades na suposição de que a força de trabalho é paga pelo seu valor, cujo corolário é uma taxa padronizada e média de mais-valor aplicável à classe trabalhadora como um todo. Mesmo na lei geral de acumulação, capítulo XXIII, onde Marx é explícito sobre como a acumulação de capital causa a reprodução de diferentes camadas na classe trabalhadora, este importante reconhecimento não retroalimenta o desenvolvimento do conceito de mais-valor. Marx mostra uma e outra vez o impulso do capital para aumentar o mais-valor, para ir além de um determinado grau de exploração, através da redução dos salários. Mas isso não se expressa teoricamente na forma de um determinado conceito. A contribuição de Marini coloca esse desenvolvimento adicional firmemente de novo sobre a mesa.

5. *Dialética da Dependência como um avanço em relação a O Capital*

A perspectiva compartilhada do pensamento crítico *dependentista* é a dimensão esquecida da exploração colonial capitalista e de seus legados. Ela é bem resumida

por Galeano (1973, p. 147) na distinção entre trabalho livre e *trabalho subjugado*. Agora, segundo Marini, o trabalho subjugado não é pré-capitalista; é um ponto de entrada diferente da relação de trabalho do capital em sua maturidade, que é despojada até mesmo da reivindicação da igualdade liberal formal que estava no centro da crítica teórica de Marx à economia política.

Marini foi metodologicamente sólido, no sentido de que ele seguiu a abordagem de Marx de combinar as esferas de circulação e produção de mercadorias, rastreando a transferência internacional de mais-valor para sua fonte na superexploração do trabalho. Ele seguiu o método de Marx, orientando a explicação teórica como um movimento dialético: da circulação à produção, ou seja, do aparecimento inicial das *commodities* de exportação nas economias dependentes à sua essência; e então, da análise das relações sociais essenciais de produção ali encontradas, de volta à sua forma necessária de aparecimento como mercadorias no comércio internacional (MARINI, 1973, p. 48). Na verdade, sua aplicação da metodologia é um ponto forte em seu trabalho que foi obviamente deturpado por Dussel (2001), que confunde a essência (a superexploração da força de trabalho) com a forma necessária de sua aparência (transferência de valor através do comércio internacional). Nessa abordagem combinada, Marini analisa a realidade das relações sociais em uma região subordinada em conjunto com seus eixos de produção voltados para a exportação. Ele mostra que, como surgiu na América Latina, o capitalismo era diferente e dependente do capitalismo na Europa. Especificamente, a mudança para a indústria moderna na Grã-Bretanha foi baseada não apenas na maior produtividade dos trabalhadores das fábricas na metrópole, mas simultaneamente no fornecimento de alimentos baratos e matérias-primas como mercadorias importadas. Marini examina o modo de produção em vários níveis de abstração. O que diferencia o pensamento de Marini do de Marx não é o nível de abstração, mas a perspectiva de um país subordinado, *uma perspectiva diferente em todos os níveis de abstração* para a análise do modo de produção capitalista.

Sem dúvida, *Dialética de Dependência* é muito concisa. Marini frequentemente condensa pontos realmente enormes em algumas frases elegantes. Isso em si é um desafio para a compreensão. Às vezes, pode ser perder a importância dos pontos que ele expõe pela simples brevidade de sua expressão. Desvendar Marini é compreendê-lo, é apreciar sua contribuição paradigmática. Em particular, duas passagens chaves que foram destacadas na apresentação de Latimer (2022) merecem mais atenção. São elas: a) o posicionamento de Marini sobre a superexploração do trabalho em relação à teoria do mais-valor de Marx (1973, p. 38-42) e b) sua resposta à crítica inicial de Cardoso (1973, p. 91-94). Além disso, devem ser discutidos os comentários de Mari-

ni sobre superexploração do trabalho e escravidão (1973, p. 42-47), que posicionam seus argumentos em relação tanto a Marx quanto a Cardoso de uma forma que se baseia em sua interpretação da realidade histórica brasileira em contraste com a dos Estados (des)Unidos. Por razões de espaço, examinemos aqui apenas o primeiro ponto.

5.1 A superexploração do trabalho em relação à teoria do mais-valor

Penso que existem dois polos da relação entre a superexploração do trabalho e a teoria do mais-valor. Algumas notas foram feitas acima, com base em *O Capital*. Agora, é necessário ir ao contrário para entender a relação.

Partindo do problema de como explicar a troca desigual, Marini apresenta a superexploração como a combinação em sua realidade de três métodos de aumento de mais-valor:

A intensificação do trabalho, a extensão da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho - tudo isso configura um modo de produção baseado exclusivamente no aumento da exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades ali desenvolvidas. (MARINI, 1973, p. 40-41).

Marini (1973, p. 41) enfatiza que

A característica essencial é dada pelo fato de que nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a gastar mais força de trabalho do que deveria normalmente, causando assim seu esgotamento prematuro; no último caso, porque ele é privado até mesmo da possibilidade de consumir o que é estritamente indispensável para preservar sua força de trabalho em um estado normal.

Marini (1973, p. 38-39) já havia declarado que, em combinação com um trabalho mais longo e intenso, a superexploração implica:

Um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do trabalhador para além de seu limite normal, pelo qual o fundo de consumo necessário do trabalhador torna-se de fato, dentro de certos limites, um fundo de acumulação de capital, implicando assim numa forma específica de aumentar o tempo de trabalho excedente.

A meu ver, a categoria identificada por Marini como o núcleo da superexplora-

ção coincide exatamente com a categoria brevemente examinada por Marx no início do capítulo X e depois deixada de lado até outra breve discussão no capítulo XXII. Em termos de sua contribuição para levar adiante o argumento de Marx, o “terceiro procedimento” identificado por Marini é fundamental – a citação identificando que “[...] modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” vem de *O Capital*, do capítulo sobre a transformação do valor excedente em capital². Marini parece, portanto, concordar com Marx sobre este ponto. Entretanto, existe uma diferença entre eles que não está no conteúdo, mas, sim, no *status teórico dado a esse método de aumentar o mais-valor*. Em contraste com a economia política que ele criticou, Marx deixa claro que não incluiu o método de “reduzir o consumo do trabalhador”, baixar os salários, em sua conceitualização geral do mais-valor. Dada a importância deste ponto, incluímos as duas traduções disponíveis, que têm algumas divergências na forma exata das palavras. Segundo a tradução utilizada por Marini, esse método significa “[...] a promoção da acumulação através da *exploração redobrada do trabalhador*” (MARX, 1946, p. 505). Segundo a tradução da Siglo XXI que utilizamos, o mesmo método significa “[...] sua aceleração pela *maior exploração do trabalhador*” (MARX, 1975, p. 740).

Marx reflete sobre sua própria metodologia. Na tradução da Siglo XXI, está:

Nas seções sobre a produção de mais-valor, assumimos constantemente que o salário era pelo menos igual ao *valor da força de trabalho*. [...] Na circulação prática do capital, porém, o mais-valor também é produzida pela redução violenta dos salários abaixo do valor da força de trabalho. (MARX, 1975, p. 741).

Essa consideração particular tem implicações gerais. Argumentamos que, tanto em teoria como na realidade, *reduções nos salários abaixo do valor da força de trabalho são essenciais para o modo de produção em geral*.

Pode parecer que estamos sendo muito pedantes nesta cuidadosa ponderação de palavras, passando pelas várias traduções e assim por diante. O que importa é o seguinte: a remuneração de alguns trabalhadores abaixo do valor total da força de trabalho é ou não parte da essência do modo de produção capitalista? Esse é o fio condutor a ser seguido.

Sobre isso, o que podemos detectar mais facilmente de nossa exegese de *O Capital* é que os *três métodos* de aumento de mais-valor que Marx considerou em algum detalhe, separadamente e em sua combinação – isto é, o aumento da duração da jornada de trabalho, da produtividade do trabalho e da intensidade – na teorização de Marini

² Há um pequeno erro na nota de rodapé 19, pois é o capítulo XXII e não XXIV, como indicado.

se tornam *quatro métodos* de aumento de mais-valor, com a inclusão do pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho.

A título de complemento, como Marx, Marini sugere outra forma de aumentar o mais-valor, que é o aumento da produtividade do trabalho pelo fato de ser colocado para trabalhar com a natureza em circunstâncias específicas que são mais favoráveis, como melhor fertilidade do solo ou depósitos minerais:

Nestas circunstâncias, a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isto torna possível diminuir a composição-valor do capital, o que, juntamente com a intensificação do grau de exploração do trabalho, leva a um aumento simultâneo da parcela de mais-valor e lucro. (MARINI, 1973, p. 41).

Isto abre outra importante linha de pesquisa sobre os mecanismos de expropriação capitalista da natureza, que será necessária para analisar a concretização das mercadorias produzidas, como alimentos e matérias primas. Mas, por enquanto, devemos limitar o alcance deste texto e nos concentrar na superexploração do trabalho sem ainda incluir as condições mais ou menos favoráveis da natureza.

5.2 Superando a suposição limitadora, a nova perspectiva em análise geral

Temos acompanhado como Marx apresentou muitos exemplos reais de salários abaixo do valor da força de trabalho devido a condições mais opressivas; além disso, há vários casos que ele reconheceu como casos de exploração crescente (MARX, 1975, p. 482, 532 e 740). Agora, Marx (1975, p. 262) explica que, no modo capitalista de produção, “[...] a *taxa de mais-valor* [...] é a expressão exata do *grau de exploração da força de trabalho pelo capital*”, portanto, esses casos corresponderiam a aumentos na taxa de mais-valor. Por que, então, Marx não considerou os salários abaixo do valor da força de trabalho em geral como um aspecto ou dimensão diferente da determinação do mais-valor? Se Marx forneceu a base empírica para a exploração diferenciada e, portanto, para a existência de diferentes taxas de mais-valor, por que ele não abordou a questão teoricamente?

Não pretendo ter a resposta definitiva, o que agora é impossível; entretanto, a questão é importante em termos de como ela molda o que fazemos agora. Como diz o subtítulo do trabalho, *O Capital* é simultaneamente uma análise do modo de produção capitalista e uma crítica da economia política mais avançada antes de Marx. Marx foi além dos limites do horizonte burguês. *O Capital* é uma crítica imanente a Ricardo e Smith, que avançaram versões da teoria do valor do trabalho, mas sem serem capazes de explicar o mais-valor. Marx se propôs a explicar a mais-valor com

base na troca de equivalentes, e ele conseguiu porque percebeu que entre capital e trabalho não há apenas uma troca igual, mas duas trocas distintas, mas relacionadas, uma em circulação e outra em produção. O que aparece na forma salarial como uma troca de capital por trabalho é na realidade, mostra Marx, uma troca por força de trabalho, a capacidade de criar valor. Há então uma segunda “troca” no processo de trabalho, na qual o trabalho realmente produz novo valor, e dentro dele o valor excedente que é o motivo que impulsiona o capital o tempo todo. Marx explica que, mesmo sob condições de um contrato de valores equivalentes, há exploração; a chave é a distinção entre o valor da força de trabalho e o valor produzido na produção, ou seja, o valor excedente. O pressuposto de equivalência, de fato, de duas equivalências distintas na dupla relação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, serviu para chegar ao conceito de mais-valor, uma enorme conquista. Há uma ansiedade nos círculos marxistas de que devemos manter a linha dada por nosso mestre, de que a exploração existe mesmo quando os trabalhadores recebem um salário decente, equivalente ao valor de sua força de trabalho, ou seja, suficiente para manter suas próprias capacidades (e se assume as de sua família) em condições dignas.

É verdade que os burgueses liberais não veem exploração quando há um “salário justo para um dia de trabalho justo”; que eles só veem exploração quando há práticas particularmente excessivas e opressivas, que eles acreditam que podem ser resolvidas por arranjos políticos dentro do sistema. Mas isso não é razão suficiente para que o marxismo não explique essas práticas a partir da teoria da mais-valor, pois são formas que o capital adota para aumentar a exploração que não podem ser resolvidas sem derrubar o sistema como um todo. Para Marx, as condições excessivas e opressivas de exploração *carecem* de travas, *sem limites*, ou seus limites são *muito fracos e nominais*. Como isso deve ser entendido em relação a seu conceito fundamental de mais-valor?

No texto preparado para o volume III de *O Capital*, na terceira seção, sobre a queda da taxa de lucro, Marx desenvolve ainda mais a lei geral de acumulação do volume I, mas dessa vez dando um relato mais forte do imperativo da contradição interna que necessariamente leva à crise sistêmica. Suas notas identificam importantes fatores contrários, que são principalmente formas de aumentar a exploração do trabalho e falam sobre a questão da superexploração. Entretanto, em suas notas, Marx adiou a análise teórica da redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho no argumento de que “[...] nada tem a ver com a análise geral do capital, seu tratamento corresponde à discussão da concorrência, que não é realizada neste trabalho” (MARX, 1976, p. 301).

No capítulo XXIII do volume I, sobre a lei geral da acumulação capitalista, Marx examinou como a reprodução capitalista das relações sociais gera diferentes camadas

da classe trabalhadora. No final de sua vida, Marx certamente estava lutando e confuso sobre como completar *O Capital* como um projeto. Embora o desenho do volume III seja claro, algumas das notas que Marx deixou foram bastante iniciais, então foi preciso uma década de trabalho de Engels para que fosse publicado. Entrando em conjecturas, meu palpite é que, se ele tivesse sobrevivido para concluir o livro três, é bem possível que Marx tivesse completado os fatores contrários em termos semelhantes ao seu tratamento extensivo da lei geral de acumulação (MARX, 1975); ou seja, ele haveria que tratar a concorrência entre trabalhadores no contexto de uma crise de lucro. Por outro lado, também é verdade que Marx pretendia escrever seis livros, o que lhe teria permitido abordar o assunto em termos mais concretos. Tais observações seriam completamente mudas e hipotéticas não fosse o fato de se referirem à questão dos níveis de abstração.

Em qualquer caso, é notável que combater os efeitos da competição entre diferentes setores da classe trabalhadora gerada pelas relações capitalistas foi um tema relevante para Marx, tanto em sua palestra popular, *Valor, preço e lucro* (MARX, 1865), quanto em seu trabalho político para a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT). E o foi também para Engels (2002 [1845]). Enquanto os esforços da AIT foram suficientes para superar as divisões entre os trabalhadores franceses e ingleses, eles não foram suficientes para superar os preconceitos dos líderes sindicais ingleses que eram contra os imigrantes irlandeses mais militantes, especialmente na luta do movimento feniano pela independência. A desunião entre os sindicatos liderados pelos ingleses e os trabalhadores irlandeses foi uma das razões para o desmembramento da AIT. A prática de Marx informou sua teoria na época. Seu capítulo sobre a lei geral de acumulação termina com um chamado para apoiar os *Fenianos*, o movimento de libertação nacional irlandês de seu tempo (MARX, 1975, p. 890).

Enquanto no volume I de *O Capital* Marx salienta que a virada para a indústria moderna após 1848 levou o capitalismo na Grã-Bretanha a um período de expansão econômica, ele também encontrou as consequências políticas dessa virada. Os novos contornos da divisão do trabalho estavam começando a reconfigurar a formação da classe trabalhadora; tanto materialmente como em termos de consciência, eles estavam se convertendo em divisões no trabalho. Como Lênin (1914) enfatizou mais tarde, a partir dessa época, uma aristocracia trabalhista começou a se consolidar, primeiro na Inglaterra e depois, de modo mais geral, na Europa Ocidental. O principal foco de Marini na *Dialética da Dependência* é precisamente esse mesmo período de rápida expansão industrial no centro, embora sob uma perspectiva diferente. A mudança para métodos de produção de mais-valor relativo na Inglaterra foi possível graças à expansão da superexploração do trabalho na América Latina (e na Índia,

África etc.). A conexão não foi mecânica, mas é verdade que houve uma conexão que tem tudo a ver com nossa análise geral do capital.

6. Outro olhar sobre o capital com as dimensões ampliadas do mais-valor

Com a superexploração do trabalho, vemos mais uma vez que o impulso para aumentar o mais-valor a fim de obter mais lucro é o motor central do modo de produção capitalista. Esse impulso sobredetermina a lei do valor, ou melhor, substitui a lei do valor em sua simples forma de mercadoria. O mais-valor não é uma essência fixa, mas a dinâmica interna da exploração de classe. Para completar a concepção abstrata inicial de mais-valor, devemos considerar os métodos de seu aumento. Em *O Capital*, a exposição de Marx começa esse caminho a partir do capítulo V, mas a linearidade necessária do texto, a estrutura complexa da obra e sua incompletude também devem ser levadas em conta.

No capítulo V, Marx primeiro considera como deve ser o processo de trabalho em qualquer modo de produção e depois qual é a impressão especificamente capitalista do processo de trabalho como um processo de produção de mais-valor. Com essa distinção em mente, podemos ver as seguintes determinações necessárias para aumentar o produto de uma determinada força de trabalho – que estão presentes em qualquer modo de produção, mas têm uma marca especial no modo de produção capitalista:

- a) prolongar a jornada de trabalho;
- b) intensificar a atividade de trabalho;
- c) aumentar a produtividade do trabalho através da cooperação e divisão do trabalho;
- d) aumentar a produtividade do trabalho através de maquinaria (tecnologia);
- e) aumentar a produtividade através da habilidade, e educação do trabalhador;
- f) aumentar a produtividade do trabalho por meio da fertilidade natural;
- g) reduzir o tempo de trabalho necessário, ou seja, o preço da força de trabalho (reduzir o capital variável).

Esses métodos de aumento de mais-valor são as determinações essenciais e contraditórias do mais-valor. Todos eles são sublimados como contradições do sistema como um todo. Marx trata dessas sete determinações de aumento de mais-valor em diferentes pontos de *O Capital*. Por exemplo, ele dá um relato muito bom do aumento de mais-valor devido à apropriação capitalista da natureza, mas isso não é

explicado até a teoria da renda, que é a penúltima seção do volume III. E mesmo tendo inicialmente sugerido que ele deixaria de lado a questão da qualificação da força de trabalho, Marx de fato lhe dá bastante atenção ao considerar como o capitalismo reestrutura a divisão do trabalho para a indústria de máquinas; no entanto, ele não resolveu alguns problemas teóricos relativos à formação e ao gasto da força de trabalho (MARX, 1975, p. 425-426). Trata-se de um caso semelhante à principal preocupação aqui: Marx nos deixa muitas evidências de que os trabalhadores são remunerados por menos do que o valor de sua força de trabalho; entretanto, ele se abstém de tirar conclusões teóricas para o conceito de mais-valor.

A questão não é tanto dos diferentes níveis de abstração entre *O Capital* e *Dialética de Dependência*, mas das diferentes perspectivas sobre o capitalismo como um sistema mundial a partir do qual eles são escritos. O impacto do pensamento de Marini como representação teórica das diferentes experiências da classe trabalhadora na América Latina é que ele traz uma perspectiva diferente da de Marx nos múltiplos níveis de abstração dos três volumes de *O Capital*. O pensamento de Marini é um trampolim para uma reformulação abrangente de *O Capital*. Eu defendo que Marini efetivamente conseguiu isso para as principais conclusões do volume II, e que uma redefinição semelhante é possível para os volumes I e III.

Quanto ao volume I, defendo aqui que a superexploração do trabalho aponta para uma terceira dimensão de mais-valor, que é uma característica geral e essencial do modo de produção capitalista como tal. Em outra contribuição, argumentei que a superexploração do trabalho se aplica à escravidão nas plantações, ou seja, tanto ao trabalho escravo como ao trabalho assalariado.

Quanto ao volume II, Marini (1979) e Jaffe (1978) reposicionaram corretamente que os setores de produção de mercadorias são diferenciados entre o centro e a periferia.

Quanto ao volume III, há dois desafios teóricos substanciais. Primeiro, repensar o problema da transformação a diferentes taxas de mais-valor explicará as trocas desiguais como uma forma de transferência de valor. Assim, a mudança dos preços de produção tem implicações importantes para a análise da cadeia de mercadorias. Nesse sentido, a contribuição avançada por Osorio e Reyes (2020) utiliza a interpretação de Shaikh (2009), que é convencional ao enquadrar o problema em termos de entradas e saídas de mercadorias. Recomendo mais a tese originada por Salama (1975) e desenvolvida por Hai Hac (2003), de uma conversão de valor de seu conteúdo interno para seu conteúdo externo, de trabalho vivo como substância de valor para sua forma invertida de aparência nos valores de troca de mercadorias, dado que são formas de capital. Em segundo lugar, existe a teoria da renda da terra como exemplo

de “lucro excedente”³, segundo Marx (1976). Isso é fundamental para compreender o *extrativismo* da mineração, da agricultura em larga escala, da energia hidrelétrica e dos campos de hidrocarbonetos, tão vorazes hoje em dia. A renda imperialista é uma extensão da superexploração, que se refere ao “lucro excedente” e ao esgotamento de sua fonte em recursos favoráveis extraídos da natureza. Ela leva à produção de “falso valor social”, o que, por sua vez, leva à análise da cadeia de lucros e “lucros excedentes”, em sua maioria capturados pelos Estados em aliança com corporações nacionais e multinacionais (OSORIO, 2017; HIGGINBOTTOM, 2020).

Conclusões e Tarefas

Examinamos a teoria marxista da dependência, focalizando a relação conceitual entre *Dialética da Dependência* e *O Capital*. Em nossa avaliação, Marini leva o marxismo além de Marx de uma forma realmente positiva, aproximando-o das realidades da maioria da classe trabalhadora mundial. Além disso, Marini leva o marxismo ainda mais além da geração de Lenin e das teorias clássicas do imperialismo moderno, porque ele aborda diretamente a realidade de um sistema mundial dividido e a divisão internacional do trabalho, *a partir da perspectiva da classe trabalhadora subjugada* – de fato, a maioria da classe trabalhadora – no “Terceiro Mundo” ou “Sul Global”. Concluimos que essa desigualdade relacional gera e é reproduzida pela superexploração do trabalho e pelo mais-valor relacional.

O trabalho de Marini nos leva a reexaminar uma das principais hipóteses metodológicas de Marx, a da troca de força de trabalho em pleno valor, que assume um grau comum de exploração em todos os setores da classe trabalhadora, independentemente de seu tratamento social desigual na prática. Marx reconheceu que essa era uma suposição limitadora que ele expressou como uma taxa média padronizada de mais-valor. Mesmo assim, no volume I de *O Capital*, ele dá muitos exemplos da dinâmica centrífuga no impulso para a produção de mais-valor, que empurra para condições mais duras de exploração e salários mais baixos para alguns trabalhadores e não para todos. A suposição de uniformidade não corresponde a um mundo no qual o modo de produção capitalista gera sistematicamente desigualdades internacionais e, além disso, gera opressões específicas sobre a classe trabalhadora. Não é preciso dizer que o reconhecimento da diferenciação é crucial para compreender a dinâmica da “corrida global para o fundo”. Além disso, como Marini e outros camaradas da escola de pensamento por ele fundada demonstraram, a superexploração do trabalho é fundamental para a dinâmica contraditória do capitalismo nas regiões dependentes

3 N.T.: *plusganancia*, em espanhol.

e subordinadas do mundo. A unidade da classe trabalhadora só pode ser alcançada se a base de suas divisões pelo capitalismo for compreendida, tanto em teoria como na prática. Por isso, defendemos um projeto de desenvolvimento abrangente, que se baseia em *O Capital*, mas vai além dele, para levar plenamente em conta a superexploração do trabalho.

Marini forneceu uma síntese teórica original sobre o papel fundamental da superexploração que deveria estar no centro do trabalho futuro sobre o imperialismo capitalista. Marini mudou nossa concepção da própria essência do modo de produção capitalista ao incluir o “trabalho barato”. Esse passo aparentemente pequeno de Marini é, na realidade, um grande salto conceitual para a classe trabalhadora internacional, pois muda o paradigma do que é a essência do modo de produção capitalista. É uma viagem da periferia epistemológica para o centro de nosso conhecimento do capitalismo que corresponde melhor à realidade de que *a superexploração do trabalho é a essência do capitalismo como imperialismo*.

Argumentamos que *a redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho é parte da análise geral do capital* e, portanto, deve ser incluída em todos os níveis relevantes de abstração, tendo como ponto de partida a elaboração de mais-valor. Relegar a experiência dos setores oprimidos da classe trabalhadora a um nível inferior ao alegado para a classe trabalhadora como um todo é tanto um erro político quanto teórico, que no final pode ser usado como uma defesa de suas camadas mais privilegiadas. É uma forma de tirar a vantagem da agudeza de Marini, e proporciona uma ponte para atravessar para a assimilação pelo marxismo eurocêntrico, justamente quando precisamos construir a ponte em termos diferentes, começando efetivamente na direção oposta e sobre os novos alicerces lançados por Marini. A teoria do valor marxista do trabalho tem que encontrar novamente a realidade das divisões estruturais da classe trabalhadora mundial; caso contrário, ela murchará e morrerá. Portanto, embora eu pense que seu argumento é unilateral, aplaudo o fato de Nascimento, Dillenburg e Sobral reintroduzirem a questão da experiência e da agência da classe trabalhadora em nossa leitura de *O Capital*.

Finalmente, qual é a outra modificação necessária e indispensável da teoria de Marx de mais-valor que mencionamos e que também não conseguimos desenvolver? A outra relação social capitalista, a condição prévia oculta de todas as formas de mais-valor, é o trabalho doméstico não remunerado e de cuidado realizado principalmente por mulheres. Não integramos aqui essa dimensão essencial da discussão. Em princípio, a perspectiva feminista pode ser incluída como um desenvolvimento adicional necessário de Marx e Marini. Entretanto, com esta qualificação, os legados revolucionários de ambos autores são necessários para as próximas lutas pelo socia-

lismo no século XXI. Celebramos *O Capital e Dialética da Dependência* levando-os adiante. Avante camaradas!

Referências

- BANAJI, Jairus. Gunder Frank in retreat? In: MCFARLANE, Bruce; LIMQUECO, Peter. *Neo-Marxist theories of development*. New York: St Martin's Press, 1983. p. 97-113.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia*. Santiago: ILPES CEPAL, 1974 [1972].
- CORRÊA, Hugo Figueira; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 44, p. 10-30, 2016. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/192>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- DUSSEL, Enrique. *Towards an unknown Marx: a commentary on the manuscripts of 1861– 63*. London; New York: Routledge, 2001.
- ENGELS, Friedrich. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*, MIA, 2002 [1845]. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/situacion/situacion.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- ENGELS, Frederick. Contribución al problema de la vivienda – prefacio a la segunda edición de 1887. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escogidas*. Moscú: Progreso, 1980 [1887]. Tomo II, p. 175-180.
- FRANK, Andre Gunder. *La acumulación mundial, 1492-1789*. Madrid: Siglo XXI, 1979.
- GALEANO, Eduardo. *Open veins of Latin America: five centuries of the pillage of a continent*. New York: Monthly Review, 1973.
- HAI HAC, Tran. *Relire «Le Capital»: Marx, critique de l'économie politique et objet de la critique de l'économie politique*. Lausanne: Editions Page Deux, 2003.
- HIGGINBOTTOM, Andy. Oil price collapse & the crisis. *Monthly Review Online*, 2020. Disponível em: <https://mronline.org/2020/05/26/oil-price-collapse-the-crisis/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- HIGGINBOTTOM, Andy. Enslaved African labour in the Americas: from primitive accumulation to manufacture with racial violence. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 1, p. 22-46, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15978>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- JAFFE, Hosea. *La plusvalía oculta. ¿Cómo funciona el imperialismo?* Bilbao: Zero SA, 1978.
- KATZ, Claudio. *Aciertos y problemas de la superexplotación*. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179517>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- LATIMER, Amanda. Situating Ruy Mauro Marini (1932–1997): movements, struggles, and intellectual communities. In: MARINI, Ruy Mauro. *The dialectics of dependency*. New York: Monthly Review, 2022, p. 21-100.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialism: the highest phase of capitalism*. London: Penguin Books, 2010 [1916].
- MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, n. 20, p. 18-39, 1979. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.4.RuyMauro.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México D.F: Serie Popular ERA, 1973.
- MARX, Karl. *El capital: crítica de la economía política*. México D.F: Siglo XXI, 1976 [1894]. Tomo 3: El proceso global de la producción capitalista.
- MARX, Karl. *El capital: crítica de la economía política*. México D.F: Siglo XXI, 1975 [1867]. Tomo 1: El proceso de producción de capital.
- MARX, Karl. *El capital: crítica de la economía política*. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1946 [1867]. Tomo 1: El proceso de producción de capital.
- MARX, Karl. *Salario, precio y ganancia*. 1865. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/>

me/1860s/65-salar.htm. Acesso em: 17 mar. 2019.

NASCIMENTO, Carlos Alves; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 40, p. 107-131, 2015. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/108>. Acesso em: 25 jun. 2023.

OSORIO, Jaime. Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente. *Cuadernos de Economía Crítica*, v. 4, n. 8, p. 153- 181, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5123/512357697009/html/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

OSORIO, Jaime. Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 47, p. 78-102, 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/282>. Acesso em: 25 jun. 2023.

OSORIO, Jaime. Fundamentos de la superexplotación. *Razón y Revolución*, n. 25, p. 9-34, 2013. Disponível em: <https://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/117>. Acesso em: 25 jun. 2023.

OSORIO, Jaime; REYES, Cristóbal. *La diversidad en el sistema mundial capitalista: procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante*. México: UAM-Gedisa, 2020.

SALAMA, Pierre. *Le valeur de Marx*. Paris: Maspero, 1975.

SHAIKH, Anwar. *Teorías del comercio internacional*. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

SMALLWOOD, Stephanie. What slavery tells us about Marx. In: JOHNSON, Walter; KELLER, Robin (Comps.). *Race, capitalism, justice*. Cambridge MA: Boston Review, 2017. p. 78-82.

SMITH, John. *Imperialism in the 21st Century*. New York: Monthly Review, 2016.

VAN DER LINDEN, Marcel. The imperial mode of living in context. In: CONFERENCE ON INTERNATIONAL SOLIDARITY AND RELATIONAL INEQUALITY – SOC21, 2020, Amsterdam. *Proceedings...* Amsterdam, 2020.

Globalização capitalista e superexploração destrutiva: notas críticas sobre o texto “Processo e tendências da globalização capitalista”, de Ruy Mauro Marini

Giovanni Alves*

Resumo: Nosso objetivo é apresentar, num primeiro momento, uma periodização histórica do capitalismo mundial que nos permita situar a globalização capitalista que foi objeto de reflexões de Ruy Mauro Marini no seu último texto de 1996. Depois, expomos, a partir do texto de Marini, as características da nova economia globalizada do capital. Discutiremos a nova divisão internacional do trabalho, a lei do valor na economia globalizada, a mundialização da superexploração do trabalho, a globalização capitalista e o imperativo categórico da política, e, para concluir, trataremos das mutações da dependência e o conceito de superexploração destrutiva.

Palavras-chave: Crise; Capitalismo; Dependência; Superexploração; Trabalho.

Abstract: I'll present, at first, a historical periodization of world capitalism that allows us to place the capitalist globalization that was the object of Ruy Mauro Marini's reflections in his last article of 1996. I'll expose the characteristics of the new globalized capital economy; the new international division of labor; the law of value in the globalized economy; the globalization of superexploitation of work; the capitalist globalization, and the categorical imperative of politics, and, to conclude, I'll deal with the mutations of dependency and the concept of destructive superexploitation.

Keywords: Crisis; Capitalism; Dependency; Overexploitation; Work.

Resumen: Nuestro objetivo es presentar, en un primer momento, una periodización histórica del capitalismo mundial que nos permita situar la globalización capitalista que fue objeto de las reflexiones de Ruy Mauro Marini en su último texto de 1996. Luego, exponemos, a partir del texto de Marini, las características de la nueva economía de capital globalizada. Discutiremos la nueva división internacional del trabajo, la ley del valor en la economía globalizada, la globalización de la superexplotación del trabajo, la globalización capitalista y el imperativo categórico de la política, y, para concluir, nos ocuparemos de las mutaciones de la dependencia y del concepto de superexplotación destructiva.

Palabras clave: Crisis; Capitalismo; Dependencia; Sobreexplotación; Trabajo.

Introdução

Em seu último trabalho publicado (*Processo e Tendências da Globalização Capitalista*, 1996), Rui Mauro Marini discerniu com lucidez importantes elementos para uma economia política da globalização. Neste texto, o economista brasileiro salientou a difusão da indústria com a economia globalizada, a nova divisão do trabalho e a mundialização da lei do valor com a generalização da superexploração do trabalho aos países capitalismo centrais. Em 1997, Marini faleceu de câncer linfático, deixando, “[...] uma obra composta por seis livros de sua autoria, mais de 200 artigos, sete livros que dirigiu e coordenou e alguns inéditos, inclusive poesias da juventude, de rara beleza” (MARTINS, 2008, p. 14). Nosso objetivo neste ensaio é apresentar, num primeiro momento, uma periodização histórica do capitalismo mundial que nos permita situar a globalização capitalista e as reflexões de Rui Mauro Marini. Depois, iremos expor, a partir do texto de Marini de 1996, as características da nova economia globalizada do capital. Para concluir, faremos considerações críticas a respeito da processualidade histórica qualitativamente nova do capital global. A nova era da mundialização da lei do valor operou mudanças nas relações de dependência entre os países capitalistas e explicitou globalmente a superexploração enquanto produção destrutiva do trabalho vivo (a “superexploração destrutiva”).

Marini teve o senso da radicalidade do novo tempo histórico da globalização capitalista. Ele percebeu que o “porvir” da globalização não seria a mera continuidade do passado do capitalismo em desenvolvimento desde o século XVI. É interessante o jogo semântico das duas palavras que existem para o “futuro”: futuro e porvir. Assim, *futuro* diz respeito ao futuro como a continuação do presente, como a plena atualização das tendências que já estão presentes, enquanto *porvir* aponta para uma ruptura radical, uma descontinuidade com o presente. “Porvir” é o que está por chegar (por vir), não apenas o que será. Assim, o capitalismo global não seria mais o mesmo do desenvolvimento capitalista desde o século XVI. O porvir da globalização capitalista exposta por Marini abriu uma nova etapa histórica do capital, com impactos qualitativamente novos, não apenas no que se refere à estrutura de produção, circulação e consumo de bens e serviços, mas de mudanças na geopolítica do imperialismo e nas relações internacionais; e ainda, na organização social, na escala de valores e nas configurações ideológicas das classes em cada país.

A mundialização da lei do valor e a generalização da superexploração do trabalho representam a presença do “futuro” catastrófico do capital em sua etapa de crise estrutural. Elas representam o “ponto fixo” distópico (DUPUY, 2011), o ponto zero do “colapso” civilizatório no sentido do agravamento das relações de dependência; a

crise das instituições defensivas do trabalho (sindicatos e partidos operários); e a generalização da superexploração; e, para além disso, as profundas mudanças sociometabólicas do homem com a Natureza por conta do porvir do “capitalismo quântico”; e da nova economia psíquica do capital (o sociometabolismo da barbárie) por conta do “hipnocapitalismo” (ALVES, 2023a).

Marini não vislumbrou a complexidade do “porvir” da globalização capitalista. O “porvir” é o ponto zero, o “atrator” virtual para o qual nossa realidade, *entregue a si mesma*, tenderia. É por isso que, no final do texto de 1996, o economista brasileiro ressaltou o “imperativo categórico” da política como forma de ação humana necessária para evitar o desastre futuro. Na verdade, a política, para Marini, representou a processualidade da luta de classes capaz de interromper nossa deriva em direção ao “ponto fixo” distópico da globalização capitalista. A valorização da ação política, esvaziada pelo neoliberalismo (OLIVEIRA; RIZEK, 2007), designa a possibilidade de mudança capaz de quebrar o domínio que o “futuro” catastrófico tem sobre nós e, assim, abrir espaço para algo novo “por vir”.

1. A periodização histórica da crise estrutural do capital

De acordo com István Mészáros (2009, p. 464), o período histórico atual – desde meados da década de 1960 – é o período histórico em que a ordem sociometabólica do capital se defrontou com a “[...] ativação dos seus limites absolutos enquanto sistema de reprodução plausível”. Diferentemente da época de ascensão histórica do capital, em que havia (e foram aproveitadas) as possibilidades de *deslocamento* das contradições estruturais do capital, no presente, diz Mészáros (2011, p. 794), “[...] o desenvolvimento da reprodução sociometabólica do capital teria alcançado seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalescente mude para um modo qualitativamente diferente”.

O conceito de “crise estrutural”, na perspectiva meszariana, refere-se a uma condição que “[...] afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795). Por isso mesmo, a crise estrutural

[...] põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo. [...] uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global. (MÉSZÁROS, 2011, p.795).

A ideia de “crise estrutural” não diz respeito a um “dia do Juízo Final”, mas seu significado seria “mais modesto”: ela implicaria que a “[...] tripla dimensão interna da auto-expansão do capital [produção, consumo e circulação/distribuição/realização] exhibe perturbações cada vez maiores”; ao mesmo tempo em que falha a “[...] função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 465). As contradições e disfunções do sistema “[...] tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso *bloqueio ao complexo mecanismo de deslocamento das contradições*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795, grifos nossos). A crise não é restrita à esfera socioeconômica, mas afeta “[...] toda a sociedade *de um modo nunca antes experimentado*. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação em geral*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 796, grifos nossos). Portanto, o conceito de “crise estrutural do capital” faz ressaltar a radicalidade de do nosso tempo histórico – de um modo nunca antes experimentado.

A globalização capitalista da década de 1990 foi o coroamento da *primeira etapa* do período histórico da crise estrutural do capital iniciado na década de 1960. Por exemplo, a trajetória da vida intelectual-política de Ruy Mauro Marini (1932-1997) transcorreu nesse período histórico. Ainda que não se possa localizar o começo da nova fase histórica em torno de alguma data ou evento preciso, podemos indicar o marco histórico de conclusão dessa primeira etapa da periodização histórica da crise estrutural do capital, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 – o fim de uma etapa histórica e começo de outra: o início da ascensão do capitalismo global e da nova etapa do globalismo neoliberal (a *segunda etapa* da temporalidade histórica da crise estrutural do capital)¹. Eric Hobsbawm considerou 1989 como sendo o marco histórico do fim do “curto século XX” (iniciado em 1914). Robert Kurz fez uma leitura reversa do fim da URSS, considerando-o sinal do “colapso da modernização”. Para ele, a derrocada dos países capitalistas representou, nada mais e nada menos, que o início da crise do próprio sistema capitalista.

¹ “É sempre difícil estabelecer com precisão as grandes linhas de demarcação histórica e o início de uma nova fase histórica, porque as raízes das novas tendências fundamentais remontam inevitavelmente ao fundo das determinações passadas e porque demora muito a que se manifestem em as suas dimensões. e afirmar-se plenamente em todos os níveis da vida social. Mesmo terremotos históricos gigantescos como os de 1789 e 1917 - dos quais agora contamos a origem de algumas das maiores mudanças históricas subsequentes - são apenas inteligíveis em termos de suas raízes no passado e suas longas e dramáticas consequências tiveram que superar resistências. formidavelmente forte no propósito de sustentar a reivindicação de sua importância como eventos históricos seminais” (MÉSZÁROS, 2009, p. 81).

1.1 A primeira etapa da crise estrutural do capital

As manifestações do início da crise estrutural do capital ocorreram, de acordo com Mészáros (2009), por volta do final da década de 1960, com três grandes enfrentamentos sociais: (1) a Guerra do Vietnã (as relações de exploração dos países capitalistas metropolitanos com os países subdesenvolvidos e o colapso da forma de intervenção mais abertamente agressiva do intervencionismo norte-americano); (2) o Maio de 1968 na França (os problemas e contradições dos países capitalistas centrais tomados em si e na conjunção de uns com os outros); e (3) a repressão das tentativas de reforma na Tchecoslováquia e na Polônia (as contradições das experiências nos países pós-capitalistas ou países do “socialismo real”). Entretanto, faremos um recuo na linha de demarcação histórica e início da nova fase histórica para o começo da década de 1960, utilizando como marco histórico de início da nova temporalidade de crise estrutural do capital, o alinhamento de Cuba com a URSS em 1º de janeiro de 1960. A Revolução Cubana, tanto quanto a Guerra do Vietnã, o Maio de 1968 na França e a invasão da Tchecoslováquia e da Polônia pela URSS, tornou-se expressão da crise de dominação do capital, ao lado dos movimentos de contestação da contracultura e de luta de classes (a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, o movimento operário na Europa Ocidental – Itália, França, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos).

Podemos identificar na *primeira etapa* da nova fase histórica de crise estrutural do capital, dois movimentos de conjuntura:

1. O primeiro movimento da conjuntura foi a fase de erupção e explosão da crise do capitalismo mundial e da crise de hegemonia do imperialismo dos EUA com a derrota estadunidense na Guerra do Vietnã em 1975. Do início da década de 1960 à primeira metade da década de 1970, tivemos o movimento de formação e explosão da crise capitalista, com a recessão mundial de 1973-1975 ocasionada pela queda da taxa de lucratividade, ocorrendo pelo menos desde meados da década de 1960 (o livro de Michael Harrington, *Twilight Capitalism*, de 1976, traduziu a profundidade da primeira crise da nova era do capital). A crise capitalista de meados da década de 1970 foi o marco histórico do fim da era do capitalismo fordista-keynesiano e o início do processo de transição para o novo regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992). A teoria marxista da dependência surgiu como produto no plano teórico-político e intelectual nesse primeiro movimento da conjuntura da primeira etapa histórica da crise estrutural do capital;

2. O segundo movimento da conjuntura foi a ofensiva reestruturativa do capital à primeira etapa histórica de crise. Na medida em que a crise do sistema global

do capital foi uma crise sistêmica, a contraofensiva capitalista foi, do mesmo modo, sistêmica, não se restringindo apenas à esfera socioeconômica e esfera política, mas afetou “toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado” (MÉSZÁROS, 2011: p. 216). A reestruturação capitalista das condições históricas de produção e reprodução social provocou mudanças disruptivas na base tecnológica, organização social, na cultura e escala de valores e nas configurações ideológicas do capitalismo. Sob a direção do capital financeiro, foram criadas as condições estruturais – objetivas e subjetivas – para a segunda etapa da crise estrutural do capital, com a ascensão e desenvolvimento do capitalismo global (o que aconteceu na década de 1990).

Portanto, a *primeira etapa* da crise estrutural do capital (1960-1991) teve dois movimentos de conjuntura, constituídos pelo *movimento de crise* e, depois, pelo *movimento de reestruturação* ou contraofensiva do capital. Essa primeira etapa da crise estrutural do capital durou cerca de 30 anos (da Revolução Cubana ao fim da URSS).

1.2 A segunda etapa da crise estrutural do capital

A segunda etapa histórica da crise estrutural do capital teve – do mesmo modo que o período histórico anterior – dois movimentos de conjuntura:

1. O *movimento de ascensão* da globalização capitalista neoliberal (1991-2008), que alterou os referentes estruturais da economia política e da geopolítica do imperialismo estadunidense: a organização social e da luta de classes; da configuração ideológica, política ideológica nas sociedades capitalistas centrais e sociedades do capitalismo periférico e dependente;

2. O *movimento de crise* do capitalismo global (a partir de 2008), no qual tivemos a manifestação da crise da economia do capitalismo predominantemente financeirizado e de hegemonia do globalismo neoliberal. Foram repostas às profundas contradições abertas pela financeirização da riqueza capitalista por conta da crise de lucratividade que persiste pelo menos desde a metade da década de 1960. Mesmo a ascensão do capitalismo neoliberal e o movimento contratendencial à queda da taxa de lucro operado pelo aumento da taxa de exploração e de desvalorização do capital constante, não conseguiram recuperar de forma sustentável a taxa de lucratividade na principal economia capitalista do mundo (os EUA). A crise do capitalismo global fez o sistema do capital impulsionar uma nova contraofensiva – tal como fez na década de 1980 – visando restaurar o poder hegemônico mundial. Como elemento de novo tipo, tem-se a ascensão da China na década de 2000 e o protagonismo da Rússia na geopolítica global.

Embora Ruy Mauro Marini tenha vislumbrado o período de ascensão do capita-

lismo global, ele não viveu para ver os dois fatos históricos de maior relevância do começo do século XXI: a crise capitalista de 2008 e a “primeira depressão” da economia capitalista no século XXI, e a ascensão da economia da China no mercado mundial (em aliança estratégica com a Federação Russa a partir de 2022).

Após contextualizar historicamente o processo de crise estrutural do capital, buscando destacar a radicalidade da nova temporalidade capitalista, o objetivo deste ensaio é analisar o que Marini (2008) caracterizou como o processo e as tendências da globalização capitalista. Nesse texto, o economista marxista brasileiro nos apresentou as determinações fundantes (e fundamentais) da nova ordem do capital sob a fase histórica do capitalismo global: a (1) nova divisão do trabalho, (2) a mundialização da lei do valor e (3) a generalização da superexploração do trabalho enquanto processo qualitativamente novo da economia política da globalização.

2. A economia globalizada e a nova divisão do trabalho

No seu texto Marini tratou da globalização da lei do valor como resultado do largo período de crise imperialista, reestruturação capitalista e de reação do capital global. Ele vislumbrou a afirmação do mercado mundial num cenário histórico nunca antes visto, ou seja, a etapa histórica de pleno restabelecimento da lei do valor. Trata-se de um processo qualitativamente novo, com profundas implicações no modo de entendimento de operação do capitalismo. Marini contestou autores que afirmaram que a globalização da década de 1990 não é novidade pois o capitalismo sempre teve globalização (por exemplo, as Grandes Navegações no século XVI; ou o colonialismo e imperialismo do começo do século XX). Para Marini, o fim da União Soviética e a abertura dos novos mercados no Leste Europeu, e a liberalização comercial na América Latina na década de 1990, incrementaram a circulação e o consumo de bens e serviços numa escala nunca antes vista em termos de magnitude da população envolvida. O capitalismo tornou-se genuinamente global, e essa constatação possui implicações significativas para a compreensão do sistema mundial do capital.

Marini salientou a aceleração do tempo histórico por conta da difusão numa escala inédita das economias urbanas e industriais. Para ele, é inédita a enorme capacidade produtiva de bens e serviços por conta do salto da produtividade do trabalho, que cresceu numa dimensão nunca antes vista. Diz ele: “O crescimento da produção em uma só década (a de 1980) superou o que havia se verificado até a metade do século XX. E entre os 100 principais produtores, 47 são corporações transnacionais” (MARINI, 2008, p. 249-250). Por fim – e eis o aspecto inédito – ele ressalta a “profundidade e rapidez destas transformações”:

Isso se deve, em grande parte, ao crescente grau de urbanização que caracteriza as sociedades contemporâneas: a concentração demográfica acelera a transmissão do conhecimento, padroniza os comportamentos, homogeneiza as formas de pensar. Mas, sobretudo, é fruto da revolução que se está a fazer ao nível das comunicações, que aumenta a velocidade de circulação de bens, serviços, ideias e, sobretudo, dinheiro, com o qual quase tudo se compra. O mercado financeiro único que está sendo criado e que funciona praticamente sem interrupção, mobilizando - apenas na categoria do chamado “capital errante” ou, mais precisamente, capital especulativo - 13 trilhões de dólares, é um bom exemplo do alto grau de internacionalização do capitalismo contemporâneo. (MARINI, 2008, p. 250).

O que Marini descreveu foram mudanças disruptivas. Não se trata apenas de considerar que o capitalismo sempre foi assim, mas sim de tirar conclusões dessa ruptura radical e do salto histórico qualitativamente novo que caracteriza a globalização capitalista. As mudanças incrementais ocorridas na primeira etapa de crise estrutural do capital (1960-1990) produziram mudanças qualitativamente novas, identificadas como sendo a globalização capitalista, que representa, assim, “a transição para uma nova etapa histórica” (MARINI, 2008, p. 248).

É importante destacar uma observação de Marini a respeito da dinâmica da nova economia política da globalização e da nova divisão do trabalho: “É particularmente notável o fato de que, nestas novas condições, o crescimento econômico deixou de corresponder à ampliação do emprego” (MARINI, 2008, p. 255). Com a globalização capitalista, manifestou-se efetivamente *a desconexão entre crescimento e emprego*; e isto significa o aumento do desemprego de massa e o debilitamento dos sindicatos. Ao constatar isso, Marini identificou uma das principais causas da crise do sindicalismo na era da globalização capitalista. Não apenas devido ao fato do aumento do desemprego massivo, mas, como ele percebeu, pela rendição ideológica (e política) do sindicalismo de classe: “Os trabalhadores não conseguem resistir às pressões patronais, e fazem concessões atrás de concessões” (MARINI, 2008, p. 256).

Com a globalização capitalista, o mundo do trabalho encontrou-se face à ofensiva do capital, que não diz respeito apenas à dinâmica do mercado de trabalho desconectado do crescimento da economia, mas à reestruturação produtiva: as empresas recorrem à terceirização, demitindo trabalhadores e contratando-os a partir de pequenas empresas prestadoras de serviços, evitando assim encargos trabalhistas. Marini percebeu, assim, a constituição da “sociedade neoliberal”, definida mais tarde, por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), como “a sociedade que aparece como ‘uma empresa constituída de empresas’”.

A nova divisão do trabalho, a flexibilização e a diferenciação crescente entre os mercados de força de trabalho, contribuíram para aumentar a hierarquização entre

forças de trabalho, de acordo com o grau de qualificação, remuneração e emprego. Portanto, o conjunto de tais determinações indicou uma profunda crise do sindicalismo, a mais importante instituição de defesa do mundo do trabalho organizado.

As mudanças tecnológicas explicam a nova divisão do trabalho. Cada vez mais, o conhecimento é um importante requerimento do processo de produção do capital. Citando Reich, Marini observou que, em 1980, 80% do custo de um computador correspondia ao hardware e 20% correspondia ao software e suas aplicações do sistema operacional. Em 1990, dez anos depois, a proporção se inverteu: só 10% de custo de um computador da IBM diz respeito ao processo físico de produção (MARINI, 2008, p. 257-258). As mudanças tecnológicas e a nova divisão de trabalho tiveram importantes impactos nas relações de dependência entre países capitalistas.

Em primeiro lugar, o processo de difusão mundial da indústria manufatureira é desenfreado e irreversível, e deve ocorrer levando em consideração os níveis salariais entre operários diaristas – e não apenas eles, mas técnicos de nível alto e médio. Na medida em que uma fábrica e sua maquinaria podem ser instaladas em qualquer lugar do mundo, deve se acirrar a concorrência entre os operários de diversos países – centrais e periféricos. A concorrência da nova divisão internacional do trabalho ocorre no plano da mesma força de trabalho em função do grau de qualificação, cultura e qualificação produtiva de cada operário. Assim, pela primeira vez, o capital criou um “verdadeiro exército industrial globalizado” (MARINI, 2008, p. 259).

Essa é uma importante constatação de Marini sobre a nova dinâmica de desenvolvimento do capitalismo global: a concorrência tornou-se entre operários e não mais entre economias nacionais nas quais os operários trabalham e a posição ocupada por essas economias no mercado mundial. Isso explica, de certo modo, a generalização da superexploração do trabalho como categoria do capitalismo global e não apenas dos países dependentes.

A produção do capital – e a formação de lucros extraordinários – deve levar cada vez mais em consideração o nível de qualificação da força de trabalho, o que remete à importância da questão da educação – desde o nível pré-escolar até o nível superior – e a formação de quadros altamente qualificados (“analistas simbólicos”).

Os países desenvolvidos, por conta do privilégio do monopólio tecnológico descrito acima, têm o controle das transferências das atividades industriais. Na medida em que se colocam na dianteira dos países dependentes na questão da inovação tecnológica, da pesquisa e desenvolvimento (P&D), eles deixam para trás os países mais atrasados, com indústrias menos intensivas em conhecimento. Além disso, as grandes empresas dispersam entre diferentes países as etapas da produção de mercadorias, impedindo o surgimento de economias nacionalmente integradas.

Essas duas faculdades dos países desenvolvidos (monopólio tecnológico e dispersão das etapas de produção de mercadorias) afetam a divisão internacional do trabalho no nível da produção. Para Marini, isso altera de modo significativo as *relações de dependência*. O aumento da produtividade do trabalho ou a mudança do capital fixo faz crescer nos centros desenvolvidos as necessidades em matéria de insumos (capital circulante). Ele observou: “Um de seus resultados visíveis [disso], é o retorno dos países à forma simples de divisão internacional do trabalho que vigorava no século XIX e que significava a troca de bens primários por bens manufaturados” (MARINI, 2008, p. 260).

É claro que não se trata exatamente de uma regressão às economias extrativistas do século XIX, pois Marini reconhece que os métodos de gestão dos países dependentes são extremamente capitalistas, ao contrário da forma simples de divisão internacional do trabalho que prevalecia no século XIX e implicava a troca de mercadorias. Marini deu como exemplo o Chile, “[...] cujas exportações consistem basicamente em cobre e outros minerais, moluscos, farinha de peixe, madeira e celulose, enquanto as importações cobrem a maior parte das necessidades do país em termos de bens de capital e de consumo [...]” (MARINI, 2008, p. 259).

Com respeito ao Brasil, o país de maior desenvolvimento industrial da região, Marini verificou, naquela época, tendências de desindustrialização que se afirmaram nas décadas seguintes. Disse ele que o Brasil “[...] começa a apresentar tendências que constituem motivos de preocupação entre empresários e economistas” (MARINI, 2008, p. 260).

Portanto, a nova divisão do trabalho, impulsionada pela globalização capitalista, intensificou as relações de dependência entre os países capitalistas. Nesse contexto, os países dependentes não têm mais acesso a conhecimentos tecnológicos estáveis, como os disponíveis no final da Segunda Guerra Mundial, e enfrentam o desenvolvimento acelerado de tecnologias de ponta, que exigem investimentos e conhecimentos significativos. Dessa forma, a distância entre os países dependentes e os centros avançados tem se ampliado, destacando a relevância atual da teoria marxista da dependência no século XXI.

O Estado neoliberal, a forma do Estado capitalista que opera nos países dependentes a nova divisão do trabalho, não aumenta o gasto exigido pela educação, agravando, assim, as relações de dependência, fazendo reproduzir – numa escala planetária – a divisão do trabalho que a grande indústria da Revolução Industrial criou no passado, embora, diz Marini, “[...] os novos operários sejam obrigados a ter uma qualificação muito superior à que vigorava no século XIX”. Marini reconhece que a questão da dependência se coloca efetivamente no plano da política: “[...] a economia

torna-se um problema que deve ser resolvido principalmente no nível das políticas” (MARINI, 2008, p. 261).

3. A mundialização da lei do valor

O sujeito da mundialização da lei do valor são as firmas transnacionais e suas cadeias de produção global. A nova revolução tecnológica impulsionada por elas proporcionou um alto grau de padronização na produção de peças e componentes, implicando a difusão em larga escala de equipamentos e métodos de produção, bem como a utilização de matérias-primas de qualidade.

Em outras palavras, com a globalização capitalista, a produção mundial caracteriza-se por uma crescente *homogeneização em termos de capital constante fixo e circulante*. No passado, no processo de internacionalização do capital industrial ocorrido no pós-guerra e que se estendeu até a década de 1970, não havia tal homogeneização em termos de capital constante e capital fixo. Além disso, ocorreu – como vimos acima – uma *transferência de tecnologia* que proporcionou os processos nacionais de industrialização.

Portanto, os elementos destacados por Marini que restabeleceram a plenitude da lei do valor e agravam as relações de dependência entre os países capitalistas do centro e da periferia, foram a (1) difusão (e monopólio) tecnológica e dispersão das etapas de produção de mercadorias; (2) homogeneização em termos de capital constante (fixo e circulante); (3) e a supressão das barreiras que fragmentavam o mercado mundial e punham obstáculos ao fluxo de reprodução do capital. Com a globalização capitalista, tais obstáculos foram suprimidos. Outro elemento é que os notáveis avanços alcançados na área de informação e comunicação fornecem uma base muito mais sólida do que antes para a compreensão das condições de produção e, conseqüentemente, para (4) o estabelecimento de preços relativos (MARINI, 2008). Assim, o mercado mundial, pelo menos em seus setores produtivos mais integrados, avança para o nivelamento de valores de forma cada vez mais efetiva e, conforme a tendência, suprimindo as diferenças nacionais que afetam a vigência da lei do valor.

As palavras utilizadas por Marini para descrever o tempo histórico do capital global são *padronização, difusão, homogeneização, nivelamento, dissolução das fronteiras nacionais e supressão de barreiras*. Tudo isso supõe um novo espaço da concorrência global que não havia antes, um espaço qualitativamente novo para o fluxo da reprodução do capital, que altera os termos da produtividade do trabalho e de fixação dos preços relativos de mercadorias.

Marini retomou – de modo sintético – a discussão feita no texto “Mais-Valia Ex-

traordinária e Acumulação de Capital” (1979). Diz ele que, no nível do capital social (num país ou num setor produtivo internacionalizado), o grau de produtividade do trabalho corresponde a uma intensidade média (o ritmo de trabalho alcançado pelo trabalhador médio, dependendo desse grau de produtividade). *O valor de uma mercadoria é dado pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário para sua produção* (resulta daí uma produtividade média e uma intensidade média de trabalho). É a partir do tempo médio que será fixado seu preço relativo. No âmbito do mercado mundial, os bens são comparados para estabelecer seu preço relativo (compara-se objetos que requerem diferentes tempos de trabalho para serem produzidos). O aumento da produtividade média do trabalho faz com que se produza uma massa maior de valores de uso que o capitalista se encarregará de converter em mercadoria. Mas *a lei do valor numa economia globalizada opera uma forma peculiar de concorrência, que visa (ela – a concorrência) a obtenção pelos capitalistas individuais – unilateralmente – da mais-valia e do lucro extraordinário por meio do aumento da base técnica e/ou a intensidade de trabalho de seus trabalhadores*².

Com a globalização capitalista surgem diferenças com respeito ao “lucro extraordinário”, que se torna um *esforço permanente* das grandes empresas. Por exemplo, numa economia nacional, “*o lucro extraordinário tende a ser transitório*” (MARINI, 1979: p. 32 – grifos do autor (a concorrência – dado o nível de qualificação do trabalhador médio e o acesso mais fácil ou intensivo dos capitalistas às novas tecnologias – *nivela* o tempo médio de produção e fixa assim o preço relativo da mercadoria).

O mesmo *não* ocorre no mercado mundial, ou ocorre de forma muito diferente, tendo em vista as “[...] dificuldades da *obtenção de informações* relacionadas aos processos produtivos e às transferências de tecnologia, além da diversidade dos graus de qualificação dos operários (o país que tem maior capacidade produtiva faz passar como idêntico o valor dos bens que produz)” (MARINI, 2008, p. 265).

Com a globalização capitalista, a progressiva dissolução das fronteiras nacionais

² Marini distinguiu no texto o “trabalho mais produtivo” e o “trabalho mais intensivo”, formas de extração de mais-valia relativa e de mais-valia absoluta, respectivamente. Diz ele: “*O trabalho mais produtivo* é aquele que, em base técnica superior, permite ao trabalhador, sem muito esforço, produzir mais bens no mesmo período de tempo, o que implica, em princípio, uma redução do valor dos bens; porém, enquanto essa superioridade técnica não for generalizada, seu valor individual continuará sendo determinado pelo seu valor social (conforme as condições médias de produção do ramo) e, portanto, estará acima de seu valor real”. E prossegue: “*O trabalho mais intensivo*, embora também leve o trabalhador a produzir maior quantidade de mercadoria ao mesmo tempo, não resulta de um avanço técnico, mas de um maior esforço, o que acarreta maior desgaste a força de trabalho, sendo que seu efeito é, portanto, semelhante ao do prolongamento da jornada de trabalho, e, assim, implica a produção de uma maior massa de valor; somente se o novo grau de intensidade for generalizado ao ramo, o valor da mercadoria assim produzida se tornará valor social, ou seja, será determinado em função da nova intensidade média do ramo em questão” (MARINI, 1979, p. 25).

e o aumento da produção destinada a abranger mercados cada vez mais vastos, levam ao acirramento da concorrência entre as grandes empresas, e põe-se de modo pleno *o esforço permanente delas para obter lucros extraordinários* em comparação com seus concorrentes. A utilização de procedimentos para obter lucros extraordinários é acentuada, não apenas por meio de mecanismos tecnológicos, mas também pelo aumento da intensidade do trabalho e pela manutenção das diferenças salariais nacionais.

Entretanto, *a obsessão das grandes empresas pelo lucro extraordinário se depara com dificuldades para que ele se prolongue no tempo*. Essa é uma contradição da globalização capitalista: *torna-se cada vez mais difícil para as grandes empresas estabelecerem monopólios tecnológicos por períodos prolongados*.

A mesma necessidade que a concorrência impõe de recorrer a novas formas de *redução de custos de circulação* (como o sistema *just-in-time*, que procura evitar a formação de estoques) e a *descentralização produtiva* (como, por exemplo, o *outsourcing*), não apenas aumentam o grau de centralização do capital, mas *forçam a difusão da tecnologia*, particularmente em relação aos métodos diretos de produção (embora não, obviamente, em relação à sua concepção).

Isso quer dizer que a mundialização do valor permite a obtenção de mais-valia e lucros extraordinários, mas, ao mesmo tempo, com a difusão tecnológica e a padronização (e intercambialidade) dos bens de produção que tende, no longo prazo, a homogeneizar os processos produtivos e equalizar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, sua intensidade, dificulta a obtenção da mais-valia e dos lucros extraordinários, de forma duradoura, pelos capitalistas individuais – unilateralmente.

Eis as contradições da economia política da globalização capitalista: por um lado, no mercado mundial, tem-se “[...] dificuldades da obtenção de informações relacionadas aos processos produtivos e às transferências de tecnologia, além da diversidade dos graus de qualificação dos operários” (MARINI, 2008, p. 265), mas, por outro lado, com a globalização capitalista, temos “[...] um notável avanço em matéria de informação e comunicação, proporcionando *uma base muito mais firme que antes para se conhecer as condições de produção e, por consequência, o estabelecimento dos preços relativos*” (p. 266, grifo nosso). Marini (2008, p. 266, grifo nosso) diz: “O mercado mundial, ao menos em seus setores produtivos mais integrados, avança assim para *o nivelamento de valores de forma cada vez mais efetiva e, conforme a tendência, suprimindo diferenças nacionais que afetem a validade da lei do valor*”.

A globalização capitalista tende a *reproduzir*, no plano mundial, as condições de concorrência da economia nacional, no sentido de termos – na economia globalizada – *o nivelamento do tempo médio de produção e a fixação do preço relativo da mercadoria*.

Com a economia globalizada, observamos um avanço da obtenção de informa-

ções relacionadas aos processos produtivos e às transferências de tecnologia, apesar da diversidade dos graus de qualificação dos operários. Marini (2008, p. 265) salienta que, com a mundialização da lei do valor, temos a “dissolução progressiva das fronteiras nacionais”. Entretanto, é preciso ver isso, como diria Marx, *cum grano salis*, tendo em vista que a globalização das estruturas reprodutivas do capital opera uma dissonância com respeito às *formações dos Estados nacionais* que efetivamente não podem ser abolidas. Existe efetivamente uma dialética entre “supressão das diferenças nacionais” e o “agravamento das relações de dependência”. Isto é expressão daquilo que Mészáros (2011, p. 127) caracterizou como sendo a “dissonância estrutural entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e sua formação estatal”:

Aqui encontramos uma grande contradição que objetivamente se intensifica entre os imperativos materiais do capital e sua capacidade de manter o controle sobre o que mais importa: o próprio processo de produção. A base dessa contradição é a tendência a uma crescente socialização da produção no terreno global do capital. Esse processo transfere objetivamente o controle potencial para os produtores (embora, dentro da ordem sociometabólica estabelecida, apenas em sentido negativo), abrindo algumas possibilidades para exacerbar ainda mais a incontrolabilidade do sistema do capital [...]. *Isso porque o Estado - apesar de sua grande força repressiva - é totalmente impotente para remediar a situação, qualquer que seja o grau de autoritarismo da intervenção prevista.* Nesse sentido, não é concebível uma ação política corretiva em relação à base socioeconômica do capital. As complicações e contradições incontroláveis do capital, devido à crescente socialização da própria produção, atingem o núcleo mais central do capital como sistema reprodutivo. Paradoxalmente, derivam do maior recurso do sistema do capital: um processo de avanço produtivo dinâmico do qual o capital não pode abrir mão sem enfraquecer sua força produtiva e sua concomitante legitimidade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 127, grifos nossos).

A corrida pela internacionalização dos processos produtivos e a constante difusão da indústria para outras nações visam – deste modo – não apenas explorar as vantagens criadas pelo protecionismo comercial, como no passado, mas acirrar a concorrência mundial e a corrida pela mais-valia e lucros extraordinários.

4. A mundialização da superexploração do trabalho

É a partir daí que Marini realçou a importância do conceito de “superexploração do trabalho” nas condições da economia globalizada. Para ele, ela teria um “papel de destaque, embora não exclusivo”³ (MARINI, 2008: p.267). *É o acirramento da*

3 Adrián Sotelo Valencia (2022) desenvolveu a percepção de Ruy Mauro Marini, tornando o conceito

concorrência mundial e a corrida pela mais-valia e lucros extraordinários que faz com que a superexploração do trabalho se generalize na economia globalizada, deixando de ser apenas uma característica distintiva dos países dependentes. A teoria da generalização da superexploração do trabalho baseia-se, assim, na nova teoria da concorrência e da corrida pela mais-valia e lucros extraordinários na economia globalizada.

É próprio do capitalismo privilegiar o *aumento da extração da mais-valia e buscar a maximização da massa de lucros*, utilizando, para isso, tanto o aumento da jornada de trabalho quanto a intensificação do trabalho, bem como, mais grosseiramente, a redução dos salários, sem respeitar o valor real da força de trabalho. Com a globalização capitalista e a mudança qualitativamente nova da concorrência no nível mundial, a superexploração do trabalho – diz ele – “[...] generaliza-se a todo o sistema, *inclusive aos centros avançados*, o que era um traço distintivo – embora não exclusivo da economia dependente” (MARINI, 2008, p. 266).

Na nova etapa histórica do capital global, a superexploração do trabalho deixou de ser uma característica exclusiva dos países dependentes, expandindo-se por todo o sistema do capital global. Dessa forma, a teoria da dependência, que tem como elemento fundamental a teoria da superexploração do trabalho, passou a contribuir efetivamente para a compreensão das novas formas de exploração do capital global, não apenas nos países dependentes, mas também nos centros avançados do capitalismo global. O mesmo movimento que intensificou a relação de dependência entre os países capitalistas também generalizou a superexploração do trabalho em todo o sistema global do capital. O agravamento da desigualdade entre os países centrais e periféricos no sistema capitalista mundial e a ampliação do escopo da teoria da superexploração do trabalho tornaram, mais do que nunca, a teoria da dependência um instrumento valioso para a crítica do capital no século XXI.

5. Globalização capitalista e o “imperativo categórico” da política

O texto de Marini expõe um conjunto de contradições da economia globalizada. Vamos ressaltar mais uma delas: a generalização da superexploração do trabalho, que faz acentuar o aumento da massa de trabalhadores pobres, ocorre no preciso momento em que “[...] o desenvolvimento das forças produtivas abre aos povos, perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual e capitais” (MARINI, 2008, p. 269). A economia globalizada, na perspectiva de Marini, opera um movimento de “regressividade” que obriga à luta de classe incorporar demandas pretéritas, isto é,

de superexploração do trabalho o ponto axial a partir do qual ele refletiu sobre as transformações do mundo do trabalho no século XXI.

demandas da luta de classe no século XIX. Diz Marini (2008, p. 268) que a questão central da luta dos trabalhadores deve “[...] colocar limites à orgia a que o capital é entregue [...], [colocando] sob seu controle, as novas condições sociais e técnicas nas quais podem desenvolver sua atividade produtiva”. Portanto, não se trata de frear o aumento da produtividade do trabalho, nem mesmo de seu corolário natural (o aumento da intensidade); mas – diz ele – de “[...] distribuir mais equitativamente o esforço produtivo” (2008, p. 268), ou seja, conquistar *a redução proporcional da jornada de trabalho*, compatível com o avanço da capacidade produtiva em geral⁴. Assim, em seu texto, Marini acredita que se possa colocar “limites à orgia do capital” (a superexploração do trabalho) por meio de políticas distributivas “mais equitativas”. Mas a luta para se colocar “limites à orgia do capital” só teria sucesso se tivesse como pressuposto a luta pelo “desenvolvimento econômico mundial sob bases radicalmente diferentes” (MARINI, 2008, p. 268).

Marini conclui o texto “O Processo e as Tendências da Globalização Capitalista” destacando o “imperativo categórico” da política. Para ele, como já salientado, “[...] a economia torna-se um problema que deve ser resolvido principalmente no nível das políticas” (MARINI, 2008, p. 261). Os problemas devem ser enfrentados necessariamente pela luta de classes e, em particular, por sua disposição de tomar as rédeas da política em suas próprias mãos, direção do Estado. Marini não faz referência à necessidade da “revolução socialista”, mas sim à necessidade da “revolução democrática radical”, ou seja,

[...] a intervenção ativa dos trabalhadores na formulação e implementação de políticas públicas e o amplo uso de instrumentos de democracia direta, participação popular e vigilância cidadã. [...] É neste sentido que *a questão econômica se tornou hoje, mais do que nunca, uma questão política* ou, o que dá no mesmo, que a luta contra a dependência não pode ser dissociada da luta pela democracia. (MARINI, 2008, p. 261 – grifos meus).

A valorização da política ocorreria pela *afirmação do espaço nacional como centro de projetos de desenvolvimento* que levassem em consideração os interesses do povo. Interessa aos países capitalistas centrais imperialistas minar as fronteiras nacionais a fim de abrir caminho para a circulação de seus bens e capitais. Entretanto, o globalismo neoliberal gera resultados diferentes em diferentes regiões do planeta. Por

4 Em 1866, Karl Marx afirmou nas “Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório da I Internacional”: “Uma condição preliminar, sem a qual todas as outras tentativas de melhoria e emancipação da classe trabalhadora devem ser abortadas, é a limitação do dia de trabalho. É necessário restaurar a saúde e as energias físicas da classe trabalhadora, ou seja, o grande corpo de cada nação, bem como garantir a possibilidade de desenvolvimento intelectual, relações sociáveis, ação social e política. Propomos 8 horas de trabalho como o limite legal do dia de trabalho [...]” (apud SASAKI, 2021, p. 87).

exemplo, Marini contrastou o modelo adotado pelos países latino-americanos para garantir sua inserção na economia globalizada (o modelo neoliberal), com o modelo que os países asiáticos vêm adotando⁵, o modelo de Estados capitalistas desenvolvimentistas, como, por exemplo, a Coreia do Sul. A Coreia do Sul, diferentemente do modelo neoliberal, tem adotado um modelo em que o Estado subordina a sua abertura ao exterior à proteção da sua economia, formulando políticas de longo prazo, políticas industriais que lhes permite ocupar novos espaços no mercado mundial de forma ordenada (no caso da Coreia do Sul, o Estado controla o sistema financeiro, intervém nas atividades produtivas diretas, promove racionalmente a abertura externa, estabelece metas para ramos e setores econômicos, cria incentivos ao desenvolvimento e garante aumento de receitas):

A incompetência [sic] que as classes dirigentes latino-americanas e seus Estados vêm demonstrando em promover a defesa de nossas economias transfere aos trabalhadores a exigência de tomar a iniciativa. A ameaça de desindustrialização que paira sobre a região, o atraso do sistema educacional e a insuficiência das políticas científicas e tecnológicas, juntamente com a falta de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico, colocam a América Latina no limiar de uma situação caracterizada pela exclusão de grandes contingentes populacionais. (MARINI, 2008, p. 269).

Mas não se tratou de “incompetência” das classes dirigentes da América Latina e seus Estados capitalistas. A questão é que o projeto de dominação capitalista foi vitorioso no Ocidente neoliberal. As classes dominantes e dirigentes foram competentes na inserção subalterna e dependente à mundialização neoliberal do capital. Fomos derrotados na luta de classes ocorrida a partir da crise e reestruturação capitalista da década de 1970. A globalização capitalista foi impulsionada por isso. O triunfo do Estado neoliberal consolidou-se com a ascensão histórica do globalismo neoliberal depois do fim da URSS na década de 1990. A reestruturação produtiva do capital, a mundialização da lei do valor e a generalização da superexploração do trabalho foram produto da derrota política (e ideológica) da classe operária e o triunfo do neoliberalismo no Ocidente neoliberal.

O que Marini identificou como tendência da globalização capitalista (a ameaça de desindustrialização, o atraso do sistema educacional, a insuficiência das políticas científicas e tecnológicas, aliadas à ausência de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico) tornou-se realidade no Brasil durante a era neoliberal. Enquanto tendência, a globalização capitalista tornou-se um sério risco para a América Latina.

⁵ Marini não utiliza como modelo de referência a China socialista, na medida em que ela possui grandes vantagens em termos de mercados, população e recursos naturais e que mantém seu processo de inserção na economia sob a direção do Estado.

À medida que não se consiga democratizar o Estado e tirar o controle da economia das mãos da classe dominante, a América Latina pode *regressar* à situação em que se encontrava no século XIX. Eis o *espectro da regressividade histórica* presente nas reflexões do último Marini. É por isso que se coloca a necessidade da luta pela redução da jornada de trabalho e a obstaculização da “orgia do capital”. A regressividade histórica se cumpre à medida que persiste a dominação do velho Estado. Para contê-la, Marini salienta a necessidade da “revolução democrática radical”.

A globalização é o futuro do capitalismo – diz Marini no seu texto. A economia globalizada “está em marcha”. Não se pode negar o futuro, mas devemos nos equipar melhor para fazer frente a ele. Marini não via a globalização capitalista em si como fato negativo. Ela apresenta *vantagens* à medida que os Estados resgatam especificidades étnicas e culturais; e, inclusive, autonomias locais. Mas para isso, como condição *sine qua non*, tornar-se-ia mais fundamental do que nunca a afirmação da unidade de classe no terreno da luta “lúcida e perseverante” pela democratização do Estado, isto é, a luta pela *superação do velho Estado nacional*. A disputa pelo Estado tornou-se muito importante, visto que se coloca a necessidade do projeto de desenvolvimento econômico compatível com a nova configuração do mercado mundial globalizado.

6. A “superexploração destrutiva”

A globalização capitalista não diz respeito a um *tempo contingente* (transitório) do capitalismo histórico, mas, sim, um *tempo necessário* (futuro) que expõe os limites internos absolutos do capital. Ela opera mudanças qualitativamente novas no sistema. A globalização capitalista é a temporalidade do *capitalismo catastrófico*. A palavra catástrofe vem do grego *katastrophe* e significa “fim súbito, virada de expectativas” (de *kata-*, “para baixo”, mais *strophein*, “virar”). Portanto, o capitalismo catastrófico é o capitalismo da “virada de expectativas ‘para baixo’”. A mundialização do capital é o espaço de plenitude da lei do valor em que o ocorre o “salto mortal” da produtividade do trabalho (OLIVEIRA, 2013). Portanto, destacamos que a globalização capitalista promoveu um salto qualitativamente novo na forma de funcionamento do sistema de economia globalizada, não apenas nos âmbitos econômico, social e político, mas também no plano da subjetividade e na configuração das classes sociais.

No texto de publicação póstumo “O Conceito de Trabalho Produtivo: Nota Metodológica (1992-1997)”, Marini expôs o conceito de classe social e, portanto, de classe social do proletariado:

Para definir uma classe social em um dado momento histórico, portanto, não basta considerar

a posição que os homens objetivamente ocupam na reprodução material da sociedade. Além disso, é necessário considerar os fatores sociais e ideológicos que determinam sua consciência do papel que acreditam desempenhar nela. Tendo em conta as críticas que esta afirmação tem sofrido, *só em última instância é que a base econômica determina a consciência*. E isso por meio de dinâmicas sociais concretas, ou seja, por meio da luta de classes. Para que, em determinadas circunstâncias, trabalhadores que não pertençam diretamente à classe trabalhadora ou que, por sua posição na reprodução econômica, se sintam alienados, possam *se identificar com suas aspirações e ingressar no movimento operário*.” (MARINI, 2005, p. 204, grifos nossos).

Assim, para pertencer à classe trabalhadora não basta levar em consideração a posição que os homens ocupam objetivamente na reprodução material da sociedade. Como observou Marini, “[...] só em última instância é que a base econômica determina a consciência”. A identidade de classe é determinada pelos fatores sociais e ideológicos e pela luta de classes. Inclusive, mesmo aqueles que não são diretamente trabalhadores, podem – por meio dos fatores sociais e ideológicos – identificar-se com as aspirações e ingressar no movimento operário. *A questão é que os fatores sociais e ideológicos que determinam a identidade de classe e a própria luta de classes têm sofrido mudanças qualitativamente novas com a globalização capitalista*. O poder de manipulação do capital exacerbou-se (ALVES, 2023a). A globalização capitalista não gerou somente transformações econômicas e sociais, mas, sobretudo, mudanças ideológicas e políticas. A mundialização da lei do valor é resultado também da nova organização da configuração ideológica da sociedade neoliberal no que diz respeito à subjetivação da classe.

Na década de 1980, o capital fez uma verdadeira “revolução cultural”. A crise do sindicalismo e a crise dos partidos comunistas e socialistas por conta da globalização capitalista, aprofundaram a *crise da consciência de classe*. O debilitamento dos sindicatos foi também um debilitamento político-ideológico. Como já salientamos, Marini observou: “[...] face às pressões patronais, os sindicatos têm feito concessões atrás de concessões” (MARINI, 2008, p. 256). Na nota de rodapé 18 do texto de 1996 citado acima, ele destacou a fala do chefe do Departamento Internacional da TUC (Trade Union Congress), a central sindical inglesa que contava com 7,7 milhões de filiados no II Simpósio sobre o Futuro do Sindicalismo, realizado em São Paulo em agosto de 1992. O líder sindicalista admitiu que a central sindical inglesa havia perdido força após a ascensão de Thatcher ao governo, e declarou: “Passamos da luta de classes para a colaboração de classe [*aparceria no trabajo*]”. Por sua vez, Robbie Gilbert, diretor da *Confederation of British in Industry*, organização patronal inglesa, observou que, em comparação com a média de 3.000 reclamações trabalhistas registradas na década de 1970, 500 foram registradas em 1991. E Bruno Rossi, do Departamento Internacional

da CGIL, a maior e mais importante das três centrais sindicais italianas, com 5 milhões de filiados, confirmou: “A colaboração de classe [*aparceria*] não só é possível, mas necessária para ambas as partes”.

Um detalhe: traduzimos o termo *aparceria* (em espanhol) por “colaboração de classe”. Mas “aparceria” significa o contrato de parceria pelo qual – por exemplo – o proprietário de uma fazenda confia a um trabalhador dessa fazenda uma porcentagem nos resultados. Mas a “parceria” (ou a participação em lucros e resultados),

[...] é um procedimento tão antigo quanto o capital. Por exemplo, ao estudar o salário por peça, Marx observou: “[...] esse sistema de salário [o salário por peça], forma a base [...] de todo um sistema hierarquicamente graduado de exploração e opressão. [...] o trabalho por peça facilita a intervenção parasitária entre os capitalistas e o trabalhador, com o sistema de sublocação do trabalho (sublocação do trabalho)” (MARINI, 2008, p. 256).⁶

Embora o salário por peça seja, de fato, tão antigo quanto o capital, a colaboração de classe do sindicalismo europeu com uma larga tradição de luta de classe demonstra efetivamente que o capitalismo (e a luta de classes) não são mais como antes. Ao alterar a materialidade do capital, a globalização capitalista alterou a configuração ideológica (e política) do trabalho organizado. Não se trata de um fato contingencial, mas de mudanças estruturais na dinâmica de *produção (objetiva e subjetiva) da identidade de classe* provocadas pela nova ofensiva do capital: a globalização neoliberal.

6.1 A crise da política (de classe)

A ofensiva neoliberal (e do imperialismo) adquiriu força renovada não apenas na economia política e geopolítica, mas na esfera da cultura e da colonização ideológica e mental das massas. Em 30 anos de neoliberalismo – pelo menos desde a década de 1990 – aprofundou-se a manipulação com o capitalismo digital e a “plataformização” da vida social. Marini não viveu para ver a devastação ideológico-cultural provocada pelo capital, levando na enxurrada ideológica a perspectiva de classe. O debilitamento dos sindicatos e a corrosão da consciência de classe colocam de forma concreta dificuldades para a “revolução democrática radical” indicada por Marini, tendo em vista que lhes falta o sujeito de classe. O capital globalizado alterou o processo de subjetivação da classe, na medida em que se modificaram os referentes materiais objetivos e subjetivos (incluindo a dinâmica da luta de classe). Ao alterar a procedência

⁶ Minha tese de doutorado de 1997, intitulada *O Novo e Precário Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo* (Boitempo, 2020), fez a crítica do sindicalismo propositivo, que consideramos expressão da crise do sindicalismo (ALVES, 2000).

social (a composição de classe), os mecanismos de mobilidade a que estão sujeitos os proletários, a educação, o ambiente familiar e de trabalho dos indivíduos, alterou-se seu comportamento e, mais do que isso, transformou-se sua visão de mundo e a percepção que eles têm de si mesmos. Na verdade, foram tais processos – que definem a classe social – que o capital global alterou de modo radical. A posição que os homens ocupam não apenas objetivamente na produção e na reprodução material da sociedade, mas *a consciência que os homens e as mulheres têm em relação ao papel que nela creem desempenhar*, isso o neoliberalismo nos países centrais, como nos países dependentes, alterou de forma qualitativamente nova.

Marini observou que tais processos de mutação da classe e da consciência de classe ocorrem necessariamente “fora da economia”. Mas não é verdade que a nova subjetivação de classe ocorre “fora da economia”. Ela ocorre enquanto economia psíquica do capital. Reconhecemos que Marini se posiciona no plano da economia política do capital, e as questões da subjetividade (ou do metabolismo social) estão “para além da economia política” propriamente dita. Mas esses são os limites do “economicismo científico” para a crítica do capital enquanto processo sociometabólico estranhado.

A economia política da globalização capitalista *contesta* em si e para si o território da política. A crise da política é a crise da economia política. Existem, dentro da materialidade da globalização capitalista, os pressupostos materiais da crise do sujeito de classe. Portanto, a corrosão da política (e do sujeito da política) deve ser vista como elemento *endógeno* da mundialização da lei do valor, e não como algo exterior a ela. O “imperativo categórico” da política destacada por Marini é – num primeiro momento – problemático em si e para si, o que não impede que seja colocado enquanto “imperativo categórico” – isto é, um imperativo posto no plano do “dever ser”.

6.2 Mutações da dependência

Além da dirupção da subjetividade de classe, a globalização capitalista alterou de forma qualitativamente nova as *relações de dependência*. Com a economia globalizada, ocorreu o aprofundamento das relações de dependência, o que deve ser entendido numa perspectiva dialética: não se trata apenas de diferenças quantitativas nas relações de dependência – os países periféricos dependentes estão mais dependentes do que antes – mas sim de diferenças qualitativamente novas nas relações de dependência, as quais, devido à nova divisão internacional do trabalho e à inserção dos países na economia globalizada, restabeleceram-se em um plano superior, formas de dependência similares àsquelas do século XIX. A questão do *regreso* dos países às formas

simples de divisão internacional do trabalho, mas “com métodos de gestão plenamente capitalistas”, significa que o “regresso” não seria propriamente um “regresso”, mas uma forma de dependência qualitativamente nova. Assim, o regresso dos países dependentes às formas arcaicas de atraso e do subdesenvolvimento (o predomínio da troca de bens primários por bens manufaturados) não seria propriamente um *regreso*, mas, sim, a manifestação das relações entre centro e periferia sob a forma *hipermoderna* da globalização capitalista. Do mesmo modo, a generalização da superexploração do trabalho, *constitutiva* nas formações capitalistas dependentes e *operativa* no âmbito dos países capitalistas industrializados (VALENCIA, 2022), é a manifestação do *regreso* que diz respeito não apenas às relações de troca comercial entre centro e periferia, mas às formas de exploração do trabalho no sistema global do capital (o que torna explícito – numa dimensão inédita – que a dependência ou o suposto “atraso” e “subdesenvolvimento” históricos não podem ser superados dentro dos limites do capitalismo) (SOARES, 2022).

A forma de *regreso* histórico dos países capitalistas dependentes – tornados exportadores de bens primários (a *desindustrialização*) –; e a forma de *regreso* do sistema do capitalismo global – que tornou *operativa* a superexploração do trabalho – são manifestações de mutações qualitativamente novas que expõem a crise estrutural do capital. A nova divisão do trabalho e a generalização da superexploração do trabalho têm impactos na configuração da luta de classe e frações de classes interna a cada país dependente e a cada país do capitalismo central.

A *globalização da lei do valor* explica as mutações das relações de dependência da periferia capitalista e da generalização operativa da superexploração do trabalho nos países capitalistas centrais. O último tópico do texto de Marini intitulou-se “A Lei do Valor numa Economia Globalizada”. A operatividade do valor sofre mudanças estruturais numa economia globalizada. Existe uma dialética entre afirmação global da lei do valor e a natureza da crise estrutural do capital. À medida que se expõe a crise da produção de mais-valor por conta do “salto mortal” da produtividade do trabalho provocado pela terceira revolução tecnológica, o valor se expande – intenso e extensivamente – na economia globalizada.

Caracterizamos o processo dialético do “salto mortal” do capital globalizado pela figura da “expansão-colapso” do valor. O “colapso” da forma-valor ocorre no plano da temporalidade historicamente alongada – extensa e intensivamente. As formas de *regreso* no modo de ser das relações de dependência indicadas acima são manifestações da lógica dialética da “expansão-colapso” do valor. Temos outras manifestações da nova operatividade da lei do valor “afetada de negação”. Por exemplo, a (1) disseminação das “formas derivadas” de valor, isto é, formas de valor “fictício” que im-

pregnam o trabalho social, ou seja, a presença da forma-valor nos setores exteriores à produção do capital onde não se produz mais-valor (a expansão do “improdutivo” na ordem do capital). Identificamos também como produto da globalização da lei do valor, (2) a presença de movimentos do anti-valor, que compõem as formas de afirmação/negação do valor (ALVES, 2022).

O conceito de “desmedida do valor” é – do mesmo modo – a dialética da “negação” do valor no interior de sua afirmação plena. Negação é afirmação pelo “excesso”. A globalização capitalista, enquanto operatividade global da lei do valor, é a afirmação do capital-valor pelo “excesso”. Dessa forma, o aprofundamento das relações de dependência entre países capitalistas centrais e periféricos, bem como a generalização da superexploração do trabalho – inerente (ou constitutiva) aos países dependentes e operacional nos países capitalistas centrais – são manifestações da “desmedida do valor” e da afirmação do capital-valor pelo “excesso”. Na primeira explicação da crise capitalista (de 1848), Karl Marx e Friedrich Engels destacaram a contradição entre civilização e barbárie social ou progresso do capital e destrutividade capitalista. Com a crise capitalista,

[...] há muita civilização, muita subsistência, muita indústria, muito comércio. As forças produtivas à disposição da sociedade não tendem mais a promover o desenvolvimento das condições de propriedade burguesas. Ao contrário, eles se tornaram poderosos demais para essas condições que os restringem. [...] *As condições da sociedade burguesa são muito estreitas para abranger toda a riqueza que ela criou. E como a burguesia supera essas crises? Por um lado, reforçando a destruição massiva das forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e por uma exploração mais completa dos antigos.* (MARX; ENGELS, 1998, p. 45).

Portanto, a resposta do capital à sua crise é, por um lado, a formação do mercado mundial; e, por outro lado, a destruição massiva das forças produtivas – entre elas, o trabalho vivo. Isso tem caracterizado o desenvolvimento do capitalismo industrial – pelo menos desde fins do século XVIII, com a Revolução Industrial. Portanto, a expansão mundial do capital e a destruição massiva das forças produtivas são modos de desenvolvimento do sistema no interior do qual ele – o capital – opera suas contradições. A globalização da lei do valor, nas condições históricas da terceira revolução tecnológica – no patamar elevado da produtividade do trabalho (mais-valia relativa) – faz com que se exponham novas formas de relações de dependência e novas formas da superexploração do trabalho, formas características da fase histórica do capitalismo senilizado.

6.3 A superexploração destrutiva

Com a globalização capitalista, generalizou-se a superexploração destrutiva do trabalho, que diz respeito não apenas ao debilitamento da força de trabalho por conta do seu consumo destrutivo no processo de produção do capital, mas à degradação das condições de produção (e reprodução) do trabalho vivo e, portanto, a degradação das forças produtivas vivas da sociedade. A superexploração destrutiva do trabalho vivo significa a degradação da saúde – física e mental – do trabalho vivo, não apenas enquanto força de trabalho como mercadoria consumida no processo de produção do capital (o consumo destrutivo da força de trabalho), mas por conta da degradação das condições de reprodução social do trabalho vivo (a precarização da vida das pessoas que trabalham). É a questão da saúde pública que evidencia a superexploração destrutiva do trabalho como mecanismo sistêmico de produzir a destruição do trabalho vivo redundante e excedente às necessidades de acumulação do capital.

A superexploração do trabalho e a “nova precariedade salarial”, caracterizada pelo trabalho intensivo, são mecanismos da produção destrutiva do trabalho vivo. Ao mesmo tempo, a degradação das condições da existência social do trabalho vivo produz o aumento de adoecimentos físicos e mentais. Por exemplo, as doenças crônicas não-transmissíveis (ou DCNT), doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas e violências têm gerado, todo ano, elevado número de mortes prematuras (em 2014, no Brasil, elas foram responsáveis por 72% da mortalidade no país, sendo mais prevalentes no contingente empobrecido da classe trabalhadora)⁷. À medida que as condições de produção e reprodução da existência social do trabalho vivo se degradam, produz-se doenças que debilitam (e destroem) a capacidade viva da força de trabalho. Ao mesmo tempo, têm crescido nas últimas décadas a mercantilização da medicina e a degradação dos serviços públicos de saúde por conta do neoliberalismo. A conjunção perversa da produção social das doenças e do debilitamento das instituições de saúde pública opera como um modo de produção destrutiva da força de trabalho ou a “superexploração destrutiva” do trabalho vivo.

Ao expor a população trabalhadora mais velha e idosa (a força de trabalho ativa ou inativa) aos riscos das doenças físicas e mentais, o Estado capitalista tornou-se o operador da superexploração destrutiva do trabalho vivo. Na verdade, a crise estrutural do capital em sua etapa histórica superior tornou obsoleta a saúde pública. Por exemplo, desde 2020, a forma de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus pelo Estado capitalista explicitou sua função social de operador da “necropolítica” do

7 Vide o dossiê “Doenças e Agravos Associados ao Estilo de Vida”, da revista *Ciência & Saúde Coletiva* (2014).

capital: por um lado, negando a pandemia (a política da “nova direita”); e, por outro, enfrentando a covid-19 apenas com campanhas de vacinação e incentivando a circulação das pessoas sem a proteção sanitária (a política da esquerda liberal). Entramos na era dos adoecimentos. Mesmo com a queda da taxa de letalidade da covid-19, infecções e reinfecções têm causado “covid longa” e ocasionado mortes não-notificadas como covid-19. Em 2022, a maioria dos países do mundo continua a apresentar uma mortalidade maior do que o esperado (ROUGERIE, 2022). Existe um movimento de destruir o trabalho vivo mais fragilizado. Nas condições da transição climática (ondas de calor extremo) e do envelhecimento demográfico global, a destruição do trabalho vivo deve se agravar. Por conta do excesso de óbitos, deve cair pela primeira vez desde 1958-1961 o índice de expectativa de vida global.

Outro exemplo de produção destrutiva do trabalho vivo são as *deaths of despair* nos EUA. “Mortes por desespero” é uma expressão usada para descrever um fenômeno no qual indivíduos morrem prematuramente devido a fatores como overdose de drogas, abuso de álcool e suicídio, muitas vezes como resultado de dificuldades econômicas, isolamento social e sensação de desesperança (de abril de 2020 a abril de 2021, 100.000 mortes por overdose de drogas ocorreram nos EUA, um aumento de 28,5% em comparação com o ano anterior. O termo ganhou destaque nos Estados Unidos nos últimos anos, quando os pesquisadores observaram um aumento nas taxas de mortalidade por essas causas, principalmente entre indivíduos brancos de meia-idade sem educação superior, o contingente da classe operária atingido pela desindustrialização e emprego precário nos EUA (CASE; DEATON, 2020; INTRO-CASO, 2021). Portanto, o contingente da classe operária incapaz de adaptar-se à nova divisão social do trabalho tornou-se “refugo” (ou “resto”) da produção do capital. Interessa-lhe, ao capital, destruir os ditos “inúteis”, a população operária que “sobra”, os “improdutivos” redundantes.

O “desastre” da saúde pública tornou-se *funcional* à reprodução autodestrutiva do capital. A manipulação midiática cumpre o papel de “naturalizar” (ou fetichizar) a catástrofe sanitária, “individualizando” as tragédias pessoais. O fetichismo social opera pela manipulação dos desejos e afetos mais profundos da alma humana (o medo da morte e a paixão pela normalidade social).

Diante da crise estrutural do capital, aumentou a pressão do sistema produtor de mercadorias sobre o trabalho vivo, obrigando-o a comprovar a sua “viabilidade produtiva” ou, pelo contrário, perecer. “Os mais fracos não têm vez” – diz o lema da produção destrutiva do trabalho vivo. A lei do valor na economia globalizada representou a maior imposição do sistema “totalitário” do capital globalmente dominante e seu critério de viabilidade a tudo, “[...] desde as menores unidades de seu ‘micro-

cosmo’ até as maiores empresas transnacionais, das relações pessoais mais íntimas aos processos decisórios mais complexos em consórcios monopolistas industriais, sempre favorecendo o mais forte contra o mais fraco” (MESZÁROS, 2011, p. 465).

A globalização capitalista e a generalização da superexploração do trabalho representam a efetividade da lógica destrutiva do capital por meio da degradação da subjetividade (corpo e mente) do trabalho, reduzindo-o à condição de uma *objetividade reificada* – um mero “fator material de produção descartável, ‘sem valor’ [...]” (MÉSZÁROS, 2011: p. 685). Essa é a tendência que vem se acentuando no capitalismo global e que diz respeito àquilo que Mészáros (2011, p. 634) identificou como sendo a “taxa de utilização decrescente do valor de uso”.

6.3.1 Taxa de utilidade decrescente e autorreprodução destrutiva

O capital não trata separadamente o valor de uso (que corresponde diretamente à necessidade) e o valor de troca, mas de uma forma que subordina radicalmente o primeiro ao segundo. A efetividade plena da obsolescência planejada e da lei do valor na economia globalizada faz com que a “taxa de utilização decrescente” se aplique a todas as mercadorias, incluindo a força de trabalho como mercadoria, ao reduzir sua vida útil. E quanto mais se exacerba a “desmedida do valor”, mais se agrava a destruição e/ou precariedade da força humana que trabalha subordinada aos padrões do capital.

A taxa de utilização decrescente diz respeito não apenas à descartabilidade das coisas e ao desperdício que caracteriza o padrão irracional de consumo, mas diz respeito também à *descartabilidade* do trabalho vivo enquanto “força de trabalho *qua* mercadoria” (PIQUERAS, 2018). Na superexploração destrutiva do trabalho vivo, *consumo* e *destruição* são funcionalmente equivalentes. O componente de destrutividade se realiza à medida que o consumo produtivo é efetuado, mas não apenas no ato do consumo produtivo – que é consumo destrutivo do corpo e mente do trabalho vivo. A destrutividade opera, por exemplo, por meio da necropolítica do Estado capitalista omissor face à crise sanitária permanente. Assim, não apenas se eliminou literalmente a distinção vital entre “consumo” e “destruição”, mas se transformou a reprodução social em autorreprodução destrutiva na medida da disfuncionalidade da “superpopulação relativa do capital” (MARX, 2013).

Para entender a característica desconcertante do capitalismo global é importante fazer uma distinção vital entre *produção* e *autorreprodução*. Essa distinção é muito importante porque o capital não está preocupado com a produção como tal, mas apenas com a autorreprodução. Como observou Mészáros (2014, p. 296), do mesmo modo, o “movimento irresistível do capital em direção ao universalismo” (destacado

por Marx) só se preocupa com os interesses de autorreprodução, não com os da própria produção. Nas circunstâncias históricas em que a superexploração do trabalho era exclusivamente uma característica dos países dependentes, *produção* e *autorreprodução* podiam coincidir positivamente; e, quando isso ocorria, o capital podia aumentar as forças produtivas da sociedade e encorajar, na medida determinada e permitida por seus próprios interesses, o surgimento da “indústria geral”. No entanto, sob a economia globalizada, produção e autorreprodução se tornaram diametralmente opostas. Como observou Mészáros (2014), a disjunção radical entre produção capaz de aumentar a força produtiva da sociedade e autorreprodução do capital, não é mais uma possibilidade remota, mas um fato histórico, com consequências devastadoras para o futuro.

Atualmente, as barreiras à produção capitalista são superadas pelo próprio capital, com o objetivo de assegurar sua própria reprodução – em uma extensão já ampla e cada vez maior – na forma de *autorreprodução destrutiva*, em oposição antagônica à produção genuína, capaz de aumentar a força produtiva da sociedade. Por exemplo, a generalização da superexploração do trabalho na forma da superexploração destrutiva é a manifestação de que os limites do capital não podem mais ser definidos meramente como obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza social e, portanto, como um freio ao desenvolvimento, mas como “um desafio direto à sobrevivência da humanidade” (MESZÁROS, 2014, p. 300).

A superexploração destrutiva do trabalho pode fazer com que os limites do capital se voltem contra ele, como controlador do metabolismo social, à medida que o capital não for mais capaz de garantir, com os meios de que dispõe, as condições para sua autorreprodução destrutiva e – diz Mészáros (2014, p. 298) – “por isso, provocar o colapso de todo o metabolismo social”.

6.3.2 Superexploração destrutiva como estranhamento social

A destrutividade generalizada do trabalho vivo por meio da tendência da remuneração do trabalho abaixo do valor da força de trabalho⁸ e da degradação progressiva das condições de vida (objetiva e subjetiva) do trabalho vivo, exigem o entendimento da categoria “força de trabalho” como sendo uma mercadoria “de exceção”, ou seja, a

⁸ “A superexploração do trabalho não constitui uma ‘violação’ da lei do valor, na medida em que o valor se encontra em um nível de abstração superior. A lei do valor em Marx opera em outro nível de abstração lógico-dialética, acima do nível de exposição em que ele tratou mais do preço da força de trabalho. É o nível de exposição lógico-dialético em que se encontra a categoria de superexploração do trabalho” (ALVES, 2019, p. xx).

força de trabalho é mercadoria – e *não é* mercadoria. Isto é, a força de trabalho é uma mercadoria cujo valor de uso (o trabalho vivo) não se reduz àquilo que se tornou valor de troca (a força de trabalho). O trabalho vivo diz respeito à *pessoa humana* que trabalha – que não pode ser reduzida à força de trabalho como mercadoria. É por ser trabalho vivo que a força de trabalho utilizada como mercadoria pelo capital, é capaz de produzir mais-valor. A superexploração destrutiva degrada o trabalho vivo, sendo, portanto, “superexploração *do trabalho*” e não apenas “da força de trabalho”. É uma forma de degradação da natureza na medida em que o trabalho vivo é parte compositiva da natureza.

Entretanto, a economia política reduziu a força de trabalho a mercadoria, discutindo-a apenas como fator de produção. Ao discutir a superexploração do trabalho, a economia política incorporou o entendimento *reificado* do trabalho apenas como fator de produção, e a força de trabalho como mercadoria. A discussão da superexploração do trabalho fica no plano da economia política e, portanto, daquilo que Karl Polanyi denominou “economicismo científico”⁹. Entretanto, devemos lembrar que Marx – por exemplo – elaborou uma crítica da economia política (o que muitos economistas marxistas esquecem).

O conceito de “superexploração” – tanto quanto o conceito de “exploração” – tem sido comumente utilizado na perspectiva da economia política do capital. O trabalho diz respeito à força de trabalho como mercadoria, fator reificado de produção capaz de produzir o mais-valor. No caso da superexploração força de trabalho, ela aparece como mecanismo de aumento da exploração e/ou compensação para elevar a taxa de acumulação do capitalismo dependente (NOGUEIRA, 2021; LUCE, 2018). Do mesmo modo, ao fazer a distinção entre “superexploração constitutiva” e “superexploração operativa”, Valencia (2022) permanece no horizonte da economia política. Nossa hipótese é que existe uma determinação “oculta” do conceito de superexploração do trabalho vivo que diz respeito ao capital entendido não apenas como movimento do “valor em expansão”, mas como *modo de controle estranhado do metabolismo social*.

⁹ Segundo o pensador húngaro Karl Polanyi, o “economicismo científico” é uma visão de mundo que se baseia na crença de que os fenômenos econômicos podem ser analisados e compreendidos de forma objetiva e científica, independentemente das relações sociais, políticas e culturais em que estão inseridos. Essa visão de mundo considera a economia como um sistema autônomo e autorregulado, que segue leis universais e que pode ser estudado de maneira objetiva, sem a interferência de fatores externos. O economicismo científico desconsidera, portanto, a influência das relações sociais, culturais e políticas na dinâmica econômica. Para Polanyi, essa visão de mundo é perigosa e pode levar a uma mercantilização completa da sociedade, em que todas as relações sociais são reduzidas a transações comerciais. Ele argumenta que a economia deve ser vista como uma atividade humana, que está intrinsecamente ligada às relações sociais, políticas e culturais em que está inserida (POLANYI, 2000).

Nesse caso, o trabalho não se reduz à determinidade¹⁰ da mercadoria-força de trabalho.

É claro que a “exploração” (e a “superexploração”) degrada objetiva e subjetivamente o trabalho vivo, visto que a força de trabalho é consumida – intensiva e extensivamente – pelo capital (no capítulo 13 – “Maquinaria e Grande Indústria” de *O Capital*, Karl Marx destacou os impactos da exploração capitalista na saúde da força de trabalho nas fábricas do século XIX). A produção da mais-valia (absoluta e relativa), o consumo intensivo e extensivo da força de trabalho, danificam o organismo vivo da força de trabalho (a saúde física e mental do trabalho vivo). Entretanto, a “destrutividade do trabalho vivo” enquanto determinação da “exploração” e da “superexploração do trabalho” aparece no discurso da economia política como determinação acessória ou *faux frais* (custos indiretos ou ocultos) da produção capitalista¹¹.

A superexploração destrutiva do trabalho vivo diz respeito à dilapidação das energias vitais da força de trabalho enquanto subjetividade (corpo e mente) do trabalho vivo, manifestando-se principalmente pela degradação da saúde pública como resultado das condições de autorreprodução destrutiva das pessoas humanas, inclusive aquelas que não fazem parte da PEA (população economicamente ativa). O escopo da superexploração do capital amplia-se pois diz respeito à *sociedade do trabalho vivo* – que não se reduz apenas à sociedade da força de trabalho ativa, mas sim, à *totalidade viva do trabalho* enquanto objeto de desefetivação humana ou de adoecimento – físico e mental¹².

10 “Determinidade” (em alemão, *Bestimmtheit*) é, de acordo com G.W.F. Hegel, o processo pelo qual algo adquire uma identidade particular ou se torna um objeto específico. Esse conceito está relacionado à dialética hegeliana e à filosofia do devir, na qual ele explora como as coisas se desenvolvem e evoluem através de contradições e sínteses. O movimento da “determinidade” envolve três etapas: tese, antítese e síntese. A tese representa um estado inicial, a antítese é a negação ou contradição da tese, e a síntese é a resolução ou superação dessa contradição, resultando em uma nova determinidade. A diferença entre *Bestimmtheit* (determinidade) e *Bestimmung* (determinação) reside no fato de que o primeiro está relacionado à identidade e especificidade de um conceito ou objeto; enquanto o segundo se refere ao objetivo ou propósito final de um processo dialético ou histórico (INWOOD, 1997; BARBIERI, 2009).

11 *Faux frais* é um termo francês que se refere aos custos indiretos ou ocultos associados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Esses custos são muitas vezes negligenciados nas análises econômicas, uma vez que não são diretamente visíveis ou mensuráveis.

12 “A realização efetiva do trabalho, tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado a ponto de morrer de fome” (MARX, 1984, p. 154). A “desefetivação” (*entwirklich*) é o estranhamento, entendido como a forma de “privar de realidade e/ou desefetivar” o trabalho vivo. O adoecimento das pessoas que trabalham – por exemplo – é a forma característica do “estranhamento” (*Entfremdung*). A “superexploração destrutiva” é a manifestação do estranhamento do capital enquanto modo de controle do metabolismo social.

A título de conclusão

Ao lado das superexplorações “constitutiva” e “operativa” abordadas por Valencia (2012), ressaltamos aqui a superexploração “destrutiva”. Essa determinação *substancial* da superexploração do trabalho enquanto produção destrutiva do trabalho vivo é expressão da *dessubstancialização* do capital. Por conta do aumento da composição orgânica do capital, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, a força histórico-social mais potente do capital global, sobra cada vez mais gente (SHAIK, 2023). Na era da Quarta Revolução Industrial, com a robotização e automatização utilizando a Inteligência Artificial nos setores da indústria e dos serviços – inclusive público – a redundância do trabalho vivo deve aumentar. Ela se manifestou com a disseminação do trabalho precário, que emergiu como o centro das preocupações sociais não apenas nos países dependentes, mas nos países do capitalismo central, como nos Estados Unidos e em todo o mundo desde a década de 1970 (por “trabalho precário” entende-se a relação de emprego incerta, imprevisível e na qual os riscos vinculados a ele pesam mais por conta da informalidade e da falta de cobertura de direitos trabalhistas, previdenciários e sanitários). Na verdade, trata-se da “nova precariedade salarial” (ALVES, 2022), que diz respeito não apenas à contratação precária, mas às novas formas de organização do trabalho formal, que degradam a subjetividade (corpo e mente) do trabalho vivo por meio – por exemplo – de formas de intensificação do trabalho (a superexploração do trabalho). Ulrich Beck descreveu no livro “Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade”, o surgimento da nova “sociedade do risco” (2011); e, mais tarde, referiu-se à precariedade do trabalho na era da globalização como sendo a “brasilianização do Ocidente” (BECK, 2000: p. 9).

Mas para além da dimensão salarial, a superexploração do trabalho vivo na forma da superexploração destrutiva é operada pela degradação das condições de reprodução social, com destaque da crise ecológica; e pelo debilitamento dos sistemas de saúde pública e de previdência pública (com as aposentadorias abaixo do valor de reprodução do trabalho vivo). Portanto, o capital *precariza* não apenas o trabalho assalariado, mas as condições de existência do trabalho vivo. Ressaltemos: isso deve agravar-se com as mudanças ecológicas (aquecimento global), epidemiológicas (pandemia) e demográficas (envelhecimento e a expansão da camada social do *gerontariado*¹³). Deste modo, com a superexploração destrutiva, é o trabalho vivo que está sendo degradado pelo capital, entendido não apenas como *valor em expansão*, mas

13 Por “gerontariado” deve-se entender a camada social do proletariado constituída pelos trabalhadores “mais velhos” e idosos, altamente escolarizados, inseridos em situações de trabalho precário. Alienados dos direitos trabalhistas e da previdência social pública, devem ter prematuramente envelhecimento (a “inutilidade social” – na perspectiva da lei do capital) e morte precoce (ALVES, 2023b).

como modo de *controle estranhado do metabolismo social*.

A superexploração destrutiva é o sinal de crise do processo civilizatório e de afirmação da barbárie social (ALVES, 2023a). A superexploração do trabalho tem um *sentido oculto para além da economia política e que diz respeito à problemática atual de maior relevância histórica: a produção destrutiva do trabalho vivo enquanto manifestação da natureza viva do homem*. O sociometabolismo da barbárie enquanto território da subjetividade viva da luta de classes no século XXI, é o tema candente da crítica do capital, exigindo, deste modo, a crítica da economia política. A economia globalizada do capital não nos aprisiona efetivamente numa forma de regresso histórico – a volta ao passado do século XIX – mas sim nos projetos para o futuro de um sistema incapaz do porvir.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e barbárie social: ensaios sobre o capitalismo do século XXI*. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2023a (no prelo).
- ALVES, Giovanni. *O gerontariado: o trabalho envelhecido no século XXI*. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2023b (no prelo).
- ALVES, Giovanni. *Gestão de metas e serviço público: a degradação do trabalho no Brasil neoliberal*. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2022.
- ALVES, Giovanni. Capitalismo global e superexploração do trabalho: breves notas teóricas. In: VALENCIA, Adrián Sotelo (Coord.). *El trabajo en el capitalismo global. Problemáticas y tendencias*. *Revista Anthropos*, n. 250, p. 39-65, 2019.
- ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BARBIERI, Greice Ane. *O aspecto positivo da moralidade na Filosofia do Direito de Hegel*. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECK, Ulrich. *The brave new world of work*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- CASE, Anne; DEATON, Angus. *Deaths of despair and the future of capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 2020.
- CIÊNCIA & Saúde Coletiva, v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/edicoes/doencas-e-agravs-associados-ao-estilo-de-vida/120?id=120&id=120#:~:text=As%20DCN-T%2C%20ou%20doen%C3%A7as%20cardiovasculares,e%20a%20sociedade%20em%20geralm.br>. Acesso em: 06 jun. 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUPUY, Jean-Pierre. *O tempo das catástrofes: quando o impossível é uma certeza*. São Paulo: Realizações, 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- INTROCASO, David. Deaths of despair: the unrecognized tragedy of working class immiseration. *Stat News*, Dec. 29, 2021. Disponível em: <https://www.statnews.com/2021/12/29/deaths-of-despair-unrecognized-tragedy-working-class-immiseration>. Acesso em: 08 mar. 2023.
- INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2013. v. 1 – Crítica da economia política.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *História*. São Paulo: Editora Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO; Siglo del Hombre, 2008. p. 247-271.

MARINI, Ruy Mauro Marini. O conceito de trabalho produtivo: nota metodológica. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 195-205.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinária y acumulación de capital. In: *Cuadernos Politicos*. Número 20, Ediciones Era, México D.F., abril-junio de 1979, 18-39.

MARTINS, Carlos Eduardo. Ruy Mauro Marini: marco del pensamiento contemporáneo. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO; Siglo del Hombre editores, 2008. p. 9-22.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NOGUEIRA, Camilla dos Santos. *Economia brasileira contemporânea: dependência e superexploração*. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibebe Saliba (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PIQUERAS, Andrés. *Las sociedades de las personas sin valor: Curata Revolución Industrial, de-substanciación del capital, desvalorización generalizada*. Barcelona: El Viejo Topo, 2018.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. São Paulo: Campus, 2000.

ROUGERIE, Pablo (Ed.). What can explain the excess mortality in the U.S. and Europe in 2022? *Health Feedback*, Nov. 2, 2022. Disponível em: <https://healthfeedback.org/what-can-explain-the-excess-mortality-in-the-u-s-and-europe-in-2022/ack>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SASAKI, Ryuji. *A new introduction to Karl Marx: new materialism, critique of political economy, and the concept of metabolism*. Palgrave MacMillan, 2021.

SHAIK, Anwar. *No capitalismo sobra cada vez mais gente*. Comentários de Giovanni Alves. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2023.

SOARES, Marcela. *Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira*. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *A superexploração do trabalho na era da turbulência global: perspectivas do capital no século XXI*. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2022.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Los rumbos del trabajo: superexploración y precariedad social en el Siglo XXI*. Cidade do México: Editorial Miguel Ángel Porra; FCPyS; UNAM, 2012.

Ruy Mauro Marini e a categoria da superexploração do trabalho na América Latina: essência e historicidade

Iuri Michelan Barcat*, Willian Lepinski** e Geraldo Augusto Pinto***

Resumo: Busca-se reconstituir, a partir de Ruy Mauro Marini, a historicidade da categoria de superexploração do trabalho. Isto é, recuperar da teoria marxista da dependência as particularidades que condicionam em diferentes momentos essa característica perene do capitalismo dependente, bem como discutir as determinações substanciais da superexploração. Argumentamos que essas determinações explicitam sua lógica interna e com maior clareza justamente quando atentamos para seus atributos históricos. Encerramos com as considerações do autor a respeito da possibilidade de generalização da superexploração na fase de globalização do capitalismo. Além de nos situar no debate teórico e à revitalização da obra de Marini, queremos indicar a atual relevância desses na compreensão do capitalismo contemporâneo e da América Latina.

Palavras-chave: Superexploração do trabalho. Historicidade.; América Latina. Ruy Mauro Marini. Teoria marxista da dependência.

Resumen: Este artículo busca reconstituir, a partir de Ruy Mauro Marini, la historicidad de la categoría de sobreexplotación del trabajo. Es decir, recuperar a la teoría marxista de la dependencia las particularidades que condicionan en diferentes momentos esta característica perenne del capitalismo dependiente, así como discutir las determinaciones sustanciales de la sobreexplotación. Estas determinaciones explican su lógica interna y con mayor claridad precisamente cuando prestamos atención a sus atributos históricos. Finalizamos con las consideraciones del autor sobre la posibilidad de generalizar la sobreexplotación en la fase de globalización del capitalismo. Además de buscar sumar al debate teórico y a la revitalización de la obra de Marini, queremos señalar su relevancia actual en la comprensión del capitalismo contemporáneo y de América Latina.

Palabras-clave: Sobreexplotación del trabajo. Historicidad. América Latina. Ruy Mauro Marini. Teoría marxista de la dependencia.

Abstract: This article reconstitutes, from Ruy Mauro Marini, the historicity of the category of super-

* Mestre e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Bolsista CAPES. Graduado em Engenharia de Computação pela mesma instituição..Pesquisador do grupo Trabalho, Tecnologia e Capitalismo Digital (UTFPR).

**Mestre e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. (UTFPR); Bolsista CAPES. Bacharel em Comércio Exterior (FESP). Pesquisador do grupo Ciências Humanas, Tecnologia e Sociedade (CHTS/UTFPR).

*** Professor Associado do Departamento Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas (DAFCH) e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador dos grupos: Ciências Humanas, Tecnologia e Sociedade (CHTS/UTFPR); Trabalho, Tecnologia e Capitalismo Digital (UTFPR); Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (Unicamp).

exploitation of labour. Thus, we aim to recover from the Marxist theory of dependency the particularities that condition this perennial characteristic of dependent capitalism at different periods and therefore by discuss the substantial determinations of the super-exploitation. We argue that these determinations explain their internal logic and with greater clarity precisely when we pay attention to their historical attributes. We end this paper with the author's considerations regarding the possibility of generalizing super-exploitation in the globalization phase of capitalism. In addition to seeking to add to the theoretical debate and to the revitalization of Marini's work, our main objective is to indicate its current relevance in the understanding of contemporary capitalism and Latin America.

Keywords: Superexploitation of labour. Historicity. Latin America. Ruy Mauro Marini. Marxist dependency theory.

1. Introdução

A categoria de superexploração do trabalho, ou, seguindo a denominação proposta por Carcanholo (2013), com a qual concordamos, superexploração da força de trabalho, é central na obra de Marini e em sua teorização do capitalismo dependente na América Latina. Porém, não se trata de um conceito fixo para fundamentar a precariedade do trabalho em geral no continente, mas de uma categoria marcada, por um lado, pela historicidade relativa ao desenvolvimento das forças produtivas, e, por outro, pela correspondente organização das relações capitalistas de produção em âmbito mundial. Consequentemente, essa categoria aparecerá determinada de formas diferentes conforme ocorram modificações na base sociotécnica da produção global e local. Essencialmente fundamentada pelas relações entre a acumulação de capital e a geração e extração de mais-valor relativo, as determinações históricas que engendram a superexploração no capitalismo dependente – e, eventualmente, no mundo como um todo, conforme discutiremos – serão bastante diferenciadas conforme o momento do desenvolvimento capitalista que se tome em consideração. Identificamos três momentos históricos na obra de Ruy Mauro Marini em que essas transformações produtivas introduzem diferenças qualitativas nas determinações sociais da superexploração da força de trabalho. Delimitamos esses períodos partir da noção de padrão de reprodução do capital elaborada por outro autor importante da teoria marxista da dependência (doravante TMD), Jaime Osório (2012).

Assim, o objetivo do presente texto é recuperar essas determinações históricas da categoria de superexploração da força de trabalho e mostrar que, entendida como violação sistemática do valor da força de trabalho, tal categoria está essencialmente vinculada ao desenvolvimento histórico das forças produtivas e à incapacidade do capital em engendrar ciclos de acumulação fundados principalmente (ou seja, predominantemente) na geração de mais-valor relativo. Para tanto, estaremos também sustentados em outras obras inseridas no interior da tradição da TMD e do pensamento crítico latino-americano. Iniciaremos o artigo com uma breve revisão metodológica a respeito da questão da superexploração e sua relação com a dependência. Aqui, além dessa revisão, introduziremos a categoria de padrão de reprodução do capital (OSÓRIO, 2012). Esse será o nosso suporte prático para efetuar a periodização das diferentes facetas da superexploração no capitalismo dependente. Nesse sentido, a cronologia do padrão de reprodução do capital na América Latina é articulada em três momentos distintos: o padrão agromineiro exportador; o padrão industrial; e o padrão exportador de especialização produtiva.

No primeiro padrão de reprodução, argumentamos que Marini pensa a superexploração destacando, dentre outras características históricas, o intercâmbio desigual, fundado na forma específica da divisão internacional do trabalho então estabelecida e os desníveis tecnológicos nela encapsulados que atuavam na esfera concorrencial. Essa divisão internacional do trabalho aparece, nesse primeiro momento, como a contraposição entre economias imperialistas industrializadas e economias dependentes de produção agrária de baixa produtividade do trabalho. No segundo padrão de reprodução do capital na América Latina, aquele referente ao processo de industrialização, a superexploração exhibe outras determinações históricas. Veremos, a partir de Marini, que o avanço tecnológico no interior da industrialização da periferia ficou mais restrito às esferas orientadas pela produção de bens suntuosos, de tal maneira que esse desenvolvimento, se contribuía para a queda da taxa de lucro mediante o aumento da composição orgânica do capital, não o fazia com a geração de mais-valor relativo. A superexploração é aqui determinada historicamente, e principalmente, não pelas perdas no âmbito das trocas no mercado internacional, mas pelas características específicas exibidas pelas economias latino-americanas em processo de industrialização, como o menor grau de aplicação tecnológica nas assim chamadas indústrias tradicionais e a dependência tecnológica em relação às economias imperialistas. Os exemplos concretos desse fenômeno são os diversos arrochos salariais que eram então efetuados nas montadoras da indústria automotiva ou nas maquiladoras, praticamente uma regra durante as ditaduras empresariais-militares no continente.

Já o terceiro e presente padrão de reprodução do capital na região refere-se ao momento em que Marini (2008a) argumenta como sendo o da ocorrência de uma *generalização global* da superexploração. Sugerimos, a partir de dados empíricos coletados recentemente (principalmente por Michael Roberts e John Smith) que, nesse terceiro período, a acumulação de capital em escala global se baseou majoritariamente não na geração de mais-valor relativo, mas na utilização de força de trabalho barata massivamente encontrada nas periferias, em especial na asiática (mas não apenas, inclui-se aqui também, é claro, a América Latina e o Leste Europeu), o que, por sua vez, atuou negativamente sobre a capacidade de organização e de barganha da classe trabalhadora nos economias imperialistas. Isso não significa que não haja em absoluto, nos momentos analisados, geração de mais-valor relativo (além das outras formas de elevação da lucratividade, como o barateamento do capital constante), mas que, sob circunstâncias históricas distintas, o capital se mostra incapaz de sustentar ciclos de acumulação de capital com concomitante crescimento da taxa geral de lucro por essas vias, desencadeando uma busca pelos lucros via violação sistemática do

valor da força de trabalho. Por fim, este texto traz uma discussão a respeito da essência da categoria de superexploração, sua determinação a partir de seu desenvolvimento histórico, e seus condicionamentos contemporâneos. Defende-se que Marini, e a TMD como um todo, possibilitam compreender não somente a especificidade do capitalismo na América Latina em dado período histórico, mas um aspecto universal no tocante ao desenvolvimento desse modo de produção.

2. Dependência e superexploração: uma breve revisão metodológica

Marx pouco escreveu de maneira explícita a respeito da questão do método. Não obstante, esse é um tema em relação ao qual a tradição marxista sempre esteve atenta. Não por acaso, Marini (2017, p. 325) inicia *Dialética da Dependência* com a seguinte advertência: “[...] em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura”. No primeiro caso, como diz o autor latino-americano, rompe-se a relação entre o concreto e o abstrato, e tomam lugar “[...] descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele” (MARINI, 2017, p. 325), enquanto no segundo caso o rigor teórico-metodológico é preterido em prol da manipulação conceitual. Contudo, esses conceitos, ou, de outro modo, as categorias, apenas “[...] expressam formas de ser, determinações de existência”, como aponta Marx (2011, p. 85) nos *Grundrisse*. Portanto, o objeto real e seu movimento histórico concreto são prioritários na produção das categorias. Por outro lado, uma vez que as categorias refletem (ainda que de forma genérica) o movimento histórico do real concreto, percebemos que é precisamente o desvelar das particularizações desse real que revelam com clareza aquilo que há de universal em todo o processo. Marini (2013, p. 47), em *Subdesenvolvimento e Revolução*, texto de 1967, colocara a questão da seguinte forma:

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina.

Em 1973, em *Dialética da Dependência*, afirmaria: “[...] é o conhecimento da forma

particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram nesse resultado” (MARINI, 2017, p. 326). Percebe-se que o esforço do autor, no aspecto metodológico, situa-se justamente em compreender a realidade latino-americana orientando-se pela totalidade da teoria marxista, e, ao mesmo tempo, depreender dessa realidade, entendida – decisivamente – como uma parte do modo de produção capitalista mundial, aquilo que ela possui de peculiar e próprio. Consequentemente, trata-se de um esforço historicamente situado, e que deve ser “reproduzido” (e não apenas replicado) na medida em que o seu próprio objeto de estudo está em constante transformação. Logo, independentemente da mais rigorosa teorização da realidade, essa complexificação histórica do desenvolvimento capitalista modificará as categorias de análise em suas novas inter-relações.

Nesse quesito, não apenas a categoria da superexploração, mas a própria TMD foram objeto de intenso debate e ainda o são. Contudo, apesar da obnubilação editorial que a TMD sofreu no Brasil, não é o nosso intuito neste trabalho recuperar todo esse debate¹. No entanto, é importante que ao menos nos situemos e nos posicionemos em algum local dessa discussão, para que assim seja possível introduzir a temática. Em detrimento das divergências no tratamento daquilo que autores/as concebem como sendo a dependência ou a superexploração da força de trabalho, existe um relativo consenso acerca da existência de um dado conjunto de elementos concretos que são particulares ao capitalismo dependente. E os economistas e cientistas sociais que se dedicaram à produção teórica acerca da dependência na vertente marxista se concentram nessas particularidades, em especial no contexto da América Latina, onde se destacam:

A ruptura do ciclo do capital, isto é, o desfasamento entre a esfera da produção e a esfera da realização, seja em mercados exteriores e/ou na esfera alta de consumo local; o predomínio dos trabalhadores como produtores e sua irrelevância como consumidores; o peso do mais-valor extraordinário e a dificuldade de transladar a acumulação para o campo do mais-valor relativo; a transferência de valor às economias imperialistas pelo intercâmbio desigual; a forma aguda que assumem os processos de concentração e centralização de capitais; finalmente, mas não menos relevante, uma organização produtiva sustentada na superexploração. (OSÓRIO, 2013a, p. 61, tradução livre nossa).

¹ No que tange essa recuperação, sugerimos a leitura de Luce (2018), em especial os capítulos primeiro e terceiro. Nesses, o autor busca realizar justamente essa tarefa de esmiuçar os desdobramentos no que se refere às questões da dependência e da superexploração respectivamente. Também indicamos o texto de Martins (2018), que faz uma recuperação das críticas à TMD e os principais debates metodológicos.

Essas características particulares se articulam como momentos da dependência (ou do capitalismo dependente) em geral. Porém, no tratamento da relação entre dependência e superexploração, faz-se necessário recuperar como se manifesta a articulação da superexploração, em termos de determinidade, em face da condição de dependência, também de forma geral. Em *Dialética da Dependência*, Marini (2017, p. 327) demarca que a condição de dependência não pode ser confundida com a condição colonial. Para ele, a fórmula de Gunder Frank (1973, p. 26) de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” seria “impecável”, exceto pelo fato de que, no trabalho de Frank, se encontra uma ausência de distinção clara entre a situação colonial e aquela de dependência. Assim, Marini (2017, p. 327, grifos nossos) determinará a dependência da seguinte forma:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: *a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região*. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Queremos chamar a atenção para dois aspectos dessa formalização teórica de Marini. Em primeiro lugar, é importante enfatizar que o surgimento da relação de dependência está atrelado à passagem de um capitalismo essencialmente mercantil para uma fase de expansão engendrada a partir do comércio e da colonização (especialmente das Américas)² e, logo após, o aparecimento da grande indústria. Daí decorre que a dependência é essencialmente determinada – no que se refere ao que condiciona o seu surgimento e considerando-se o aspecto concreto da produção capitalista enquanto produção de mais-valor – pela posição então ocupada pelos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, fato esse que “[...] determinará o desenvolvimento posterior da região” (MARINI, 2017, p. 327). A situação de dependência se distingue, ademais, da forma colonial, pela independência (ainda que meramente) jurídico-formal dos países latino-americanos em relação às suas antigas metrópoles (o que também reflete uma disputa entre estas e a cada vez

2 Dussel (2000), por exemplo, argumenta ser a colonização das Américas um fato essencial do nascimento da modernidade (capitalista) e de um sistema-mundo propriamente dito.

mais poderosa, à época, Inglaterra³).

Desde já, portanto, determina-se rigorosamente a dependência a partir de seus fundamentos econômicos. Por outro lado, a precisão que Marini acresce à formulação de Frank é direcionada, justamente, no sentido de compreender a existência de dinâmicas próprias, endógenas das regiões dependentes, ao invés de tomá-las como mero reflexo da exploração externa. Theotônio dos Santos (1994, p. 15, grifos nossos), em *Evolução Histórica do Brasil*, diria: “[...] a dependência [...] não é a relação de uma economia nacional nativa com uma economia que a submete, mas sim é uma relação básica que constitui e *condiciona* as próprias estruturas internas das regiões dominadas ou dependentes”. Por isso o mesmo autor se refere à dependência como uma “situação condicionante”, na qual, por um lado, a influência externa joga papel decisivo e, pelo outro, o desenvolvimento da região é, em última instância, determinado “pelas forças internas” que compõem esse mesmo local⁴.

No entanto, a situação de dependência não se reduz ao papel que essas economias cumprem, concretamente, na divisão internacional do trabalho. É decisivo compreender que essa é uma divisão *capitalista* do trabalho social, ou seja, nas palavras de Marini (2017, p. 328):

[...] o que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa.

Portanto, há também (e isso é essencial) que se considerar as relações de valor aí envolvidas, apreender a unidade (e a contraditoriedade) entre valor de uso e valor de troca no âmbito histórico-concreto da produção e do intercâmbio em escala mundial. Ao ofertar no mercado mundial matérias primas e alimentos baratos, função primordialmente exercida pela América Latina na segunda metade do século XIX e começo do século XX, a região “[...] contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa” (MARINI, 2017, p. 328), precisamente na medida em que essa oferta barateava tanto a força de trabalho (diretamente impactando na geração do mais-valor relativo) quanto elementos do

3 Ver Bagu (1949) para um desenvolvimento dessas relações.

4 O trabalho de Bambirra (2013), *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*, ilustra bem esse conjunto de questões, já que apreende a heterogeneidade presente no desenvolvimento capitalista da região e seus determinantes.

capital constante das economias industriais (contribuindo seja na elevação, seja no estancamento da queda da taxa de lucro, e, indiretamente, no barateamento de mercadorias que entravam no consumo da classe trabalhadora).

Neste contexto emergem “[...] mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio de produção” (MARINI, 2017, p. 332) que operaram de maneira a distribuir um valor (e, decisivamente, um mais-valor) produzido nas economias dependentes em direção aos capitais nas economias industriais, e, “[...] sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro” (MARINI, 2017, p. 333). Em tais condições, Marini (2017, p. 332) afirma emergir “mecanismos de compensação”; nas suas palavras: “[...] em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2017, p. 334).

Entendemos, assim, com Osório (2012, 2013a, 2013b), que a superexploração é essencialmente determinada pela violação do valor da força de trabalho⁵, e que Marini mostra o papel central e sistemático desse expediente de exploração capitalista no interior do capitalismo dependente. Porém, pensamos ser necessário enfatizar mais um aspecto dessa questão, também marcado por Osório. Diz Marini (2017, p. 350), querendo dissipar dúvidas: “[...] a superexploração é melhor definida pela maior exploração física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real”. Por isso, Osório (2013a, p. 69, tradução livre nossa), comentando essas passagens, assinala:

[...] o desenvolvimento do mais-valor relativo como forma avançada de desenvolvimento do capitalismo não implica a eliminação – nem teórica nem histórica – de formas distintas de exploração, mas, pelo contrário, que a sua persistência e expansão são correlativas à expansão das formas avançadas.

Com efeito, nesse primeiro momento, correspondia ao desenvolvimento

⁵ Carcanholo (2013), de forma precisa, indica a diferença entre a superexploração em si, enquanto categoria, e as *formas* pelas quais ela pode ser realizada – algumas delas indicadas textualmente por Marini (2017), como o aumento da intensidade e/ou da jornada de trabalho sem equivalente, e a expropriação do fundo de consumo da classe trabalhadora. Entretanto, cabe indicar que a posição de Carcanholo (2013) a respeito da essência da categoria de superexploração difere daquela, por exemplo, de Osório (2013b), com a qual estamos mais alinhados.

da indústria em determinadas nações o incremento dado pelas economias agroexportadoras, que, ao mesmo tempo em que dispunham de uma baixa produtividade no trabalho, lançavam mão da superexploração, sendo assim condicionadas em seu desenvolvimento social e econômico na medida em que atuavam tanto no sentido de reforçar aquele processo quanto no de intensificar as contradições internas dele decorrentes. É precisamente essa *articulação* necessária entre a superexploração como violação do valor da força de trabalho, e a geração do mais-valor relativo, que deve reter nossa atenção, pois que está determinada essencialmente pelas necessidades de acumulação de capital que se fazem sentir no *locus* analisado. Porém, como o próprio caráter da dependência não é estanque e se constitui concreta e historicamente, também as determinações da superexploração aparecem de formas distintas, com pesos e inter-relações diferentes em cada momento histórico.

2.1 Padrão de reprodução do capital

A acumulação de capital é o processo concreto, total e unitário ao qual as categorias como a superexploração fazem referência. A periodização de momentos do processo histórico de desenvolvimento capitalista, portanto, deve ser realizada tendo em vista as transformações atravessadas por esse processo de acumulação. Osório (2012) elabora o conceito de padrão de reprodução do capital tendo em vista, precisamente, a captação dessas transformações. Nas palavras do autor:

[...] para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e do dinheiro investido) *e sua encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram (OSÓRIO, 2012, p. 40-41, grifos nossos).

Com efeito, “[...] a reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso” (OSÓRIO, 2012, p. 25). O autor indica, historicamente, três padrões de reprodução do capital para a América Latina (lembrando que há heterogeneidade entre os diferentes países e economias),

separados por etapas transitórias, sendo eles: a) padrão agromineiro exportador (até a segunda década do século XX); b) padrão industrial, subdividido em “etapa internalizada e autônoma” (até os anos 1940) e “etapa de integração ao capital estrangeiro” (desde os anos 1950); e, por fim, c) padrão exportador de especialização produtiva (de meados dos anos 1980 até hoje) (OSÓRIO, 2012, p. 44). Cada um desses padrões está inserido, por sua vez, no movimento geral da reprodução capitalista em escala global. Essa periodização ajuda a situar nossa leitura da historicidade da superexploração no próprio Marini e, por conseguinte, na análise da situação contemporânea, conforme se verá a seguir.

3. A historicidade da superexploração em Marini

Nesta seção, buscaremos recuperar, segundo nossa interpretação, como aparecem em Marini as determinações históricas da superexploração. Teremos como texto base, no que concerne à análise dos dois primeiros períodos principais que indicamos acima a partir de Osório, o texto *Dialética da Dependência* de Marini, mas também faremos referência a outros de seus textos em que os temas são aprofundados. Para a discussão do período que diz respeito ao padrão exportador de especialização produtiva, teremos como referência principal o texto *Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista*, de Marini.

3.1 Padrão agromineiro exportador

Marini, em *Subdesenvolvimento e Revolução*, já apresenta a tese de que somente se apreende a história (e seu aspecto lógico) do desenvolvimento capitalista latino-americano quando se toma como ponto de referência sua inserção no mercado mundial. Após afirmar que “[...] a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”, Marini (2013, p. 47) acrescenta: “[...] a América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI”⁶. Em *Dialética da Dependência*, ele é mais preciso: “[...] a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais”, pois sua função na divisão internacional do trabalho “[...] foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana,

⁶ Essa é a tese essencialmente defendida por Bagu (1949).

em geral, que ali se dava”, de forma a “[...] reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas” (MARINI, 2017, p. 328-329).

Pois bem, o período colonial cria as condições no interior das quais, no século XIX, esse processo se aprofundará e tomará contornos cada vez mais claramente regidos pela lei do valor e pelas necessidades específicas da reprodução capitalista. Uma vez superado esse primeiro período, seria necessário explicar por que a divisão internacional do trabalho colocaria economias nacionais industrializadas, de um lado, e economias nacionais agroexportadoras de baixa produtividade, do outro, e por que essa relação viria a ser prejudicial às segundas. Assim, diz Marini (2017, p. 331): “[...] não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, mas porque eram débeis que se abusou delas”. Haveria que se explicar, enfim, o problema da troca desigual⁷. Marini (2017, p. 331) indicará haver no plano das trocas internacionais fluxos de transferência de valor, pelos quais um montante de valor produzido na periferia viria a ser apropriado, de modo crônico, pelos capitais das economias industriais, mediante mecanismos que “[...] se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias⁸”.

O autor brasileiro diferencia dois casos distintos de transferência de valor no intercâmbio entre capitais, tomados aqui na forma de capitais nacionais de países distintos: no primeiro, trata-se da concorrência entre capitais que produzem o mesmo tipo de mercadoria, enquanto no segundo caso, se trata de capitais que produzem mercadorias de tipos distintos. A diferença consiste, essencialmente, em que, no primeiro caso, a transferência de valor está baseada em um lucro extraordinário obtido pelo capital mais produtivo na concorrência com outros capitais no interior da *mesma esfera de produção*, enquanto, no segundo caso, tratam-se de mecanismos que atuam na inter-relação entre esferas distintas. Enquanto no primeiro caso, segundo Marini (2017, p. 331-332), é “[...] natural que o fenômeno se apresente sobretudo em nível da concorrência entre nações industriais, e menos entre as que produzem bens primários” (o que não significa que isso seja exclusivamente assim), no segundo caso – ou seja, nas

[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas

7 Indicamos Leite (2017, p. 77) para uma discussão sobre o histórico do problema.

8 Indicamos Osório (2012), Dussel (1988), Luce (2018) e Leite (2017) como trabalhos situados, a nosso juízo, na mesma linha geral de raciocínio – ao menos no que se refere esse aspecto – que buscam reconstituir esse processo a partir da teoria de Marx e da formação dos preços de produção. Neste trabalho não poderemos refazer esse caminho, apenas tomá-lo como pressuposto.

e matérias primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. (MARINI, 2017, p. 332).

Nomeadamente, Marini (2017, p. 332) diz: “[...] preocupamo-nos aqui apenas com o segundo caso”, o que não é fortuito, pois é justamente essa a relação que engendra, nesse período histórico e sob esse padrão de reprodução do capital nas formações sociais latino-americanas, a transferência de valor, que, por sua vez, incita a superexploração da força de trabalho. Trata-se de uma transferência determinada pelo intercâmbio de mercadorias realizado no interior de uma divisão internacional do trabalho particular que engendrava, em favor das nações industriais, um “monopólio de produção” (MARINI, 2017, p. 332) de determinadas mercadorias, estas mais intensivas em tecnologia – além dos lucros extraordinários nos casos em que se tratasse de mercadorias iguais, porém produzidas com distintos graus de produtividade. Seja como for, “[...] sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro” (MARINI, 2017, p. 332). Assim, para as economias industriais, a queda (tendencial) da taxa de lucro ocasionada pelo desenvolvimento tecnológico é contrabalançada pela apropriação de um valor produzido nas economias dependentes sob capitais intensivos em trabalho, no plano da formação dos preços de mercado. Porém, essa queda da taxa de lucro não desaparece, sendo sentida por esses mesmos capitais, que lançam mão da superexploração como forma de compensá-la.

Nesse primeiro período, portanto, a transferência de valor é essencialmente determinada no âmbito da troca de mercadorias, como também pela via creditícia, mediante fluxos de capitais e endividamento das economias dependentes (MARINI, 2017). E, no interior desse padrão de reprodução do capital dependente, a acumulação fundava-se principalmente na agroexportação herdada do período anterior, de tal forma que a queda da taxa de lucro sentida por esses setores (substancialmente relacionada com o desenvolvimento da produtividade nas economias industriais⁹), a partir do fenômeno da taxa desigual, impunha alguma forma de mecanismo compensatório, que veio a ser a superexploração da força de trabalho. Nessa fase, portanto, há uma relação direta entre transferência de valor via intercâmbio de mercadorias no comércio internacional e violação sistemática do valor da força

9 Lembramos também a análise empírica de Prebisch (2000) sobre a deterioração dos termos de troca observada no período.

de trabalho nas economias dependentes. Aqui, a incapacidade de gerar ciclos de acumulação de capital por meio do desenvolvimento técnico-produtivo e do mais-valor relativo no interior dessas economias, pressionava pelo recurso à superexploração. É necessário colocar desde já, contudo, um matiz nessa questão, a saber, de que não se trata de equivaler a forma com o conteúdo: a superexploração está essencialmente relacionada à acumulação de capital e seus condicionantes, e não exclusivamente a uma das formas históricas desses condicionantes – aspecto esse enfatizado pelo próprio Marini em *Las Razones del Neodesarrollismo*¹⁰. Por isso, em *Dialética da Dependência*, Marini (2017, p. 333) já havia colocado a questão da seguinte maneira:

[...] não é a rigor necessário que exista a troca desigual para que comecem a operar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna muito mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente.

A economia colonial viria a ser superada a partir do alto, ou seja, mantendo-se o poder forçadamente na mão das oligarquias e a estrutura econômica agrária com grande centralização de propriedade, e produzindo-se, também, uma classe trabalhadora explorada a partir dos fundamentos escravocratas e das imigrações, elas mesmas produto do desenvolvimento capitalista como um todo. Isso criou as condições para a formação de uma superpopulação relativa, a qual viria a sustentar a possibilidade da superexploração. Além disso, como mostra Marini (2017, p. 337), à acumulação de capital baseada na agroexportação corresponderia uma maior separação entre as fases da produção e da circulação no ciclo do capital dependente, dado que as mercadorias ali produzidas se realizam, fundamentalmente, em mercados externos, de tal forma que

[...] o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. O dramático para a população trabalhadora da América

10 “Isso não implica nem muito menos que sua produtividade tenha estancado ou decrescido, mas que sempre estava atrasada. Tampouco há que derivar do dito o não dito: a superexploração do trabalho é incitada pelo intercâmbio desigual, mas não se deriva dele, mas da febre por lucro que cria o mercado mundial, e que se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa” (MARINI, 2008b, p. 174).

Latina é que essa hipótese foi cumprida amplamente: a existência de reservas de mão de obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão de obra europeia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora, até o início do século 20. Seu resultado tem sido o de abrir livre curso para a compressão do consumo individual do operário e, portanto, para a superexploração do trabalho. (MARINI, 2017, p. 337).

Essas são, portanto, as condições observadas nesse primeiro período. Se é verdade que não se pode, desde já, fazer relação direta entre intercâmbio desigual e superexploração (como se a última derivasse exclusivamente da primeira), é também claro que, nesse momento, à luz do desenvolvimento capitalista latino-americano, as perdas no comércio internacional representavam, na medida em que pressionavam para baixo a taxa de lucro dos capitais agroexportadores, uma determinação decisiva no surgimento da superexploração. A situação se complexifica com a alteração qualitativa desse padrão de reprodução do capital com o advento da industrialização dependente.

3.2 Padrão industrial

Partimos das subdivisões formalizadas por Osório (2012) na periodização de nossa análise do desenvolvimento da superexploração em Marini porque pensamos que elas condizem com a periodização observada pelo próprio Marini. Se, segundo Osório, até a segunda década do século XX predominara o padrão agromineiro exportador, também indicou Marini (2017, p. 339) que:

Para os fins que a que nos propomos, é suficiente fazer notar que, por significativo que tivesse sido o desenvolvimento industrial no seio da economia exportadora (e, por consequência, na extensão do mercado interno), em países como Argentina, México, Brasil e outros¹¹, não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial, que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse em uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países. Ao contrário, a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação. É apenas quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período compreendido entre a primeira e a segunda guerras mundiais, limita a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que

11 Novamente, ver Bambirra (2013) para uma análise do desenvolvimento do capitalismo latino-americano e sua heterogeneidade regional.

prevalece na região.

O processo de industrialização latino-americano nasce, portanto, do bojo da crise mundial pela qual o desenvolvimento capitalista passava. Com isso, afirma Marini (2017, p. 339), “[...] a esfera alta da circulação, que se articulava com a oferta externa de bens manufaturados de consumo, desloca seu centro de gravidade para a produção interna”. Esse movimento possui, de certo modo, um aspecto similar ao da industrialização das economias imperialistas, já que envolvia a interiorização tanto de processos produtivos quanto de demanda. Porém, “[...] as similaridades aparentes da economia industrial dependente com a economia industrial clássica encobriam profundas diferenças, que o desenvolvimento capitalista acentuaria em lugar de atenuar” (MARINI, 2017, p. 339). Ora, a industrialização latino-americana viria a se fundar na interiorização de processos produtivos orientados pelo consumo das altas esferas da circulação e não das massas, isto é, ela “[...] nasce para atender uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2017, p. 340). Portanto, “[...] a reorientação para o interior da demanda gerada pela mais-valia não acumulada implicava um mecanismo específico de criação de mercado interno radicalmente diferente do que operava na economia clássica” (MARINI, 2017, p. 339).

Como vimos, Osório (2012) identifica dois momentos nesse processo de industrialização, um primeiro mais internalizado e autônomo, e um segundo de primazia da entrada do capital estrangeiro. Marini, por sua vez, indica que, no mesmo período, há uma passagem da “industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis” – da alta esfera de circulação – para a necessidade de se “[...] implementar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital” (MARINI, 2013, p. 57)¹². O ponto de vista que aqui nos interessa primordialmente é acompanhar o que interliga o processo de acumulação (o padrão de reprodução do capital), suas transformações e a questão da superexploração.

Em um primeiro momento, sublinha Marini, a orientação à produção de mercadorias que satisfazem o consumo dos detentores de propriedade e capital faz com que a participação da classe trabalhadora na geração da demanda não atue significativamente, ao mesmo tempo em que “[...] a capacidade de demanda era,

¹² É necessário enfatizar que essa diferenciação foi em larga medida determinada pelo próprio período de crise pelo qual passava o capital e o isolamento relativo provocado pelos períodos de guerra – sem que isso signifique ausência de agência interna. Posteriormente, a inserção mais intensa e extensa do capital estrangeiro na região, que acelera o processo de industrialização, mas sob a sua égide, tem relação com o excedente de capital (tanto na forma monetária quanto na forma material de máquinas, equipamentos etc.) nas economias imperialistas, em especial os Estados Unidos. Indicamos Marini (2013) e Dos Santos (1995, 2000, 2020) para análises mais detalhadas a respeito do desenvolvimento capitalista dependente, especialmente o brasileiro, no período, tanto no âmbito da economia como na política.

naquele momento, superior à oferta, pelo que não se apresentava ao capitalista o problema de criar mercado para suas mercadorias, mas uma situação inversa” (MARINI, 2017, p. 340-341). Essa situação, aliada às políticas industrializantes que conferiam vantagens monopólicas a esses setores, permitiu que os capitais jogassem, mesmo quando a oferta e a demanda (em tese) coincidissem, na margem entre preços de produção e preços de mercado, auferindo maiores taxas de lucro. Por outro lado, trata-se de uma situação na qual ainda vigia um baixo nível tecnológico, o que faz “[...] que o preço de produção seja determinado fundamentalmente pelos salários” (MARINI, 2017, p. 341), ao mesmo tempo em que a crise do setor exportador libera força de trabalho e pressiona os salários em sentido descendente, criando as condições para uma nova reprodução do mecanismo da superexploração.

O processo de alteração no padrão de reprodução do capital reproduz, portanto, em escala ampliada, o afã por lucro e algumas das condições que permitem (e solicitam) a superexploração da força de trabalho na economia dependente. Sem que o intercâmbio desigual deixe de atuar, há que se considerar esses outros fenômenos que concretamente e progressivamente adquirem maior peso na reprodução do capitalismo dependente, mantendo-se, quanto a isso, a centralidade da existência de volumoso exército industrial de reserva e a cisão entre a produção e as necessidades de consumo da classe trabalhadora.

A industrialização que emerge sobre a base do consumo pré-existente das oligarquias e da classe capitalista industrial em desenvolvimento reproduz – agora no interior da própria reprodução interna do capital – uma cisão grave e crônica entre produção e consumo no ciclo do capital. E mais: o faz ao mesmo tempo em que se mantém, por um lado, uma produtividade do trabalho relativamente baixa (ou seja, uma menor composição técnica do capital, fazendo com que os salários incidam muito decisivamente na taxa de lucro à medida que essa composição técnica seja acompanhada, tendencialmente, pela composição valor), e, pelo outro, um exército industrial de reserva relevante que pressiona os salários para baixo. Por fim, o esforço industrializante também produzia, segundo as necessidades desses capitais emergentes, condições privilegiadas para que sustentassem sua taxa de acumulação no aumento dos preços. Esse primeiro momento da industrialização atinge, após algumas décadas, um esgotamento, e, concomitantemente, alteram-se as condições da reprodução capitalista mundial com o encerramento da Segunda Grande Guerra e o advento da hegemonia estadunidense. Dos Santos (1994, p. 72) coloca a questão assim:

A conjuntura posterior à II Guerra Mundial era, entretanto, o oposto. Terminada a situação de pleno emprego provocada pela guerra, cai drasticamente o mercado dos Estados Unidos e se produz um enorme excedente de capitais, que se destina à reorganização da economia

européia e japonesa e aos países subdesenvolvidos. A partir desse momento, há um grande aumento das inversões norte-americanas nos países dependentes e no Brasil em particular.

É chegada a hora da integração com o capital estrangeiro indicada por Osório (2012). Marini (2017) analisa, de modo geral, as transformações operadas na economia dependente industrial com a introdução mais intensa do capital estrangeiro, em especial com a importação de tecnologia, que também leva a alterações no caráter da dependência e da superexploração. Para o autor, “[...] o avanço conseguido pela concentração de capital em escala mundial coloca então nas mãos das grandes corporações imperialistas uma abundância de recursos, que necessitam buscar aplicação no exterior”, e, nesse período, é significativo que esse fluxo de capital em direção à periferia se oriente “[...] de forma preferencial para o setor industrial” (MARINI, 2017, p. 342)¹³.

Se a industrialização dependente emerge em correspondência à deterioração das condições globais de reprodução do capital, as necessidades de desenvolvimento tecnológico que emergem do aprofundamento dessa industrialização encontram, por sua vez, no terreno mundial, uma abundância de capitais externos que buscam sua aplicação e valorização. Cabe, pois, avaliar as especificidades que essa transformação na forma da dependência engendra na superexploração. Novamente, conforme Marini (2017, p. 344):

É assim como, incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso contribuiu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção com setores industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese nas sociedades dependentes. O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc., sejam destinados necessariamente para esta última. Nessa medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia se traduzir em maiores lucros por elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e portanto de mais-valia – que da taxa de mais-valia.

13 Ver Dos Santos (1994, p. 71) para uma sintética revisão desse período mais de perto.

Dois aspectos merecem destaque aqui: 1) o desenvolvimento capitalista na América Latina (tendo-se especialmente em vista o caso brasileiro) e a maior centralidade que ganha o setor industrial no interior desse processo – e isso é específico *das economias dependentes – que corresponde a uma inserção agigantada do capital estrangeiro nessas economias*¹⁴. 2) O caráter específico da acumulação dependente é reforçado nesse quesito, pois a inversão de capital – tanto monetário quanto na forma de capital fixo – é essencialmente direcionada para os setores que compõem a cadeia produtiva de valores de uso que não entram na cesta de consumo da classe trabalhadora. Dessa forma, indica Marini (2017, p. 344), “[...] ao se concentrar de maneira significativa nos setores produtores de bens supérfluos, o desenvolvimento tecnológico acabaria por colocar graves problemas de realização”.

As determinações da superexploração passam, portanto, por uma nova atualização histórica. De um lado, neste ponto do desenvolvimento capitalista dependente, a superexploração é aqui uma necessidade engendrada por uma acumulação de capital essencialmente fundada na produção industrial interna. De outro, e de forma correspondente, são as características específicas da produção industrial do capitalismo dependente que dão surgimento a essa necessidade, a saber, o salto tecnológico – oriundo principalmente da importação do capital fixo, e não do desenvolvimento interno e autônomo da ciência e da tecnologia – situado na cadeia produtiva dos setores produtores de bens supérfluos (o que não significa ausência absoluta de elevação da produtividade do trabalho nos setores produtores de mercadorias consumidas pelos trabalhadores). Processo este, portanto, que não viria a engendrar ciclos de acumulação de capital fundados principalmente na geração do mais-valor relativo, justamente porque não interferem, em si, no valor da força de trabalho¹⁵.

Ora, portanto esse desenvolvimento do capitalismo dependente tem o efeito de: 1) elevar a composição orgânica média do capital no interior dessas economias sem contrabalancear os efeitos de tal elevação por uma maior geração de mais-valor relativo, o que vem a pressionar a acumulação de capital pelo descenso na taxa de lucro¹⁶; 2) liberar força de trabalho – um exército industrial de reserva –

14 Ver Marini (2022), em *El ciclo del capital em uma economia dependente*, para uma ênfase na análise dessa relação da reprodução interna de capital nas economias dependentes e as distintas fases de seu ciclo com o capital externo. Ressaltamos: o papel do capital estrangeiro na inversão inicial, como capital monetário; o papel do capital estrangeiro na forma de capital fixo importado; e, por fim, a *apropriação* de mais-valor criado no interior da economia dependente pelo capital estrangeiro ao final do ciclo.

15 Marini (1979) se dedica, em *Plusvalía Extraordinária y Acumulación de Capital*, inteiramente à análise dessas questões a partir de Marx.

16 Há um artigo de Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2018, p. 270), no livro *World in Crisis*, edi-

por meio da introdução de tecnologia estrangeira no processo produtivo; 3) reforçar as tendências contraditórias da economia dependente no que se refere ao ciclo do capital, não apenas no âmbito do consumo, mas, decisivamente, da produção¹⁷; e, portanto, 4) complexificar as determinações da dependência, e, com ela, também da superexploração da força de trabalho. Vale ainda lembrar que a industrialização dependente produz uma massiva centralização de capital e oligopolização, fundadas no investimento externo e na inserção peculiar da tecnologia, devido aos setores da produção para onde era direcionada e à dominância do capital estrangeiro no interior desse processo. Também corresponde à industrialização dependente e suas contradições as formas assumidas pelo Estado, bastando lembrar que foi necessário implementar uma ditadura empresarial-militar para levar adiante esse padrão de acumulação de capital¹⁸.

Assumindo o capital estrangeiro a primazia nesse contexto, pode-se dizer que, em última instância, a superexploração permanece vinculada à transferência de valor, já que os lucros do processo interno de acumulação de capital são, em larga medida, apropriados pelo capital estrangeiro, seja porque ele foi a origem do investimento (direta ou indiretamente), seja porque participava do processo produtivo na forma de capital fixo emprestado. Porém, essa determinação por si só é demasiado abstrata e não daria conta nem das especificidades dos determinantes da superexploração nesse período, nem da questão quando analisada desde a perspectiva do capitalismo em escala global (e não desde, apenas, a perspectiva das economias dependentes). Sob esse aspecto, o mais decisivo é a relação entre o desenvolvimento tecnológico, as distintas esferas da produção e a acumulação de capital. Ademais, deve-se também situar as transferências de valor como momentos da formação (tendencial) de uma economia capitalista cada vez mais posta como totalidade efetiva no âmbito mundial,

tado por Guglielmo Carchedi e Michael Roberts, que busca realizar uma análise teórica e empírica do movimento da taxa de lucro no Brasil de 1953 até 2008. Nele é possível constatar um forte movimento médio e tendencial de descenso no período que vai de 1953 até 1965, sendo que os autores chegam à conclusão de que isso estaria determinado pelo aumento da composição do capital com a introdução da tecnologia.

17 “A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. A estratificação desse aparato no que se costuma chamar ‘indústrias dinâmicas’ (setores produtores de bens supérfluos e de bens de capital que se destinam principalmente para estes) e ‘indústrias tradicionais’ está refletindo a adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente” (MARINI, 2017, p. 345). Essas características da industrialização dependente também condicionarão o caráter exportador que ela mesma assumirá.

18 Novamente indicamos Dos Santos (1994, p. 107) para uma análise do período: “[...] a essência do ‘boom’ econômico que viveu o Brasil de 1967 a 1974 estava na capacidade de elevar a taxa de lucros através, sobretudo, da rebaixa do salário real”.

o que veremos, na seção seguinte, ser a expressão da formação tendencial de uma taxa média de lucro em âmbito global.

De qualquer modo, o desenvolvimento concreto dessas determinações é o que nos permite observar aquilo que se mantém na mudança, ou seja, a continuidade na descontinuidade, ou ainda, a essência da superexploração: enquanto violação do valor da força de trabalho, permanece intrínseca e intimamente vinculada à contradição inscrita no modo de produção capitalista entre as suas necessidades (valorização do capital) e o desenvolvimento das forças produtivas (e respectivas contradições) por elas engendrado. Em um primeiro momento, a industrialização nas economias imperialistas pressionava, no âmbito do comércio mundial, na direção de uma queda da taxa de lucro que viria a ser absorvida pelos capitais agroexportadores das regiões dependentes, os quais lançariam mão da superexploração da força de trabalho local como forma fundamental de compensar suas perdas. No segundo momento, é o próprio desenvolvimento industrial dessas economias dependentes, nos marcos restritivos em que se desdobra, que viria a pressionar a taxa de lucro dos capitais aí estabelecidos em sentido negativo, já que a composição média do capital também aumenta, mas em favor da acumulação dos setores produtores de bens suntuosos e por meio de lucros extraordinários, sem geração recíproca e compensatória de mais-valor relativo em escala suficiente para sustentar processos de acumulação com concomitante aumento na taxa média de lucro da economia. A preexistência e mesmo a expansão, nessas economias, de um exército industrial de reserva, concomitantemente ao divórcio entre produção e consumo das classes trabalhadoras, constituiriam condicionantes – por razões historicamente diferenciadas – perenes da superexploração.

3.3 Padrão exportador de especialização produtiva

A crise do final dos anos 1960 desencadeou profundas alterações tanto no âmbito tecnológico-produtivo quanto na divisão internacional do trabalho, dando origem a uma “rearticulação da economia mundial, chamada de mundialização” (OSÓRIO, 2012, p. 57). Assim, novamente, há de se situar as transformações no capitalismo dependente a partir das metamorfoses pelas quais vem a passar o modo de produção capitalista na sua totalidade e no interior do qual as economias dependentes se inserem. A crise que eclode no fim dos anos 1960, conforme indica Osório (2012), tem variados determinantes¹⁹, mas eles se sintetizam em uma acentuada queda da

¹⁹ Ver Mandel (1985) para uma empreitada de análise do conjunto da economia mundial – especialmente desde as economias imperialistas – do período. Para uma breve análise da crise dos anos 1970, ver Car-

taxa de lucro, conforme mostra Roberts (2020). Como resposta à crise, advém o processo conhecido como reestruturação produtiva, no interior do qual o capital deflagra “[...] várias transformações no próprio processo produtivo” (ANTUNES, 2009, p. 49), tanto no interior das empresas e cadeias produtivas, quanto no que se refere à divisão internacional do trabalho. Sintetiza Osório (2012, p. 44):

O sistema mundial capitalista estabelece em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais adquire sentido o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador. A crise desse padrão, a etapa de transição que se gera e a posterior conformação do padrão industrial na América Latina têm lógicas internas, porém estas se articulam com a crise do mercado mundial derivada da longa etapa que vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução. O atual padrão exportador de especialização produtiva adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocização de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização.

Com efeito, Smith (2016) mostra que a tendência das últimas décadas tem sido a concentração cada vez maior da força de trabalho industrial em regiões historicamente periféricas na reprodução global do capital. Entretanto, não se pode homogeneizar esse processo: o papel e a inserção, para darmos o exemplo mais evidente, que a China possui nessa nova dinâmica internacional viriam a diferir qualitativamente dos que cumprem o Brasil (e, nesse sentido, também as demais economias latino-americanas) no período. Vale ainda dizer que é impossível negligenciar, para a compreensão adequada do período atual, a emergência da China como potência econômica, mas, dado o intuito deste texto, teremos de manter esses aspectos em segundo plano e enfocar a análise da situação latino-americana, em especial a brasileira.

Marini (2008a), em *Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista* (texto de 1997), determinaria em seus termos o que então se passaria a chamar de globalização – e que Osório (2012) viria a conceituar como mundialização –, qual seja, um processo caracterizado “[...] pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e

canholo (2010). Para uma análise mais desdobrada – citada por este mesmo autor – ver Antunes (2009).

consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais” (MARINI, 2008a, p. 247-248, tradução livre nossa). As mudanças qualitativas no processo produtivo possibilitadas pelo desenvolvimento tecnológico – e provocadas pela crise capitalista que o engendra – foram acompanhadas pela crise nos padrões de reprodução do capital latino-americano²⁰, fortemente baseados no capital estrangeiro. Como mostra o anuário estatístico do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE, 2019, p. 64-65), a título de exemplo, a participação da indústria de transformação no produto brasileiro caiu dramaticamente do final dos anos 1980 até o início dos anos 2000, enquanto se registrou, principalmente a partir da metade dos anos 1990, um aumento substancial, por exemplo, da indústria extrativa mineral. Com efeito, Osório (2012) mostra como aumentou sensivelmente o valor das exportações da América Latina nesse período (acima da média mundial, embora ainda abaixo da China), o investimento estrangeiro direto (principalmente no Brasil e no México), bastante influenciado também pelos processos de privatização, e, ao mesmo tempo, como também se intensificou uma especialização da pauta exportadora com predominância de mercadorias advindas da mineração e da agricultura nos países da região.

A “superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial”, indicada por Marini (2008a, p. 247), deveria, portanto, para além da matização necessária na análise de cada caso concreto, ser entendida nos termos de uma mundialização das estruturas produtoras das mercadorias, da distribuição do mais-valor em escala global (portanto, da concorrência) e da decorrente mobilidade internacional de capital solicitada e produzida no interior desse processo. Assim, capitais menos produtivos em relação à média da economia mundial (oligopolizada por capitais das economias imperialistas que detêm o controle da produção científica e tecnológica) situados nas economias latino-americanas, vêm a quebrar, ao passo que as mercadorias e serviços por eles até então ofertados passam a ser importados. Por sua vez, os setores extrativo-exportadores, que dependem da extensão e da qualidade da terra, voltam a ganhar importância relativa na região²¹. Por isso, Marini (2008a, p. 260, tradução livre nossa) indica:

Dessa maneira a economia globalizada, que estamos vendo emergir nesse final de século e que corresponde a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial, põe sobre a

20 Ver Dos Santos (1994, p. 161) para uma análise do caso brasileiro.

21 Assim, é evidente o crescimento, por exemplo, da participação da soja nas exportações brasileiras, bem como o crescimento da participação dos serviços (correlacionado com os novos desenvolvimentos tecnológicos desse período histórico) e da indústria química nas importações do país, conforme as informações do *Atlas of Economic Complexity* (2022).

mesa o tema de uma nova divisão internacional do trabalho que, *mutatis mutandis*, tende a reestabelecer, em um plano superior, formas de dependência que pensávamos desaparecidas com o século XIX.

Primeiramente, cabe ressaltar: o padrão exportador atual, ao contrário do século XIX, não está fundado em um incipiente desenvolvimento capitalista e uma baixa produtividade do trabalho em seus ramos diferenciados (*i.e.*, industrial ou agrário), mas, ao contrário, é produto desse desenvolvimento e, no que se refere aos setores exportadores – situados no âmbito da concorrência global – trata-se de uma produção intensiva em capital fixo (aliás, majoritariamente importado). Em segundo lugar, a reprodução das relações econômicas características das economias dependentes – a saber, o elevado exército industrial de reserva, o divórcio entre as necessidades de consumo das classes trabalhadoras e a produção capitalista orientada pela exportação, e a menor composição técnica média do capital com concomitante dependência tecnológica – reforça o papel fundamental que a violação do valor da força de trabalho, a superexploração, joga nessas economias. Com efeito, o estudo do ILAESE (2019, p. 16) mostra que os setores mineral e agropecuário são aqueles com a menor porcentagem dos salários em relação ao “[...] montante de valor produzido em cada um dos respectivos setores”, ao passo que o setor extrativo possui as taxas de lucro mais elevadas do Brasil²².

Para finalizarmos essa discussão, cabem mais duas indagações: 1) há uma (ou mais) circunstâncias específicas do capitalismo contemporâneo em escala mundial que determinaria a superexploração? 2) Em que sentido isso se relaciona com a indicação de Marini (2008a, p. 267, tradução livre nossa) de que, no período atual, “[...] se generaliza a todo o sistema, incluindo os centros avançados, o que era um traço distintivo – ainda que não privativo – da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho”?

Para indicarmos um caminho de resposta (ou de pesquisa), vale também resgatar o próprio Marini (2008a, p. 268, tradução livre nossa), quando aponta que: “A globalização corresponde a uma nova fase do capitalismo, na qual, pelo desenvolvimento redobrado das forças produtivas e sua difusão gradual em escala planetária, o mercado mundial chega à sua maturidade, expressada na vigência cada vez mais acentuada da lei do valor”.

A “vigência mais acentuada da lei do valor” estaria, pois, caracterizada, segundo

22 Neste contexto, a contenção ou viabilização da mobilidade da força de trabalho em escala global tem grande peso político (e mesmo existencial, no que se refere aos seres humanos que arriscam suas vidas ao buscar melhores condições de existência em outros países).

a nossa interpretação, pela mundialização das estruturas produtivas, e, frise-se, pela generalização da distribuição do mais-valor, para além das fronteiras dos Estados nacionais, o que expressaria, por sua vez, uma generalização mundial (tendencial) da taxa média de lucro – que, por ser uma média, é constituída em meio às diferenças²³. Há evidência empírica disso? Se acompanharmos os cálculos de Roberts (2020), veremos que em 1950 a taxa de lucro auferida pelas assim chamadas “economias emergentes²⁴” estava próxima dos 24%, enquanto a taxa de lucro das economias que compõem o assim chamado “G7” chegava perto dos 10%; porém, em 2016, enquanto a taxa de lucro das economias do “G7” se situava próxima aos 7%, a taxa de lucro das ditas “economias emergentes” era de aproximadamente 10%. Dessa forma, é sensível a aproximação das taxas de lucro entre as diferentes regiões.

Trata-se, com a mundialização da produção, da globalização do eixo de acumulação de capital. Mas afirmar que o eixo de acumulação do capital se torna mundial não significa apagar as diferenças entre, por exemplo, a economia estadunidense e a brasileira, mas indicar que, no que se refere à distribuição do mais-valor em escala global, há uma tendência a certa homogeneização das taxas de lucro, o que se expressa, por sua vez, na formação dos preços de produção das mercadorias vendidas no mercado mundial²⁵. Ou seja, a maior exploração da força de trabalho nesta ou naquela região termina por ter efeitos na apropriação do mais-valor pelo capital em amplitude mundial, e não apenas efeitos localizados.

Na medida em que se trata de economias de menor composição média do capital e que concentram a maior parte da força de trabalho produtiva (que gera mais-valor) no mundo, o papel da violação do valor da força de trabalho nos países dependentes permanece essencial à acumulação de capital em escala global. E, na consideração que aqui se realiza, baseada no movimento da taxa média mundial de lucro do capitalismo contemporâneo, talvez ela se mostre ainda mais decisiva: Roberts (2020) evidencia, além da tendência secular ao declínio da taxa de lucro, a dificuldade estruturalmente

23 Leite (2017, p. 92), argumenta: “[...] em nossa leitura, se capitais de determinado lugar migram para outros lugares – mesmo com barreiras, dificuldades, etc. – ou se capitais já instalados aumentem a escala de produção em busca de taxas maiores de lucro, forma-se, *tendencialmente*, uma taxa geral de lucro entre os países, mesmo que, na realidade, as taxas de lucros nacionais sejam desiguais”, com o que estamos de acordo.

24 Ele considera: Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia.

25 Vale lembrar que nem toda mercadoria (pense-se em certos tipos de serviço, ou, decisivamente, na força de trabalho) é realmente comercializada sob a égide da competição internacional. Porém, esse é o caso das *commodities*, fundamentais para a economia capitalista dos países dependentes. É bom também mencionar o papel que cumpre atualmente a dívida pública brasileira na transferência de valores da população trabalhadora do país em direção aos bolsos dos investidores nacionais e estrangeiros, o que reforça a função subsidiária do Estado brasileiro, na correlação de forças atual, na rapina do país por parte da classe empresarial.

presente, de modo geral, desde a década de 1980, do capitalismo em gerar ciclos de acumulação de capital mais longos e robustos em termos de elevação da taxa média de lucro. Ao lado dessa verificação, alie-se também a observação de Roberts (2021) de que o crescimento da produtividade do trabalho nas maiores economias do mundo (com exceção da China) tem se mantido reduzido desde a reorganização mundial do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980, como também, e correspondentemente, vem caindo a parcela do produto interno bruto (PIB) dessas economias que corresponde ao investimento em capital fixo nos últimos 50 anos (novamente, na China se verifica um movimento inverso).

Nesse contexto, poderíamos fazer a seguinte indicação: por um lado, o arranjo produtivo que exporta fases da produção mais intensivas em trabalho para economias subdesenvolvidas e a distribuição do mais-valor em escala mundial intensificam a importância da superexploração nas regiões dependentes para a acumulação global de capital. Por outro lado, a quebra – tanto econômica quanto política – da sustentação da capacidade organizativa e do poder de barganha da classe trabalhadora situada nos centros capitalistas, engendrada por esse mesmo processo – como aponta, por exemplo, Antunes (2009) – tem propiciado as condições para uma violação cada vez mais ampla e sistemática das condições de reprodução da força de trabalho também nessas regiões. Ademais, e decisivamente, se verifica em âmbito global uma incapacidade do capital em produzir ciclos de acumulação (portanto, com elevação da taxa de lucro) fundamentados essencialmente na geração do mais-valor relativo, verifica-se também a generalização da determinação essencial da própria superexploração, sem que com isso venham a desaparecer, também no essencial, as diferenças e particularidades entre as condições de reprodução das economias capitalistas imperialistas e dependentes. Na verdade, esse processo ocorre, aliás, mediante a intensificação dessas distinções e, por suposto, da própria dependência, uma vez que se trata do recrudescimento das especificidades da articulação dessas economias periféricas em meio a uma economia capitalista ainda mais globalizada e, portanto, altamente competitiva em termos de produção e apropriação de novas, custosas e ainda mais arriscadas (em termos de amortização de investimentos) tecnologias. A crise pela qual passa atualmente o capitalismo em escala mundial sinaliza, assim, para mudanças qualitativas à frente – somente compreensíveis se se incorporar à análise a questão da emergência da China. Porém, no que se refere à América Latina, no médio prazo, levando-se em consideração as necessidades objetivas das classes dominantes aí situadas, o mais provável é que haja um aprofundamento da dependência.

4. Conclusão

Neste artigo buscamos recuperar as determinações históricas da superexploração da força de trabalho no interior da TMD, principalmente a partir da teorização de Marini, relacionando-as com o processo de acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas. Discutir essas determinações permite uma compreensão melhor de cada momento do desenvolvimento histórico do capitalismo na América Latina, ao mesmo tempo em que propicia uma apreensão mais precisa (e concreta) da superexploração, não apenas *em geral* enquanto violação do valor da força de trabalho, mas historicamente determinada, ou seja, em suas conexões internas com as necessidades engendradas pelo processo de acumulação de capital em cada contexto e seus respectivos (e particulares) condicionamentos.

Como conclusão, a presente análise tornou ainda mais evidente que a superexploração se relaciona, sobretudo, com os aspectos contraditórios da economia capitalista e sua crônica dificuldade de sustentar (local ou globalmente) ciclos de acumulação fundados predominantemente na extração do mais-valor relativo. É certo que essas formas de elevação da taxa de lucro caminham juntas, até porque o desenvolvimento tecnológico é uma das causas de seu descenso, mas as razões históricas pelas quais cada uma delas ganha maior ou menor relevância depende do estado do desenvolvimento capitalista mundial do período, bem como das especificidades do local analisado. A generalização do fenômeno da superexploração da força de trabalho no período da globalização, por sua vez, deve ser fundamentada (dentre outras razões citadas por Marini) na estrutura produtiva particular adquirida pelo capitalismo em termos mundiais no período recente (isto é, desde os anos 1970) e, portanto, nas dificuldades, desde então engendradas, de geração de ciclos de acumulação de capital mais longos, com elevação sustentável da taxa de lucro a partir da geração do mais-valor relativo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho São Paulo: Boitempo, 2009.
- ATLAS of economic complexity. Harvard, 2022. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/explore?country=32&product=undefined&year=2000&productClass=HS&target=Product&partner=undefined&startYear=1995>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- BAGU, Sergio. *Economía de la sociedad colonial*: ensayo de historia comparada de América Latina. El Ateneo: Buenos Aires, 1949.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.

Originalmente publicado em 1972.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Desenvolvimento e dependência*: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, 2013. p. 71-97.

CARCANHOLO, Marcelo. A crise econômica atual e seus impactos na organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora*, v. 3, n. 6, ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1226>

MARQUETTI, Adalmir; MALDONADO FILHO, Eduardo; LAUTERT, Vladimir. The Profit Rate in Brazil, 1953–2008. In: CARCHEDI, Guglielmo; ROBERTS, Michael (eds.). *World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability*. Chicago: Haymarket Books, 2018. p. 270-300.

DOS SANTOS, Theotônio. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2020. Originalmente publicado em 1969.

DOS SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, Theotonio. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “nova república”*. São Paulo: Vozes, 1995.

DOS SANTOS, Theotonio. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUSSEL, Enrique. *A ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique Domingo. Los Manuscritos del 61-63 y el “concepto” de dependencia. In: DUSSEL, Enrique Domingo. *Hacia un Marx desconocido: un comentario de los Manuscritos del 61-63*. México, D. F.: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1988. p. 312-361.

FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (ILAESE). *Anuário estatístico do ILAESE: trabalho & exploração, o mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil*. São Paulo: ILAESE, 2019

LEITE, Leonardo de Magalhães. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. *El ciclo del capital em uma economia dependente*. 2022. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1332>. Acesso em: 17 maio 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013. Originalmente publicado em 1969.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales* Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre; CLACSO, 2008a.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978). In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales* Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre; CLACSO, 2008b.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, n. 20, p. 18-39, abr./jun. 1979.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 31, n. 84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v31i84.26116>

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

OSORIO, Jaime. Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia: notas acerca de dialéctica de la dependencia. *Argumentos*, n. 72, p. 57-73, may./ago. 2013a. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952013000200004. Acesso em: 06 maio 2023.

OSÓRIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência*: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013b.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PREBISCH, Raul, O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record; CEPAL, 2000.

ROBERTS, Michael. *The productivity crisis*. 2021. Blog: The Next Recession. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/05/30/the-productivity-crisis/>. Acesso em: 19 nov. 2022

ROBERTS, Michael. *A world rate of profit: a new approach*. 2020. Blog: The Next Recession. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/07/25/a-world-rate-of-profit-a-new-approach/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: the globalization of production, super-exploitation, and the crisis of capitalism*. Nova York: Monthly Review Press, 2016.

Renda da terra e dependência em Carrera: análise crítica e elementos para a formulação de uma visão alternativa

Patrick Galba de Paula*

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre as categorias “renda da terra” e “dependência”, tendo como referencial, por um lado, a teoria marxista da renda e os trabalhos de J. I. Carrera, e, por outro, a formulação marxista sobre a dependência conforme apresentada por Ruy Mauro Marini. Após uma análise crítica da visão de Carrera do ponto de vista teórico e metodológico, propõe-se uma forma de integração alternativa da categoria renda da terra na análise da dependência/subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Renda da terra. Dependência. Teoria marxista do valor.

Abstract: The purpose of this work is to analyze the relationship between the categories “land rent” and “dependency”, having as references, on the one hand, the Marxist theory of land rent and the works of J. I. Carrera, and, on the other hand, the Marxist formulation about dependency as presented by Ruy Mauro Marini. After a critical analysis of Carrera’s vision from a theoretical and methodological point of view, an alternative form of integration of the category “land rent” in the analysis of dependency/underdevelopment is proposed.

Keywords: Land rent. Dependency. Marxist theory of value.

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar la relación entre las categorías “renta de la tierra” y “dependencia”, teniendo como referencia, por un lado, la teoría marxista de la renta y los trabajos de J. I. Carrera, y, por otro lado, la formulación marxista de la dependencia presentada por Ruy Mauro Marini. Luego de un análisis crítico de la visión de Carrera desde el punto de vista teórico y metodológico, se propone una forma alternativa de integrar la categoría de renta de la tierra en el análisis de la dependencia/subdesarrollo.

Palabras llave: Renta de la tierra. Dependencia. Teoría marxista del valor.

* Patrick Galba de Paula é doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense. Possui também títulos em “Políticas Públicas e Desenvolvimento” e em “Ciências Jurídicas e Sociais” pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Endereço eletrônico: patrickgalba@gm--ail.com

1) Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre as categorias “renda da terra” e “dependência”, tendo como referencial, por um lado, a teoria marxista da renda e os trabalhos de J. I. Carrera (2006, 2008, 2017), e, por outro, a formulação marxista sobre a dependência conforme apresentada por Marini (1973a, 1973b). Em seus trabalhos recentes, Carrera propõe uma relação direta entre a apropriação de renda na América Latina e o tipo de desenvolvimento ocorrido nessa região do planeta, caracterizado como “não-clássico”, no qual “[...] a acumulação se baseia na produção de mercadorias portadoras de renda fundiária” (CARRERA, 2008, p. 3-4; 2017, p. 37). Nessa visão, a apropriação de um excedente econômico através dessa forma de rendimento e sua redistribuição nas economias latino-americanas estariam na base da especificidade de sua forma de desenvolvimento.

É possível traçar a origem dos estudos que relacionam a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento na economia mundial e a renda fundiária até os anos 1920, com os trabalhos do economista soviético Isaak Dashkovsky (1891-1972). Dashkovsky publicou na revista *Pod Znamenem Marxizma*¹, vinculada ao Partido Comunista da URSS, três artigos em série nos quais busca deduzir uma concretização internacional das teorias do valor e da acumulação de Marx, intitulados “Sobre a teoria do desenvolvimento do mercado mundial e da economia mundial”, e “Intercâmbio internacional e lei do valor” (partes 1 e 2), todos de 1927. Partindo de uma teorização sobre as relações desiguais (do ponto de vista do valor-trabalho) de intercâmbio no mercado mundial, bem como dos reflexos das exportações de capitais, Dashkovsky apontava em suas conclusões para uma tendência de estratificação da economia mundial capitalista decorrente de uma tendência de aumento da renda fundiária agrária em detrimento dos lucros industriais nos países “atrasados” (DASHKOVSKY, [1927] 2012).

A ideia de que haveria um papel importante da renda fundiária na determinação do “atraso” dos países periféricos (latino-americanos) também foi sugerida por Laclau (1969). Segundo esse autor, a renda diferencial apropriada pelo setor agrário teria sua origem no mais-valor produzido nos países industriais (principalmente Europa e EUA) e constituiria um tipo de lucro excedente (sobrelucro ou mais-valia extraordinária), que contribuiria negativamente para o desenvolvimento dos países latino-americanos (LACLAU, 1969, p. 37). Não há, entretanto, na obra de Laclau, um desenvolvimento aprofundado dessa temática (para além desta sugestão) no sentido de qualquer tentativa de demonstração de como a renda poderia influenciar

¹ “Sob a bandeira do marxismo”.

o “atraso” do desenvolvimento dos países latino-americanos, nem tampouco uma demonstração de como essa forma de rendimento poderia ter origem no mais-valor produzido nos países industriais².

Embora diversos autores tenham buscado desenvolver de alguma forma essas sugestões presentes na obra de Laclau³, os trabalhos que parecem ter alcançado o maior reconhecimento nesse intento são os de Carrera (2006, 2017).

2 – Carrera e a renda da terra como ponto de partida da especificidade do “desenvolvimento não-clássico”

Carrera (2006) identifica que o atraso do desenvolvimento capitalista nos países da América Latina, e da Argentina em particular, estaria na base de sua pequena escala da produção, que, por sua vez, levaria a um crescimento da produtividade do trabalho mais lento do que aquele observado nos países capitalistas desenvolvidos. O crescimento mais lento da produtividade impossibilitaria que estes capitais empregados na indústria e que produzem em escala reduzida pudessem obter a taxa geral de lucros se não houvesse algumas formas de compensação (CARRERA, 2006). Essas formas de compensação seriam principalmente três: a) remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor (um tanto similar à noção de *superexploração*, de Marini); b) transferências internas vindas de capitais nacionais cuja acumulação é determinada pela taxa de juros, e não pela taxa de lucros (algo como uma transferência de setores “financeiros” ou de parte das companhias de capital aberto de menor porte para a grande indústria); c) transferências direcionadas à indústria originadas da renda diferencial obtida pela produção agrária (principalmente), mas também de hidrocarbonetos e da mineração. Esta última origem seria a mais importante forma de compensação pela lentidão da evolução da indústria e estaria na base da particularidade do processo de acumulação de capital argentino (e de outros países da América Latina) (CARRERA, 2006).

Ao aprofundar a análise das transferências de renda fundiária para a indústria, Carrera aponta os seguintes mecanismos através dos quais esta poderia ocorrer: a) apropriação via Estado, com impostos e preços controlados e depois transferência via subsídios para a indústria, compras estatais etc.; b) déficit fiscal coberto por emissão de moeda inflacionária, que levaria a uma taxa de juros real negativa; c) sobrevalorização do câmbio, o que permitiria uma retenção de parte da renda fundiária, que

2 Uma leitura crítica desse aspecto da obra de Laclau pode ser vista em Carrera (2017).

3 Uma revisão mais ampla dos debates sobre a relação entre renda da terra e dependência pode ser vista em De Paula (2020).

poderia ser apropriada pelos industriais ao comprar equipamentos mais baratos em moeda estrangeira, além de permitir uma sobrevaloração dos lucros ao serem convertidos e emitidos em moeda estrangeira. Este terceiro, segundo Carrera, seria o método preferido na Argentina (CARRERA, 2006).

Desta forma, a principal conclusão de Carrera é que o ponto de partida de uma teorização sobre a “forma particular do processo de acumulação capitalista” nos países latino-americanos, ou do desenvolvimento da “lei do valor” na particularidade das esferas nacionais latino-americanas, reside no papel desempenhado pela apropriação e redistribuição da renda da terra. Essa conclusão justificaria todo o foco da teorização sobre a particularidade do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos nessa forma particular de apropriação do mais-valor dentro destas economias nacionais onde “a acumulação se baseia na produção de mercadorias portadoras de renda fundiária”, em contraposição à “forma nacional clássica” de acumulação observada nos países industriais desenvolvidos (CARRERA, 2008, p. 3-4, 2017, p. 37). A própria unidade da economia mundial (cujo desenvolvimento seria global no conteúdo, e nacional na forma) se basearia fundamentalmente na diferenciação entre esses dois tipos de processos de acumulação (CARRERA, 2008).

Carrera vê o elo constitutivo fundamental da unidade entre “países onde a acumulação se baseia na produção da generalidade de mercadorias” (“forma nacional clássica”, ou países industriais) e os “países onde a acumulação se baseia na produção de mercadorias portadoras de renda fundiária” (subdesenvolvidos) justamente no fluxo de mais-valor a ser apropriado como renda, redistribuído ou não para a indústria dos países subdesenvolvidos, um fluxo no sentido centro-periferia (ou nos termos de Carrera, dos países industriais para os países subdesenvolvidos). Esse fluxo, e sua redistribuição para a indústria dos países subdesenvolvidos, contribuiria para a perenização da baixa produtividade e do caráter parasitário desses capitais. Com isso, para Carrera, ficariam rejeitadas não só toda a abordagem da teoria marxista da dependência (TMD) e as teorias do intercâmbio desigual (CARRERA, 2008), mas também das teorias do imperialismo, como na formulação clássica de Lênin, todas estas vistas pelo autor como formas de consciência pequeno-burguesas que substituiriam determinação material do processo de desenvolvimento capitalista pelas aparências de relações políticas e militares diretas estabelecidas entre processos nacionais de acumulação de capital (CARRERA, 2008).

Em outro trabalho (CARRERA, 2017), o autor desenvolve de forma minuciosa a análise das condições e determinantes para a apropriação da renda da terra, suas origens, bem como as condições de sua redistribuição. Seu principal objetivo é desenvolver certas determinações gerais sobre a relação entre renda da terra e subde-

envolvimento, determinações estruturais que não dependeriam das flutuações momentâneas dos preços de mercado das mercadorias “portadoras de renda”. Segundo o autor, o mais-valor apropriado como renda teria origem nos países industriais (nos quais prevaleceria a “forma nacional clássica de acumulação”), e sua redistribuição e apropriação pelos capitais latino-americanos (em especial pela indústria) seria o aspecto fundamental da condição à qual corresponde sua forma peculiar de acumulação.

3) Considerações críticas sobre a abordagem de Carrera sobre o papel da renda da terra na periferia capitalista

Como visto acima, a abordagem de Carrera toma como ponto de partida para a análise da especificidade dos países periféricos a questão da renda da terra. Por um lado, é fato que os setores produtores de alimentos e matérias-primas são, em geral, setores geradores de renda da terra⁴. Isso parece ter alguma relação mais estrutural com as tendencialidades subjacentes ao processo de dependência (enquanto aspecto do processo de formação da economia mundial capitalista). De outro modo, seria uma grande coincidência que a generalização de uma periferia dependente de países primário-exportadores seja acompanhada pela virtual inexistência de uma periferia dependente constituída por países exportadores de mercadorias industriais ou, ao menos, dotados de uma pauta de exportações diversificada.

Levando isso em consideração, parece adequado pensar a relação entre renda da terra e dependência enquanto uma relação que envolve certas tendencialidades estruturais do modo de produção capitalista quando observado desde o ponto de vista da economia mundial. A principal contribuição de um tipo de formulação como a de Carrera (mas presente em toda uma série de autores latino-americanos e que, como visto, remonta a debates soviéticos dos anos 1920), que confere à questão da renda da terra uma posição estrutural no processo de dependência, talvez seja justamente esta: *a de ressaltar a existência de uma tendência de crescimento dos SGR (Setores Geradores de Renda) na periferia dependente, e de que estes setores tenham uma importância relativa nos países dependentes mais significativa do que a importância que observam nas economias industriais.*

⁴ Marini (1973b), ao considerar o processo de constituição da dependência latino-americana, afirma que a oferta de matérias primas e alimentos da AL não apenas permitiu a constituição da grande indústria europeia, mas também foi condição para o deslocamento do eixo de acumulação da produção de mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, centrado no aumento da capacidade produtiva. Por outro lado, do ponto de vista das economias latino-americanas, esse mesmo movimento vai resultar num tipo de acumulação marcado pela superexploração do trabalho e da expansão horizontal, quantitativa, com baixo crescimento da produtividade do trabalho.

Entretanto, mesmo admitindo a possibilidade de que a expansão mais significativa dos SGR nas economias dependentes tenha um caráter tendencial dentro do processo de formação do mercado mundial capitalista, isso não significa que esse caráter seja aquele proposto por visões que lhe atribuem o caráter de ponto de partida da análise da periferia dependente, ou de cerne de sua especificidade. Uma coisa é que exista uma determinação tendencial oferecida pela apropriação da renda da terra para o movimento de acumulação na periferia dependente, outra coisa é que essa determinação seja a única (ou a principal determinação) a lhe conferir seu caráter específico, como ocorre na visão de Carrera.

No que diz respeito à relação que o tipo de visão desenvolvido por Carrera estabelece entre a questão da renda da terra e a dependência, percebemos que seu objetivo é estabelecer uma teorização que se situa num nível de abstração alto, que diz respeito à própria legalidade do modo de produção capitalista em sua unidade mundial (mercado mundial), considerada sua expansão e a constituição de distintas formas de integração à economia mundial, ou distintos padrões de acumulação. Padrões determinados, de qualquer forma, pelas relações mútuas estabelecidas entre os países industriais e uma periferia produtora de “mercadorias portadoras de renda”. Entretanto, afora os aspectos específicos da leitura de Carrera da teoria da renda da terra (que analisaremos adiante), a adoção da renda apropriada nos países periféricos (ou “ricos em recursos”) como ponto de partida para a teorização sobre esse tipo de relação na economia mundial já expressa, a nosso ver, um problema metodológico fundamental: nesse tipo de análise, pressupõe-se que um aspecto da apropriação de mais-valor seja fundamental para determinar a peculiaridade da forma de acumulação nas economias periféricas sem antes ter compreendido como ocorre o movimento da sua produção em escala mundial, ou seja, considerando a existência de distintos países, com distintas condições de suas economias nacionais, num mercado mundial (aspectos abstraídos no nível de abstração de *O Capital*, de Marx, ainda que pressupostos). Uma vez tendo teorizado sobre essa forma peculiar de apropriação, a análise de Carrera busca então explicar as particularidades da produção e da acumulação nesses países “ricos em recursos”, e sua especificidade frente ao “caso nacional clássico” de acumulação. De qualquer forma, a análise de Carrera não busca, em momento algum, demonstrar, a partir da teoria marxista do valor-trabalho e do movimento do valor-capital, a peculiaridade das economias nacionais não-clássicas, ou seja, demonstrar a validade de seu ponto de partida. Carrera adota a renda da terra como ponto de partida da análise da peculiaridade em questão e afirma em seguida, peremptoriamente, ser essa a “manifestação global da lei do valor”. Desta forma, a análise pressupõe tudo aquilo que deveria demonstrar.

Em termos mais específicos, Carrera entende que a renda da terra, uma vez tendo origem fora dos SGR, teria origem também fora dos países periféricos. Mas como afirmar isso sem uma teorização sobre a operação do valor (da “lei do valor”) em escala internacional, que considere níveis de abstração mais concretos, como a existência de distintos países, o papel das distintas moedas na economia mundial, da exportação de capitais etc. (como se busca realizar no âmbito da TMD)? Antes de afirmar a renda da terra enquanto aspecto fundamental da especificidade periférica, seria necessário este desenvolvimento, no qual esse papel da renda na diferenciação das formas de acumulação seja resultado e não ponto de partida. Esse caminho é o único que expressaria uma visão do capitalismo enquanto um sistema mundial. De outra forma, estar-se-ia partindo de um pressuposto (explícito ou implícito) da existência de distintos “capitalismos nacionais”, ou formações sociais nacionais particulares cujo movimento se basearia em legalidades próprias.

Além disso, essa adoção discricionária do papel da renda da terra como ponto de partida para a especificidade dos países dependentes termina por naturalizar o fato de que certos recursos naturais tenham se tornado valiosos do ponto de vista da economia mundial capitalista, passando a ideia de que certas mercadorias, como o açúcar, o café, a soja, a carne bovina etc., são “naturalmente” valiosas, e, por isso, sua abundância (ou a abundância de condições para sua produção) na periferia teria determinado a especificidade do tipo de desenvolvimento capitalista ali ocorrido (daí falar-se em “países ricos em recursos”). Quase todas as regiões habitáveis do planeta apresentam condições próprias para a produção de algum tipo de mercadoria primária, mas isso não determinou que todas essas regiões tenham necessariamente se especializado na produção desse tipo de mercadoria, integrando-se assim à economia mundial na condição de fornecedoras de mercadorias primárias. Uma análise a partir da teoria social marxista deve, ao contrário, buscar compreender o processo social pelo qual se tornou necessário à periferia capitalista especializar-se na produção desse tipo de mercadoria, como foi o caso da América Latina.

Ademais, se falamos da categoria renda da terra conforme descrita por Marx, parece também relevante levar em conta que, do ponto de vista do seu método de exposição, Marx colocou a questão da renda da terra numa posição posterior (do ponto de vista do grau de abstração – considerado mais concreto) dentro da análise do valor-capital, em relação a questões da produção do valor, da formação do valor social, da formação da taxa geral de lucros, dos preços de produção, do valor de mercado, e mesmo de formas de redistribuição social do valor ou de sua circulação, como as questões do lucro comercial e dos juros. Se for seguido o método de exposição de Marx para a reconstrução teórica do funcionamento da economia mundial

e da formação do mercado mundial capitalista, deve ser também refeito esse trajeto no qual a questão da renda da terra, cuja principal modificação posta ao movimento do valor-capital reside no aspecto de sua apropriação (embora exista também alguma relevância para a produção do valor). Seu desenvolvimento teórico deve ser considerado após as modificações postas pela existência de uma economia mundial (existência de países, moedas distintas, taxas de lucros e de mais-valor nacionais distintas etc.) tenham sido devidamente consideradas.

Assim, uma primeira conclusão que podemos apontar aqui é que a aceitação de que a expansão mais significativa da renda da terra tem um caráter tendencial dentro do processo de formação da periferia dependente dentro da economia mundial capitalista, não implica na rejeição das formulações da teoria marxista da dependência. É possível compreender essa relação entre renda da terra e dependência, e mesmo conferir-lhe um caráter mais estrutural, mantendo ao mesmo tempo a análise metodológica proposta por Marini, na *Dialética da Dependência*, e pelos demais autores da TMD, ou seja, é possível pensar as determinações postas pela expansão mais significativa dos SGR na periferia dependente *enquanto um nível de abstração adicional da representação teórica da dependência*, ou, em outros termos, da descrição do processo no qual o movimento do valor-capital dá origem a um mercado mundial capitalista com todas as suas contradições.

Aqui alcançamos então o problema que será objeto de análise no restante deste trabalho: é possível, dentro de um quadro de reconstrução teórica do mercado mundial capitalista a partir do movimento do valor-capital, inferir quaisquer determinações tendenciais da importância relativa mais alta da apropriação de renda da terra na periferia dependente para o processo de acumulação capitalista (e para o próprio movimento de constituição desse mercado mundial)? Se existe(m), que tendência(s) seria(m) essa(s)? É possível que sejam aquelas propostas por Carrera?

Para começar a responder essas perguntas, o seguinte procedimento será adotado: primeiro, os aspectos fundamentais da análise de Carrera (2017) sobre a origem do mais-valor apropriado como renda da terra serão objeto de uma análise crítica. O objetivo aqui será determinar em que medida essa análise pode ser considerada adequada, do ponto de vista da teoria social marxiana, para apontar a origem do mais-valor apropriado como renda nos países da periferia dependente, além de analisar a possibilidade de que a visão de Carrera seja integrada de alguma forma ao quadro teórico da reconstrução do processo de constituição do mercado mundial capitalista.

3.1 – A questão da origem do mais-valor apropriado como renda da terra: análise crítica

Como visto anteriormente, grande parte da discussão sobre a relação entre a apropriação de formas de rendimento originadas ou relacionadas com a renda da terra – seja a renda em si ou formas transmutadas dela originadas – e a condição da periferia dependente dentro da economia mundial, tem como ponto crucial a questão da origem do mais-valor que permite tais rendimentos. Portanto, antes de inferir quaisquer determinações relacionadas ao papel da renda da terra nos países dependentes, precisaremos revisitar esta questão.

Os rendimentos apropriados na forma de renda da terra, seguindo a descrição feita por Marx n’*O Capital*, podem ser divididos em quatro modalidades, cada uma com características específicas em relação ao mais-valor que os origina:

- 1) Renda absoluta (forma fundamental derivada da propriedade da terra, relativa aos capitais que operam nas piores condições, menos produtivas, mas que obtêm ainda a taxa média de lucros);
- 2) Renda diferencial (relativa a diferenciais de produtividade/fertilidade) – apenas essas duas primeiras modalidades compõem o que Marx considera como renda da terra “*strictu sensu*”;
- 3) Rendas decorrentes de preços monopolistas, ou rendas de monopólio (no sentido *smithiano* – usado na economia), ou seja, a renda obtida por capitais que conseguem vender as mercadorias que produzem por preços acima do seu valor;
- 4) Rendas decorrentes de situações perenes de elevação da demanda acima da oferta, que forçam os preços de produção de mercado a níveis mais elevados do que o valor por um tempo suficiente para que estes sejam fixados na forma de renda (renda de monopólio especial⁵);

Na formulação de Carrera (2017) toda a análise das determinações oferecidas pelo papel da renda da terra para os países dependentes (de desenvolvimento “não-clássico”) depende das seguintes proposições: 1) que a renda absoluta não tem relevância na agricultura capitalista contemporânea, dado que a composição do capital na agricultura teria ultrapassado a composição do capital social médio e que, no lugar da renda absoluta, teria lugar uma forma de renda monopolista resultante da elevação dos preços de produção acima dos valores (que chamamos aqui de renda de mono-

5 Essa modalidade é semelhante àquelas descritas por Ball (1986) como “renda de monopólio II” e por Carrera (2017) como “renda de monopólio simples”. Uma análise mais aprofundada dessa modalidade de renda pode ser vista em De Paula (2020).

pólio especial); 2) que a maior relevância do ponto de vista quantitativo, entretanto, estaria na renda diferencial, e que a renda diferencial teria origem externa aos SGR. Esses dois pontos constituiriam uma situação na qual a apropriação de renda nos países da periferia dependente geraria um recebimento de um influxo de mais-valor originado dos países industriais, e que esse processo invalidaria as proposições da TMD. Vejamos com atenção cada uma dessas proposições.

Em toda a literatura sobre a temática da renda da terra (no quadro da teoria social marxista), a modalidade 1 (renda absoluta) é vista como originada do mais-valor produzido internamente no SGR em questão (pela força de trabalho empregada pelos capitais que operam no próprio setor). Essa modalidade constitui um “excedente do valor sobre o preço de produção”, em outras palavras, um excedente do mais-valor gerado internamente sobre os lucros agrários (MARX, 1983, p. 300)⁶. Não importa, para tanto, nem mesmo que ocorram eventuais altas dos preços acima dos preços de produção, dado que, enquanto os preços reguladores não superam o valor, a renda absoluta permanece gerada internamente (e no caso de superarem o valor, o tipo de sobrelucro teria sua natureza modificada).

No outro extremo, fica a renda decorrente de preços de monopólio, ou renda de monopólio (modalidade 3), ou seja, a renda obtida em decorrência de uma elevação dos preços acima do valor (valor de mercado). No setor agrário, isso só pode ocorrer quando existe forte preponderância da demanda sobre a oferta, quando um controle monopolista da produção permite aos capitais que produzem determinada mercadoria exercer um controle intencional das quantidades totais produzidas de forma a forçar a oferta para níveis abaixo da demanda, forçando assim também uma alta dos preços; ou então no caso especial no qual o sobrelucro oriundo de preços monopolistas é fixado enquanto renda da terra, fazendo com que os preços de produção de mercado superem o valor de mercado em situações nas quais a disponibilidade de terras que permitam a produção de determinada mercadoria seja muito reduzida e a demanda por esse tipo de mercadoria não se contraia com a elevação dos preços.

Para Marx estas duas últimas formas de renda têm uma natureza distinta das duas primeiras modalidades por decorrerem de posições de “força” dos vendedores em relação aos compradores no mercado e, portanto, seriam objeto de estudo de uma

6 Recapitulando: o valor das mercadorias agrárias (valor de mercado – V_m) pode ser expresso pela fórmula $V_m = c_r + v_r + m'v_r$, onde c_r e v_r são os gastos com capital constante e capital variável dos capitais reguladores de cada setor, e m' é a taxa de mais-valia (nacional). Esta categoria expressa a produção, ou seja, quanto valor foi produzido com o emprego de determinado capital ou em determinado setor. Os preços de mercado nos SGR, por outro lado, oscilam em torno dos chamados preços de produção de mercado (PPm), que podem ser descritos pela fórmula: $PPm = c_r + v_r + l'(c_r + v_r) + rA$, onde, além das variáveis já mencionadas, l' representa a taxa geral de lucros, e rA é a renda absoluta. Esta categoria expressa a apropriação nos SGR. Uma explicação mais detalhada pode ser vista em De Paula (2020).

teoria da concorrência, ou seja, das circunstâncias concretas do funcionamento do modo de produção capitalista, e não da análise que busca estabelecer o movimento geral desse modo de produção, ou seja, suas leis internas (MARX, 1983). Em ambos os casos, as rendas de monopólio originam-se de mais-valor produzido externamente ao setor onde este excedente é apropriado⁷. O mecanismo dessa “transferência” é o seguinte: se essas mercadorias entram no consumo dos trabalhadores, então o gasto a mais que os trabalhadores fazem para adquiri-las reduz sua capacidade de consumo, ou seja, funciona como se reduzisse os salários abaixo do valor da força de trabalho. Essa redução implica uma redução proporcional no consumo das mercadorias produzidas pelos capitais que participam da formação da taxa geral de lucros, o que impacta seu nível desta taxa. Deste modo, os excedentes que tem origem nessas modalidades monopolistas de renda têm sua origem no aprovisionamento (*pool*) comum da taxa geral de lucros, ou seja, na massa de mais-valor extraído de todos os trabalhadores empregados pelos capitais que participam da formação da taxa geral de lucros. Assim, embora essas modalidades não estejam diretamente limitadas pelo valor das mercadorias, elas ainda são limitadas pelo mais-valor global extraído pelo capital do trabalho, de modo que segue existindo (não é abolida) a regulação dos preços das mercadorias pelo valor (MARX, 1983).

3.1.1 – Possibilidade da existência da renda absoluta na agricultura moderna versus sua substituição pela renda de monopólio especial

O tipo de crítica à teoria da renda absoluta feito por Carrera (2017) não questiona que a origem dessa modalidade de renda seja interna aos SGR, mas a própria existência dessa forma de renda na agricultura capitalista contemporânea. Carrera afirma que, ainda que a renda absoluta pudesse ter existido num período inicial da agricultura capitalista (quando a composição do capital agrário era mais baixa), o desenvolvimento técnico da produção agrária teria eliminado as condições para que a composição do capital na agricultura seja inferior à composição social média. Como o capital agrário teria composição acima da média social, então a renda apropriada a partir da produção nos piores terrenos não poderia ser explicada pela renda abso-

⁷ Existe uma exceção possível para a origem do mais-valor apropriado enquanto renda de monopólio especial. A origem da renda, nesta modalidade 4, pode ser parcialmente interna ao setor em questão, e apenas parcialmente externa a depender da relação entre os PPm *descontados os sobrelucros* (preço de produção direto) e o valor de mercado. Se o PP direto for superior ao valor de mercado, então todos os sobrelucros terão origem externa ao setor em questão. Se o PP direto for inferior ao valor de mercado, então uma parcela da renda terá sua origem no próprio mais-valor produzido internamente. Para mais detalhes sobre este ponto, ver De Paula (2020).

luta, o que leva Carrera (assim como levou em geral os críticos da teoria da renda de Marx⁸) a uma reafirmação da teoria da renda monopolista como forma de explicar a renda paga aos proprietários dos piores terrenos (aqueles reguladores dos preços). Esse tipo de crítica aparece já na obra de Kautsky em 1905 (KAUTSKY, 1972), mas na obra de Carrera assume a função de justificar sua visão, segundo a qual a renda da terra teria origem externa aos SGR, sendo originada do mais-valor produzido nos países industriais.

Para sustentar sua posição, Carrera tenta mostrar através de dados estatísticos que a renda absoluta seria inviável no capitalismo contemporâneo porque a composição do capital na agricultura seria mais alta do que a composição do capital na indústria e, logo, deveria ser mais alta do que composição do capital social médio. Carrera analisa dados dos EUA e da Argentina, além de dois casos de estudo adicionais, sobre a produção de soja nos EUA e sobre o mercado mundial de petróleo. Em ambos os casos, os dados apresentados por Carrera ou não confirmam suas proposições, ou são mal interpretados pelo autor⁹. Essa tentativa de mostrar que a composição do capital na agricultura seria mais alta do que a composição do capital na indústria, entretanto, é completamente irrelevante para determinar a possibilidade da existência da renda absoluta. A comparação relevante, neste caso, seria entre a composição dos capitais reguladores dos setores geradores de renda *versus* o capital social médio, comparação que sequer é analisada pelo autor. Deste modo, sua posição sobre a inviabilidade da existência da renda absoluta no capitalismo contemporâneo, em linhas gerais, não parece se sustentar.

De todo modo, existem aqui dois aspectos dignos de nota: os casos da renda da terra de certas mercadorias especiais, que exigem condições naturais raras para sua produção ou extração (como os vinhos de certas uvas que só crescem em regiões específicas ou mesmo, talvez, do petróleo), para as quais as condições de restrição de oferta e rigidez da demanda podem permitir o surgimento de uma *renda de monopólio especial*; e a questão da localização internacional dos capitais reguladores de cada setor.

8 Uma das principais linhas de ataque à teoria da renda da terra elaborada por Marx apoia-se justamente neste aspecto da composição do capital agrário, identificado como o mais frágil pelos críticos. Em geral essa crítica se baseia numa confusão (que Carrera também comete): os críticos de Marx entendem como uma conclusão da sua teoria da renda absoluta que todo capital agrário precisaria ter sua composição (relação entre capital constante e capital variável – c/v) mais baixa do que a composição do capital social médio para que essa modalidade possa existir. Na verdade, a conclusão da teoria da renda absoluta de Marx é que os capitais reguladores dos preços (aqueles que operam nas piores condições e que pagam a renda absoluta) precisam ter sua composição abaixo da composição média. Para uma discussão aprofundada desse ponto e uma demonstração da validade da conclusão da teoria da renda absoluta de Marx, ver De Paula (2020).

9 Uma discussão aprofundada das dificuldades de Carrera nesse tema pode ser vista em De Paula (2020).

No primeiro aspecto, a possibilidade de surgimento de uma renda de monopólio especial refere-se a situações excepcionais em que um predomínio de longa duração da demanda sobre a oferta permite a fixação dos sobrelucros adicionais nos contratos de arrendamento de terras, de modo a fazer com que os preços de produção se elevem acima dos valores das mercadorias. Carrera, entretanto, comete o erro de generalizar essa situação para toda a agricultura, considerando que toda a renda agrária nos piores terrenos teria origem monopolista – mesmo sendo a agricultura um dos setores menos monopolizados de toda a economia capitalista. Uma demonstração de que a agricultura apresenta preços monopolistas dependeria de uma comparação entre os preços de produção agrários e o valor das mercadorias agrárias, algo que não é apresentado em nenhum lugar da obra de Carrera.

Em relação ao segundo aspecto, é necessário fazer uma mediação: embora Carrera não pareça ter razão quanto à impossibilidade da existência em geral da renda absoluta, se analisarmos a constituição dos preços no mercado mundial perceberemos que apenas nos países onde se localizam os capitais reguladores de cada setor existirão as condições para o surgimento da renda absoluta. Nos países onde a produtividade agrária é de nível mais alto, a maior parte da renda da terra terá o caráter de renda diferencial.

Em suma, Carrera parece estar errado quanto à impossibilidade de existência da renda absoluta no capitalismo contemporâneo, mas a relevância dessa questão para a periferia capitalista pode não ser tão significativa, dado que essa modalidade de renda no mercado mundial é mais presente nos países onde se encontram os capitais reguladores de cada setor, que em geral são aqueles onde se localizam os principais mercados consumidores. De todo modo, o fundamental aqui é que *Carrera não é capaz de demonstrar que os preços na agricultura são, em geral, preços de monopólio*. Apenas essa demonstração permitiria ao autor chegar à conclusão de que nos SGR predomina a forma de renda de monopólio especial, de modo que a origem dessa renda precisaria ser externa ao setor agrário.

3.1.2 – A questão da origem do mais-valor apropriado como renda diferencial

Resta então ainda por examinar a questão da origem da renda diferencial, que é mais polêmica e encerra maior complexidade. Marx não analisou de forma direta em nenhum de seus trabalhos qual seria a origem dessa forma de sobrelucros. Entretanto, a partir da leitura da teoria da renda marxiana, entendemos que existem duas possibilidades para a explicação da origem desses sobrelucros: a primeira, que chamamos de “qualitativa” (que, por sua vez, divide-se em duas variantes), e a segunda, “quantitativa”.

A primeira variante da abordagem qualitativa seria a seguinte: parte-se da análise da constituição da renda diferencial no mesmo quadro teórico dos sobrelucros (ou superlucros) originários de diferenças de produtividade em geral (como nos setores não geradores de renda – os “NGR”), ou seja, das diferenças entre os preços de produção individuais do capital em questão e aqueles que regulam os preços de mercado (correspondentes aos capitais de produtividade média nos ramos), similares aos sobrelucros que correspondem à chamada transferência de valor intrasetorial (MARX, 1983). Nesta variante, da mesma forma que ocorre na indústria (na formulação mais geral da teoria marxiana do valor e dos preços), todos esses sobrelucros corresponderiam a parcelas do mais-valor gerado internamente no setor em questão, produzidos pelos capitais menos produtivos e apropriados pelos mais produtivos. Em outras palavras: a renda diferencial teria origem no mais-valor produzido no próprio setor onde ela é apropriada.

O problema dessa visão é que existe uma diferença fundamental entre as transferências intrasetoriais da indústria e a renda diferencial nos SGR: no caso primeiro caso, os preços são determinados pela média dos valores individuais, o que permite a possibilidade de que os desvios em relação à média se compensem. No segundo caso, como os preços são determinados pelos capitais que operam nas piores condições, não é possível que os desvios da média se compensem. Em termos mais simples: todas as distintas produtividades do trabalho já estão acima daquela que estabelece os preços, de modo que não há como alguns ganharem para outros perderem; é necessário que quase todos ganhem. Desta forma, essa primeira variante da chamada qualitativa depende de uma possibilidade de compensação de desvios que não pode ocorrer nas condições dos SGR.

Um segundo tipo de abordagem qualitativa (segunda variante) é o que aparece na obra de Carrera (2017). Carrera busca diferenciar a determinação quantitativa do valor (do ponto de vista da produção) nos NGR daquela existente nos setores onde convivem distintas produtividades do trabalho postas por condicionamentos naturais não-controláveis (os SGR). Segundo Carrera, no primeiro caso (NGR), a determinação quantitativa do valor pelo trabalho socialmente necessário se dá pela produtividade normal do trabalho empregado em sua produção, e essa normalidade tem sua expressão mais simples na média dos valores individuais (CARRERA, 2017). Entretanto, no caso dos SGR, o que passa a existir não é mais um valor social determinado pela média de produtividade, mas “diversos valores sociais baseados em distintas produtividades”, já que não haveria mais “uma normalidade, mas uma multiplicidade de normalidades” (CARRERA, 2017, p. 89-90, 104). Dada a complexidade da determinação do valor de mercado nos SGR, para Carrera não existiria

“um valor social”, mas múltiplos “valores sociais” na agricultura (e nos SGR em geral). Com isso, Carrera termina por eliminar a possibilidade do estabelecimento de uma determinação quantitativa do valor-trabalho correspondente ao produto obtido pelo trabalho empregado pelo capital agrário. Ou seja, Carrera termina por rejeitar a determinação dos preços agrários pelo valor-trabalho no sentido de uma relação quantitativa (e quantificável), ainda que através de mediações diversas.

Isso o levará a uma posição peculiar sobre a origem dos sobrelucros apropriados enquanto renda diferencial. Carrera aponta que dada a “multiplicidade de valores sociais” existentes nos SGR, o valor de mercado (valor comercial) maior na agricultura (determinado nas piores condições) deveria necessariamente ter sua origem externa ao setor gerador de renda:

El valor comercial de las mercancías agrarias no se encuentra regido de manera general por las condiciones medias de producción, sino por las condiciones correspondientes al trabajo agrario menos productivo que es necesario para poner en acción para satisfacer la demanda social. Luego, este mayor valor comercial es pagado por los capitales que compran las mercancías agrarias como materias primas para su propio producto y, en consecuencia, se proyecta sobre el precio de costo de éste. (CARRERA, 2017, p. 106).

Para Carrera, dada a (suposta) indeterminação do valor social agrário, o valor de mercado mais alto na agricultura não corresponderia a um mais-valor produzido internamente, mas a uma transferência de mais-valor originada fora da agricultura (dos setores que compram os produtos agrários como matérias-primas). Com isso, não apenas ele aceita uma indeterminação do valor social para o setor gerador de renda, como também compreende o valor de mercado como algo que não poderia ser explicado pela teoria do valor-trabalho, mas apenas enquanto uma anomalia.

De qualquer forma, a conclusão de Carrera aqui carece de fundamento lógico. Ele diz algo assim: como os SGR apresentam uma multiplicidade de normalidades, então não é possível estabelecer o valor social na agricultura. A implicação lógica imediata aqui seria a conclusão de que não é possível estabelecer a origem dos sobrelucros apropriados como renda diferencial. Se a régua está quebrada e não há como consertá-la, então não é possível fazer qualquer medição. Carrera, entretanto, tira a conclusão de que os sobrelucros apropriados tem sua origem externa ao setor em questão, recorrendo a um *non sequitur*, uma conclusão que não seria permitida nem mesmo pela sua própria leitura da determinação do valor social na agricultura.

Olhando mais atentamente à luz da teoria do valor de Marx, percebemos que Carrera confunde as categorias valor social e valor individual ao apontar uma “multiplicidade de valores sociais” nos setores geradores de renda. Na realidade, o que existe é uma multiplicidade de valores individuais, mas apenas um deles (aquele correspondente aos capitais reguladores, que operam nos piores terrenos) é relevante

para o estabelecimento do valor de mercado. Em segundo lugar, temos a diferença categorial entre o valor de mercado e o valor social. O valor de mercado é o valor social num nível de abstração mais baixo, que considera a possibilidade de que a determinação quantitativa do valor não se dê apenas pela média dos valores individuais (como é o caso geral), mas também pelas condições extremas (como é o caso dos SGR, onde o valor é determinado pelas piores condições). É, portanto, uma categoria da produção que permite a quantificação da massa de valor-trabalho produzida num setor gerador de renda¹⁰. Carrera, entretanto, assim como parte dos autores que compartilham de uma leitura fisiológica¹¹ da teoria do valor-trabalho, não entende o valor de mercado como uma categoria da produção que expressa o valor social num nível de abstração mais concreto, mas enquanto uma categoria da apropriação. Esse erro gera para Carrera um “beco sem saída” teórico: não há em sua leitura nenhuma forma de comparar a produção com a apropriação nos SGR, um problema que poderia ser evitado apenas compreendendo corretamente o valor de mercado como uma categoria da produção.

Desta forma, entendemos que é possível uma abordagem diferente, que permita aferir a origem do valor apropriado como renda diferencial, que chamaremos aqui de *abordagem quantitativa*. Nessa abordagem, busca-se relacionar a massa de mais-valor apropriado no SGR com a massa de mais-valor nele produzida, comparando o valor de mercado setorial agregado (V_m) com os preços de produção de mercado setoriais agregados (PP_m). Com isso torna-se possível estabelecer se a origem do valor apropriado pode ter sido interna ou não. Esse é o caso, por exemplo, da abordagem proposta por Carcanholo (1982, 1984) e aparece também em De Paula (2020). Aqui, faremos apenas uma ilustração¹² teórica do tipo de desenvolvimento que permitiria essa abordagem.

Imaginemos que certo capital regulador “A” (aquele que opera nas piores condições capazes de obter a taxa geral de lucros e pagar a renda absoluta) que produz uma determinada mercadoria agrária se divida em \$ 5000,00 de capital constante e

10 A visão segundo a qual o valor de mercado das mercadorias agrárias é uma categoria da produção, ou seja, reflete a produção do valor modificada pelo papel da propriedade da terra, pode ser vista na obra de Marx de forma clara: “Para que uma mercadoria seja vendida por seu valor de mercado, isto é, em proporção ao trabalho socialmente necessário nela contido, o quantum global de trabalho social que é empregado na massa global desta espécie de mercadoria tem de corresponder ao quantum da necessidade social dela, isto é, da necessidade social solvente” (MARX, 1983, p. 148). Ver também: Marx (1983, p. 155-156).

11 Para uma análise crítica da leitura fisiológica da teoria do valor-trabalho, ver De Paula (2021, p. 161-164).

12 Essa ilustração segue, em linhas gerais, o exemplo mais sucinto que aparece em De Paula (2020, p. 309-310).

\$ 5000,00 de capital variável (composição 50/50), e que a taxa de mais-valia nesse país seja de 100% (ou =1). Nesse caso, o valor das mercadorias produzidas por esse capital seria de \$ 15.000,00 (=c+v+m). Supondo, adicionalmente, que a unidade da mercadoria (saca) em questão tenha seu preço de mercado em \$ 41 (a saca), que a produtividade em por hectare seja de 310 sacas, e que a taxa de lucros seja de 20%, o preço de produção de mercado (PPm) total do produto obtido para cada 1 hectare corresponde a \$ 12.710,00 (considerando também a renda absoluta de \$ 710 por hectare). Portanto, mesmo considerando a renda absoluta, ainda subsistiria no caso do exemplo um excedente do valor sobre o preço de produção, no caso = \$ 15.000 – \$ 12.710 = \$ 2.290,00 (para cada 1 Ha). O valor unitário da saca seria, portanto, de aproximadamente \$ 48,39 (=15000÷310).

Agora, consideremos adicionalmente que esse setor produziu um total de 2250 unidades de mercadoria (sacas). Se considerarmos o valor de todo o produto do setor tendo por base seu valor de mercado, que é regulado pelo capital A, temos um valor de mercado total de aproximadamente \$ 108.877 (=Vi do capital regulador x total do produto = 48,39 x 2.250). Nesse caso, o valor de mercado total do produto seria superior ao seu preço total (\$ 104.960,00), de modo que seria possível afirmar que *tudo o valor apropriado no setor foi criado internamente pelo trabalho nele empregado* (havendo inclusive um excedente de \$ 3.917 de valor potencialmente produzido, mas não realizado no setor).

Agora, seguindo a lógica do exemplo acima, observemos o quadro abaixo, no qual cada linha expressa situações nas quais o capital regulador do setor muda (e o exemplo acima está na linha I), mantendo-se o restante do exemplo constante, e façamos novamente a comparação entre Vm e PPm setoriais:

Quadro 1. Relação entre valor produzido total e preços totais em quatro situações distintas

	Valor total do produto do capital regulador = Vm = c+v+m	Produto p/ Hectare (capital reg.)	Valor de Mercado /saca	Preço de produção de mercado (P P m = c + - v+l'(c+v)) + RA	PPm unitário (PPm / produto) = preço de mercado	Produto agregado / PPm agregado	Vm agregado
I	5000+5000+5000=15k	310 sacas	15k / 310 = \$ 48,39	=10k+2k=12k + \$ 710 = 12710	= 1 2 7 1 0 / 310 = \$ 41,00	=2250 x \$ 41 = \$ 104960	= 2250 x 48,39 = \$108877

II	7000+3000+ 3000=13k	340 sacas	13k / 340 = \$ 38,24	=10k+2k=12k + \$ 710 = 12710	= 1 2 7 1 0 / 340 = \$ 37,38	=2280 x \$ 37,37 = \$ 85226	= 2280 x 38,24 = \$ 87187
III	8000+2000+ 2000=12k	345 sacas	12k / 345 = \$ 34,78	=10k+2k=12k + \$ 710 = 12710	= 1 2 7 1 0 / 350 = \$ 36,31	= 2285 x 34,78 = \$ 79472	= 2285 x 36,31 = \$ 82968
IV	4000+6000+ 6000=16k	300 sacas	16k / 300 = \$ 53,34	=10k+2k=12k + \$ 710 = 12710	= 1 2 7 1 0 / 300 = \$ 42,37	= 2200 x 42,37 = \$ 93214	= 2200 x 53,34 = \$117348

Fonte: Elaboração do autor.

No Quadro 1, nas quatro situações apresentadas, que diferem entre si pela composição do capital regulador bem como pelo seu produto total por hectare (que é impactado pela alteração do capital regulador), pode ser observado que, em todas, o valor total produzido é maior do que o preço total do produto do setor – o que indica que todo o valor apropriado foi produzido internamente (o que inclui a renda diferencial).

A única forma de alterar essa situação, mantendo a magnitude dos capitais analisados, seria imaginar uma taxa de lucro mais alta, ou então uma elevação da renda absoluta, *situações que correspondem a circunstâncias de aumentos nos preços*.

Façamos então um novo exercício, agora com as seguintes modificações: taxa de lucros de 40% e renda absoluta (aluguel por hectare nos piores terrenos) de \$ 1000. Teríamos então:

Quadro 2. Relação entre valor produzido total e preços totais com $l' = 40\%$ e RA
= \$ 1000

	Valor total do produto do capital regulador = $V_m = c+v+m$	Produto p / H e c - tare (capital reg.)	Valor de Mercado /saca	Preço de produ- ção de mercado ($PP_m = c+v+l'(c+v)$ + RA	PPm unitá- rio ($PP_m / \text{pro-}$ duto) = pre- ço mercado	Produto agregado / PP_m agregado	V m agrega- do
V	5000+5000+ 5000=15k	310 sacas	15k / 310 = \$ 48,39	=10k+4k=14k + \$ 1000 = 15000	=15000 / 310 = \$ 48,38	=2250 x \$ 48,38 = \$ 108855	= 2250 x 48,39 = \$ 108877
VI	7000+3000+ 3000=13k	340 sacas	13k / 340 = \$ 38,24	=10k+4k=14k + \$ 1000 = 15000	=15000 / 340 = \$ 44,11	=2280 x \$ 44,11 = \$ 100570	= 2280 x 38,24 = \$ 87187

VII	8000+2000+ 2000=12k	345 sacas	12k / 345 = \$ 34,78	=10k+4k=14k + \$ 1000 = 15000	=15000 / 350 = \$ 42,85	= 2285 x 42,85 = \$ 97912	= 2285 x 36,31 = \$ 82968
VIII	4000+6000+ 6000=16k	300 sacas	16k / 300 = \$ 53,34	=10k+4k=14k + \$ 1000 = 15000	=15000 / 300 = \$ 50	= 2240 x 50 = \$ 112000	= 2240 x 53,34 = \$ 119481

Fonte: Elaboração do autor.

No Quadro 2, percebemos que, nos casos V e VIII, o valor total produzido supera o preço do produto total, enquanto nos casos VI e VII ocorre o inverso, e pela primeira vez não existiria valor produzido no setor para cobrir a totalidade da renda diferencial. Desta forma, poder-se-ia concluir que, apenas nos casos VI e VII parte desse valor deveria ter origem no *pool* comum da formação da taxa geral de lucros (origem externa).

De todo modo, com os exemplos acima, vemos que ambas as possibilidades existem: tanto o valor total produzido no setor pode ser maior do que o preço do produto total, quanto também pode ocorrer o inverso, e o preço total do produto venha a superar o valor total produzido, de modo que parte da renda diferencial esteja acima do valor (de mercado) produzido no setor. Identificamos também que o último caso pode ocorrer quando a taxa de lucros ou os custos de arrendamento estão muito altos. As chances dos preços superarem os valores totais também são influenciadas pela composição do capital regulador (composições mais baixas favorecem que o valor total seja superior ao preço total, enquanto composições mais altas favorecem o inverso). Com isso, ambas as variantes da abordagem que chamamos aqui de qualitativa, ou seja, a de considerar, por definição, que a renda diferencial é gerada internamente (ou externamente) ao SGR, levam a descrições inadequadas da realidade. No primeiro caso, existiria a possibilidade de que certo *quantum* de valor seja apropriado sem ter sido produzido¹³. No segundo caso, torna-se impossível descrever adequadamente situações como as vistas nos casos I-IV, V e VIII, nos quais o valor de mercado agregado do produto supera o seu preço agregado. Na verdade, ao afirmar que toda a

13 Tratamos aqui da relação entre o valor total produzido e apropriado, e não entre mais-valor total, de um lado, e a soma entre lucros e sobrelucros totais do outro. O segundo tipo de comparação não faria sentido algum no caso da renda diferencial, razão pela qual Marx fala da renda fundiária como um falso valor social, ou seja, um valor que não existiria caso os preços nos SGR fossem regulados da mesma forma que nos NGR. É tratando dessa questão que Carcanholo (1982, 1984) desenvolve a categoria “geração” de mais-valor, que substituiria a noção de produção no que diz respeito à renda diferencial (CARCANHOLO, 1984).

renda diferencial é produzida externamente ao setor, não se descreve adequadamente nem os casos VI e VII, já que neles a diferença entre o valor total e os preços totais será certamente muito inferior à renda diferencial total.

Desta forma, a abordagem quantitativa parece ser a mais adequada para estabelecer a origem do mais-valor apropriado como renda diferencial. Assim, entende-se a origem desse mais-valor de acordo com a sua situação concreta: se o valor de mercado total das mercadorias produzidas no setor for superior ao seu preço de mercado total, então toda a renda diferencial terá sido produzida internamente (como em todos os casos analisados acima, exceto os casos VI e VII). Se o preço total superar o valor de mercado total, então ao menos parte da renda diferencial terá sido produzida fora do setor (casos VI e VII). A hipótese de que toda a renda diferencial seja produzida externamente ao setor só poderá ocorrer quando o excedente do valor de mercado sobre o preço de produção de mercado for igual a zero, ou seja, quando $\text{preço de mercado} = V_m = P_{Pm}$ (lembrando que o P_{Pm} aqui inclui a renda absoluta).

4) Renda da terra e dependência: elementos para uma síntese

Recapitulando a análise crítica da seção anterior, temos o seguinte:

a) Não procede o argumento de Carrera segundo o qual a renda absoluta, que tem origem interna nos SGR, não teria existência contemporânea já que os capitais reguladores dos preços agrários *podem* ter sua composição abaixo da média social (dos capitais que participam da formação da taxa geral de lucros), e além disso parecem estar ausentes, na maior parte dos setores agrários, as condições para o estabelecimento de uma renda monopolista (dada a inexistência de monopólios e das condições para o surgimento da renda de monopólio especial). Ainda que seja possível que a relevância da renda absoluta se restrinja aos países que, em cada setor, abrigam os capitais reguladores setoriais dentro do mercado mundial (que tendem a ser aqueles onde estão os maiores mercados consumidores), isso não significa que a renda agrária nos países periféricos tenha qualquer caráter monopolista;

b) Também não procede a análise deste autor segundo a qual a renda diferencial teria origem necessariamente externa aos setores agrários. Demonstrou-se que é possível que essa origem seja interna aos SGR, uma vez que os preços do produto agregado de um setor *podem* ser inferiores ao valor total desse mesmo produto agregado.

Com isso, ambas as proposições que sustentam a análise estabelecida por Carrera para a relação entre a renda da terra e a especificidade do desenvolvimento capitalista na periferia dependente não se sustentam. Se não é possível afirmar que a renda

absoluta deu lugar a uma forma de renda monopolista nas condições da agricultura moderna, nem tampouco que a origem da renda diferencial é necessariamente externa ao setor agrário, então a renda da terra *pode ter sua origem no mais-valor produzido nos próprios SGR*, de modo que o tipo de formulação que centra a especificidade dos países dependentes (caracterizados como “ricos em recursos”) nas decorrências da apropriação e redistribuição de uma renda fundiária com origem no mais-valor produzido nos países industriais, não apresenta fundamentação sólida na teoria marxista da renda.

A inexistência de uma *origem externa necessária* da renda da terra tem como implicação mais imediata a impossibilidade de que a renda da terra seja considerada o ponto de partida da análise da especificidade da periferia capitalista, dado que *este possível influxo de mais-valor é apenas uma possibilidade eventual, e não uma condição estrutural*. Apenas em situações particulares, quando os preços das mercadorias agrárias (ou dos SGR em geral) estão altos de modo que os lucros totais (lucro mais renda) obtidos com sua venda superem o valor produzido internamente nos SGR, pode ocorrer algum tipo de transferência de mais-valor no sentido centro-periferia através do comércio dessas mercadorias (mesmo assim, isso seria apenas uma possibilidade entre diversas outras). Portanto, a existência de uma direcionalidade centro-periferia do valor apropriado como renda da terra é apenas eventual, possível, mas sequer algo que pode ser visto como comum, *não podendo ser considerada como uma tendência ou algo estrutural*. Com isso, além do argumento metodológico apresentado acima (seção 3), *temos aqui um argumento teórico segundo o qual a adoção dessa análise da renda da terra como ponto de partida da especificidade da periferia capitalista demonstra-se inadequada*.

Mas a rejeição da renda da terra como ponto de partida da análise da especificidade da periferia dependente, a nosso ver, não implica necessariamente a rejeição da possibilidade de que a apropriação da renda da terra, ou mais precisamente uma tendência de que esta tenha uma maior importância relativa nos países periféricos (o que chamaremos aqui de *preferência pela renda*), ofereça uma determinação tendencial para a constituição da condição da dependência nos países da periferia capitalista. Em outras palavras: é possível que exista uma relação estrutural entre renda da terra e dependência, mesmo que esta não seja a mesma relação proposta por Carrera.

Outra possibilidade é que uma preferência dos capitais que operam na periferia dependente pelos SGR surja, ao lado da superexploração do trabalho, *como uma segunda forma através da qual os capitais que operam nas regiões dependentes poderiam compensar (ou mitigar) o movimento de transferência de mais-valor no sentido das economias centrais*.

Essa possibilidade de que uma *preferência pela renda* surja como forma de compensar as transferências de mais-valor na periferia dependente poderia ser descrita, em linhas gerais, da seguinte forma:

1) Conforme apontado por Marx, os setores geradores de renda (SGR) não entram no processo de formação da taxa geral de lucros. Isso ocorre porque, ao contrário dos demais setores, nos SGR os sobrelucros tendem a ser apropriados na forma de renda (pelos proprietários de terra ou não, mas enquanto renda), e, assim, a redução desses sobrelucros à lucratividade média não ocorre em decorrência do impulso dos capitais em direção ao maior lucro – como ocorre nos setores industriais em geral (NGR) e que seria necessário para que ocorresse a participação dos SGR na formação da taxa média de lucros;

2) Uma vez que a redução dos sobrelucros à taxa geral nos SGR se dá pela sua apropriação na forma de renda e estes não entram no *pool* comum de formação da taxa geral de lucros, então, em geral, esses sobrelucros não podem ser transferidos para capitais de composição orgânica mais alta, como ocorre no caso da transferência intersetorial de mais-valor dentro do processo de formação da taxa geral de lucros. Além disso, o próprio mecanismo da renda diferencial (descrito acima) impede que capitais que operam abaixo da produtividade média transfiram valor para os capitais que operam acima da produtividade média, como ocorre nos NGR (transferência intra-setorial de valor). Em ambos os casos, a forma de apropriação de renda induz a uma *retenção do mais-valor pelos capitais que os produziram* (ou ao menos impede sua transferência para fora do setor), uma espécie de “defesa” contra as duas formas de transferência de valor (intersetorial e intrasetorial) que ocorrem nos NGR;

3) Considerando agora a existência de fronteiras nacionais dentro do mercado mundial, temos como decorrência que a possibilidade de retenção do mais-valor pelos capitais ou setores onde este foi produzido descrita no ponto anterior, ou seja, o fato de que os sobrelucros apropriados como renda não podem ser transferidos para os capitais de maior composição (intersetorial) ou mais produtividade (intra-setorial) ganha novos contornos. No caso dos países dependentes, esses sobrelucros, ao serem apropriados como renda, ao mesmo tempo deixam de ser transferidos ao exterior (países industriais), onde em geral se localizam os capitais de composição e produtividade mais alta;

4) Além disso, existe também a possibilidade de que uma parcela da renda da terra não seja apropriada pelos proprietários de terra, mas sim pelos capitalistas dos SGR (o que ocorre sempre que o preço pago pelos arrendamentos é inferior à massa de sobrelucros que excedem a taxa média de lucros), ou mesmo por capitalistas locais que utilizem as mercadorias dos SGR como insumos (o que ocorre sempre que estes

conseguem comprar esses insumos por preços inferiores aos do mercado mundial). Com isso, o direcionamento da renda para esses setores permitiria aos capitalistas a oportunidade de obtenção de sobrelucros potenciais inexistentes nos demais setores capitalistas (aqui temos uma diferença fundamental com a visão de Carrera: para ele os capitalistas que utilizam as mercadorias do SGR como insumo pagam mais caro e são prejudicados pelos preços monopolistas agrários – aqui, ao contrário, temos a possibilidade de que esses setores da indústria, ao apropriar-se de uma parcela da renda da terra, tenham uma vantagem competitiva – o que parece descrever melhor a realidade latino-americana);

5) Desta forma, o resultado seria o surgimento de uma *preferência pelos SGR na periferia dependente*, ou seja, uma tendência de direcionamento dos investimentos dos capitais disponíveis na periferia dependente para os SGR de forma mais significativa do que nas economias centrais. Essa tendência não teria qualquer relação com “vantagens naturais” ou com uma produtividade naturalmente elevada, mas tão somente com o fato de que os investimentos nos SGR permitiriam evitar ou mitigar as transferências de mais-valor que ocorreriam caso os mesmos investimentos fossem realizados em setores que participam do processo de formação da taxa geral de lucros;

6) Considere-se também todos os aspectos mais específicos decorrentes da possibilidade da transferência da renda da terra nas economias periféricas para outros setores (como os produtores de mercadorias de luxo, o chamado “consumo conspícuo” realizado pelos proprietários de terras, para a indústria que aproveita as matérias primas locais, ou mesmo em setores exportadores da indústria em geral) através de mecanismos diversos de transferência (taxas múltiplas de câmbio, sobrevaloração do câmbio, cobranças de taxas ou confiscos sobre as exportações de produtos primários, proteções alfandegárias para produtos industriais e subsídios para a importação de matérias-primas ou equipamentos para o setor industrial), políticas esporadicamente adotadas em países dependentes. Esses aspectos aparecem enquanto subproduto da preferência pelos SGR na periferia;

7) Há que se considerar também os aspectos dinâmicos: as mesmas determinações que permitem que uma parcela maior do mais-valor produzido internamente seja apropriado no próprio setor nos SGR (*vis-à-vis* os NGR na periferia), também levam a uma tendência de crescimento mais lento da composição do capital e maior lentidão no avanço tecnológico. O fato de que os sobrelucros aparecem na forma de renda (logo, muitas vezes apropriados pelos proprietários de terra e não pelos capitalistas), combinado com a necessidade de que nos SGR os capitais reguladores (ao menos) tenham sua composição mais baixa do que a composição do capital social

médio, levam à tendência descrita por Marx a um atraso relativo da agricultura¹⁴ (e, dos SGR em geral¹⁵), o que, no caso das economias periféricas dependentes onde existe essa preferência pela renda, aparece como uma *tendência de atraso relativo da economia nacional frente aos centros industriais*;

8) A possibilidade de *retenção de mais-valor* descrita nos pontos anteriores será sempre reduzida ou limitada pela atuação da exportação de capitais dos países centrais, seja na forma de capital comercial aplicado nos setores de distribuição e comércio das mercadorias produzidas pelos SGR, seja nas indústrias que utilizam essas mercadorias como insumos, seja aplicados nos próprios SGR, ou ainda quando a propriedade da terra concentra-se nas mãos de grupos estrangeiros. Alguns desses aspectos foram analisados por Osorio (2017). Além disso, como a preferência pelos SGR tem origem na demanda dos países industriais por alimentos e matérias primas, historicamente ocorrem momentos em que essa tendência se enfraquece, e, junto com esse enfraquecimento, criam-se situações nas quais atenua-se a própria relação de dependência, permitindo provisoriamente certo grau de autonomia;

9) Apesar disso, essa *preferência pela renda* na periferia pode ser descrita e analisada *mesmo quando abstraídas as rendas de monopólio*, de modo que sua existência não depende de quaisquer aspectos conjunturais de predomínio da demanda sobre a oferta, controle de preços etc. Desta forma, ela poderia ser incluída ao lado da superexploração do trabalho enquanto uma forma de compensar ou mitigar as transferências de mais-valor para os centros industriais dentro do mercado mundial capitalista. A apropriação da renda da terra na periferia não seria, portanto, algo que contradiz a TMD, mas, ao contrário, expressaria mais um sintoma da condição de dependência das economias periféricas frente aos centros industriais, ou seja, como mais um aspecto de sua integração subordinada à economia mundial;

10) Consequências adicionais dessa tendência a uma preferência pelos SGR na periferia podem incluir a concentração da propriedade das terras e de rendimentos, resultando em maior desigualdade social (campo para pesquisas futuras).

5) Considerações finais

Neste trabalho buscou-se analisar a relação entre a renda da terra e a especificidade da periferia dependente a partir de uma análise crítica dos trabalhos de Juan Iñigo

14 Um aprofundamento sobre esse aspecto da teoria de Marx sobre a renda da terra pode ser visto em De Paula (2020) e em Harvey (2007).

15 As exceções aqui apareceriam justamente naqueles SGR onde a rigidez da demanda permitiria o surgimento de preços de monopólio especial, como possivelmente a exploração de petróleo e certos setores da mineração.

Carrera (2006, 2017).

Desta análise, concluiu-se pela necessidade do reconhecimento da relevância da renda da terra para a reconstrução teórica do movimento do capital na periferia da economia mundial capitalista, bem como para uma teorização sobre a totalidade do mercado mundial, não apenas como um aspecto incidental, mas como um elemento estrutural da especificidade da periferia dependente. Ou seja, identifica-se numa preferência pela renda (ou pelos SGR) uma das características tendenciais do movimento do capital na periferia dependente.

Entretanto, ao mesmo tempo, rejeita-se a visão segundo a qual a apropriação de renda implicaria uma direcionalidade necessária de transferência de mais-valor no sentido centro-periferia (como em Carrera). Ao contrário, o movimento de *preferência pela renda* na periferia aparece como uma forma adicional através da qual o capital que opera nos países dependentes pode compensar (ou mitigar) as transferências de mais-valor no sentido periferia-centro que ocorreriam caso seus investimentos se direcionassem para setores que participam da formação da taxa geral de lucros. Com isso, o reconhecimento de uma preferência pelos SGR como um componente da especificidade da periferia dependente surge como mais um aspecto da dependência quando analisada num nível de abstração intermediário, ou seja, *como mais um elemento da dialética da dependência*, e não como sua negação.

Referências

- BALL, Michael. On Marx's theory of agricultural rent: a reply to Ben Fine. In: FINE, Ben. *The value dimension*. London: Routledge Kegan Paul, 1986. p. 152-174.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. Renda da terra: uma concreção teórica necessária. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 4, out./dez. 1984. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/1907>. Acesso em: 31 maio 2023.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. *La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica*. 1982. Tesis (Doctorado en Economía) – Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, México, D.F., 1982.
- CARRERA, Juan Iñigo. *La renta de la tierra: formas, fuentes y apropiación*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.
- CARRERA, Juan Iñigo. La unidad mundial de la acumulación de capital en su forma nacional históricamente dominante en América Latina. Crítica de las teorías del desarrollo, de la dependencia y del imperialismo. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE LA SOCIEDAD LATINOAMERICANA DE ECONOMÍA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO, 4., 2008. *Actas...* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008.
- CARRERA, Juan Iñigo. Argentina: the reproduction of capital accumulation through political crisis. *Historical Materialism*, v. 14, n. 1, p. 185-219, 2006. Disponível em: https://cicpint.org/wp-content/uploads/2017/03/2006_JIC_Argentina-the-reproduction-of-capital-accumulation-through-political-crisis.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.
- DASHKOVSKY, Isaak. International exchange and the law of value – Isaak Dashkovsky. *Libcom*, [1927] 2012. Disponível em: <http://libcom.org/library/international-exchange-law-value-isaak-dashkovskij>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DE PAULA, Patrick G. Teoria do valor-trabalho: determinação pelo trabalho vivo como alternativa às interpretações fisiológicas e da forma-valor. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, n. 61, p. 81-113, 2021. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/704>. Acesso em: 31 maio 2023.

DE PAULA, Patrick G. *Valor como trabalho vivo e renda fundiária: uma releitura da crítica da economia política*. 2020. Tese (Doutorado Acadêmico em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020

HARVEY, David. *The limits to capital*. 2nd ed. London; New York: Verso, 2007.

KAUSTKY, Karl. *A questão agrária*. Porto (Portugal): Portucalense Editora, 1972.

LACLAU, Ernesto. Modos de producción, sistema económicos y población excedente. Aproximación histórica a los casos argentino y chileno. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 5, n. 2, p. 276-315, 1969.

MARINI, Ruy Mauro. *Sobre a dialética da dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 1973a. p. 181-194.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 1973b. p. 137-180.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. III.

OSORIO, Jaime. Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 47, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/282>. Acesso em: 31 maio 2023.

Cambios y tendencias del capitalismo dependiente latinoamericano en la fase neoimperialista

Georgette Ramírez Kuri*, Thays K S Fidelis** e Branca Ayelén***

RESUMO

Com o objetivo de contribuir para a compreensão da realidade social latino-americana na atual fase neoimperialista, retomamos as contribuições de Ruy Mauro Marini sobre o capitalismo dependente e sobre as transformações históricas dos padrões de reprodução do capital. Considerando a relação dialética entre dependência e imperialismo, a co-determinação entre Estado e capital e a crise estrutural capitalista como características do imperialismo, articulamos as teses da teoria marxista da dependência sobre os tipos de desenvolvimento capitalista dependente e as distintas modalidades do padrão neoliberal. Defendemos a necessidade de mudanças estruturais para a transição a uma fase de superação da dependência.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Crise capitalista. Neoimperialismo. Neoliberalismo; Estado.

RESUMEN

Con el fin de contribuir a la comprensión de la realidad social latinoamericana en la actual fase neoimperialista, retomamos los aportes de Ruy Mauro Marini sobre el capitalismo dependiente y las transformaciones históricas de los patrones de reproducción del capital. Considerando la relación dialéctica entre dependencia e imperialismo, la codeterminación entre Estado y capital, y la crisis estructural capitalista como característica del neoimperialismo, articulamos los planteamientos de la

* Licenciada, maestra y doctora en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México y docente en la Facultad de Filosofía y Letras de dicha institución. Realizó estancias internacionales de posgrado en la Universidad Federal de Río de Janeiro en 2016 y en la Universidad de Buenos Aires en 2019. Integrante del Sistema Nacional de Investigadores mexicano, así como del grupo de trabajo “Marxismos y resistencias del sur global” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

<https://orcid.org/0000-0001-8859-7566>

** Doctoranda en Trabajo Social en la Universidade Federal de Alagoas con estancia de investigación doctoral en el Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional Autónoma de México. Coordinadora del libro *Economía, política e dependência: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente*.

<http://lattes.cnpq.br/7930145942348252>

<http://orcid.org/0000-0002-8713-0451>

*** Profesora y Licenciada en Filosofía por la Universidad de Córdoba (UNC), Argentina; becaria doctoral de CONICET con lugar de trabajo en el Centro de investigación de la Facultad de Filosofía y Humanidades, y estudiante del Doctorado en Estudios Sociales de América Latina, Centro de Estudios Avanzados, Facultad de Ciencias Sociales, UNC. Realizó estancias internacionales de posgrado en la Universidad de Granada en 2021 y en la Universidad Federal de Goiás y en la Universidad Nacional Autónoma de México en 2022.

<https://orcid.org/0000-0002-8197-9227>

teoría marxista de la dependencia sobre los tipos de desarrollo capitalista dependiente y las modalidades diferenciadas del patrón neoliberal. Planteamos la necesidad de cambios estructurales para transitar a una fase de superación de la dependencia.

Palabras clave: Capitalismo dependiente. Crisis capitalista. Neoimperialismo. Neoliberalismo. Estado.

ABSTRACT

Aiming to contribute to the understanding of the Latin American social reality in the current neo-imperialist phase, we return to Ruy Mauro Marini's contributions to dependent capitalism and the historical transformations of capital reproduction patterns. Considering the dialectical relationship between dependency and imperialism; the co-determination between State and capital, and the capitalist structural crisis as a characteristic of neo-imperialism, we articulate the approaches of the Marxist dependency theory on the types of dependent capitalist development and the differentiated modalities of the neoliberal pattern. We raise the need for structural changes to move to a phase of overcoming dependency.

Keywords: Dependent capitalism. Crisis of capitalism. Neoimperialism. Neoliberalism. State.

Introducción

El objetivo del presente artículo es contribuir al análisis y caracterización de la realidad social latinoamericana contemporánea retomando las categorías y la perspectiva metodológica que se despliega desde la teoría marxista de la dependencia (TMD). En particular, se recuperan los aportes analíticos e históricos de Ruy Mauro Marini en la caracterización de las formaciones sociales latinoamericanas, inscritas en una matriz capitalista dependiente cuyos patrones de reproducción del capital se transforman a lo largo del tiempo.

Buscamos indagar en torno a los efectos de la actual crisis mundial capitalista en América Latina (AL), específicamente sobre el patrón dependiente de acumulación y reproducción del capital, para comprender los cambios en la dinámica social y política que se expresan en la derechización y radicalización de gobiernos neoliberales, así como en los diversos proyectos de gobiernos progresistas que intentan salirse de los márgenes neoliberales.

Frente a un panorama abigarrado y acelerado, sostenemos la necesidad de desarrollar herramientas que permitan una interpretación de la coyuntura no “coyunturalista”. Salir de lo inmediato, emprender una búsqueda paciente, un ejercicio de reflexión teórica y epistemológica acerca de la historia de nuestros pueblos, sus luchas y desafíos. Es necesario hacer análisis de coyuntura anclado en lo histórico estructural, persiguiendo una perspectiva integral y desde la totalidad, que supere la fragmentación de la realidad tanto en parcelas disciplinarias (políticas, sociales, económicas, culturales) como territoriales (escisión de análisis en marcos nacionales) y temáticas (hiperespecialización).

La TMD, surgida al calor de las luchas y desarrollo del pensamiento crítico latinoamericano de finales de los años sesenta y principio de los setenta, presenta categorías y herramientas de análisis estructural y coyuntural, en una consideración del capitalismo como proceso global, cuya dinámica conflictiva y contradictoria tiene modalidades diferentes en las diversas formaciones sociales.

Entendemos que esta teoría se desarrolló desde el trabajo intelectual y político conjunto en espacios como el Partido Política Operária (POLOP) en Brasil, el Centro de Estudios Sociales (CESO) en Chile y el intercambio en diversos espacios de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), donde convergieron sus autores fundacionales: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra y Theotônio dos Santos.

Ruy Mauro Marini, como referente de esta tradición teórica, elaboró estudios sistemáticos respecto a la categoría de la dependencia. Enfocado en una crítica a la economía política, aportó herramientas de análisis para articular las múltiples di-

mensiones que configuran el capitalismo latinoamericano en relación al capitalismo en general, trazando las coordenadas que reconstruyen el vínculo orgánico entre la acción política, la lucha de clases, el Estado y los procesos de acumulación de capital.

En nuestro ejercicio no sostenemos una mirada dogmática que busque encontrar en la propuesta de Marini una respuesta absoluta, sino recuperarla y dar continuidad a los estudios sociales complejos. Lejos de la pretensión de ponerla a prueba como si se tratara de la aplicación de un marco estático a una realidad transparente, intentamos contribuir al planteamiento del problema en el presente.

En este trabajo entrelazamos la relación dialéctica entre dependencia e imperialismo planteada por Marini, delineando los patrones de acumulación y reproducción en el capitalismo latinoamericano, con el desarrollo histórico de la tipología elaborada por Bambirra, basada en el proceso de industrialización como “[...] *forma más avanzada de organización social de la producción*” (BAMBIRRA, [1974] 1999, p. 48, cursivas nuestras), desde la cual el capitalismo se impuso como modo de producción predominante.

Concordamos con la afirmación de Bambirra respecto a que la tipología es un recurso analítico que está sometido a las variaciones de la realidad. Por ello, para analizar el proceso de desindustrialización en la región (del cual advirtieron Marini y Bambirra) y la subsecuente transición hacia el patrón neoliberal dependiente, recurrimos a los planteamientos desarrollados por Adrián Sotelo basados en el análisis del patrón de acumulación y reproducción del capital. El autor propone dos modalidades en las que se expresa este patrón en la actualidad, como consecuencia de los cambios en la dinámica general capitalista en la crisis mundial vigente.

En este marco analítico, formulamos las preguntas que orientan el desenlace del artículo: en la base estructural de las dinámicas sociopolíticas convulsas en AL expresadas en las oleadas de gobiernos progresistas, en los casos de derechización, en las respectivas políticas económicas que implementan marcando tendencias de reindustrialización o reprimarización, ¿es posible identificar una transición hacia un nuevo patrón de acumulación y reproducción de capital en AL? ¿Cuáles son los efectos estructurales de la crisis mundial capitalista en la región, más allá de las coyunturas actuales?

De esta manera, en la primera parte, recuperamos aportes teóricos y metodológicos de Ruy Mauro Marini sobre la relación dependencia e imperialismo y la comprensión de los cambios estructurales y tendencias históricas del capitalismo latinoamericano. En la segunda parte, en un grado menor de abstracción y en vistas de acercarnos a las problemáticas de los Estados dependientes en la actualidad, retomamos la caracterización de István Mészáros sobre las crisis capitalistas, la función del

Estado y su relación con el capital. Para avanzar en la comprensión de las características del capitalismo dependiente en la actualidad, presentamos las particularidades que asume la relación neoliberalismo-neoimperialismo, recuperando el análisis de Sotelo.

Finalmente, en la tercera parte, presentamos la articulación mencionada entre la tipología desarrollada por Bambirra sobre los procesos diferenciados de industrialización en los países dependientes latinoamericanos, los planteamientos de Marini respecto a la desindustrialización, y las modalidades del patrón dependiente neoliberal que caracteriza Sotelo. Todo ello con el fin de analizar, en un nivel más concreto, los cambios y tendencias actuales en el capitalismo latinoamericano.

El capitalismo dependiente latinoamericano desde Ruy Mauro Marini

Como referente teórico de la corriente marxista de los estudios sobre la dependencia, el concepto desarrollado por Ruy Mauro Marini se presenta como una categoría *histórico-estructural* que especifica las particularidades del modo de producción capitalista en AL a partir de la constitución de los Estados nacionales con independencia política formal. Circunscrita a un momento concreto del desarrollo del capitalismo en general, la dependencia remite a consecuencias determinadas para las formaciones sociales latinoamericanas que se expresan en una serie de mecanismos particulares, característicos del modo de producción capitalista en diferentes fases del desarrollo – entendidas éstas como una distinción analítica del estudio de la historia, no en un sentido evolutivo, lineal ni teleológico.

Marini no intentó postular una teoría general sino dialéctica a partir de la cual estudió los mecanismos y la legalidad histórica propias del capitalismo dependiente, como consecuencia y condición del desarrollo capitalista a nivel mundial. Tal abordaje complejiza miradas, tanto internalistas como externalistas, al mostrar el modo en que estructuras internas y relaciones externas se condicionan mutuamente. En términos generales, Marini definió la dependencia como una

[...] relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra. (MARINI, 1973, p. 18).

Desde esta perspectiva, se considera que las formas particulares que asume el ca-

pitalismo dependiente se reestructuran, como lo hace el capitalismo en general, para asegurar su reproducción ampliada en función del movimiento de la lucha de clases y las transformaciones en las fuerzas productivas. Estudios más concretos dan cuenta de que estas fases coexisten en una misma formación social donde incluso conviven varias formas de un mismo modo de producción, articuladas de manera compleja y guardando temporalidades propias.

A partir de una mirada histórica, Marini ubica el origen del capitalismo dependiente en el desarrollo del modelo exportador de materias primas gestado en AL, una vez alcanzada la independencia formal de los Estados latinoamericanos en el marco de la Revolución Industrial en Europa. A partir de estos dos fenómenos interrelacionados, AL se inserta en el mercado mundial desde una posición subordinada, que condiciona en su interior las relaciones sociales de producción.

La dependencia latinoamericana se explica a partir de las contradicciones de la producción capitalista en general y del modo en que AL se inserta en la dinámica del comercio internacional. Esta perspectiva se opone al etapismo del desarrollo y contribuye a superar sus derivaciones esquemáticas, según las cuales el mundo queda temporal y espacialmente escindido en dos, al entender que se trata de expresiones diferenciadas dentro de un mismo proceso histórico. Las periferias no están a la espera de la llegada del capitalismo y su consecuente proceso de desarrollo, sino que los antagonismos propios entre estas regiones son resultado del modo en que se dio el proceso de expansión capitalista a nivel mundial, siendo la dependencia tanto consecuencia como condición de dicho proceso.

Identificamos en la propuesta de Marini tres elementos fundamentales para explicar la relación de dependencia: *la transferencia de valor, la interrupción del ciclo del capital y la superexplotación*. A través de la recuperación de la teoría de valor de Marx, específicamente la configuración de la ley del valor en el ámbito de la circulación de capitales desarrollada en el tomo III de *El Capital*, se presenta la relación de dependencia como uno de los mecanismos que contrarresta la caída tendencial de la tasa de ganancia en el capitalismo central.

Para Marini, dicho mecanismo opera en AL a partir de distintas formas de transferencia de valor, que se dan desde capitales, ramas de producción y/o países con bajo nivel de desarrollo capitalista, hacia los capitales, ramas y países altamente desarrollados. Cada uno de estos tipos de transferencias de plusvalor está relacionado con los distintos ciclos del capital – mercantil, productivo y dinerario – expresados en las formas que asume el capital: comercial, industrial y capital, que deviene en interés (REYES, 2020).

En el ciclo dinerario del capital, se generan relaciones de intercambio desigual

donde se da una transferencia de valor desde los capitales y ramas con baja composición orgánica del capital hacia aquellas que tienen una composición elevada. Esta dinámica se explica a partir de la competencia capitalista en el comercio dentro de una misma rama de producción y entre diferentes ramas, tal como lo analizó Marx en *El Capital*. Ambas modalidades en el mercado mundial devienen en dos procesos: al interior de una misma rama se da la formación de un valor mundial de las mercancías; por otro lado, entre distintas ramas nos encontramos con la redistribución del plusvalor socialmente producido.

En el caso del capital industrial, la transferencia está dada por inversiones directas en países dependientes del capital transnacional cuya base territorial o sede está en países imperialistas. De esta forma, los grandes capitales extranjeros no sólo participan del proceso de producción de mercancías en países dependientes, sino que participan del proceso de extracción y apropiación del plusvalor.

Por último, y con respecto al capital que deviene en interés, generan transferencias de valor debido al pago de intereses de la deuda pública, bonos gubernamentales, amortización de préstamos bancarios etc. Estos diferentes tipos de transferencias internacionales de plusvalor se articulan, retroalimentan y asumen un peso relativo específico en distintos momentos.

Estas relaciones de transferencias de valor, en particular el intercambio desigual, tienen como consecuencia la interrupción del ciclo del capital a escala local, es decir, parte del valor producido en AL no puede ser acumulado en la economía nacional. Esta interrupción es saldada por los capitalistas de países dependientes en el plano de la producción.

Lo que aparece claramente, pues, es que las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir el desequilibrio entre los precios y el valor de sus mercancías exportadas (lo que implicaría un esfuerzo redoblado para aumentar la capacidad productiva del trabajo), sino más bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, recurriendo a una mayor explotación del trabajador. (MARINI, 1973, p. 123).

La “mayor explotación del trabajador” en las naciones desfavorecidas es lo que Marini denomina “superexplotación”, que puede definirse como el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor, el cual está representado por el costo de reproducción de la fuerza de trabajo y constituye una característica estructural del capitalismo dependiente. Según el autor, hay tres mecanismos que la definen: el aumento de la intensidad del trabajo, la prolongación de la jornada laboral y la reducción del consumo del obrero. Esta última es la modalidad específica de los países dependientes ya que, al destinar su producción a las necesidades del mercado mundial, éstos no de-

penden de la capacidad interna de consumo, por lo que se genera una escisión entre las esferas de circulación y de producción del capital.

A diferencia de lo que sucede en el “capitalismo clásico” de los países centrales, en las sociedades dependientes se desdibuja el doble carácter de productores y consumidores de la clase trabajadora, predominando su carácter como productores. En consecuencia: “[...] la tendencia natural del sistema será la de explotar al máximo la fuerza de trabajo del obrero, sin preocuparse de crear las condiciones para que éste la reponga, siempre y cuando se le pueda reemplazar mediante la incorporación de nuevos brazos al proceso productivo” (MARINI, 1973, p. 134). Marini (1979) sintetiza el ciclo del capital en la economía dependiente del siguiente modo:

El ciclo del capital en la economía dependiente se caracteriza por un conjunto de particularidades. Entre ellas *el papel que juega el capital extranjero en la primera fase de circulación*, tanto bajo la forma dinero como la de mercancía, *así como el hecho de que la producción determina transferencias de plusvalía* (que se harán visibles en la segunda fase de circulación); *fija la plusvalía extraordinaria y se desarrolla sobre la base de la superexplotación del trabajo*; ambos hechos llevan a la *concentración del capital y a la monopolización precoz, al tiempo que divorcian la estructura de producción de las necesidades de consumo de las masas*. La distorsión en la distribución del ingreso que de allí se origina dinamiza, en la segunda fase de circulación, el sector del mercado capaz de sostener el desarrollo de las ramas de producción suntuaria, forzando a agravar esa distorsión en la medida en que dichas ramas aumentan su producción y demandan más mercado. Los límites con que choca esa segunda fase de circulación, tanto por la *transferencia de plusvalía al exterior como por la deformación de la estructura de ingreso interna*, la empujan hacia el exterior llevándola a buscar la realización de parte de las mercancías en el mercado mundial, con lo que se cierra el círculo de la dependencia del ciclo del capital respecto al exterior (en línea).

Desde un enfoque metodológico dialéctico, el autor aporta una clave para comprender el modo particular en que se inserta AL en el capitalismo mundial sin desvincularlo de las condiciones específicas de la producción en el plano local. A partir de la comprensión de las formaciones sociales latinoamericanas como sociedades que atraviesan un proceso histórico de dependencia en relación con las potencias imperialistas, se pueden identificar tendencias generales del desarrollo del capitalismo en nuestro continente, que condicionan la estructura productiva y el ciclo de acumulación y, por ende, la modalidad que asumen las relaciones sociales involucradas.

El carácter histórico-estructural de la categoría de dependencia abre una contribución incluso historiográfica, que permite distinguir diferentes periodos en virtud de las distintas maneras en las cuales se articula la relación de dependencia en la

región respecto al imperialismo. Marini apuntó que, dentro del modo de producción capitalista, se requiere un nivel de abstracción menor, que dé cuenta

[...] de la relación entre las estructuras de acumulación, producción, circulación y distribución de bienes, que es a lo que alude la noción de patrón de reproducción del capital [...] se caracteriza por el papel decisivo de la demanda externa como campo de realización y, pues, como resultado y supuesto de la acumulación de capital. (MARINI, 1982, p. 14).

Desde esta perspectiva, es posible identificar tres patrones de acumulación y reproducción propios del capitalismo dependiente latinoamericano: en primer lugar, desde comienzos del siglo XIX, con la inserción de AL en el mercado mundial capitalista y la conformación de los Estados nacionales, se desarrolla el *patrón agro-minero exportador*; luego se da un proceso de *industrialización para el mercado interno* en la región, a partir de la crisis de 1929 y durante el periodo de posguerra; en tercer lugar, a inicios de la década 1970, comienzan a desarrollarse tres procesos complementarios de desnacionalización, desindustrialización y reprimarización, que perfilaron el actual *patrón de reproducción: neoliberal exportador de especialización productiva*, instalado en el marco de dictaduras militares y gobiernos autoritarios (OSORIO, 2004).

Los aportes de Marini asumen total vigencia para pensar nuestras sociedades desde una perspectiva integral y holística o de totalidad. Asimismo, esta recuperación no puede pensarse como un marco estático a ser rellenado con los datos que arroja la realidad contemporánea. En los procesos actuales de contraofensiva neoliberal a nivel mundial, podemos notar no sólo la vigencia de la dependencia sino su profundización. La globalización neoliberal consolidada hacia los años ochenta y en nuestro continente a lo largo de la década 1990, impone un nuevo orden mundial cuya génesis está en la base de las reflexiones de nuestro autor.

Neoimperialismo y la relación de codeterminación entre capital y Estado

La TMD muchas veces se juzga, injustamente, desde un sesgo economicista, que desagrafa a la estructura de las esferas superestructurales argumentando que pierde la capacidad analítica de la realidad. Sin embargo, la perspectiva de esta teoría no se aleja de la realidad, sino que tiene en cuenta tanto las especificidades y los cambios en el campo económico como la relación dialéctica entre los procesos externos e internos y la correlación de fuerzas entre ellos, incluso presentando diversos textos de análisis de coyuntura.

Retomamos en esta sección la relación entre capital y Estado, una de las esferas

superestructurales más importantes, para analizar después los cambios estructurales y superestructurales que se desarrollan históricamente en el capitalismo dependiente con el fin de asegurar la acumulación y reproducción del capital en la fase actual.

Mészáros (2010, p. 86) define al Estado como una “[...] estructura de mando política del capital más englobadora, [que] fue puesto en existencia, y se convirtió en una parte tan integral de la ‘base material’ del sistema como las propias unidades reproductivas socioeconómicas”. Desde esta definición, el autor supera las escisiones dicotómicas entre estructura y superestructura; y afirma que, además de ser una estructura política reguladora, el Estado tiene una gran importancia “[...] como componente material esencial del sistema en su conjunto, sin el cual el capital no podría afirmarse como la fuerza controladora del modo establecido de reproducción socio-metabólica” (MÉSZÁROS *apud* PANIAGO, 2012a, p. 82, traducción libre).

La relación entre capital y Estado está constituida por elementos entrelazados de modo tal que no es posible disociarlos; se da una “co-determinación” entre las unidades reproductivas materiales y el Estado en la cual “[...] la estructura de mando político nace para complementar (‘en el nivel adecuado de cobertura’), ante los defectos estructurales del sistema, los elementos reproductivos materiales, siempre de acuerdo con las dinámicas expansionistas del sistema del capital” (PANIAGO, 2012a, p. 85, traducción libre). Se da una relación dialéctica de correspondencia mutua entre capital y Estado que los hace surgir y coexistir.

Mészáros (2010, p. 60) afirma que el capital es “[...] por sobre todas las demás cosas un orden de control, antes que ser él mismo controlado – en un sentido más bien superficial – por los capitalistas privados”, y que el Estado en esa relación de “co-determinación” complementa el control del capital. Así, es posible reconocer la función del Estado en el control de los tres defectos estructurales del sistema del capital apuntados por el autor: la separación entre producción y control; entre producción y consumo; y entre producción y circulación.

Sobre el primer aspecto, el Estado debe “[...] sancionar y proteger a los medios y materiales de producción (por ejemplo, la propiedad radicalmente divorciada de los productores) alienados y a sus personificaciones, los controladores (por mandato estricto del capital) individuales del proceso de reproducción económica” (MÉSZÁROS, 2010, p. 72), conformando una estructura jurídica que asegure que no se rompan los desacuerdos constantes entre los microcosmos del sistema.

Además, el Estado es necesario para “[...] evitar las repetidas interrupciones que se producirían por la ausencia de una transmisión de la propiedad reglamentada por la fuerza – es decir legalmente prejuzgada y santificada – de una generación a otra” (MÉSZÁROS, 2010, p. 72), y para actuar correctivamente en los conflictos siempre

renovados entre las unidades socioeconómicas particulares. Esta intervención ocurre “[...] de acuerdo con la dinámica cambiante de la expansión y acumulación del capital, facilitando el predominio de los elementos y tendencias potencialmente más poderosos, hasta llegar a la formación de corporaciones transnacionales gigantes y de vastos monopolios industriales” (MÉSZÁROS, 2010, p. 72).

Respecto al segundo defecto estructural, el Estado

[...] debe ajustar siempre sus funciones reguladoras para ponerlas en sintonía con la cambiante dinámica del proceso de reproducción socioeconómica, complementando y reforzando políticamente la dominación del capital contra las fuerzas que pudieran atreverse a retar las flagrantes iniquidades de la distribución y el consumo. (MÉSZÁROS, 2010, p. 75).

Esa acción se da esencialmente debido a que la producción no se basa en las necesidades reales sino en necesidades de consumo imaginarias o artificiales, que son ajenas a la realidad y por esto mismo están condenadas a alcanzar su límite.

Además de la complementación política y el refuerzo de la dominación, el Estado asume la función de comprador/consumidor directo en escala siempre creciente, proveyendo “[...] desde la educación hasta el cuidado de la salud, y desde la construcción y mantenimiento de la llamada ‘infraestructura’ a la provisión de servicios de seguridad social” (MÉSZÁROS, 2010, p. 75), satisfaciendo algunas necesidades artificiales, como “[...] alimentar no solamente una vasta maquinaria burocrática de su propio sistema administrativo y jurídico, sino también el complejo militar-industrial inmensamente desperdiciador, si bien beneficioso para el capital” (MÉSZÁROS, 2010, p. 75-76).

En relación al tercer defecto estructural, el Estado “[...] está llamado a cumplir en el área del consumo, en primer lugar dentro de sus propios límites nacionales” (MÉSZÁROS, 2010, p. 76), sin embargo debe eliminar las barreras locales para permitir el libre crecimiento de los mercados, una exigencia básica del capitalismo. Méészáros sostiene que

La única vía que el estado puede intentar para resolver esta contradicción es la institución de una ‘doble contabilidad’: un nivel de vida considerablemente mayor para el trabajo – aunado a la democracia liberal – en casa (esto es, en los países ‘metropolitanos’ o ‘centrales’ del sistema del capital global) y un régimen explotador al máximo y al mismo tiempo inexorablemente autoritario (y, cada vez que resulte necesario, incluso abiertamente dictatorial), ejercido directamente o mediante representación, en la ‘periferia subdesarrollada’¹. (MÉSZÁROS, 2010, p. 77).

1 Al hablar del estado autoritario, Méészáros se refiere a la ola de gobiernos de derecha y extrema derecha que sustituyó a la ola de gobiernos progresistas en América Latina en el siglo XXI. A diferencia del siglo

Como el Estado siempre se ajusta al desempeño de la función más adecuada para la acumulación del capital, en el momento de una nueva configuración financiera en los años sesenta (fase final de los años dorados), los Estados de los países dependientes adhirieron a una nueva estrategia del capital para salir de la crisis: endeudarse. El endeudamiento externo fue justificado por la necesidad de modernización y desarrollo nacional. Paniago (2012b, p. 67, traducción libre) afirma que

[...] durante la década de 1960, en los países periféricos, los déficits presupuestarios comenzaron, gradualmente, a superar el superávit, aumentando rápidamente la dependencia generada por tales déficits, ya que eran irremediables con los recursos propios de una economía en caída.

Para pagar los préstamos, que superaban su presupuesto, estos Estados contrajeron más deudas, generando un

[...] sometimiento de los Estados periféricos a condiciones aún más desfavorables al cruce de la crisis, trasladando riqueza al seno del sistema global a través de la transferencia de capitales y el pago de astronómicas deudas a través de intereses crecientes (a merced del mercado). Se establece una relación en la que se fomenta (e incluso se celebra la harta entrada de capital extranjero) la dependencia del capital extranjero en exceso en la búsqueda de inversiones rentables a cualquier precio, al tiempo que se exigen (internamente) políticas de austeridad y rigidez presupuestaria en la ejecución de las típicas actividades del Estado, como las políticas sociales en el ámbito de la educación, la salud, la vivienda, la asistencia social, etc. Creciente libertad para el capital y austeridad y moderación para las exigencias del trabajo (PANIAGO, 2012b, p. 68, traducción libre).

Tanto los sectores vinculados al capital imperialista, al estatal y de las burguesías nacionales, formaron el centro de los gobiernos militares en una relación de determinación recíproca. Teniendo predominio los actores estatales e imperialistas, estos quedaron reservados a los sectores más lucrativos, mientras que los estatales se restringieron a las ramas de la infraestructura que subsidia la reproducción del capital extranjero y nacional. Conforme Ianni (2019, p. 77, traducción libre, cursivas nuestras),

[...] el poder estatal invirtió e indujo inversiones en los sectores de energía eléctrica (en el que creó el holding Eletrobras), petróleo (debido a la dinamización de Petrobras), en las industrias siderúrgica y de la construcción, vivienda y urbanismo, a través de la creación y dinamización del *Banco*

XX, cuando el autoritarismo se ejercía directamente por militares, en el siglo XXI se trata de Estados autoritarios delegados a los poderes estatales formales. En ambos momentos, los Estados dependientes latinoamericanos se ajustaron para asegurar la reproducción del capital imperialista.

Los ejemplos de inversiones del sector estatal brasileño durante las décadas 1960 y 1970 – bajo la dictadura militar – permiten observar que en ese momento la fase de expansión imperialista requería la inversión pública de los Estados en ramas estratégicas; las mismas que serían vendidas y entregadas posteriormente al capital transnacional imperialista. Para comprender este proceso, importa profundizar en la discusión sobre la crisis estructural que va a reconfigurar el sistema capitalista en conjunto. Mészáros (2009, p. 51, cursivas del autor) identifica cuatro características que la definen:

1. su *carácter es universal*, en lugar de restringido a una esfera particular (por ejemplo, financiera o comercial, o afectando esta o aquella rama particular de producción, aplicándose a éste o a aquel tipo de trabajo, con su gama específica de habilidades y grados de productividad, etc.);
2. su *alcance es verdaderamente global* (en el sentido literal y amenazador del término), en lugar de limitado a un conjunto particular de países [...];
3. su *escala de tiempo* es extensa, continuada, o si se prefiere, *permanente*, en lugar de limitada y cíclica, como fueron todas las crisis anteriores del capital;
4. en contraste con las erupciones y colapsos más espectaculares y dramáticos del pasado, su *modo* de desdoblarse podría ser llamado de baja intensidad, desde que agreguemos la justificación de que ni siquiera las convulsiones más vehementes o violentas podrían ser excluidas en lo que se refiere al futuro: es decir, cuando la compleja maquinaria ahora activamente empeñada en la ‘administración de la crisis’, y en la ‘desarticulación’ más o menos temporal de las crecientes contradicciones, pierda su energía.

Estas características generales permiten diferenciar las crisis estructurales, que afectan a la totalidad del complejo social, todas sus relaciones y subcomplejos, de aquellas no estructurales, que afectan apenas a algunas ramas o dimensiones del complejo social sin poner en riesgo la forma vigente de reproducción social. Es importante resaltar que, ante una crisis estructural, las crisis no estructurales siguen pasando e intensifican el agotamiento del sistema capitalista y la barbarie hacia la cual la humanidad está caminando a pasos cada vez más acelerados.

También es necesario reconocer que existe una relación directa entre crisis estructural y crisis política, pues el Estado moderno es una “[...] estructura totalizadora de comando político del capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 54) y, por lo tanto, no es ajeno a una crisis de ese orden socio-metabólico. Este reconocimiento contribuye a la comprensión de los cambios estructurales que producen la crisis política en la periferia del capitalismo.

Después de los llamados *años dorados*, el capital mundializado entra en una nueva fase de expansión, en la cual el neoimperialismo impone una nueva configuración para la “[...] formación económica-social, política, tecnológica, cultural y militar del sistema capitalista globalizado” (SOTELO, 2021, p. 64), basada en las siete características desarrolladas por Adrián Sotelo:

1. El predominio del capital ficticio. Este tipo de capital no produce riqueza, sólo ganancias para sus dueños, hecho que lo convierte en responsable de las bajas tasas de crecimiento de la actual fase neoliberal.

2. El mantenimiento del poderío militar imperialista estadounidense vinculado a los imperialismos de Europa y Japón. Este poder se usa generalmente en la periferia del capitalismo, siendo Ucrania una excepción derivada de la lucha entre Rusia y Estados Unidos.

3. El mantenimiento de los países dependientes como exportadores de los artículos básicos necesarios para la expansión imperialista:

“[...] productos agrarios, mineros y de fuerza de trabajo (remesas), suministra mercancías industriales (mayoritariamente manufacturadas por empresas extranjeras), así como transfiere enormes recursos de riqueza material (petróleo, hierro, gas, ganado, agua, recursos forestales, marinos y agrícolas), monetarios y financieros” (SOTELO, 2021, p. 65).

4. La revolución informática que profundiza los procesos de centralización y concentración del capital en manos de unos pocos multimillonarios en el mundo. La aceleración de la circulación de capitales y su valorización provoca “[...] intensas oleadas de fusiones y adquisiciones de empresas, activos, fuerza de trabajo, medios de producción y de consumo” (SOTELO, 2021, p. 65).

5. La dificultad de mantener tropas militares que garanticen efectiva y ventajosamente la expansión y dominio de los territorios.

6. El peligro latente de una guerra nuclear.

7. El neocolonialismo dependiente que, a través de las fuerzas militares, se anexiona países y territorios para operar a favor de los intereses del imperialismo estadounidense. Como señala Mészáros, lo que está en juego ahora es “[...] el control de su *totalidad* [planeta] por una superpotencia hegemónica y militar, con todos los medios – aun los más autoritarios y, de ser necesario, los militares más violentos– a su disposición” (*apud* SOTELO, 2021, p. 68).

Específicamente, la tercera característica se relaciona con el planteamiento de Ma-

rini respecto a la industrialización en el capitalismo dependiente, y expresa la profundización de esta relación con las transformaciones del neoimperialismo: el proceso de industrialización iniciado en los años treinta sufrió inicialmente una desaceleración y después una transformación de las ramas de producción para garantizar el suministro de las mercancías necesarias para la exportación de productos manufacturados con baja tecnología, tanto para el consumo industrial como el consumo de las poblaciones de los países del capitalismo central.

En palabras de Marini (1973, p. 56), “[...] la industria siguió siendo allí una actividad subordinada a la producción y exportación de bienes primarios, que constituían, estos sí, el centro vital del proceso de acumulación”. A diferencia de la industrialización en el capitalismo central, el proceso de industrialización en los países dependientes continuó subordinado a la producción y exportación de bienes primarios.

Como veremos en la siguiente sección, a ello se sumará la privatización total o parcial de las empresas e industrias estratégicas, como las de energía, petróleo y gas, entregando al capital transnacional neoimperialista las ramas más dinámicas de los países dependientes, que pierden ingresos públicos del Estado y se transforman en rehenes de las políticas económicas de esos capitales.

Todos estos impactos se reflejan directamente en la reproducción social de las clases trabajadoras, que sufren la profundización de la superexplotación de la fuerza de trabajo adquiriendo, bajo el nuevo imperialismo, nuevos matices, desde la *uberización*, como reciente expresión de la flexibilización del trabajo, pasando por reformas laborales que permiten el salario a destajo y la insalubridad en los lugares de empleo, hasta condiciones de precariedad extrema.

Estas características dan cuenta de la complementariedad entre capitalismo e imperialismo, que forman una amalgama entre las demandas de la reproducción ampliada del capital y las demandas puntuales de acumulación de capital. En este marco, la dependencia representa un componente necesario del desarrollo desigual y combinado de dicha amalgama.

Sotelo (2021, p. 70) define al neoimperialismo como la “[...] *fusión* de los trazos del imperialismo clásico (1860-1989) con las nuevas cualidades y formulaciones que asume el imperialismo contemporáneo (1990-2017)”. Esta fusión requiere un Estado² que garantice el cumplimiento de las demandas de reproducción, configurando así la forma neoliberal como su corresponsal:

[...] el neoliberalismo corresponde a los intereses del neoimperialismo expresados en la impo-

2 Así como la correspondencia del Estado con las demás fases capitalistas: competitiva y Estado liberal; monopólica y Estado keynesiano; ahora se identifica una fase imperialista con el Estado neoliberal.

sición de un conjunto de reformas estructurales y político-sociales cimentadas en la lógica irracional del mercado capitalista, en la privatización de las empresas productivas y de servicios del Estado, en la mercantilización del medio ambiente y de prácticamente todos los espacios de la vida humana y social. Importancia particular reviste la política neoliberal de desregulación del mundo del trabajo para “liberar” a la fuerza de trabajo de las “ataduras” del viejo Estado de bienestar, de los sistemas proteccionistas ford-keynesianos, así como del sindicalismo corporativo, que impiden su libre conversión en fuerza de trabajo flexible, rotativa y precaria para ajustarla al funcionamiento de los “mercados liberalizados”. (SOTELO, 2021, p. 70).

El Estado dependiente latinoamericano asume una forma particular de Estado burgués por el “[...] papel hegemónico que cumplen las clases dominantes imperialistas en el bloque en el poder de tales Estados y su impacto en el ejercicio del poder político en los países dependientes” (BICHIR, 2017, p. 43, traducción libre). Estas clases imponen las demandas de reproducción y acumulación del capital a los gobiernos de los países dependientes, que, en la relación dialéctica entre externo e interno, se orientan – en mayor o menor grado – hacia el neoliberalismo en la fase neoimperialista.

El binomio neoimperialismo-neoliberalismo garantiza la legitimación y funcionamiento de las relaciones sociales capitalistas en su nueva fase de expansión, donde el predominio de las empresas transnacionales y del poder político y militar del Estado imperialista neoliberal, subyuga las economías locales, pueblos y clases sociales que se opongan a sus intereses.

Cambios históricos y tendencias del patrón dependiente latinoamericano en el neoimperialismo

A partir de la IV revolución industrial, en proceso, y la crisis capitalista mundial reconocida en 2008, el patrón neoliberal de acumulación y reproducción de capital en AL ha manifestado cambios que apuntan hacia dos tendencias, según la orientación de políticas económicas bajo los diferentes gobiernos en la región. Esto nos presenta la pregunta sobre la posibilidad de que dichas tendencias produzcan transiciones del patrón neoliberal en la actual fase del capitalismo globalizado o neoimperialismo.

Una de estas tendencias es la radicalización neoliberal que se expresa en la reprimarización de sectores estratégicos bajo control del capital financiero transnacional, mientras que la otra tendencia presenta elementos de ruptura respecto al neoliberalismo (SOTELO, 2021), expresándose principalmente en la reindustrialización estratégica bajo control nacional, sobre todo en el sector energético. Estas dos tendencias se presentan en los países de manera diferenciada, en función de sus propias estructuras.

En el plano político, la diferencia entre ambas tendencias está pautada por las relaciones de los Estados con los diferentes capitales locales, extranjeros y transnacionales; las contradicciones entre fracciones de las clases dominantes locales, muchas de ellas cada vez más integradas a intereses neoimperialistas; y, por el grado de desarrollo de la lucha de clases en cada sociedad, que se refleja en el alcance organizativo de movimientos sociales en resistencia y oposición, así como en las formas de gobierno que operan en la región.

Entendemos que estos fenómenos se presentan como respuestas, diferenciadas en cada formación social latinoamericana, frente a la crisis mundial capitalista que lleva a la búsqueda de nuevos espacios de valorización del capital y mecanismos de compensación mediante el avance monopólico sobre sectores estratégicos, produciendo nuevas disputas en la geopolítica imperialista y nuevas demandas desde los países centrales que impactan con fuerza en las economías dependientes latinoamericanas.

En general, de las contradicciones de la lógica capitalista mundial resultan consecuencias históricas estructurales y coyunturales en cada espacio social y momento histórico específico. En particular, en AL cada cambio de patrón de acumulación y reproducción de capital implica movimientos en las alianzas de clase dentro del bloque dominante y en la correlación de fuerzas respecto a las clases dominadas, que se sintetizan en formas distintas de Estado resultantes de la base social, los pactos políticos y los intereses económicos que se prioricen desde el poder político estatal (RAMÍREZ, 2021).

Como señaló Marini ([1994] 2012, p. 128), la creación del Estado es “[...] condición *sine qua non* para el surgimiento de naciones aptas para integrarse al mercado mundial”. En el caso de las formaciones sociales latinoamericanas, el primer momento de integración capitalista se expresó en la exportación de materias primas en el mercado mundial, que demandó el ciclo de expansión de capital con la II revolución industrial.

Desde los Estados nacionales latinoamericanos, a este momento corresponde el primer patrón de acumulación y reproducción del capitalismo dependiente desarrollado entre los procesos formales de independencia a inicios del siglo XIX y la consolidación de sus respectivos Estados hasta mediados del siglo XX. A escala mundial, se producía la competencia interimperialista que derivó en las guerras mundiales ocurridas en la primera mitad del siglo XX, cuyo resultado más significativo fue el proceso de integración imperialista de los sistemas de producción (MARINI, 1969).

Herencia del periodo colonial, el *patrón primario exportador* se basó en productos agrícolas y de extracción minera, alcanzando grados diferenciados de sofisticación y desarrollo según las circunstancias históricas de cada sociedad en particular. Va-

nia Bambirra analizó cómo el desarrollo del capitalismo en AL produjo dos grandes tendencias de estructuras dependientes respecto al proceso de industrialización, de acuerdo con el momento de establecimiento de relaciones típicamente capitalistas caracterizadas por “[...] la separación entre propietarios privados de los medios de producción, por un lado, y por otro, la oferta libre de la fuerza de trabajo” (BAMBIRRA, [1974] 1999, p. 33), es decir, las clases burguesa y trabajadora.

Ello produjo transformaciones modernizadoras en la organización social de la producción, como la formación de mercados internos y un mayor grado de desarrollo de las fuerzas productivas (avances tecnológicos, infraestructura, transporte, comunicaciones, mayor capacidad técnica), en las que Bambirra se basó para clasificar como países de tipo A a aquellos que primero alcanzaron un mayor grado de desarrollo capitalista en la región latinoamericana entre mediados y finales del siglo XIX.

Se trata de Argentina, Brasil, México, y, en menor medida, Chile, Colombia y Uruguay, que desarrollaron una industrialización antigua potenciada por el proceso de sustitución de importaciones emprendido por las burguesías nacionales en respuesta a la gran crisis capitalista de 1929. Estos países tipo A instauraron el patrón industrial de acumulación y reproducción de capital entre 1930 y 1945 – según el grado de desarrollo capitalista alcanzado –, manteniéndolo vigente hasta la llegada del neoliberalismo entre 1970 y 1990.

El resto de los países latinoamericanos corresponden al tipo B³ de estructura capitalista dependiente, cuyo *proceso industrial localizado y parcial* sólo se desarrolló tras la II Guerra Mundial, como consecuencia del ciclo expansivo monopólico del capital volcado hacia AL, en búsqueda de nuevos mercados de inversiones y de receptores de la maquinaria y tecnología que los países imperialistas requerían para continuar expandiéndose a escala cada vez más amplia.

Siguiendo a la autora, en estas formaciones sociales no se consolidaron las burguesías nacionales, por lo que el desarrollo industrial estuvo bajo control directo de capitales extranjeros en alianza con la pequeña burguesía y terratenientes, concentrados en sectores exportadores agrícolas y manufactureros, respondiendo al momento de integración monopólica mundial de posguerra bajo la hegemonía de Estados Unidos.

Así, en los países de tipo B, el patrón industrial implementado entre las décadas 1950 y 1960 no produjo efectos dinamizadores en las economías nacionales, sino una concentración monopólica en los sectores exportadores por parte del capital extranjero, llevando a “[...] la descapitalización [interna], la incapacidad de absorción

3 Es importante destacar, por un lado, que Bambirra no incluye a Cuba en su análisis debido al proceso de transición al socialismo vivido tras la Revolución; por el otro, ella reconoce un tercer grupo de países que en esa época (1970) aún no habían comenzado a industrializarse: Haití, Paraguay y en alguna medida Panamá (1974).

de mano de obra, la restricción de los mercados y la explotación intensiva de ellos” (BAMBIRRA, [1974] 1999, p. 133).

En algunos casos, el Estado buscó controlar el sector primario mediante procesos de nacionalización de sus recursos; sin embargo, para inicios de los años setenta, los procesos de industrialización en la región alcanzaron su agotamiento. Entonces, el *patrón industrial dependiente* de acumulación y reproducción de capital se generalizó en AL entre 1950 y 1970, cuando los países de tipo A así como los de tipo B coincidieron en su desarrollo.

A diferencia de la perspectiva desarrollista,⁴ para la TMD la industrialización por sustitución de importaciones no garantizó una vía al desarrollo, sino que supuso un vínculo más complejo de dependencia ya que, además de bienes de consumo industrializados, los países dependientes requieren del exterior bienes de capital para desarrollar la industria interna. Sólo en el período entreguerras y en los países de tipo A, el eje de acumulación en AL se trasladó a la industria.

En consecuencia, este carácter temporal perpetuó la economía dependiente de exportación en lugar de superarla, profundizando su condición subalterna en el mercado mundial. Aún más, la industrialización dependiente descartó desde el inicio la participación de las clases trabajadoras en la creación de demanda interna, generando que la producción esté destinada hacia afuera y reafirmando la superexplotación de la fuerza de trabajo. En palabras de Marini (1973, p. 61-62, cursivas nuestras),

La compresión permanente que ejercía la economía exportadora sobre el consumo individual del trabajador no permitió sino la creación de una industria débil, que sólo se ensanchaba cuando factores externos (como las crisis comerciales, coyunturalmente, y la limitación de los excedentes en la balanza comercial [...]) cerraban parcialmente el acceso de la esfera alta de consumo al comercio de importación. Es la mayor incidencia de estos factores, como vimos, lo que *acelera el crecimiento industrial, a partir de cierto momento, y provoca un cambio cualitativo en el capitalismo dependiente. La industrialización latinoamericana no crea, por tanto, como en las economías clásicas, su propia demanda, sino que nace para atender una demanda pre-existente, y se estructurará en función de los requerimientos de mercado procedentes de los países avanzados.*

Si bien fue la crisis estructural capitalista expresada en 1973 la que pautó el agotamiento del patrón industrial en AL, en las décadas subsiguientes las economías de-

⁴ Se trata de los planteamientos esbozados en el marco de la Comisión Económica para América Latina (Cepal), principalmente en las décadas 1960-1970, que consideraban la dependencia como un factor externo a los países periféricos, por lo que ésta podría superarse mediante la implementación del desarrollo autónomo de las economías locales dirigidas por las burguesías industriales.

pendientes pasaron por tres procesos diferenciados, complementarios y progresivos de desnacionalización, desindustrialización y reprimarización, cuya combinación marcó el regreso “[...] a la forma simple de división internacional del trabajo que primaba en el siglo XIX y que involucraba el trueque de bienes primarios por bienes manufacturados” (MARINI, 1997, p. 59).

Marini (1997, p. 55) explica que tal crisis provocó en los países imperialistas una centralización salvaje de recursos y un retorno de las inversiones productivas, implicando “[...] cambios sustanciales en los niveles de empleo y remuneración, así como en los modos de organización y gestión del capital y la fuerza de trabajo”. A su vez, a principios de los años setenta, Bambirra observaba que, en los países latinoamericanos, también se iniciaba un proceso de desnacionalización de los principales sectores productivos como consecuencia de la creciente penetración de capitales extranjeros:

[...] se realiza, en todos los países, un proceso de monopolización que refleja, a la vez, la centralización y concentración industrial. [...] en los países del tipo B, en la mayor parte de los casos, no sólo se mantiene como se extiende el dominio extranjero sobre los recursos naturales, como además la instalación de las industrias manufactureras se hace fundamentalmente bajo el control directo del capital foráneo. En los países del tipo A, los nuevos sectores industriales de bienes de consumo duradero y de bienes de producción son controlados por los conglomerados multinacionales. Ocurre, pues, *la desnacionalización progresiva de la propiedad de los medios de producción*, lo que corresponde a la *pérdida simultánea del control nacional sobre el proceso productivo*. (BAMBIRRA, [1974] 1999, p. 173, cursivas nuestras).

Los Estados latinoamericanos se descapitalizaron al tener que destinar enormes porciones del capital público al pago de la creciente deuda externa (como apuntamos en la sección anterior retomando a Paniago), lo que significó parar las inversiones en sectores productivos, dando paso a que el capital privado, muchas veces transnacionalizado, se erigiera como inversión necesaria para garantizar la producción de los bienes de exportación. En palabras de Bambirra ([1974] 1999, p. 105): “[...] el capital extranjero se convierte así en una necesidad intrínseca del funcionamiento del capitalismo dependiente y es a la vez, su componente descapitalizador y capitalizador. Es como el toxicómano: las drogas lo matan pero necesita de ellas para seguir viviendo”.

Entonces, la fracción monopólica burguesa aliada al capital extranjero reorganizó la estructura productiva, basada fundamentalmente en la superexplotación de la fuerza de trabajo, acaparando los sectores más dinámicos (telecomunicaciones, industria automotriz, maquila y ensamblaje, minería metálica) y relegando los capitales locales a aquellos sectores agrícolas y de materias primas para el mercado interno y, en menor medida, el mercado internacional. En palabras de Marini (1973, p. 74),

La producción basada en la superexplotación del trabajo volvió a engendrar así el modo de circulación que le corresponde, al mismo tiempo que divorciaba al aparato productivo de las necesidades de consumo de las masas. La estratificación de ese aparato en lo que se ha dado llamar “industrias dinámicas” (ramas productoras de bienes suntuarios y de bienes de capital que se destinan principalmente a éstos) e “industrias tradicionales” está reflejando la adecuación de la estructura de producción a la estructura de circulación propia al capitalismo dependiente.

Aunque la transición al patrón dependiente neoliberal se expresó de manera diferenciada en la región, según la concreción de los tres procesos mencionados, para la mayor parte de AL, el fin del patrón dependiente industrial se tradujo en la reprimarización de las economías, entendiendo este proceso como “[...] la vinculación de la producción de productos primarios (materias primas) y de manufacturas basadas en recursos naturales con el mercado mundial y donde las empresas transnacionales juegan un papel determinante” (SOTELO, 2014, p. 54).

De esta manera, con la instauración del *patrón neoliberal exportador de especialización productiva*, se alcanza la

[...] fase del capitalismo dependiente latinoamericano que tiende a especializar y monopolizar las actividades productivas en función del mercado mundial [...] a partir de la aplicación, por el Estado, de políticas económicas de apertura comercial, privatización de las empresas del sector público, corrección de los desequilibrios de la balanza de pagos y del déficit financiero del gobierno. (SOTELO, 2014, p. 49-50).

Durante el desarrollo del patrón neoliberal dependiente, a partir de los años sesenta, las economías latinoamericanas fueron diferenciándose nuevamente, aunque en agrupaciones distintas a las experimentadas bajo el patrón industrial que caracterizó Bambirra, según la reorganización de sus estructuras productivas y del grado de penetración neoimperialista en ellas. Siguiendo a Sotelo (2021), pueden distinguirse dos modalidades en la región.

La I modalidad corresponde a las economías que derivaron en un esquema de industria manufacturera vinculado estrechamente al ciclo de capital de Estados Unidos, “[...] sustentado en la superexplotación de la fuerza de trabajo, en bajos salarios y en la actividad maquiladora de exportación” (SOTELO, 2021, p. 157), siendo el caso de México y los países centroamericanos, cuya ejemplar expresión es la exportación de fuerza de trabajo para su superexplotación vía migraciones masivas, así como las remesas como principal ingreso dinamizador a escala local y nacional.

La II modalidad es aquella que derivó en un esquema de reprimarización agroexportadora basado en la venta de materias primas, alimentos y recursos energéticos en bruto (sin valor agregado), correspondiente a los países sudamericanos, principalmente Argentina, Brasil, Bolivia, Chile y Perú. En esta modalidad, el extractivismo y la dinámica del agronegocio son las actividades que sintetizan las contradicciones del patrón dependiente.

Los países bajo la I modalidad del patrón neoliberal se vieron afectados a partir de 2008, con la expresión planetaria que presenta la crisis mundial capitalista, debido a la caída de las exportaciones y los flujos de inversiones extranjeras, así como por la disminución de ingresos por remesas y turismo, consecuencia de la recesión en la economía estadounidense. Así, esta modalidad en México y Centroamérica estaría presentando “[...] signos de crisis y agotamiento, en particular en su núcleo duro, que es la industria maquiladora” (SOTELO, 2021, p. 162).

Mientras tanto, los países bajo la II modalidad, de reprimarización exportadora, se vieron menos afectados por la crisis de 2008, aunque presentaron impactos negativos por la caída de los precios de materias primas y energéticos en el mercado internacional que se verifica a partir de 2012. No obstante, el aumento reciente en la demanda de minerales y recursos energéticos provocado por la IV Revolución Industrial mantiene el dinamismo en estas economías, sujetándolas estrechamente a las fluctuaciones de los precios de materias primas en el mercado comercial y financiero internacional.

Durante la última década, el elevado desarrollo de las fuerzas productivas alcanzado con la IV revolución industrial tiene sus principales aplicaciones científico-tecnológicas en sectores de biotecnología, nanotecnología, robótica, inteligencia artificial, cadena de bloques, vehículos autónomos etc., cuyo rasgo en común es que necesitan, para desarrollarse, recursos minerales y energéticos que son abundantes en AL, como el litio, cobalto, níquel, grafito, cobre y manganeso. A esta nueva demanda de los países centrales (que ostentan la inversión y el desarrollo monopolístico de tecnologías de punta) se suman los recursos convencionales que el capitalismo requiere, como petróleo, gas, agua, electricidad, tierras fértiles, fuerza de trabajo, principalmente, renovando así los intereses neoimperialistas sobre AL como centro de extracción y transferencia de valor para la expansión capitalista mundial.

De esta manera, *la reprimarización de significativos sectores de las economías latinoamericanas somete a la región a procesos de profundización de la dependencia*, entre ellos el avance del gran capital transnacionalizado sobre los recursos y sectores estratégicos, mediante acciones como la compra de activos públicos, privatizaciones de empresas estratégicas o adquisición de concesiones para la explotación de recursos.

Como veíamos en la sección anterior, todo esto es avalado por los Estados, que, bajo políticas económicas y reformas estructurales, permiten la penetración neoimperialista que le da vigencia al patrón neoliberal.⁵

En síntesis, en el actual contexto de acecho neoimperialista por los recursos estratégicos que yacen en AL pretendiendo satisfacer sus necesidades de acumulación y reproducción y, así, mitigar la crisis capitalista mundial, el patrón neoliberal dependiente expresa tendencias diferenciadas: en la I modalidad presenta signos de agotamiento, mientras que en la II asoma una radicalización neoliberal en respuesta al mercado externo como forma de ingreso de divisas.

Como expresión política y geopolítica de todo ello, actualmente existe un estado de tensión entre gobiernos progresistas, con sus respectivas diferencias (Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Honduras, México, Perú), y gobiernos contrarrevolucionarios de derecha (Brasil⁶, Ecuador, Guatemala, Paraguay, Uruguay). El neoimperialismo reafirma a AL en tanto región en disputa y espacio de la lucha de clases entre los intereses de las burguesías locales aliadas a capitales extranjeros y las clases dominadas cada vez más despojadas de los medios mínimos para su reproducción.

Por un lado, los gobiernos progresistas (también llamados pos-neoliberales) han apostado por revertir algunos signos del patrón neoliberal mediante la renacionalización de recursos, sectores o empresas estratégicas, la redistribución del ingreso público y una mayor presencia o engrosamiento del Estado en la economía, sobre todo en materia social (RAMÍREZ; GARCIA, 2022), asumiendo un carácter popular y de soberanía nacional aunque sin alcanzar la radicalidad que requiere un proceso de ruptura⁷ con el patrón dependiente vigente.

Por el otro, los gobiernos de derecha han priorizado los intereses neoimperialistas en detrimento de las grandes mayorías, radicalizado las políticas neoliberales para extraer cada vez mayor parte del fondo del consumo de la clase trabajadora, que es apropiado por el capital mediante la caída de salarios, la supresión de leyes laborales, el desempleo y la desocupación masiva, el recorte del presupuesto redistributivo y privatizaciones al sistema de pensiones, la seguridad social, los servicios energéticos básicos, el transporte público, la vivienda y la educación, principalmente.

5 Por ejemplo, las reformas estructurales en México entre 2012 y 2015 que buscaban la liberalización de recursos energéticos (electricidad y petróleo) o aquellas decretadas en Brasil tras el golpe de 2016, que culminaron en la liberalización de Petrobras durante todo el gobierno de Bolsonaro y la privatización de Eletrobras en 2022, que fueran las principales empresas estatales.

6 Lula ganó las elecciones el 30 de octubre de 2022 y es parte de su proyecto de gobierno la reestatización de Eletrobras y la inversión en políticas económicas, sociales y ambientales – aunque defiende también el agronegocio, que ha profundizado la reprimarización exportadora en Brasil.

7 Dicha radicalidad rupturista sí está presente, en cambio, en Venezuela, aunque no se haya logrado superar la dependencia estructural para consolidar la transición al socialismo.

De esta manera, el límite de los gobiernos progresistas está pautado por el propio patrón neoliberal, que mantiene en funcionamiento el capitalismo dependiente y su relación con el neoimperialismo, así como por la ausencia de cambios en la estructura y funcionamiento del Estado burgués. Mientras tanto, las políticas económicas implementadas en países, precisamente sudamericanos, bajo el retorno de la derecha durante la última década (2012-2022), marcaron una tendencia a la reprimarización extractivista que profundizó el patrón neoliberal exportador, incluso donde se había alcanzado un mayor desarrollo de fuerzas productivas y mejoras en la economía, como en Argentina y Brasil.

Si bien las orientaciones políticas y económicas de los gobiernos pueden incidir en la construcción de alternativas al neoliberalismo, es necesario un proceso de radicalización social (como lo hace la derecha contrarrevolucionaria con la profundización del neoliberalismo) que se exprese en la organización de las clases trabajadoras y bases populares. Solo este proceso puede modificar las estructuras estatales y sociales para que se pueda transitar hacia un nuevo patrón, que no sea de acumulación y reproducción del capital, sino que inaugure una nueva etapa para los pueblos latinoamericanos y una nueva fase histórica del Estado en la región.

Consideraciones finales

Al reconocer que la reproducción ampliada del capital exige una relación dialéctica entre todos los países del mundo, entendemos que los países latinoamericanos ejercen la función específica de subsidiar tanto a los procesos de producción como a los de reproducción de los países centrales. Esa función de subsidio cambió a lo largo del tiempo, de acuerdo con los cambios de la fase de expansión imperialista y los cambios en las fases productivas pautadas por las revoluciones industriales-tecnológicas.

El método de análisis adoptado por Marini y, en general la TMD, nos da claves para pensar los fenómenos y las luchas políticas, que refieren a la posición de las clases en función de especificidades dadas por las características que asumen la reproducción y acumulación del capital en cada momento histórico. Comprender las formaciones sociales latinoamericanas en estos términos supone una deriva fundamental en el plano estratégico: la superación de la dependencia no se realizará con una profundización del desarrollo capitalista ya que es consustancial al mismo.

En la fase neoimperialista, las demandas se han incrementado y los países dependientes se ajustan, una vez más, para dar cuenta de ellas, con diferencias vinculadas tanto a condiciones estructurales como al peso que la correlación de fuerzas tiene en la esfera política y que se expresa en gobiernos de tendencias progresistas.

El Estado dependiente latinoamericano, como una particularidad del Estado burgués, se limita a acciones condicionadas por la reproducción y acumulación del capital. No le compete al Estado una ruptura radical con la lógica capitalista, salvo que éste sea dirigido por un proyecto estatal derivado de las clases trabajadoras en el poder. Como adherentes a la TMD, concordamos en que la superación de la dependencia sólo es posible con la superación del capitalismo.

Los efectos de la crisis estructural capitalista desde los años setenta en los países latinoamericanos, impuestos por la necesidad de reproducción y acumulación del capital, generan el binomio neoimperialismo-neoliberalismo que impone la transición hacia el actual patrón dependiente mediante los tres procesos diferenciados, complementarios y progresivos que aquí distinguimos: desnacionalización, desindustrialización y reprimarización.

En el actual contexto, los gobiernos progresistas (o pos-neoliberales) electos popularmente intentan interrumpir o, en el mejor de los casos, invertir la profundización del neoliberalismo en AL, teniendo como límite el carácter clasista del Estado burgués. Aunque observamos que la presencia de esta oleada progresista posibilita replantear proyectos de carácter popular y de soberanía nacional que pueden empujar la lucha de las clases trabajadoras hacia la ruptura de la dependencia, consideramos que la transición hacia un nuevo patrón de reproducción fuera de la lógica capitalista sigue en manos de las clases trabajadoras y las bases populares.

Referencias

- BAMBIRRA, Vania. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Ciudad de México: Siglo XXI, [1974] 1999.
- BICHIR, Maíra. *A questão do Estado na teoria marxista da dependência*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP, 2017.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. Las raíces del pensamiento latinoamericano. In: GUIJARRO, Juan (Ed.). *El Maestro en rojo y negro*. Quito: IAEN, [1994] 2012. p. 125-140.
- MARINI, Ruy Mauro. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Margara (Coords.). *La teoría social latinoamericana*. Ciudad de México: El Caballito, 1997. Tomo IV: Cuestiones contemporáneas. p. 49-68.
- MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de acumulación de capital en Chile. *Cuadernos CIDAMO*, v. 7, p. 1-31, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. *El ciclo del capital en la economía dependiente*. 1979. Disponible en: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1332>. Acceso: 27 mayo 2023.
- MARINI, Ruy Mauro. *La dialéctica de la dependencia*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1973.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1969.
- MÉSZÁROS, István. *Más allá del capital: hacia una teoría de la transición*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2010.
- MÉSZÁROS, István. La crisis estructural de la política. In: BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Car-

los (orgs.). *Coyuntura actual, latinoamericana y mundial: tendencia y movimientos*. São Paulo: Cortez, 2009. v. 14. (Serie antologías).

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar*. Reproducción del capital y dependencia. Ciudad de México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

PANIAGO, María Cristina Soares. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

PANIAGO, Maria Cristina Soares (Org.). *Marx, Mészáros e o Estado*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

RAMIREZ, Georgette. *Geopolítica en América Latina: imperialismo y Estado en el capitalismo dependiente*. 2021. Tesis (Doctorado en Estudios Latinoamericanos) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Ciudad de México, 2021.

RAMIREZ, Georgette; GARCIA, Aníbal. La judicialización en México: ¿lawfare como recurso político contra AMLO? *Pacarina del Sur*, v. 13, n. 48, ene./jun. 2022. Disponible en: <http://pacarinadelsur.com/nuestra-america/abordajes-y-contiendas/2036-la-judicializacion-en-mexico-lawfare-como-recurso-politico-contra-amlo>. Acceso: 27 mayo 2023.

REYES, Cristóbal. El intercambio desigual como fundamento de la heterogeneidad en el sistema mundial capitalista. In: OSORIO, Jaime; REYES, Cristóbal. *La diversidad en el sistema mundial capitalista*. Procesos y relaciones en la heterogeneidad operante. Ciudad de México: Gedisa, 2020. p. 89-170.

SOTELO, Adrián. *Subimperialismo y dependencia en América Latina: el pensamiento de Ruy Mauro Marini*. Buenos Aires: CLACSO; Ciudad de México: Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la UNAM, 2021.

SOTELO, Adrián. *México (re)cargado*. Dependencia, neoliberalismo y crisis. Ciudad de México: Ítaca; FCPyS-UNAM, 2014.

Dependência estrutural e reprimarização da América Latina: aportes de Ruy

Mauro Marini

Rubens Sawaya*

Resumo: O processo de industrialização dos países da América Latina com capital transnacional implicou complexas relações de dependência com relação às economias centrais. Essa forma de industrialização torna a dependência estrutural. Isso implica em que os países que lograram se industrializar passam a integrar o processo de acumulação mundial de capital dominado pelo capital transnacional de forma subordinada, como local de extração constante de valor excedente produzido, transferido para os países centrais. Marini demonstra como esse processo se materializa no ciclo de acumulação capitalista, de um lado, na dependência de importação de máquinas, equipamentos, tecnologia e conhecimento; de outro, pela concentração de valor nas mãos das corporações transnacionais que detêm o controle dos nós centrais das cadeias de valor, via filiais localizadas na periferia ou não, e que, portanto, têm poder de se apropriar de valor criado na cadeia produtiva da periferia. O artigo busca relacionar essa dependência estrutural, a partir das contradições dinâmicas que cria para a acumulação na periferia, com a adoção do neoliberalismo a partir dos anos 1990, que acaba por desindustrializar a periferia.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Dependência. América Latina. Acumulação de capital

Abstract: The process of industrialisation of Latin American countries with transnational capital implied complex dependency relations with respect to the central economies. It makes dependence structural, and implies that the countries that managed to industrialize began to integrate the process of global accumulation of capital dominated by transnational capital in a subordinate way, as a place of constant extraction of surplus value produced, that is transferred to the central countries. Marini demonstrates how this process materializes in the capitalist accumulation cycle, on the one hand, in the dependence on imported machinery, equipment, technology and knowledge; on the other hand, through the concentration of value in the hands of transnational corporations located in the periphery (via subsidiaries) or not, which have control over the central nodes of the value chains, and therefore have the power to appropriate the value created in the production chain of the periphery. This article seeks to relate this structural dependency, from the dynamic contradictions that it creates for accumulation in the periphery, to the adoption of neoliberalism from the 1990s, which ends up deindustrializing the periphery.

Keywords: Development. Dependency. Latin America. Capital Accumulation

Resumen: El proceso de industrialización de los países latinoamericanos con capital transnacional implicó

* Doutor em Ciência Política (2003) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor do Depto. de Economia da PUC-SP e vice-coordenador da pós-graduação (strictu sensu) em economia política na mesma instituição. É Diretor do IIPPE (International Initiative for Promoting Political Economy), ex-presidente da ANGE (Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas), ex-vice-presidente da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política). Autor do livro "Subordinated Development: Transnational Capital in the Process of Accumulation of Latin America and Brazil, Brill - Leiden/Boston 2018.

complejas relaciones de dependencia con respecto a las economías centrales. Esta forma de industrialización convierte la dependencia en estructural. Esto implica que los países que han conseguido industrializarse pasan a formar parte del proceso de acumulación mundial de capital dominado por el capital transnacional de forma subordinada, como lugar de extracción constante de plusvalía producida, transferida a los países centrales. Marini demuestra cómo este proceso se materializa en el ciclo de acumulación capitalista, por un lado, en la dependencia de maquinaria, equipos, tecnología y conocimientos importados; por otro, a través de la concentración de valor en manos de empresas transnacionales que tienen el control de los nodos centrales de las cadenas de valor, a través de filiales situadas o no en la periferia, y, por lo tanto, tienen el poder de apropiarse del valor creado en la cadena de producción de la periferia. El artículo trata de relacionar esta dependencia estructural, a partir de las contradicciones dinámicas que crea para la acumulación en la periferia, con la adopción del neoliberalismo a partir de los años 1990, que acaba desindustrializando la periferia.

Resumen: Desarrollo. Dependencia. América Latina. Acumulación de capital

Introdução

O Brasil e a Argentina, dentre outros países latino-americanos, já foram um dia chamados de “new industrialized countries”. A expressão referia-se ao aparente sucesso em seu processo de industrialização dos anos 1950 e 1970, dentro da ideia de superação do subdesenvolvimento rumo a uma sociedade civilizada, a exemplo dos países centrais desenvolvidos.

Em geral, as teorias do desenvolvimento, como sinônimo de industrialização, defendiam o processo, qualquer que fosse a forma ou o comando sobre a dinâmica de acumulação de capital e as formas de apropriação do valor criado nessa dinâmica. Os próprios termos “comando” ou “poder” não tinham sentido na lógica dessas teorias tradicionais sobre o desenvolvimento (AGARWALA; SINGH, 1969), ainda de base rostowiana (MEIER, 1984), que pautavam o debate no pós-II Guerra sobre o que era e como se dava o desenvolvimento, vendo-o como a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada de consumo de massas (ROSTOW, 1978), em uma tipificação pouco atenta às realidades concretas das economias primário-exportadoras da América Latina.

A lógica do processo de desenvolvimento latino-americano da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) superava a análise das etapas do desenvolvimento de Rostow baseadas na lógica imaginária do processo de desenvolvimento dos países centrais. Apontava que não seria possível sair da armadilha primário-exportadora sem uma ação específica, planejada pelo Estado, situação que em pouco se igualava à evolução hipotética fundada em uma ideia de desenvolvimento dos países centrais, mesmo considerando que em Rostow (1978) o Estado tinha importância para o processo muito além do neoliberalismo atual.

A Cepal construiu a base teórica para o processo de industrialização adotado por parte dos países da América Latina. Apesar do sucesso aparente, a industrialização criou novas formas de dependência, percebidas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Uma das questões centrais estava na não diferenciação da origem do capital no controle do processo, se nacional ou estrangeiro. Não tinha como foco as relações de poder e controle que determinam a dinâmica do processo de acumulação capitalista, dinâmica centrada em uma lógica imperialista materializada na industrialização por meio de grandes grupos transnacionais no controle dos setores mais dinâmicos localizados nos nódulos das cadeias de valor que se constituíram interna-

mente, dinâmica fortemente conectada ao processo mundial de acumulação de capital. Prebisch (2000), ao apontar que o capital transnacional era bem-vindo e permitia à periferia “pular etapas”, não percebe as relações de poder econômico e político que implicava a atração desse capital na subordinação das economias periféricas.

Nas teorias do desenvolvimento tradicionais – mesmo no âmbito da Cepal – que embasaram o processo de industrialização, o capital transnacional era visto apenas como um conjunto de empresas sem pátria, desconectadas das relações de poder mundial e de suas formas de apropriação sobre o valor criado. Demonstravam, assim, desconhecimento sobre quais seriam os resultados da industrialização quando essa ocorria como apêndice do processo de acumulação mundial do capital sob hegemonia dos países centrais, em sua fase expansiva do pós-guerra, por meio de investimento direto estrangeiro – o que acabou por criar, na periferia, estruturas produtivas filiais subordinadas, incorporando essa periferia ao processo de acumulação do centro como uma nova fonte de criação e extração de valor.

As novas teorias da dependência de Furtado, Cardoso e Marini percebem, no final dos anos 1960 e anos 1970, que o processo de industrialização de economias periféricas tais como a do Brasil ocorreu de forma estruturalmente subordinada ao capital transnacional, ao processo de acumulação de capital mundial sob a hegemonia dos países centrais, principalmente os EUA, dentro de uma lógica hierarquizada que recoloca o imperialismo clássico em novas bases, com novas formas de controle por sua penetração nas estruturas produtiva e de poder internas das economias dependentes.

Furtado, um dos principais mentores da estratégia de desenvolvimento cepalina, apenas se dá conta do problema das novas formas de dependência que são criadas a partir da industrialização com capital transnacional em meados dos anos 1960, após o golpe de Estado no Brasil, durante seu exílio (SAWAYA, 2020). Percebe as relações de poder que resultam do processo a partir de como se materializam no próprio golpe de 1964 no Brasil. De qualquer forma, seu foco central foi a dependência tecnológica, relacionada à não internalização de setores de bens capital, ou, de certa forma, à não construção do “edifício” completo, para tomar as palavras de Tavares (1998).

Também Cardoso percebeu as novas formas de dependência ao capital transnacional após a industrialização. Mas, ao contrário de entender a fundo o problema, defendeu o aprofundamento do “desenvolvimento associado” ao capital transnacional (CARDOSO; FALETTTO, 1981). Para ele, a periferia deveria seguir com a indústria-

lização subordinada ao processo mundial de acumulação, ao grande capital transnacional, abrindo-se para sua entrada. Por interessante que possa parecer, com base em sua leitura da clássica teoria do imperialismo de Lenin, Cardoso via esse movimento como próprio da natureza do capital, por isso imaginava que o desenvolvimento da periferia ocorreria pela maior abertura aos investimentos estrangeiros. Imaginava que isso levaria a uma convergência crescente da periferia ao centro em seu processo de desenvolvimento (TRASPADINI, 1999).

Para os adeptos do “desenvolvimento associado” de Cardoso, bastava deixar as coisas caminharem conforme a lógica expansiva do processo de acumulação mundial de capital o que levaria o “capitalismo” – quase sinônimo de “civilização” – a todos os cantos do planeta. Tal pensamento ganhou o poder nos anos 1990 e acabou, sem nada entender, por destruir a estrutura industrial criada pelo processo de industrialização induzido dos anos 1950-70. Confundia desenvolvimento com aprofundamento do processo de acumulação de capital mundial, concepção defendida pela ideologia da globalização que invade o mundo a partir da década de 1980.

Marini (2000), discordando e apontando as falhas na discussão, se aprofundou nas raízes da dependência, sobre como suas novas formas se materializam na periferia após o processo de industrialização com capital transnacional. Por isso, vai além da dependência tecnológica reconhecida que, para o autor, aparece como uma consequência de relações mais profundas. Marini mostra tecnicamente como a estrutura industrial criada se subordina ao capital transnacional instalado nos setores de mídia e alta tecnologia e por que esse fato impede a superação do subdesenvolvimento dentro da lógica capitalista ao não criar um fluxo dinâmico capitalista autônomo, ou mesmo impedir a construção do “edifício” completo imaginado por Tavares. Marini (1977) demonstra que se trata de uma “integración imperialista de los sistemas de producción”, na qual o grande capital monopolista do centro ocupa os espaços de acumulação na periferia a partir de seus investimentos diretos e passa a controlar a dinâmica do ciclo de acumulação nessa periferia recém industrializada.

El resultado ha sido un reescalonamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación —que son también potencias capitalistas medianas—, lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo. (MARINI, 1977).

O objetivo deste artigo é demonstrar como Marini explica o aprofundamento e a sofisticação das novas formas de dependência que se constituem a partir da indus-

trialização de parte da periferia com capital transnacional. Suas análises permitem a compreensão de como essa periferia se vê amarrada a uma lógica do processo de acumulação de capital mundial, o que a impede de promover o desenvolvimento econômico e social, atuando sempre como extensão subordinada às grandes corporações transnacionais, como fonte de extração de valor e com sua dinâmica definida a partir das estratégias desse capital transnacional.

Essa subordinação dinâmica que está enraizada no ciclo do capital na periferia, também permite compreender o processo de desindustrialização e reprimarização da estrutura produtiva que os países latino-americanos sofrem a partir do neoliberalismo dos anos 1990, percebido por Marini naquela década. Nas relações de dependência e subordinação estruturalmente constituídas, o capital transnacional, segundo suas estratégias de acumulação, determina a dinâmica industrial da periferia. A adoção do neoliberalismo nos anos 1990 pela América Latina, com a liberalização financeira e comercial, com a privatização, leva essa região a ser praticamente excluída do processo dinâmico global, levando-a de volta à agricultura e mineração como atividades centrais, retornando à condição primário-exportadora sob novas condições, subvertendo até a lógica do desenvolvimento imaginária de Rostow.

A construção da dependência: industrialização com capital transnacional

O processo de industrialização no pós-II Guerra abriu a América Latina para o capital estrangeiro, principalmente nos setores de média e alta tecnologia, bens de consumo duráveis. As grandes corporações transnacionais se posicionaram nos núdulos centrais de controle das cadeias de valor, então internalizadas, como, por exemplo, as grandes montadoras de veículos automotores no Brasil e Argentina. “Os grupos econômicos internacionais viram crescer sua influência na sociedade política brasileira” (MARINI, 2000, p. 21) enquanto enraizavam-se na estrutura produtiva, ocupando os espaços via investimento direto estrangeiro. A problemática do subdesenvolvimento e do desenvolvimento passa a ser então analisada a partir do “[...] processo de evolução do sistema econômico mundial”, no qual “[...] persiste a divisão entre centro econômico, tecnológico e cultural, e uma periferia subordinada e dependente [...]” (DOS SANTOS, 2000, p. 41).

A entrada do capital estrangeiro na estrutura econômica da periferia foi uma consequência da expansão do capital a partir do centro, com o objetivo de ampliar seus braços de acumulação (BAMBIRRA, 2012; SAWAYA, 2018) no mundo. Tal proces-

so ultrapassa os problemas de realização do valor que era central no imperialismo clássico de Luxemburg e Lênin, modificando sua forma. Assim, o capital estrangeiro montou estruturas produtivas na periferia com o seu excedente de capital fixo produzido no centro e que necessitava de novos espaços, para além dos problemas clássicos de realização do valor, agora para instalar suas estruturas produtivas a fim de ocupar novos espaços de extração de valor na América Latina (MARINI, 1977).

Neste sentido, o imperialismo, em sua corrida expansionista e integradora, não irá se orientar, a partir de então, somente para o domínio das fontes de matérias-primas e mercados, pois, já tendo assegurado um nível fundamental de controle sobre estas fontes, pode dirigir sua atuação para a busca de investimentos [...] nos setores manufatureiros. (BAMBIRRA, 2012, p. 125).

Assim, no final dos anos 1970, por esse movimento, a

[...] economia brasileira tinha [...] um dos maiores graus de internacionalização da produção do mundo. [...] O Brasil ocupou a sexta posição no ranking mundial [...] do grau de desnacionalização da indústria de transformação. As empresas estrangeiras ocupavam 32% da produção industrial. (GONÇALVES 1999, p. 61-63).

Como apontam Marini e Bambirra, tratava-se de uma nova configuração da economia mundial capitalista, de uma nova divisão internacional do trabalho, distinta daquela que caracterizava a relação da periferia como exportadora de matérias-primas que garantem a acumulação pela elevação da mais valia relativa no centro, ao baratear as mercadorias que compõem a cesta básica dos trabalhadores, diminuindo o valor da força de trabalho, bem como pelo barateamento de matérias-primas que elevavam o lucro nos países centrais.

Esse processo de industrialização por investimento direto torna a América Latina um braço anexo do capital transnacional sob o controle do centro, uma extensão da base de acumulação do centro, nova região fonte de extração de valor, por isso Marini o denomina de subimperialismo.

Pasó el tiempo del modelo simple centro-periferia, caracterizado por el intercambio de manufacturas por alimentos y materias primas. Nos encontramos ante una realidad económica en que la industria asume un papel cada vez más decisivo. Esto es cierto aun cuando el capital industrial se amplía y fortalece en áreas extractivas y agrícolas; lo que es todavía más, cuando consideramos la extensión y diversificación a escala mundial de la industria manufacturera. El resultado ha sido un reescalonamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación — que son también potencias capitalistas medianas —, lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de

un subimperialismo ... que implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. (MARINI, 1977).

Na periferia, o capital privado nacional entra nesse processo, participa do ciclo de acumulação de forma subordinada, como “sócio menor” do capital transnacional, nas partes inferiores das cadeias de produção, ou cadeias de valor, como fornecedor para a estrutura produtiva transnacional que ocupa os espaços na periferia. Essa forma de inserção no capitalismo mundial foi o resultado objetivo do projeto de industrialização cepalina, que talvez não imaginasse nos anos 1950 as novas formas de dependência estruturais que estava criando.

O Estado nacional dos países dependentes atua nesse processo de maneira contraditória. De um lado, com suas políticas estratégicas, se subordina, assegura e fornece as bases para o desenvolvimento integrado das forças produtivas locais com o capital transnacional (MARINI, 1977), “[...] criando inclusive as premissas para um poderio militar próprio” (MARINI, 2000, p. 67), como no Brasil. De outro, ao capitanear o processo de industrialização, permite, em parte, a superação da forma de subordinação que caracterizava a economia primário-exportadora, que se integra de uma nova forma no processo de acumulação de capital mundial.

A burguesia nacional, se tinha algum resquício de nacionalismo como imaginava Bambirra (2012), se integra estruturalmente ao processo de produção ocupando as partes menos nobres das cadeias de valor, agora como fornecedora de partes, peças e componentes, dentro da estrutura produtiva dominada pelo capital transnacional. O resultado foi o aprofundamento das relações de dependência (DOS SANTOS, 2000). Como aponta Marini (1977), “[...] precisamente por assumir conscientemente la decisión de someterse a la tendencia integradora que le imponen los centros imperialistas, la burguesía de los países dependientes necesita concentrar y organizar sus fuerzas para hacerlo con provecho”.

Se o processo de industrialização da periferia permitiu a superação da forma da dependência primário-exportadora clássica, a tradicional forma do imperialismo clássico, acabou por criar novas formas de controle estruturalmente mais enraizadas, tanto na esfera da economia como da política, com o controle sobre o Estado nacional exercido pela aliança da burguesia nacional “compradora” (para usar o conceito

de Poulantzas) com os interesses transnacionais que adentram, pelas mãos dessa burguesia, os aparelhos de Estado. Vale lembrar que esse processo ocorreu com apoio dessa mesma burguesia que tomou o Estado em 1964 e substituiu as formas clássicas do imperialismo, no qual o controle militar era externo.

Se essa lógica possibilitou um avanço industrial na periferia, aprofundou a subordinação ao centro, tornando-a estrutural. Esse aprofundamento mostrará sua face concreta quando os países latino-americanos que lograram avançar na industrialização se submeterem ao neoliberalismo dos anos 1990 e, talvez, sem perceber, acabaram por destruir sua própria estrutura industrial sob o comando dos interesses de reestruturação global do capital transnacional que toma corpo na globalização. Isso coloca os países de volta à sua condição primário-exportadora, embora sob novas características.

A dinâmica da economia subordinada de Marini

A forma de inserção da periferia latino-americana que se industrializou no capitalismo mundial define sua dependência estrutural e seu lugar na economia mundial como provedora de valor excedente para a acumulação de capital no centro, e tem como resultado a perpetuação do subdesenvolvimento sobre novas bases, não mais fundadas exclusivamente na dependência primário-exportadora.

Marini se destaca por sua demonstração clara de como esse processo de extração e apropriação de valor da periferia se organiza. O autor demonstra os problemas dinâmicos do processo de acumulação dos países latino-americanos que resultam da industrialização subordinada e que se materializam em crises cambiais e de realização recorrentes. Além disso, esse processo de industrialização dependente não apenas não desmonta as antigas relações primário-exportadoras como as modifica e as mantém. Como diz Marini (2000, p. 100), “O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou no Brasil a vida do velho sistema semicolonial de exportação. Seu desenvolvimento, em lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o a este ainda muito mais estreitamente [...]”.

O fluxo dinâmico das economias periféricas torna-se subordinado ao processo de acumulação nos países centrais, sob a liderança das grandes corporações transnacionais em aliança com seus Estados nacionais em um novo mecanismo de “partilha do mundo”, para utilizar o conceito de Lenin (1987). Na periferia, essa dominação

ocorre pelo poder econômico enraizado na estrutura produtiva, o que permite captar e transferir mais valia produzida para as corporações transnacionais que estão nos nódulos de controle das cadeias de valor, localizados nos países centrais ou mesmo na periferia, como filiais, mas sempre atreladas ao processo global de acumulação de capital.

Após a industrialização da periferia, como demonstra Marini, a dependência passa a ocorrer por dentro das estruturas produtivas, com a subordinação do capital nacional, da burguesia nacional, ao capital transnacional. O capital nacional, como fornecedor do capital transnacional nas partes menos nobres das cadeias de produção, passa a depender da dinâmica dada pela produção transnacional, de suas filiais em território nacional conectadas às estratégias de suas matrizes nos países centrais, principalmente no caso do Brasil, a exemplo do setor automobilístico.

Partindo da lógica da expressão D-M-D' de Marx, que define a dinâmica do processo de acumulação de capital e descreve o ciclo do capital¹, Marini mostra como a extração de valor se materializa nas duas pontas da circulação. De um lado, D-M pela dependência da aquisição de tecnologia na forma de máquinas e equipamentos importados. Na outra ponta, M-D' pela forma de apropriação sobre o valor criado na periferia, seja pelo capital nacional subordinado na cadeia de valor, seja como remessas de lucros das transnacionais filiais na periferia para as suas matrizes no centro.

O valor excedente é criado na produção por cada capital individual, cada empresa, mas é na circulação que os capitalistas disputam entre si a massa de mais valia extraída do conjunto de trabalhadores empregados pelos diferentes capitais individuais no processo de produção. Como aponta Marx (1983), a massa de mais valia global é igual à massa de lucros da economia a ser dividida e disputada pelos capitalistas individuais. Essa disputa depende do poder de controle sobre preços que se relaciona à composição do capital, tecnologia, tamanho da empresa, fatores interrelacionados entre si. Esses fatores são determinados pelo lugar que cada capital individual ocupa na estrutura produtiva, o que define seu poder de apropriação sobre o valor criado por outros capitais individuais. “Ao vender-se uma mercadoria acima ou abaixo de seu valor, a mais valia apenas se reparte de maneira diferente” (MARX, 1983, p. 47) entre os capitais individuais.

As diferentes composições do capital dentro de uma mesma cadeia de valor ou

¹ Ver também Osório (2012).

mesmo entre capitalistas fora dela é um dos determinantes na disputa pelo valor excedente. Como apontado em Marx e seguido por Marini, as diferentes composições de capital individual definem diferentes preços de produção. As empresas de maior composição de capital conseguem produzir com preços mais baixos em relação às de menor composição de capital, normalmente menos produtivas. Assim, enquanto as mais produtivas podem elevar seus preços acima do valor individual, as menos produtivas são obrigadas a baixá-los para se manterem no mercado. Por esse mecanismo de preços, é transferida a mais valia ou lucro dos setores (empresas) intensivos em trabalho, de baixa composição do capital, para os setores (empresas) intensivos em capital².

Essas diferenças na estrutura produtiva implicam relações de poder de monopólio ou monopsonio e de oligopólio ou oligopsônio. As empresas intensivas em capital, mais produtivas, detentoras de tecnologia, normalmente grandes corporações, e por isso com elevado poder de controle sobre os nós das cadeias de valor, possuem poder de determinação de seus preços com base em suas estratégias. Assim, têm o poder de se apropriar do valor criado dentro das cadeias ou das relações comerciais. “O preço de monopólio de certas mercadorias apenas transferiria para elas parte do lucro de outros produtores” (MARX, 1983, p. 987).

A transferência de valor, por essa lógica, já estava presente nas relações de dependência das economias primário-exportadoras que exportavam produtos de baixa tecnologia e intensivos em trabalho e importavam produtos industrializados do centro, intensivos em capital de elevada tecnologia. Com o processo de industrialização da periferia, essas relações se colocam de novas formas. O capital transnacional ocupa e tem o poder de controle sobre a cadeia de valor por deter a tecnologia e localizar-se em setores de elevada composição de capital e produtividade. Esse é o caso das corporações transnacionais nos setores de bens de consumo duráveis que agora se instalam dentro dos países periféricos. Isso lhes permite determinar os preços dentro da cadeia na relação com seus fornecedores ou revendedores, formados por capitais nacionais. Assim conseguem se apropriar do valor excedente criado nos setores de baixa produtividade e composição do capital, subordinados na cadeia de valor ao capital transnacional em seu nó de controle. O exemplo clássico são as montadoras de veículos nos nós e o setor de autopeças como empresas subordinadas, satélites.

Esse fato pressiona constantemente para baixo os lucros dos capitais localizados nas partes inferiores das cadeias de valor, aqueles que têm menos poder sobre elas, uma vez que transferem mais valia por eles produzida para as corporações que estão

² Ver também Amaral e Carcanholo (2012).

nos núdulos de controle. Por isso, acabam por procurar garantir seus lucros baixando os salários dos trabalhadores (MARTINS, 2009), o que acaba por rebaixar os níveis gerais de salários e elevar as taxas gerais de lucro na periferia.

As formas de transferência de valor

A dinâmica de industrialização brasileira por substituição de importações nos anos 1950, com investimento direto estrangeiro, dependia das exportações de produtos primários. Para além da troca desigual (PREBISCH, 2000), já nesse contexto, como aponta Marini (2000), havia transferência de valor da periferia para o centro nos moldes referidos anteriormente. O valor criado internamente no setor primário-exportador, o valor excedente, era transferido ao exterior pela importação de meios de produção, capital fixo, necessário ao processo de industrialização (DOS SANTOS, 2000). Quem se apropria do valor excedente criado na periferia pelo setor primário-exportador são as empresas do centro, que vendem para a periferia suas máquinas, equipamentos e tecnologia, tanto para as instalações das corporações transnacionais como para a criação do parque industrial de fornecedores nacionais conectados, ou mesmo para equipar os setores de bens de consumo não duráveis que também dependiam de importações para sua modernização. Esse mecanismo garantia transferência do valor criado no setor primário-exportador para as empresas transnacionais no exterior (MARINI, 2000).

Essa forma da dependência se sofisticava e se modificava a partir da industrialização, com a criação de um parque industrial sob o controle do capital transnacional localizado nos núdulos centrais das cadeias de valor. Cada onda de modernização industrial que exige novos investimentos em equipamentos e tecnologia, puxada pela corporação transnacional que controla o nóculo da cadeia de valor, obriga o capital nacional fornecedor a se modernizar para ser capaz de prover novas partes, peças e componentes dos novos modelos de produtos criados nos países centrais. A indústria nacional em geral se moderniza pela importação de novas máquinas, equipamentos e tecnologia do centro. Assim, a partir da industrialização subordinada, é reconstruída a lógica da dependência de importações em um novo patamar, que implica na transferência de valor e mais valia criada localmente para o exterior a cada onda de modernização.

Ao contrário de livrar-se da dependência clássica, ela se recoloca nos países que não são exportadores de produtos industrializados, como a maioria dos países lati-

no-americanos que lograram se industrializar com capital transnacional interessado em ocupar seu mercado interno. Isso é claro no caso do Brasil. As transnacionais no setor de bens de consumo duráveis não se instalaram aqui para exportar, mas para ocupar o mercado local e regional (outros países da América Latina). A dependência de importação de máquinas, equipamentos e tecnologia passa a definir as necessidades de geração de divisas pelo setor primário-exportador, renovando as relações de dependência sobre novas bases estruturais.

Após a industrialização, a captura de valor pelo diferencial de preços também se manifesta de forma mais clara. De um lado, a periferia continua a exportar produtos comuns de baixo valor agregado e menor composição do capital, e a importar produtos de setores que detêm o monopólio da tecnologia incorporada e de produtos de elevado valor agregado e composição do capital. Os fornecedores de bens capital do exterior detêm o poder de impor preços de monopólio, o que “[...] permite que [...] vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor” (MARINI, 2000, p. 121), obrigando, assim, à transferência de valor produzido na periferia para o centro. A novidade está em que o produtor nacional não tem como escapar, uma vez que normalmente a tecnologia a ser importada é definida pela corporação transnacional (instalada ou não na periferia), que encomenda ao produtor nacional as novas partes, peças e componentes. Por seu poder de monopólio, impõe a tecnologia incorporada nas encomendas que compra do fabricante nacional, deixando clara a nova relação de subordinação estrutural do produtor nacional à estratégia global da corporação transnacional. A transferência de valor ocorre sobre novas bases.

[...] sem contar com um setor dinâmico de bens de capital [...] a indústria manufatureira dos países dependentes se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial. Por consequência essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais no que se refere a equipamentos e maquinaria [...] mas tecnologicamente [...] na medida em que deve importar também conhecimento. (MARINI, 2012, p. 28).

Além disso, não apenas o valor internamente criado na periferia vai para o centro pela aquisição de bens de capital, como também é transferido na forma de pagamento por assistência técnica e *royalties*, ou mesmo como aluguel de equipamento. E não é só a empresa nacional que realiza essa transferência, mas a própria filial transnacional que atua na periferia, também permanentemente importadora de tecnologia, máquinas e equipamentos de sua matriz a cada nova onda de modernização.

Essa dependência estrutural pressiona o tempo todo as contas externas do país pela necessidade de importações de bens de alto valor agregado, fornecidos em base de monopólio, frente às exportações de produtos primários de baixo valor agregado de setores em que a concorrência internacional é bem maior. O resultado aparece no acúmulo de dívida externa a cada onda de modernização do setor manufatureiro, como ocorrido nas décadas de 1970-80 no Brasil e em outros países latino-americanos. Cabe acrescentar que a transferência de valor criado na periferia ocorre ainda pelo pagamento de juros sobre a dívida externa, o maior peso sobre as economias periféricas nos anos 1980.

Na outra ponta do ciclo do capital, o valor criado pela produção internamente realizada pelo capital nacional é apropriado pelo capital transnacional localizado no nóculo de controle da cadeia de valor, tanto pelo poder de monopsonio na definição dos preços das partes, peças e componentes que compra do fornecedor nacional por um preço abaixo do valor, como pela diferença de composição do capital, produtividade e controle sobre a tecnologia. Assim, há uma tendência à transferência de lucros no interior da cadeia de valor, na cadeia de fornecimento, esteja a transnacional produzindo no país ou no exterior.

Adicionalmente, como a empresa transnacional que produz no país é uma subsidiária, por propriedade ou contrato, de uma corporação que tem sua sede no centro do sistema, a transferência do valor se amplia pela remessa de lucros, pagamentos de juros e aluguéis de equipamentos, *royalties* sobre a tecnologia.

Na prática, se observam diferentes mecanismos que permitem realizar a transferência de valor [...] que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. [...] Esses mecanismos de transferência de valor [são] fundados seja na produtividade, seja no monopólio de produção. (MARINI, 2000, p. 120-121).

Essas relações de dependência garantem, assim, que parte importante do valor criado na periferia não seja apropriada por ela, mas transferida para o centro, de modo a dar continuidade ao processo de acumulação e renovação tecnológica no centro, o que garante a continuidade do sistema de apropriação de valor da periferia e sua condição de subdesenvolvida.

A dinâmica capitalista da economia periférica torna-se, assim, totalmente dependente da dinâmica e dos interesses das corporações transnacionais em seu objetivo de maximizar o valor excedente que extraem do processo. Ao concentrar o excedente

extraído no centro, o grande capital transnacional garante seu contínuo poder sobre o processo de acumulação mundial de capital. A economia periférica industrializada dentro dessas condições é sempre espremida pela transferência de valor e mantida na condição de periferia subimperialista, nos termos de Marini, um caso em que mais se encaixava a economia brasileira na época.

A transferência constante de valor eleva ainda a dependência estrutural sobre as exportações do setor primário como fonte da moeda forte a ser transferida para o exterior. Isso cria uma constante fragilidade que se materializa em crises do balanço de pagamentos, crescimento da dívida externa e escassez de divisas para pagar os compromissos externos estruturalmente determinados. Obriga os países periféricos a promover desvalorizações cambiais para elevar suas exportações ou, como alternativa, os obriga a elevar suas taxas de juros internas para atrair capitais especulativos a fim de resolver os problemas de falta de divisas. O tradicional resultado é a instabilidade de preços, a inflação crônica.

Essa condição de dependência estrutural é alimentada pela própria dinâmica capitalista que o processo cria na periferia. O valor excedente criado na periferia, bem como os efeitos dinâmicos da acumulação capitalista, são constantemente transferidos para fora do subsistema periférico, impedindo a constituição de um fluxo circulatório (para usar a linguagem do equilíbrio geral), a criação do fluxo de acumulação capitalista no local.

Essa situação se agrava pela tendência à baixa de salários na periferia. A pressão sobre os lucros dos setores subordinados que são transferidos para os núcleos de controle das cadeias de valor acaba por pressionar os salários para baixo como forma de recompor parte desses lucros. Isso dificulta a criação de um mercado interno de bens de consumo, mercado que acaba por se restringir à diminuta classe abastada da periferia. Os empresários nacionais só conseguem manter suas taxas de lucro pelo corte constante de custos. Como os gastos com os investimentos em máquinas, equipamentos e tecnologia estão definidos pela relação de dependência de importações, só resta às empresas pressionar constantemente os salários para baixo, muitas vezes abaixo do valor da força de trabalho, como diz Marini (2000), longe de seguir os ganhos de produtividade³. Esse rebaixamento dos salários também beneficia a filial da corporação transnacional instalada na periferia, permitindo a elevação de sua taxa de mais valia.

³ Ver também Carcanholo (2009).

Esses fatos impedem a periferia de criar um mercado dinâmico que permita a realização do valor localmente. Essa falta é administrada em parte pela concentração de renda nas camadas mais abastadas. Os salários baixos das classes de trabalhadores contribuem para garantir salários e ordenados mais elevados nas classes de proprietários e de funcionários em postos hierarquicamente mais elevados, resultando em uma cisão radical entre esses dois grupos pela elevada concentração de renda. Constituiu-se uma classe daqueles que se integram nessas relações de produção nos níveis mais altos, ou como pequenos e médios empresários, ou como uma elite de administradores e financeiros que garantem uma parte maior da renda, ao lado daqueles, a grande maioria, que vive em níveis de subsistência ou até abaixo dela. Assim, em parte, a contradição da falta de mercado interno é compensada pela concentração de renda.

A integração ao imperialismo sublinha, assim, a tendência do capitalismo industrial brasileiro que o torna incapaz de criar mercados na proporção do seu desenvolvimento. [...] O desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro leva à total irracionalidade, isto é, expandir a produção restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional. (MARINI, 2000, p. 97).

Portanto, é uma dinâmica que cria uma contradição fatal, que leva a economia a uma crise permanente como resultado do crescimento econômico subordinado, que, como aponta Marini, quanto mais se desenvolve, mais arraigadas tornam-se as contradições que interferem na própria dinâmica. De um lado, as corporações transnacionais se instalaram na periferia em busca de ocupar os mercados locais na América Latina. Ao final, a própria dinâmica em que se sustenta a extração de valor não permite a constituição desse mercado, ao contrário, aprofunda sua destruição, contradição apenas amenizada pela concentração de renda, mas em mãos de um volume diminuto de pessoas, o que dificulta a produção para o mercado interno em escala capitalista e a reprodução do próprio sistema.

Trata-se, como aponta Marini, de uma forma de dependência estrutural na qual a industrialização sob controle do capital transnacional só agrava os problemas, eleva a dependência, a pobreza e a transferência de valor, sem criar uma dinâmica capitalista na periferia. Esse desenvolvimento está muito longe do de uma economia capitalista clássica. “A industrialização não cria, como nas econômicas clássicas, sua própria demanda” (MARINI, 2000, p. 140).

Resumindo, poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, o papel que joga o capital estrangeiro na

primeira fase da circulação, tanto sob a forma dinheiro como sob a de mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), fixa a mais valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho [...]. (MARINI, 2012, p. 35).

Essa lógica contraditória dos sistemas latino-americanos dependentes só conseguiu sobreviver com elevada proteção do mercado interno por barreiras alfandegárias que garantiam às grandes corporações aqui instaladas o controle sobre o mercado, com poder de determinação de preços sob relações de monopólio e oligopólio e pela elevada concentração de renda. Quando as medidas de proteção que garantiam a produção na periferia são suspensas pelo neoliberalismo dos anos 1990, parte das corporações transnacionais deixam de lado seus fornecedores locais nacionais ou abandonam a periferia. O resultado é a desindustrialização, escancarando as contradições trazidas à luz pelos estudos de Marini.

Desindustrialização: o retorno à estrutura primário-exportadora

A partir do final da década de 1980, precisamente no caso brasileiro na década de 1990, a periferia latino-americana mergulha no mais radical neoliberalismo. Sem nada entender sobre como o processo mundial de acumulação se modificava, inclusive imaginando que no mundo globalizado o capital se espalharia pelos países menos desenvolvidos naturalmente, resultando em um “mundo plano” (FRIEDMAN, 2005) em que todos poderiam participar de forma igual nesse processo, a periferia latino-americana, envolvida por essa nova ideologia, liberaliza os fluxos financeiros e comerciais e realiza um radical programa de privatização que retira do Estado os setores nacionais dinâmicos, intensivos em capital e detentores de tecnologia, imaginando que essas eram condições necessárias para participar do novo mundo globalizado.

Essa lógica se encaixa perfeitamente na teoria do desenvolvimento que defendia o aprofundamento da associação com o capital transnacional, de Cardoso e Faletto, exposta no livro escrito em 1970 por eles, além de ter servido como justificativa para a ideia de que agora cada país se integraria na globalização, participando apenas de uma parte da cadeia de valor, qualquer que fosse, inclusive primário-exportadora.

Em união com o imperialismo, a burguesia acabou por conseguir seu objetivo. A hegemonia dessa aliança se traduziu na implementação do projeto democrático-liberal, [...] com o fim de adequar a economia latino-americana aos interesses dos grandes centros, [...] privatizar, limitar a capacidade de intervenção na economia [...]. (MARINI, 2005, p. 227).

Isso significa que não faria mais sentido o velho projeto de industrialização clássica de construção completa do “edifício”, com todos os departamentos, de bens de consumo e bens de produção. Portanto, não faria mais sentido a adoção de políticas industriais autônomas, no sentido de diminuir a dependência estrutural detalhadamente explicada por Marini. A política industrial foi abandonada. E, diante do total desconhecimento sobre a diferença crucial de um país que participa da globalização a partir de setores intensivos em capital e tecnologia, de elevada composição, fatores que lhe dão poder de apropriação sobre a mais valia e poder de monopólio, e um país que participa do processo a partir de setores intensivos em trabalho, de baixo valor agregado.

Como afirma Marini em artigo de 1996, “[...] neoliberalismo não é um incidente, mas a alavanca por excelência de que se valem os grandes centros capitalistas para solapar as fronteiras nacionais a fim de liberar o caminho para a circulação de mercadorias e capitais” (MARINI, 2000, p. 292).

Hoje está claro que a chamada “globalização” foi um processo de liberalização que permitiu a reestruturação global do capital transnacional como resposta à crise de acumulação dos anos 1970, e que resultou na mais ampla reestruturação mundial do capital (SAWAYA, 2018). Tratou-se de uma reengenharia global dos grandes grupos transnacionais que redefiniram seus espaços de acumulação mundial num amplo processo internacional de centralização do capital por fusões, aquisições e *joint ventures*, como revelam relatórios da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD, 2000) ao qualificar o tipo do investimento direto estrangeiro nos anos 1990. Nesse movimento, o capital transnacional reorganiza de forma radical suas estruturas produtivas no mundo, sob seu controle. Fecha instalações em determinados países, refaz sua rede de fornecedores mundiais, elevando os mecanismos de controle sobre as cadeias de valor (CHESNAIS, 2016).

O resultado foi a desindustrialização da América Latina e seu retorno à condição primário-exportadora, como previa Marini em 1996:

[...] o regresso de países (claro que sob métodos de gestão plenamente capitalistas, à diferença do que acontecia antes) à forma simples de divisão internacional do trabalho que primava no século XIX e que implicava na troca de bens primários por bens manufaturados [...]. (MARINI, 2000, p. 283).

Cabe lembrar que esse retrocesso também leva esses países às formas tradicionais de transferência de valor da periferia para o centro, detalhadas por Marini, mas com

algumas importantes diferenças. No século XIX o Brasil era exportador, quase monopolista, de café. Detinha sob seu controle a produção e a comercialização. O setor era ainda intensivo em trabalho assalariado. Isso significa que, mesmo como primário exportador de café, o Brasil, por controlar a cadeia de produção e comercialização desse produto, detinha um maior poder de apropriação sobre o valor criado e um controle parcial sobre os fatores dinâmicos que na época permitiram a criação de uma indústria básica antes dos anos 1950.

A diferença do café em relação aos setores primário-exportadores de hoje é relativamente importante. O Brasil controla apenas a produção de soja, sendo que a tecnologia da semente e dos insumos é importada de grandes corporações transnacionais, que geram pagamento de *royalties e assistência técnica. Também a produção de máquinas e equipamentos para o setor*, embora suas partes menos sofisticadas sejam produzidas localmente, é dominada pelo capital transnacional. Finalmente, a comercialização dos produtos é controlada por grandes *traders* transnacionais, que determinam os preços e, portanto, se apropriam do valor criado. No caso da mineração, o Brasil não controla nenhuma das etapas da cadeia de valor, não produz os equipamentos pesados nem a tecnologia de extração presente nos equipamentos, e os preços são definidos externamente. Para complicar, ambos os setores são hoje intensivos em capital, possuem, portanto, baixo efeito multiplicador via empregos. Se por esse último aspecto se poderia imaginar que os setores têm o poder de se apropriar do valor excedente, são as outras relações de controle que pesam. Dessa forma, a apropriação de valor nas duas pontas do processo de circulação de capital, como detalhado por Marini, não apenas está garantida ao capital transnacional como é fortalecida.

As políticas de liberalização no Brasil reduziram a participação da indústria no PIB de 48%, em 1989, seu pico, para 23% em 2021, e a indústria de transformação para cerca de 11% do PIB. Nesse processo, o parque de autopeças – majoritariamente constituído por capital nacional, com base nas políticas de industrialização por substituição de importações desde a década de 1950 – foi reduzido a menos de um terço e localiza-se nas partes menos nobres das cadeias de valor internas, fundamentalmente na produção de peças e componentes de baixa tecnologia e baixa composição do capital. O Brasil passou a ser importador de partes, peças e componentes mais sofisticados, e o próprio tamanho da cadeia de valor interna do setor de produção de veículos foi reduzido. Algo muito parecido ocorreu com a economia da Argentina, onde o processo de desindustrialização foi muito mais radical e atingiu inclusive sua

tradicional indústria de vestuário.

Pode-se concluir que a maior parte das filiais instaladas no Brasil ajustaram suas estratégias a um ambiente mais aberto com elevada compra de insumos e alguns produtos mais sofisticados tecnologicamente da matriz com o objetivo de atender o mercado interno [...] e em menor medida [...] o Mercosul. (SARTI; HIRATUKA, 2010, p. 13).

Assim, no início da década de 2000, o Brasil deixou de ser exportador de produtos manufaturados (compunham 60% das exportações nos anos 1980) para se tornar exportador de *commodities*, principalmente para a China, participando da parte menos nobre dessa cadeia de valor em atividades de baixo valor agregado e com baixo poder de controle sobre o valor nela criado, portanto, com efeito dinâmico interno mínimo.

A região [América Latina] permanece um grande abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial. [...] A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição de novos enclaves [que] operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da produção local ao demandar do exterior equipamentos, bens intermediários, [...] tecnologia [...]. Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. Nas novas condições [...] a industrialização em torno da produção sob direção local e com resposta às necessidades nacionais acabou por ser derrubado. (OSÓRIO, 2009, p. 113).

Esse processo demonstra que a industrialização criada de forma subordinada à acumulação mundial de capital fundada no capital transnacional, sempre foi extremamente frágil, mantida com políticas de proteção ao capital transnacional e ao mercado interno, justificando a produção em território nacional. Como antes explicado, a própria dinâmica já era debilitada pelo fraco mercado interno. Dessa forma, uma vez suspensas as barreiras que protegem a estrutura produtiva criada, o resultado é a desindustrialização e o retorno, sobre novas bases, à condição de economias primário-exportadoras na América Latina.

Seguindo Ceceña (2005) talvez se possa dizer que, com a desindustrialização e o retorno à condição primário-exportadora da periferia a partir do neoliberalismo, nem a condição de subimperialismo, que, segundo Marini, só foi alcançada pelo Brasil, se sustentaria. O crescimento da extrema direita incontrollável na América Latina

parece ser a materialização dessa contradição, para desespero da própria burguesia que entregou os países a uma lógica que não pode controlar e que implica apenas o crescimento da pobreza e das tradicionais contradições com novas características.

Conclusão

Buscou-se demonstrar a atualidade da análise de Ruy Mauro Marini para a compreensão das relações profundas de dependência enraizadas nas estruturas produtivas que engessam a periferia, em particular os países da América Latina que, desde o início, criaram uma estrutura produtiva industrial subordinada ao capital transnacional. Essa subordinação funda-se, ainda, nas relações políticas, pela submissão da classe que talvez se possa denominar burguesia “nacional” ao modo de operação do capital transnacional. Por isso, adentra os aparelhos de Estado, em um primeiro momento, com um golpe militar na década de 1960 e, posteriormente, pela formação de uma classe de dirigentes conectados intelectual e ideologicamente aos países centrais, principalmente os economistas com seus Ph.Ds. nos Estados Unidos, que tomaram o poder na década de 1990 e continuam ativos como representantes das frações de classe dominantes em contínua defesa do aprofundamento das relações de subordinação e dependência ao capital transnacional na periferia.

As contribuições de Marini permitem compreender as condições de dependência e a “armadilha do subdesenvolvimento” que se constrói na América Latina, fundamentalmente na Argentina e no Brasil. É interessante notar que, até a década de 1980, as relações de dependência estudadas em *A Dialética da Dependência*, de 1973, ainda se fundavam em uma economia periférica relativamente industrializada e suas contradições naquele momento. Hoje, com a desindustrialização crescente, aquelas condições não estão mais presentes da mesma forma. O próprio Marini percebe essa mudança em 1996, quando aponta as tendências de esses países voltarem às condições de dependência do século XIX, embora sobre novas bases.

A partir de suas análises sobre como a dependência se materializa no ciclo do capital que permite a apropriação da mais valia produzida na periferia, torna-se claro também como alguns teóricos da dependência dos anos 1970 não percebiam a já clara manifestação da armadilha que se punha ao desenvolvimento. Pior, quem toma o poder nos anos 1990 são justamente aqueles que nada compreendem sobre a profundidade das relações de dependência e que, por isso, agravam a situação, jogando os países de volta à situação primário-exportadora de produtos com baixíssimo efeito

dinâmico para a economia nacional.

Nos anos 1990 ainda não estava claro o papel que a China viria a ocupar no processo de mundialização de capital ao construir uma forma de inserção na globalização totalmente diferente da América Latina, mantendo o capital transnacional sob seu total controle (SAWAYA, 2011). Por isso ela consegue galgar e controlar as partes mais nobres das cadeias de valor globais, enquanto a América Latina se torna subordinada à própria China.

Mas, no artigo de 1996 sobre a globalização capitalista, Marini termina com uma sugestão para essa situação:

Os trabalhadores não poderão reverter a situação se, depois de assegurarem sua unidade de classe, não se colocarem firmemente no terreno da luta pela democratização do Estado, a fim de retirar das classes dominantes o controle da economia e, sobre a base de uma mobilização lúcida e perseverante, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico compatível com a nova configuração do mercado mundial. Só uma intervenção ativa da formulação e implementação das políticas públicas e a ampla utilização de instrumentos da democracia direta, da participação popular e da vigilância cidadã podem proporcionar aos povos latino-americanos condições adequadas para ganhar um lugar ao sol no mundo no século XXI. É neste sentido que a questão econômica se tornou hoje, mais do que nunca, uma questão política, ou, o que dá no mesmo, que a luta contra a dependência não pode se divorciar da luta pela democracia. (MARINI, 2000, p. 294).

É interessante notar a extrema atualidade da proposta de Marini. Como já se sabe, não é um caminho que tem sido fácil, dada a força das frações de classe defensoras do neoliberalismo radical, tanto no Brasil como na Argentina, as quais, para retomarem o poder, jogaram os países nas mãos da mais radical extrema direita, destruindo institucionalmente os países. No Brasil essas classes retomaram o Estado com um golpe em 2016 e instalaram a direita mais destrutiva da estrutura política, social e produtiva no país, levando ao extremo as políticas de liberalização, privatização e destruição do Estado nacional, principalmente de suas instituições. A onda foi tão radical que assustou até os defensores do projeto, talvez com isso abrindo novas portas para uma nova reação organizada, como aponta Marini.

Referências

AGARWALA, Amar Narain; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

AMARAL, Maria Silvia; CARCANHOLO, Marcelo D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de Reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Trad. Fernando Correa Prado e Mariana Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular; IELA, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotonio. *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: PUC-Rio; Boitempo, 2009. p. 251-265.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CECENA, Ana Esther. Ruy Mauro Marini, um construtor de caminhos. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 289-302.

CHESNAIS, François. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Chicago: Haymarket Books, 2016.

DOS SANTOS, Theotonio. *Teoria de dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. São Paulo: Objetiva, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre o Estado na América Latina. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 225-236.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, abr./jun. 1977.

MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotonio. *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: PUC-Rio; Boitempo, 2009. p. 189-216.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Diefel, 1983. Livro III.

MEIER, Gerald M. *Leading issues in economic development fourth edition*. New York: Oxford University Press, 1984.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de Reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotonio. *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: PUC-Rio; Boitempo, 2009. p. 167-188.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; Cepal, 2000. v. 1. p. 69-136.

ROSTOW, Walt W. *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Notas sobre a internacionalização produtiva brasileira no período recente e impactos sobre a integração regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., 2010, São Luiz. *Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política*. São Luiz/MA, 2010.

SAWAYA, Rubens. Celso Furtado, capital transnacional e controle sobre a periferia. In: QUINTELA, Adroaldo et al. (Org.). *Celso Furtado: os combates de um economista*. São Paulo: Expressão Popular;

ABED, 2020. p. 176-190.

SAWAYA, Rubens. Subordinated development, transnational capital in the process of accumulation of Latin America and Brazil. *Studies in Critical Social Sciences*, v. 124, p. 1877-2110, 2018.

SAWAYA, Rubens. China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, n. 28, p. 5-36, fev. 2011. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/895>. Acesso em: 17 maio 2023.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1998.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *World development report: cross-border mergers and acquisitions and development*. United Nations, 2000. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2000overview_en.pdf. Acesso em: 17 maio 2023

Ruy Mauro Marini y el neodesarrollismo en Brasil (2003-2016)

Dario Clemente*

Resumen: Ruy Mauro Marini sigue siendo una referencia insoslayable para las ciencias sociales latinoamericanas a través de su obra y su método, herramientas irremplazables para el análisis y la acción en el marco de una nueva etapa de inserción periférica para nuestra región. En particular, las categorías de semiperiferia y subimperialismo se constituyen todavía en conceptos centrales para el estudio del Estado capitalista en Brasil en la fase neodesarrollista, durante la cual se han consolidado una política internacional “híbrida” entre subimperialismo y autonomía y una forma de inserción internacional dependiente, ambas expresiones de una transformación profunda en la correlación de fuerza interna y en la relación centro-periferia a nivel mundial.

Palabras clave: Marini. Neodesarrollismo. Brasil. Subimperialismo. Semiperiferia. Dependencia..

Resumo: Rui Mauro Marini continua sendo uma referência incontornável para as ciências sociais latino-americanas por sua obra e seu método, ferramentas insubstituíveis de análise e ação no marco de uma nova etapa de inserção periférica da nossa região. Em particular, as categorias de semiperiferia e subimperialismo ainda são conceitos centrais para o estudo do Estado capitalista no Brasil na fase do neodesenvolvimentismo, durante a qual consolidaram-se uma política internacional “híbrida” entre subimperialismo e autonomia e uma forma de inserção internacional dependente, ambas expressões de uma profunda transformação na correlação de forças interna e na relação centro-periferia em todo o mundo.

Palavras-chave: Marini. Neodesenvolvimentismo. Brasil. Subimperialismo. Semiperiferia. Dependência.

Abstract: Ruy Mauro Marini continues to be a key reference for the Latin American social sciences thanks to his work and his method, irreplaceable tools for analysis and agency in the context of a new stage of peripheral insertion for our region. In particular, the categories of semi-periphery and sub-imperialism are still central concepts for the study of the capitalist State in Brazil in its neodevelopmentalist phase. In this period, a “hybrid” international politics between sub-imperialism and autonomy and a dependent form of international insertion consolidated, both influenced by a profound transformation of the internal correlation of forces and of the center-periphery relationship worldwide.

Keywords: Marini. Neodevelopmentalism. Brazil. Sub-imperialism. Semi-periphery. Dependency.

* Becario posdoctoral CONICET (Argentina), docente de la Universidad de Buenos Aires (UBA) y de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), dclemente.cbta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6554-5816>.

Introducción

El trabajo de Ruy Mauro Marini se constituye en una referencia ineludible para comprender el Brasil reciente. Sus aportes al estudio del Estado capitalista en Brasil (principalmente, MARINI, 1965, 1969, 1973, 1977, 1985) resultan inestimables gracias a su capacidad para articular el análisis del desarrollo económico de este país – y su política exterior – en relación a la evolución del capitalismo global, concebida desde un enfoque marxista de la dependencia. La riqueza de sus análisis se debe también a la aplicación de un método de investigación – una consistente propuesta epistemológica – que logra enlazar los acontecimientos internacionales, caracterizados como un “proceso y campo de fuerzas cambiantes”, con un riguroso análisis de las relaciones de fuerza y de la composición de clase de los Estados capitalistas involucrados en ese campo. Pero no solo eso: su aspiración a leer la región valorando las sociedades latinoamericanas en su peculiaridad e historicidad – considerándolas, a la vez, en su relación con la estructura mundial y con los procesos globales – contribuye a superar la falsa dicotomía entre “interno” y “externo”, mientras que su perspectiva marxista permite rechazar implícita y explícitamente una rígida separación entre economía y política. En particular, la teoría del subimperialismo, referencia principal de su obra, se señala al reconocer que la condición periférica del continente no permite el uso acrítico de conceptos elaborados en el norte, como una *teoría desde y para América Latina*.

La potencia de su pensamiento, y del universo categorial que Marini ha dado a la luz, queda patente cuando consideramos la efervescencia del debate reciente alrededor de la vigencia de sus análisis sobre Brasil y su peculiar abordaje a la teoría marxista. Se trata, en efecto, de “ideas que vuelven una y otra vez”. En particular, el concepto mariniano de subimperialismo ha gozado de una renovada circulación, que se explica a partir de la necesidad de comprender en toda su magnitud la inaudita expansión del capitalismo brasileño que ha acontecido en la fase que aquí reconstruimos como “neodesarrollismo”. Así, varios autores y autoras (CERQUEIRA, 2014; LUCE, 2011; SEABRA; BUENO, 1999; VUIK, 2013) han acudido directamente a Marini para actualizar sus teorías y traer sus conceptos a un momento presente donde Brasil ha dejado de ser una dictadura militar y la mundialización del capital ha transformado radicalmente las condiciones de la acumulación. Otros y otras (BERRINGER, 2013; SOUZA, 2013), a pesar de declarar inadecuados sus conceptos para nuestra coyuntura, han sentido la necesidad de hacer lo mismo, construyendo un piso para el análisis del Brasil contemporáneo a partir del rechazo a sus postulados centrales. A la vez, el concepto de subimperialismo ha sido extendido para categorizar grupalmente el ascenso de los países BRICS en la economía mundial y pensar las nuevas relaciones

centro-periferias, por medio de su recuperación (FÉLIZ, 2019b¹; SLIPAK, 2016a; BOND, 2015), crítica (FONTES, 2010; KATZ, 2022) o rechazo (SMITH, 2010). De la misma forma, se ha asistido a una reafirmación de la categoría mariniana de “centros medianos de acumulación” para caracterizar las economías “emergentes” o “semi-periféricas” en el siglo XXI (PEINADO, 2011, 2014), reapropiaciones del legado del pensador brasileño que se dan en el marco de una general revitalización del debate alrededor de la teoría marxista de la dependencia y su vigencia (KAN; KITAY, 2020; MARTINS, 2022; OSORIO, 2016; VALENCIA, 2017).

En esta senda se coloca el presente artículo. Nos interesa, en particular, recuperar a Marini – sus categorías, su metodología – para caracterizar el Brasil reciente, el Brasil neodesarrollista (CLEMENTE, 2019, 2022, 2023). En particular, si bien el método dialéctico de Marini permite reconstruir el desarrollo de la política internacional de un Estado *en conjunción* con los vaivenes en las relaciones de fuerza domésticas – y aquí se encuentra, en nuestra opinión, su aporte más valioso (CLEMENTE, 2018) – en este artículo nos limitamos a (re)explorar sus categorías como herramientas útiles para abordar la dimensión de la política internacional y de la forma de inserción del Brasil neodesarrollista. A tal fin, partimos de la advertencia de Claudio Katz con respecto a la necesidad de registrar “[...] la diferencia radical que separa al capitalismo del siglo XXI con el vigente en la época de Marini” (KATZ, 2018, p. 224), fase en la cual todavía el poderío militar y la concentración económica iban más nítidamente de la mano, algo que sugiere, en la actualidad, la necesidad de separar el análisis de las “estructuras económicas semiperiféricas” y de los “roles subimperiales” (KATZ, 2018). En este sentido, la estructura del artículo se compone de tres secciones. En la primera, reconstruimos la novedad del planteo de Marini con respecto a Brasil y su desarrollo dependiente, es decir, la introducción de los conceptos de semiperiferia y subimperialismo en el debate a él contemporáneo. Las siguientes dos secciones están dedicadas a abordar, por separado, estos dos conceptos y su vigencia para estudiar el neodesarrollismo en Brasil. Así, el segundo apartado recupera el concepto mariniano de subimperialismo y lo pone en tensión con el de autonomía, ausente en Marini pero vinculado a su análisis de los gobiernos “independientes” pre-dictadura y su política exterior, para avanzar la hipótesis que el neodesarrollismo haya expresado una política internacional “híbrida”, mostrando una mezcla de elementos propios de las dos orientaciones. La tercera sección, en cambio, considera la vigencia del carácter semiperiférico de Brasil, apuntando a comprender la forma de inserción internacional dependiente que el neodesarrollismo ha perseguido, una forma propia

¹ Félix concentra su análisis en Argentina, país que, tal cual consideraba Marini, no logra alcanzar una posición subimperial.

de las nuevas relaciones centro-periferia en el capitalismo mundializado. A seguir, unas breves conclusiones cierran este artículo.

Subimperialismo: el Brasil de Ruy Mauro Marini

El punto de partida de la elaboración de Marini es el descubrimiento de que la teoría marxista del imperialismo² es una teoría válida para las potencias centrales, pero que en el caso de América Latina y de Brasil esta debe acompañarse, necesariamente, de una elaboración situada. En su modelo, la expansión global del capitalismo ya había modificado la estructura centro-periferia en la década de 1960, creando “centros medianos de acumulación”, como Brasil. Estos eran, al mismo tiempo, dependientes del centro económico y dominantes frente a su propia periferia, ya que habían alcanzado un nivel más alto de “composición orgánica” y de concentración y centralización del capital. La fórmula que acuñó para representar esta condición peculiar fue la de subimperialismo, definida como “[...] la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero” (MARINI, 1977, p. 17). Marini instaba (1985), en este sentido, a superar las visiones estáticas y dualistas como este-oeste, norte-sur y centro-periferia, para adoptar un enfoque que considera a las relaciones internacionales como un “proceso y campo de fuerzas cambiantes”, como una tela intrincada, sacudida constantemente por la lucha entre el vértice imperialista y los capitalismos emergentes que quieren formar parte de ese círculo, desplazando otros países dominantes e intentando, a la vez, no “deslizarse” hacia abajo (MARINI, 1985).

En particular, el planteo de Marini resulta una reflexión pionera en el marco de la teoría de la dependencia y de la teoría marxista de la dependencia, puesto que el autor brasileño registra –como sucesivamente harán, usando la categoría de “semi-periferia”, los modelos propuestos por Immanuel Wallerstein (1979) y Samir Amin (1975)– la existencia de un nivel intermedio entre el centro y la periferia: los centros medianos de acumulación. En efecto, en su opinión, el “desarrollo” en la periferia era el resultado de la “internacionalización” de los mercados internos a través de su incorporación a las cadenas globales de producción, aunque, a diferencia de los países centrales, este proceso no permitía la expansión de los mismos mercados locales y la creación de un consumo de masa, debido a una estructura económica sofocada por la importación de bienes de lujo por parte de las élites y una especialización general en

² La teoría marxista del *imperialismo* tiene a Lenin y a la obra *El imperialismo, fase superior del capitalismo* como referencia central.

la producción para la exportación (CLEMENTE, 2018). Sin recurrir a la tradicional definición de Samir Amin de economías “autocentradas” vs economías “extravertidas”³, Marini mantenía que la diferencia principal entre el centro y la periferia se encontraba en que en la segunda había un hiato estructural entre la capacidad productiva, determinada en gran parte por las necesidades de los mercados externos, y el consumo, siendo el crecimiento endógeno dispuesto por las relaciones externas y no por las exigencias internas. Por otro lado, una marca característica de la periferia sería la “sobreexplotación” de la fuerza de trabajo, es decir, una extracción exacerbada de valor de la mano de obra local por parte de las clases dominantes – obtenida, principalmente, por medio de bajos salarios, pero también por la negación de estándares de vida mínimos – que logran así ganancias suficientes para enriquecerse y transferir a la vez una cuota relevante del excedente económico a las burguesías de las economías centrales, a las cuales se encuentran subordinadas. En este sentido, la insuficiencia del mercado interno y la sobreexplotación o “doble explotación” son, según Marini, las características principales de la dependencia. Sin embargo, la expansión global del capitalismo, al transferir capitales, medios de producción y tecnología a la periferia, había llevado involuntariamente a la conformación de los centros medianos de acumulación, que se encontraban en una situación novedosa, desarrollando la capacidad de mantener parte del excedente económico producido –y de extraer a su vez excedente de los países periféricos menores – sin dejar de transferir el resto a los países centrales, en un flujo continuo determinado por el endeudamiento externo y el intercambio desigual. Por esta y otras razones, este proceso no permitía la expansión de los mercados locales.

Pero esta integración subalterna al mercado mundial tiene también otros efectos sobre los centros medianos de acumulación, que los llevan a ejercer una dominación sobre su propia periferia. En efecto, al alcanzar estos países una “[...] composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales” (MARINI, 1977, p. 17), las burguesías locales

[...] logran apropiarse de una ganancia extraordinaria, sea liderando internamente la producción en sus ramas respectivas, sea operando en otras economías sometidas a la expansión subimperial, apropiándose del valor producido en las naciones más débiles. Y una parte de esa masa de valor -otra es drenada por las relaciones con el imperialismo- viene incorporada, posibilitando, dentro de los límites de una economía dependiente, cierto desarrollo con algún

3 “Mientras que en el modelo de la acumulación autocentrada las relaciones exteriores se someten a la lógica y a los imperativos de la acumulación interna, en el modelo de desarrollo extravertido, por el contrario, son las relaciones con el exterior las que determinan casi totalmente el ritmo y las características de la acumulación interna” (AMIN, 1994, p. 179).

control tecnológico en la producción y con alguna presencia, aunque subordinada, en los circuitos de valorización financiera” (LUCE, 2014, p. 137).

Se trata de la formación de los monopolios brasileños o “*trust* capitalistas nacionales”, que, en busca de colocar la producción sobrante en los países vecinos, a partir de la década de 1960, empezaron a exportar mercancías y capitales y a protagonizar una expansión en el exterior, orientada a asegurar los suministros de materias primas.

Al mismo tiempo, para Marini, el Brasil pos-golpe de 1964 tenía que ser considerado subimperialista debido también a la actitud agresiva y militarista hacia los países vecinos, impulsada tanto por las exigencias del capitalismo como por el proyecto geopolítico de la junta militar. Empero, como hemos visto, esto no significa que la décima economía mundial en ese entonces fuera una potencia imperialista. En este sentido, el prefijo “sub” quiere decir que, a pesar de ocupar una posición preponderante en la región, Brasil y sus clases dominantes seguían en una posición subalterna con respecto a los centros de irradiación imperialista, Europa y Estados Unidos, pudiendo ejercer una política expansionista “relativamente autónoma”. Así, lo que Brasil experimentó fue no solo una mayor integración al sistema productivo del imperialismo estadounidense, sino también a su hegemonía política (MARINI, 1969). Si, en efecto, en el plano económico el subimperialismo de Brasil significaba coadyuvar a la expansión de capitales norteamericanos, en su propia economía y en la región, produciendo una integración del bloque sudamericano al sistema continental dominado por Estados Unidos (MARINI, 1966a), en lo que atañe a la política exterior Brasil se perfilaba para el rol de aliado menor y de “policía regional”, que en el ámbito de la Guerra Fría y de la lucha contra el comunismo continuaba la política exterior de Washington en su “patio trasero”. Corolario de la integración económica era, en este sentido, la integración militar del continente, que los militares brasileños buscaron a través de varias iniciativas, como la creación de un ejército o policía latinoamericana y la armonización técnica de los armamentos, con el impulso del complejo militar-industrial en formación y las directivas de la Escuela Superior de Guerra, cuyo personal se empezaba a formar en Estados Unidos (MARINI, 1967). No obstante, asociarse abiertamente con Estados Unidos y su política exterior comportaba poder gozar de su respaldo político y económico, algo que los militares procuraban aprovechar para construir una zona de influencia propia en la región, ahora como aliado fiel al actor hegemónico. Esta búsqueda de liderazgo político en la región sudamericana, con todo, también era parte de un esfuerzo para encontrar una salida para la burguesía industrial frente a la imposibilidad de ampliar el mercado interno sin trastocar la estructura de acumulación y el precario equilibrio de fuerzas que se mantenía con las otras fracciones de la burguesía: el agro y los grupos extranjeros (MARINI, 1969). La solución que se encontró con el subimperialismo fue, entonces, la de proyectar en

el exterior el potencial económico de la industria, procurando la incorporación de mercados ya formados como el de Uruguay y Paraguay, y desarrollar un poderoso complejo industrial-militar. Según Marini (1966a), el pasaje de un mero “alineamiento” a la política exterior de Estados Unidos a la adopción de una política exterior *subimperialista* fue marcado por la elección consciente – y aparentemente definitiva – por parte de la burguesía industrial de abandonar cualquier proyecto de desarrollo nacional autónomo, aceptar su subordinación a la burguesía imperialista norteamericana y emprender, de forma asociada con ésta, una expansión en la región a la conquista de nuevos mercados. El subimperialismo se presenta, así, como un proyecto orgánico de dominación, que halla en el gobierno militar su articulador político. La autonomía relativa del Estado, según Marini (1985), permitió que éste condensara la representación de las clases dominantes en su conjunto y lograra un equilibrio entre los intereses encontrados que estas mantienen en su interior.

Este proyecto político del cual la junta militar brasileña se hace promotora, y que tiene a Sudamérica como escenario principal, adquiere más claridad cuando es comparado con la fase anterior al subimperialismo. Durante los gobiernos de Quadros (1961) y Goulart (1961-1964), Marini registra una búsqueda de una política exterior “independiente”, donde prima la exploración de nuevos mercados⁴ a través del establecimiento o fortalecimiento de relaciones diplomáticas con países periféricos y un no alineamiento con las potencias imperiales, todo acompañado por un programa de reformas radicales en la economía interna. En este sentido, Marini asocia directamente el nacimiento del subimperialismo con la renuncia, por parte de la burguesía industrial, a una política independiente del imperialismo y a un programa de desarrollo nacional que incluyera la clase trabajadora, optando, en su lugar, por un realineamiento con los intereses de la burguesía agraria y de los capitales monopólicos extranjeros, que se manifestó a través del apoyo al golpe militar de 1964. Así, en medio de un reflujo económico y del crecimiento de la conflictividad obrera, el golpe proyectó los militares al gobierno y los transformó en eje articulador de las distintas fracciones de la burguesía brasileña. En esta visión, la burguesía “local” o “nativa” recubre notable importancia en las relaciones de fuerza. No obstante, es oportuno no

4 Esta estrategia encontraba su justificación interna en la imposibilidad de ampliar el mercado doméstico y en la necesidad de crear una “reserva externa de mercado” para la producción nacional. Según Marini, esta meta fue retomada por los militares después del golpe de 1964, aunque estos transformaron la que era una estrategia temporaria, a emplearse hasta que las reformas estructurales hubieran removido los obstáculos al desarrollo económico interno, en su opción principal y alternativa a las reformas internas (MARINI, 1966a). Si en Sudamérica esto significaba complementar la exportación y comercialización de productos con la “incorporación extensiva de mercados ya formados” por parte de Brasil, en África Brasil se transformaba en un “intermediador” de la dominación imperialista occidental (MARINI, 1985).

perder de vista las consecuencias del subimperialismo, así como fueron analizadas por Marini, sobre la estructura de la clase dominante en Brasil: la integración irreversible de las fracciones burguesas “locales” o “nativas” al imperialismo de forma subordinada, junto con la internacionalización, concentración y centralización de la economía brasileña, la cual entra definitivamente en la fase de la financiarización y de los monopolios. Es decir, la opción por el subimperialismo significa, también, la desaparición de la burguesía “nacional”.

Entre subimperialismo y autonomía: el neodesarrollismo en Brasil como política internacional

La actuación internacional de Brasil en la fase 2003-2016 ha justificado un debate alrededor del rol de “líder” o “potencia” regional que el país habría llegado a cubrir (FLEMES, 2016; MALAMUD, 2011; MERKE, 2010; MESQUITA, 2016; NOLTE, 2006; SANAHUJA, 2012). Por un lado, esta caracterización se debe a una serie de éxitos institucionales y al reconocimiento internacional como *global player*⁵. Por el otro, dado el parcial desinterés que Estados Unidos mostró en esta fase (2003-2016) hacia la región, Brasil habría promovido un “orden regional” cooperativo fundado sobre un revitalizado MERCOSUR, la UNASUR, con su plan de infraestructura y energía (IIRSA)⁶ y su Consejo de Defensa Sudamericano (CDS), y la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), pensada en parcial contraposición a la Organización de los Estados Americanos (OEA) y de la cual quedaban excluidos los Estados Unidos. Según Burges (2008, 2015), el proyecto regional de Brasil se habría organizado alrededor del ofrecimiento a la región de un “paquete ideacional” fundado sobre tres pilares: la formación de un mercado regional que favoreciera las empresas locales; la consolidación de una base sobre la cual negociar comercialmente con las potencias del norte desde una posición común y en condiciones más equitativas; la realización de un ambicioso plan de infraestructura regional financiado parcialmente por Brasil. En particular, el ofrecimiento de una integración “suavizada” a la economía global, junto a la provisión de tecnologías y financiamientos que de otra manera hubieran sido de difícil acceso, habría permitido al proyecto de Brasil lograr

5 Brasil es miembro fundador del grupo G20 y de los bloques intrarregionales IBSA (India, Sudáfrica y Brasil) y Brics (IBSA más Rusia y China), así como país líder de la misión militar en Haití (MINUSTAH). También ha encabezado coaliciones de países periféricos en la OMC y ha apoyado la reforma del FMI y del Banco Mundial, logrando ganar las elecciones para dirigir la OMC en 2013 y la Organización de las Naciones Unidas de la Alimentación y la Agricultura (FAO) en 2011 (TUSSIE, 2016).

6 “Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana” hoy bajo el paraguas del Consejo Sudamericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN) de UNASUR.

tracción en la región, mientras que el país se posicionaba como centro geográfico y económico de Sudamérica, desarrollando los corredores de la IIRSA como una telaraña a su alrededor y orientando los intereses empresarios de los otros países hacia su mercado.

Sin embargo, después de una primera fase exitosa, la consolidación de Brasil como “líder regional” habría fracasado a raíz de la creciente divergencia entre la actuación global y regional del país (KATZ, 2018). La tensión entre el foco regional y la esfera global habría terminado por definirse, según Vigevani y Ramanzini (2009), a favor de los objetivos de inserción global del país, en desmedro de la integración regional. En particular, los gobiernos de Lula da Silva habrían ensayado una reorientación de la política exterior de Brasil norteadora por el concepto de “autonomía por la diversificación”⁷ (VIGEVA NI; CEPALUNI, 2007, 2011). La “diversificación” se encontraría en la búsqueda activa de relaciones políticas y comerciales con África y Oriente Medio, en el marco de una política “sur-sur” (LECHINI, 2009; PAIKIN, 2019), y alianzas con países “emergentes”, como China, India y Rusia. Sin embargo, esta reorientación, junto con el aumento del intercambio comercial con los países asiáticos, habría llevado a la pérdida de importancia de Sudamérica para las élites políticas y económicas brasileñas (VIGEVA NI; RAMANZINI, 2009). Esto se habría reflejado en una “doble actuación” de Brasil, ya que la táctica confrontativa adoptada con Estados Unidos para “aumentar el costo de involucramiento” de este en Sudamérica a través de la promoción de nuevas instituciones regionales que excluyen ese país (QUILICONI, 2013) se ha acompañado de un posicionamiento internacional “pragmático y moderado”, orientado a legitimarse como “mediador responsable” entre las grandes potencias y la región (SANAHUJA, 2012)⁸.

Si bien ayudan en comprender la actuación internacional de Brasil en la fase reciente, estas miradas soslayan el vínculo entre la política exterior brasileña y las relaciones de fuerza subyacentes al neodesarrollismo en Brasil. Un primer paso en esta dirección es posible a través de una recuperación crítica del concepto de subimperialismo introducido por Ruy Mauro Marini y revisitado por otros y otras (BOND, 2015; CLEMENTE, 2018; FÈLIZ, 2019a; FONTES, 2013; KATZ, 2016; LUCE, 2007, 2011; SEABRA; BUENO, 1999; SLIPAK, 2016b).

7 La cual contrastaría con la “autonomía por la participación” de la década anterior cuando los ejecutivos de Fernando Henrique Cardoso buscaron aumentar la gravitación del país en los asuntos internacionales gracias a la adhesión explícita a los regímenes internacionales neoliberales.

8 Esto se hizo evidente en la competencia con Venezuela, donde Brasil ha frenado en más de una ocasión los proyectos venezolanos o “licuando” su radicalidad en el ámbito de un posicionamiento común sudamericano, como en el caso de los proyectos energéticos del expresidente Chávez, el Banco del Sur, la moneda única Sucre, la propuesta de una fuerza armada latinoamericana y el relacionamiento general con Estados Unidos (CLEMENTE, 2017a).

Recuperar la hipótesis de Marini es, sin duda, interesante a causa de las notables semejanzas que se pueden encontrar en términos de dinámica económica y de política exterior entre la fase neodesarrollista y el periodo analizado por el autor brasileño, que tiene como parteaguas el golpe militar de 1964, semejanzas que parecen sugerir la permanencia de una condición estructural de Brasil que escapa a la coyuntura. A la vez, las diferencias son tales que nos parece más útil hablar de una “política internacional neodesarrollista” con sus especificidades. No obstante, esto no impide trazar paralelos con la obra de Marini, y en particular situar el neodesarrollismo como algo intermedio – nuevamente, un híbrido – entre la “política independiente” de los gobiernos de Quadros y Goulart y el subimperialismo post 1964.

Con la fase anterior al golpe de 1964, el neodesarrollismo comparte la búsqueda de nuevos mercados a través del establecimiento o fortalecimiento de relaciones diplomáticas con países periféricos, lo que ha tomado la forma de la “cooperación sur-sur” (PAIKIN, 2019) y la búsqueda de “autonomía por la diversificación” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Esto se debe en parte a que el mercado interno, si bien mucho más desarrollado que en la década de 1960 y no obstante la ampliación del consumo facilitada por la masificación del crédito (FONTES, 2010), sigue siendo, en ausencia de reformas profundas y radicales, limitado en su expansión por las consecuencias de un tipo de acumulación extravertida, y, como entonces, en el neodesarrollismo su fortalecimiento pasa en segundo plano con respecto al fomento a las exportaciones, cuyo aumento favorece principalmente la burguesía industrial y agroindustrial. Sin embargo, la expansión en nuevos mercados, una orientación que los gobiernos “independientes” de Quadros y Goulart consideraban como una “salida temporaria” mientras que las reformas estructurales internas siguieran su curso, pasa a ser en la frase reciente una solución en si misma a los problemas de acumulación doméstica, como en los tiempos de la dictadura. Esto es así también porque hay otra constante económica que se repite y profundiza: el diferencial de costos en servicios y mano de obra con los países cercanos y su mayor disponibilidad de materias primas (CLEMENTE, 2017b).

Otro eje fundamental es la relación con los capitales estadounidenses y la potencia norteamericana, verdadera “razón de ser” del subimperialismo. En efecto, como hemos visto, la política internacional neodesarrollista matizó esta dependencia y asociación prioritaria entre los capitales brasileños y los norteamericanos en el mercado doméstico y en otros – asociación bien visible, sin embargo, en algunas industrias (agronegocio) y países (Paraguay) (VUIK, 2013) – al perseguir una alianza estratégica con otras potencias y una diversificación de mercados, de forma parecida a los gobiernos “independientes” pre-1964. Además, la política exterior de Brasil en la

fase observada no se encontraba, en general, alineada a Washington, ya que varias de las decisiones y de los posicionamientos tomados por este país iban a contramano de las estrategias de EE.UU. En particular, el esquema de integración regional de Brasil – afianzado por la creación de UNASUR y CELAC – implicaba la exclusión explícita de la potencia norteamericana y un acercamiento a la Argentina, que, contrariamente a lo acontecido en la década de 1970, cuando ambos países eran gobernados por dictadura militares (MARINI, 1965), no era auspiciado por la Casa Blanca. Asimismo, según Katz (2018), a pesar de protagonizar un rearme relativo, el escaso o nulo recurso a acciones militares que respaldaran la búsqueda de autonomía frente a Estados Unidos por parte de Brasil invalidaría un diagnóstico subimperial en los términos de Marini:

Las multinacionales incursionaron en negocios lucrativos en Sudamérica, generaron conflictos en Paraguay y Ecuador, y compraron activos en Argentina. Lula y Dilma actuaron como lobistas de esas compañías, perfeccionando la mediación diplomática de Itamaraty. Sin embargo, ese expansionismo no determinó un perfil subimperial. Ningún gobierno del nuevo siglo recurrió a la supremacía militar o a la presión geopolítica explícita para apuntalar a esas empresas. Apelaron a la mediación en los conflictos que esas compañías tuvieron con los gobiernos radicales de Bolivia y Venezuela. Esa actitud contrasta con las posturas de los gobiernos militares de la época de Marini. (KATZ, 2018, p. 258).

Sin embargo, hay elementos que indican que el rol ejercido por Brasil en la región no le impidió ser considerado una especie de “semi-aliado” por Estados Unidos por su función de moderador de propuestas más radicales (Venezuela, Argentina) y su voluntad de mostrarse como una “potencia responsable” en el concierto de las naciones (por ejemplo, por medio de la conducción de la misión militar de Naciones Unidas MINUSTAH en Haití), con objetivos y propuestas de reforma razonables, para alcanzar las cuales Brasil se demostró además disponible a renegar de su rol de representante de los intereses colectivos regionales en los foros internacionales (QUILICONI; PEIXOTO, 2013).

En este sentido, ambos aspectos, la búsqueda de nuevos mercados para la burguesía industrial y las contradicciones puntuales en política exterior entre Brasilia y Washington, podrían ser entendidos desde el concepto de “cooperación antagónica” propuesto por Marini, para quien la competencia entre burguesías nacionales daba lugar a una disputa moderada por espacios de influencia en un marco de sumisión voluntaria de las clases dominantes periféricas (Brasil) a las centrales (EE.UU.), y la acción del Estado subimperial tenía entre sus objetivos evitar la absorción destructiva de la burguesía “nativa” por parte del capital global. Se trata de la hipótesis de Luce (2007b, 2011, 2014), quien, coincidiendo con otros autores (SEABRA; BUENO, 1999), habla de un subimperialismo *aggiornado*, donde instituciones como el MER-

COSUR, la UNASUR y la IIRSA fungen como herramientas para la búsqueda de una esfera de influencia propia y una autonomía relativa para la burguesía dependiente, “[...] en los términos de la cooperación antagónica con los centros imperialistas y a costa de los pueblos hermanos” (LUCE, 2014, p. 139, traducción propia). Con algunas diferencias, las lecturas que hacen Berringer (2014) – quien, siguiendo la hipótesis de Boito (2012) sobre el protagonismo de la “burguesía interna”, analiza cómo el giro en la política exterior de Brasil a partir de la asunción de Lula ha favorecido preferentemente los intereses de esta fracción de clase – y Kan (2009) –quien identifica las fracciones industriales de la clase dominante local, en particular la “industria paulista”, como el motor principal del proyecto hegemónico regional de Brasil – ruedan fundamentalmente alrededor del mismo hallazgo.

En nuestro parecer, sin embargo, es más oportuno considerar la “política internacional neodesarrollista” como expresión de un conjunto de intereses⁹, emanados de la particular correlación de fuerza que se consolida en Brasil durante el neodesarrollismo y que toma la forma de un sistema hegemónico articulado en un modelo de desarrollo y un modelo de hegemonía específicos (CLEMENTE, 2022). En particular, retomando la propuesta de Cerqueira (2014) de considerar esta política internacional como resultado de la *expansión* del “bloque histórico” neodesarrollista, avanzamos la hipótesis de que la política exterior de Brasil en este periodo es caracterizable como la expansión y *proyección internacional* del sistema hegemónico neodesarrollista, en el cual el fortalecimiento político de la burguesía industrial convive con el predominio económico de la fracción financiera de la clase dominante y se acompaña de una integración subalterna de las masas. Por demás, esta lectura encuentra confirmación en la coincidencia entre la crisis de la política internacional neodesarrollista y la ruptura del equilibrio en las relaciones de fuerza domésticas (CLEMENTE, 2022).

Semiperiferia ayer y hoy: el neodesarrollismo en Brasil como forma de inserción internacional dependiente

Al mismo tiempo, el neodesarrollismo asumió también la configuración de una

⁹ Por demás, la necesidad de matizar la correspondencia directa entre la política exterior de Brasil en la región y los intereses de una fracción específica de la burguesía es defendida por el mismo Kan (2009), el cual aporta ejemplos de contradicciones puntuales entre el gobierno brasileño y los empresarios de ese país, como la “guerra comercial de baja intensidad” entre Argentina y Brasil alrededor de los saldos comerciales y el ingreso de Venezuela en el MERCOSUR en 2006.

forma de inserción internacional para Brasil y Sudamérica en su conjunto. Nuestra hipótesis es que se ha tratado de una inserción al mercado mundial de tipo subordinado, co-determinada por las transformaciones ocurridas en las últimas décadas en la economía global al calor del avance del proceso de mundialización del capital. Una forma de inserción que se encuentra fundamentalmente vinculada a la vigencia del estatus semiperiférico de Brasil y que ese país ha intentado articular como parte de un esquema de integración regional *neodesarrollista*, siendo Sudamérica el escenario privilegiado para que se manifieste plenamente la “posición paradójica” que el país ocupa entre economía dependiente explotada y país que explota y subordina a otros en su ascenso en la estructura global de reproducción expandida del capital (GARCÍA, 2012).

Entre otros y otras, Javier Martínez Peinado (2011, 2014) comparte la necesidad de mantener la vigencia del concepto de semiperiferia, ya que permite explicar – en un capitalismo ahora plenamente “globalizado” y ya no “internacional” – la divergencia producción/consumo entre el centro y la periferia y la continuidad de la imposibilidad por parte de las viejas y nuevas semiperiferias – grupo en el que coloca a los países BRICS – de retener la mayor parte del excedente económico producido. Además, señala la utilidad del concepto para entender la forma de inserción de dichos países en las cadenas globales de valor y superar definitivamente

[...] la definición comercialista de los centros como exportadores de manufacturas y de las periferias como primario-exportadoras. La extraversion se puede dar también en la exportación de manufacturas y las economías autocentradas pueden ser perfectamente primario-exportadoras (dominando incluso los mercados internacionales de productos primarios por su volumen exportador como de hecho lo hacen). Porque la definición de C/P ya no descansa en qué se produce, sino en cómo se produce. (PEINADO, 2011, p. 35).

La cuestión de la convivencia compleja, en las últimas décadas, entre una reprimarización de la estructura económica brasileña y un aumento vertiginoso en la exportación de capitales locales se encuentra en el centro del debate alrededor del carácter semiperiférico de Brasil y de la vigencia del concepto de subimperialismo para comprender la forma de inserción internacional que ha dominado durante el neodesarrollismo. En efecto, la pérdida del “aura de economía industrial ascendente” (KATZ, 2018, p. 208) derivada del acentuado declive fabril imposibilitaría, según Katz, considerar a Brasil como subimperialista *a la* Marini y sugeriría valorarla simplemente en tanto *economía intermedia*. Al contrario, según Luce (2007), el fin del “patrón industrial diversificado” – la pérdida de gravitación de la industria de transformación en favor de la especialización productiva en las industrias extractivas, donde las materias primas volvieron a ser el segmento que imprime dinamismo al “patrón de reproducción” – no significó el ocaso del subimperialismo, sino que éste asumió nuevas formas, conservando su esencia. Entre estas nuevas formas posibles, se

encuentra la integración, en forma subordinada, de Brasil al “capital-imperialismo”, una nueva fase del imperialismo caracterizada por la movilidad de capitales y la predominancia del capital financiero, que, según Fontes (2010), se habría abierto al finalizar la Segunda Guerra Mundial. En este sentido, Brasil formaría parte del grupo desigual de países capital-imperialistas: “[...] como último de los primeros, en una situación tensa e inestable, depende de una carrera alucinada de concentración de capitales que, a cada paso, desencadena crisis sociales dramáticas” (FONTES, 2010, p. 359, traducción propia), y cuyo reflejo principal en la región sería la explotación incrementada de recursos y mano de obra de los países vecinos. Sin embargo, esta situación no implicaría una reducción de la clásica dependencia de los capitales extranjeros, sino el engendramiento de nuevas contradicciones:

La expansión capital-imperialista brasileña [...] altera la escala de inserción subordinada, el espacio de reproducción de los capitales aquí ubicados y acarrea nuevas exigencias políticas internas. La permanencia de una plataforma subalterna de exportación de capitales convive con algunos sectores y empresas altamente competitivas en ámbito internacional. La exportación de capitales como inversiones directas convive con la “commoditización” de una parte significativa de la producción y de las exportaciones [...]. (FONTES, 2010, p. 363, traducción propia).

A pesar de no emplear el concepto de subimperialismo – de hecho, rechazando algunos de sus axiomas¹⁰ – Fontes considera el trabajo de Marini fundamental, una verdadera *matriz* que hay que actualizar para que siga contribuyendo a caracterizar las periferias, teniendo en cuenta el alcance de las grandes transformaciones que han ocurrido a nivel mundial, desde entonces, en la concentración de capitales, en la división internacional del trabajo y en la dinámica interimperialista posterior a la caída de la Unión Soviética y a la emergencia de China, así como en la acumulación capitalista y en la configuración del Estado en Brasil.

En este sentido, creemos que, a la hora de analizar la forma de inserción internacional dependiente neodesarrollista, es oportuno retener la noción mariniana de centros medianos de acumulación e insistir, a la vez, sobre la advertencia de Peinado, quien emplea el concepto de semiperiferia, acerca de la relación centro-periferia en la actualidad, es decir que “[...] la definición de C/P ya no descansa en qué se produce, sino en cómo se produce” (PEINADO, 2011, p. 35). Así, este “giro” permite dar cuenta de un contexto que

[...] difiere del estudiado por Marini. Las economías intermedias que focalizaron su atención continúan cumpliendo un rol clave, pero operan en un nuevo marco de empresas transnacionales, tratados de libre comercio y finanzas mundializadas. En comparación con los años setenta, los mercados internos de los países intermedios han perdido relevancia frente a

¹⁰ Fontes (2010, 2013) pone en tela de juicio los fundamentos económicos del concepto de subimperialismo, a saber: la escasez del mercado interno y la sobreexplotación como trazo estructural periférico.

Si seguimos la indicación de Marini acerca de la necesidad de analizar siempre la fase de desarrollo en la cual se encuentra el capitalismo a nivel mundial para entender la realidad de los Estados dependientes y periféricos, tanto la diferenciación de mercados, como la búsqueda de alianzas con socios no tradicionales y “potencias emergentes” como China, India y Rusia, parecen responder, en general, a los cambios que se han dado en el capitalismo global antes y durante el despliegue del neodesarrollismo en el país. En particular, durante las últimas décadas, el avance del proceso de mundialización del capital, es decir de conformación de un mercado mundial estructurado alrededor del protagonismo del capital financiero, la internacionalización productiva y la liberalización comercial, han producido una restructuración de fondo de la relación centro-periferia y modificado las condiciones de la inserción dependiente de Sudamérica en la economía global. Entre otros efectos, el aumento del intercambio comercial con los países asiáticos ha contribuido a establecer nuevas relaciones de dependencia, mientras que la gravitación de las exportaciones de *commodities* naturales ha impulsado procesos de desindustrialización y reprimarización económica en toda la región (CLEMENTE, 2021b).

En este marco, la esencia del eje neodesarrollista en Sudamérica – la integración moderada a la globalización – fue promocionar la inserción de la región a las cadenas globales de valor (CGV)¹¹, manteniendo, empero, cierto reparo para los mercados internos a través de la conservación de la estructura y función del MERCOSUR (KAN, 2018; KATZ, 2006). Este objetivo se veía reflejado, también, en la incorporación de la iniciativa de infraestructura IIRSA a la UNASUR, parte de una estrategia de *supply-side regionalism* (MILBERG; JIANG; GEREFFI, 2014) que tenía al centro ya no la “clásica” expansión del mercado doméstico regional (*demand side regionalism*), sino más bien la construcción de una plataforma regional de exportación atada a la demanda mundial y fundada sobre la explotación de recursos (SAGUIER, 2012). No obstante, dominado por las empresas brasileñas y organizado alrededor de “corredores comerciales” regionales y las cadenas de valor a desarrollar en ese país, este esquema produjo una integración fragmentada y desigual en Sudamérica y una inserción subordinada de la región en la economía mundial (CLEMENTE, 2017b).

En este sentido, la integración paulatina de las semiperiferias al movimiento de “centralización desconcentrada” del capital a escala mundial en las últimas dos décadas (SPOSITO; SANTOS, 2012), ha significado el aumento de la inversión extranjera

11 Este término se refiere al desarrollo de “cadenas” internacionales de producción – posibilitadas por la mundialización del capital – donde diferentes unidades productivas a menudo ubicadas en diferentes países llevan a cabo “tareas” específicas que “agregan valor” al producto final.

directa¹² proveniente de la periferia y la emergencia de empresas trasnacionales (ETN) que acumulan poder de mercado a nivel local y pasan a competir a escala global con las corporaciones de los países centrales. En el caso de Brasil, la consolidación de ETN locales – las llamadas “campeones nacionales” –, las cuales empezaron su expansión internacional en Sudamérica, considerada como un “mercado ampliado” y como una pieza clave de una estrategia general de construcción de posiciones competitivas a nivel global, constituye un proceso sin antecedentes históricos en la inserción internacional de Brasil (CLEMENTE, 2021a).

Sin embargo, no existe incompatibilidad entre el aumento de la inversión extranjera directa (IED) en el exterior y el mantenimiento de una posición semiperiférica que impide a Brasil la plena retención del excedente (PEINADO, 2011, 2014). En efecto, la “fragilidad estructural” del capitalismo brasileño – la imposibilidad de controlar plenamente la tecnología y los procesos productivos adoptados, los cuales siguen determinados por los países del centro del sistema – impone al país la “opción por la inserción subordinada en la economía internacional” (CERQUEIRA, 2014, p. 210, traducción propia). Esto significa que las ETN locales desarrollan CGV de menor perfil industrial y alto impacto socioambiental, y se internacionalizan en asociación con – no “en contra de” – las empresas multinacionales extranjeras. Al mismo tiempo, la expansión de capitales brasileños en la región, apuntalada por la acción estatal, tampoco se desenvolvió en oposición a las clases dominantes sudamericanas, ya que la adhesión de estas a la opción por la inserción subordinada en la globalización, en el marco de los esquemas de integración regional liderados por Brasil, ha garantizado el avance de esta expansión (CLEMENTE, 2021a). Lejos de apuntar a “revertir la condición dependiente del país”, el Estado brasileño habría así actuado como elemento articulador de los diversos intereses de las burguesías sudamericanas, usando su diplomacia para dirimir eventuales conflictos entre ellas (CERQUEIRA, 2014, p. 75).

Así y todo, el neodesarrollismo como forma de inserción internacional para Sudamérica ha redundado en el fortalecimiento – no en la superación – de varias tendencias negativas que han caracterizado la región en su conjunto en las últimas décadas: reprimarización económica, desindustrialización, inserción subalterna en las CGV (KATZ, 2016). Sin embargo, este escenario, y sus contradicciones, no puede ser considerado como muestra de un fracaso del esquema neodesarrollista de integración – de la región entre sí, y de su conjunto al mercado mundial –, sino que, más bien, representa el resultado del avance de este en cuanto movimiento de inserción subordinada de la economía brasileña, y regional, al mercado global en las nuevas condiciones que el capitalismo mundializado reserva a la periferia latinoamericana.

12 Operaciones de adquisición de activos en países extranjeros o de establecimiento de nuevas unidades productivas afuera de las fronteras nacionales, realizadas por las ETN.

Conclusiones

Ruy Mauro Marini sigue siendo una referencia insoslayable para las ciencias sociales latinoamericanas. Protagonista de una reflexión pionera en la década de 1960, a través de su obra y su método, nos sigue ofreciendo herramientas irremplazables para el análisis y la acción en el marco de una nueva etapa de inserción periférica para nuestra región. En particular, la fase neodesarrollista ha significado el retorno a escena de ideas y lemas que en América Latina siempre vuelven, revividas ahora por un nuevo horizonte de posibilidad político: desarrollo, Estado fuerte, redistribución, cambio social. Así como los acalorados debates de la década de 1960 y 1970 alrededor de la elaboración de una teoría de la dependencia habían sido propicios para el desarrollo del pensamiento marianiano, la discusión reciente acerca del neodesarrollismo – su carácter de “nuevo desarrollismo” y, a la vez, etapa inédita en la historia de la dependencia latinoamericana (CLEMENTE, 2023) – lo es para una recuperación crítica de sus postulados y de su método. Si en otros lados hemos explorado esta potencialidad para reconstruir la peculiar relación de fuerzas propia del neodesarrollismo en Brasil (CLEMENTE, 2019, 2022), en este artículo nos hemos dedicado a abordar el neodesarrollismo en cuanto política internacional y forma de inserción original.

Para ello, en la primera sección, hemos discutido la perspectiva situada que Marini desarrolla con respecto a la teoría marxista del imperialismo clásica, identificando en los conceptos de subimperialismo y centros medianos de acumulación su principal innovación en el marco de las teorías de la dependencia. Lo que Marini “descubre” es que la condición dependiente tensiona el esquema simple de centro-periferia y agrega complejidad a la dinámica imperialista: en su modelo, la expansión global del capitalismo había modificado la estructura centro-periferia ya en la década de 1960. Brasil se constituía así en una economía intermedia, al mismo tiempo dependiente del centro económico y dominante frente a su propia periferia, una condición que se acompañaba al ejercicio de un “rol subimperial” plasmado en una actitud agresiva y militarista hacia los países vecinos y en el despliegue de una “cooperación antagónica” con Estados Unidos, articulando una estrecha alianza geopolítica con la búsqueda de espacios de autonomía para sus clases dominantes.

Preguntándonos acerca de la vigencia de estos conceptos para analizar la fase reciente en Brasil, la que se corresponde, *grosso modo*, al periodo 2003-2016 y que hemos caracterizado como “neodesarrollista”, en la segunda sección hemos analizado la política internacional específica que se despliega con relación a la categoría de subimperialismo. No obstante las muchas similitudes con el periodo estudiado por

Marini, algunas semejanzas registradas con la fase anterior a este – caracterizada por Marini como dominada por una política exterior “independiente” y emparentada por nosotros con el concepto de “autonomía” – sumadas a la diferencia radical de contexto internacional, nos invitan a considerar la “política internacional neodesarrollista” en cuanto “híbrido” entre subimperialismo y autonomía. Asimismo, instamos a buscar la especificidad de esta política internacional en su carácter de expresión de un conjunto de intereses diferenciados, emanados de la particular correlación de fuerza que se ha consolidado en Brasil durante el neodesarrollismo.

En la tercera sección, siguiendo la advertencia acerca de la necesidad de separar el análisis de las “estructuras económicas semiperiféricas” y de los “roles subimperiales” en el capitalismo contemporáneo, nos hemos concentrado en la vigencia del estatus semiperiférico de Brasil y su relevancia para comprender la forma de inserción internacional dependiente que ha caracterizado el neodesarrollismo. El avance del proceso de mundialización del capital durante las últimas décadas y la emergencia de viejas y nuevas semiperiferias han producido una restructuración de fondo de la relación centro-periferia y modificado las condiciones de la inserción dependiente de Sudamérica en la economía global. En este sentido, la integración paulatina de Brasil al movimiento de “centralización desconcentrada” del capital a escala mundial ha redundado en un aumento de la inversión extranjera directa emitida y en la creación de empresas transnacionales locales globalmente competitivas – las llamadas “Campeones Nacionales” – pero, a la vez, ha impulsado procesos de reprimarización económica, desindustrialización e inserción subalterna en las cadenas globales de valor.

Referências

- AMIN, Samir. El desarrollo desigual. Barcelona: Fontanella, 1975.
- AMIN, Samir. El fracaso del desarrollo en África y en el tercer mundo. Madrid: Iepala, 1994.
- BERRINGER, Tatiana. Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula. Tese de doutorado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. *Crítica Marxista*, n. 36, p. 115-127, 2013. Disponible en: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie62merged_document_276.pdf. Acceso: 11 mayo 2023.
- BOITO, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *Fórum Econômico da FGV*. São Paulo, 2012. Disponible en: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie62merged_document_276.pdf. Acceso: 15 mayo 2023.
- BOND, Patrick. BRICS and the sub-imperial location. In: BOND, Patrick; GARCIA, Ana (Orgs.). *BRICS: an anti-capitalist critique*. London: Pluto Press, 2015. p. 24-32.
- BURGES, Sean. Revisiting consensual hegemony: Brazilian regional leadership in question. *International Politics*, v. 52, n. 2, p. 193-207, 2015. Disponible en: <https://link.springer.com/article/10.1057/ip.2014.43>. Acceso: 11 mayo 2023.
- BURGES, Sean. Consensual hegemony: theorizing Brazilian foreign policy after the Cold War. *International Relations*, n. 22, p. 65-84, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0047117807087243>

CERQUEIRA, Daniela Franco. A integração do Brasil com os países da América do Sul (2003-2010): o IED brasileiro, a IIRSA e a consolidação da dependência. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

CLEMENTE, Dario. El neodesarrollismo en Brasil como relación de fuerzas: un ensayo de conceptualización concreta (2003-2016). In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Orgs.). “¿El neodesarrollismo en el cono sur: crónica de una década pasada? Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil?”. Buenos Aires: El Colectivo, 2023. p. 184-212.

CLEMENTE, Dario. From Lula to Bolsonaro: the crisis of neodevelopmentalism in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 243, p. 87-103, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X211058172>

CLEMENTE, Dario. La hegemonía que no fue. Brasil y Sudamérica durante el ciclo progresista. Buenos Aires: El Colectivo, 2021a.

CLEMENTE, Dario. ReORIENT América Latina: las nuevas rutas del despojo van hacia China. El caso de Brasil y de la minera trasnacional VALE. In: DANIELE, Benzi et al. (Org.). Geopolítica y geoconomía de la cooperación entre China y América Latina y el Caribe. [S.l.]: Red Iberoamericana Académica de Cooperación Internacional (RIACI), 2021b. p. 265-286.

CLEMENTE, Dario. El Estado neodesarrollista en Brasil y su crisis: apuntes en perspectiva histórica. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 24, n. 1, p. 102-126, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2019v24n1p102>

CLEMENTE, Dario. Los aportes de Ruy Mauro Marini a los estudios internacionales desde América Latina. *Análisis Político*, v. 31, n. 94, p. 75-92, 1 set. 2018. Disponible en: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/78241>. Acceso: 17 abr. 2019.

CLEMENTE, Dario. El regionalismo post-hegemónico en perspectiva crítica: una mirada neograms-ciana. Brasil, Venezuela y la opción contra-hegemónica. OLAC: Observatorio Latinoamericano y Caribeño, v. 1, n. 1, p. 110-130, 2017a. Disponible en: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/2308>. Acceso: 11 mayo 2023.

CLEMENTE, Dario. Las estrategias IIRSA-COSIPLAN y Campeones Nacionales en el proyecto regional de Brasil: la construcción de una hegemonía (2002-2016). Buenos Aires: FLACSO, 2017b. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10469/15541>. Acceso: 11 mayo 2023.

FÉLIZ, Mariano. El tiempo que nos tocó dependencia, crisis y luchas sociales en la Argentina reciente. Buenos Aires: El colectivo, 2019a.

FÉLIZ, Mariano. Neodevelopmentalism and dependency in Twenty-first-Century Argentina: insights from the work of Ruy Mauro Marini. *Latin American Perspectives*, v. 46, p. 105-121, 2019b. Disponible en: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0094582X18806588>. Acceso: 11 mayo 2023.

FLEMES, Daniel. Brazil: strategic options in the changing world order. *Regional Leadership in the Global System*. [S.l.]: Routledge, 2016. p. 105-124.

FONTES, Virgínia. A incorporação subalterna brasileira ao capitalimperialismo. *Crítica Marxista*, n. 36, p. 103-113, 2013. Disponible en: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie61merged_document_275.pdf. Acceso: 11 mayo 2023.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora UFRJ, 2010.

GARCÍA, Ana Saggioro. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

KAN, Julian. El modelo de integración regional asociado a las reformas neoliberales. Un análisis de las iniciativas regionales de los años noventa y de la coyuntura actual. In: SILVA FLORES, Consuelo; NOYOLA, Ariel; KAN, Julian (Orgs.). América Latina: una integración fragmentada y sin rumbo. [S.l.]: CLACSO; IADE; MEGA2, 2018. p. 14-42.

KAN, Julián. Discutiendo el liderazgo de Brasil en el contexto actual de la integración regional. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27., 2009. Actas... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009.

KAN, Julián; KITAY, Iván. Relaciones internacionales, dependencia y marxismo. Los aportes del subimperialismo de Ruy Mauro Marini. In: KAN, Julián; ALEJANDRO MARCELO, Jaquenod; RODRIGO FEDERICO, Pascual (Orgs.). Entre lo global y lo internacional. Buenos Aires: Teseo Press, 2020. p. 59-99.

KATZ, Claudio. The cycle of dependency 50 years later. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 2, p. 8-23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X211018475>

KATZ, Claudio. La teoría de la dependencia, cincuenta años después. Buenos Aires: Batalla de ideas, 2018.

KATZ, Claudio. Neoliberalismo, neodesarrollismo, socialismo. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2016.

KATZ, Claudio. El rediseño de América Latina, ALCA, MERCOSUR y ALBA. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.

LECHINI, Gladys. La cooperación Sur-Sur y la búsqueda de autonomía en América Latina: ¿ Mito o realidad? *Relaciones Internacionales*, n. 12, p. 55-81, 2009. Disponible en: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/4980>. Acceso: 11 mayo 2023.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo. *Tensões Mundiais*, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014. DOI: <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v10i18.19.471>

LUCE, Mathias Seibel. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MALAMUD, Andrés. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 3, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2011.00123.x>

MARINI, Ruy Mauro. Geopolítica latino-americana. Río de Janeiro: Archivo Personal de Marini depositado en el Programa de Estudios de América Latina y el Caribe, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponible en: http://www.marini-escritos.unam.mx/_066_geopolitica_latinoamericana.html, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. Cuadernos políticos, v. 13, p. 76-84, 1977.

MARINI, Ruy Mauro. La pequeña burguesía y el problema del poder: el caso chileno. *Pasado y Presente*, v. IV, n. 1, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución. México: Siglo XXI Editores, 1969.

MARINI, Ruy Mauro. Militarismo y desnuclearización en América Latina: el caso de Brasil. *Foro Internacional*, 8(1), julio-septiembre, 1967.

MARINI, Ruy Mauro. La “interdependencia” brasileña y la integración imperialista. *Monthly Review*, Selecciones en Castellano, 3(30), 1966a.

MARINI, Ruy Mauro. El eje militar Brasil-Argentina y el subimperialismo. *Arauco*, n. 71, 1965.

MARTINS, Carlos Eduardo. The longue durée of the marxist theory of dependency and the twenty-first century. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 1, p. 18-35, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X211052029>

MERKE, Federico. De Bolívar a Bush: los usos del regionalismo en América Latina. Buenos Aires: Mimeo, 2010.

MESQUITA, Rafael. The hegemonic hermano: South American collective identity and Brazilian regional strategy. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 41, n. 2, p. 215-238, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/08263663.2016.1182691>

MILBERG, William; JIANG, Xiao; GEREFFI, Gary. Industrial policy in the era of vertically specialized industrialization. In: SALAZAR-XIRINACHS, Jose M.; NUBLER, Irmgard; KOZUL-WRIGHT, Richard. Transforming economies: making industrial policy work for growth, jobs and development. Gene-

va: ILO, 2014. p. 151-178.

NOLTE, Detlef. Macht und Machthierarchien in den internationalen Beziehungen. GIGA Working Papers, n. 29, 2006.

OSORIO, Jaime. Teoría marxista de la dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2016.

PAIKIN, Damián. La cooperación sur-sur y la integración latinoamericana: una mirada desde el MERCOSUR. In: OJEDA MEDINA, Tahina; ECHART MUÑOZ, Enara (Orgs.). La cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2019. p. 63-71.

PEINADO, Javier Martínez. La Semiperiferia como necesidad del capitalismo global: una aproximación a través del análisis factorial. Revista de Economía Mundial, n. 38, p. 253-272, 2014. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/866/86632965011.pdf>. Acceso: 11 mayo 2023.

PEINADO, Javier Martínez. La estructura teórica centro/periferia y el análisis del sistema económico global: ¿obsoleta o necesaria? Revista de Economía Mundial, v. 29, p. 27-57, 2011. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/866/86622169001.pdf>. Acceso: 11 mayo 2023.

QUILICONI, Cintia. Modelos competitivos de integración en el hemisferio occidental: ¿liderazgo competitivo o negación mutua? Revista CIDOB d'Afers Internacionals, n. 102-103, p. 147-168, 2013. Disponible en: <https://raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/view/269005>. Acceso: 11 mayo 2023.

QUILICONI, Cintia; PEIXOTO, Juliana. Río+ 20: ¿Hacia un nuevo modelo de desarrollo latinoamericano? Buenos Aires, 2013. (LATN Working Paper).

SAGUIER, Marcelo. Socio-environmental regionalism in South America: tensions in new development models. In: RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana (Orgs.). The rise of post-hegemonic regionalism. Netherlands: Springer, 2012. p. 125-145.

SANAHUJA, José Antonio. Post-liberal regionalism in South America: the case of UNASUR. EUI, 2012. (EUI RSCAS Working Paper). Disponible en: <https://hdl.handle.net/1814/20394>. Acceso: 11 mayo 2023.

SEABRA, Fábio Marvulle; BUENO, Lana Raphael. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 4., 1999, Campinas. Anais... Campinas, 1999.

SLIPAK, Ariel. La categoría sub-imperialismo de Ruy Mario Marini: Relecturas desde las nuevas coordenadas internacionales. Cuadernos del CEL, v. 1, n. 1, p. 36-44, 2016a. Disponible en: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/74920>. Acceso: 11 mayo 2023.

SLIPAK, Ariel. Ruy Mauro Marini, un imprescindible para el debate latinoamericano. Cuestiones de Sociología, n. 14, 2016b. Disponible en: <https://www.cuestionessociologia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/CSn14a07>. Acceso: 11 mayo 2023.

SMITH, John. Imperialism and the globalisation of production. 2010. Thesis (Ph.D. in Political Science), The University of Sheffield, Sheffield, 2010.

SOUZA, Angelita Matos. Crítica à noção de subimperialismo. Crítica Marxista, n. 36, p.143-151, 2013. Disponible en: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie64merged_document_278.pdf. Acceso: 11 mayo 2023.

SPOSITO, Eliseu Silvério; SANTOS, Leandro Bruno. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras. San Pablo: Outras Expressões, 2012.

TUSSIE, Diana. Strategic intervention in Brazil: aiding the market, building economic diplomacy. Atlanta, 2016. (Working Paper).

VALENCIA, Adrián Sotelo. Sub-imperialism revisited: dependency theory in the thought of Ruy Mauro Marini. Leiden, Boston: Brill, 2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa brasileira: busca de autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: Unesp, 2011.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. Lula's foreign policy and the quest for autonomy through diversification. Third World Quarterly, v. 28, n. 7, p. 1309-1326, 2007. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/20455000>. Acceso: 11 mayo 2023.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo Junior. Brasil en el centro de la integración. Nueva Sociedad, n. 219, p. 76-96, 2009. Disponible en: <https://biblat.unam.mx/hevila/Nuevasociedad/2009/no219/6.pdf>.

Acceso: 11 mayo 2023.

VUIK, Cecilia. Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya: análisis de la situación actual.

Buenos Aires: CLACSO, 2013. (Working Paper).

WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. México: Siglo XX, 1979.

90 anos de Ruy Mauro Marini: entrelaços da superexploração e as relações raciais no Brasil

Gustavo Fagundes*

Resumo: A presente reflexão é uma saudação à memória de Ruy Mauro Marini e se estabelece no sentido de buscar ampliar as fronteiras da perspectiva teórica por ele fundada e desenvolvida. Destrinchamos a categoria superexploração do trabalho, o exército industrial de reserva enquanto sua premissa e apontamos a necessidade de compreensão e aproximação com o estudo das relações raciais no Brasil, em específico o racismo estrutural. Essa direção aponta para entender a agudização das condições de vida da classe trabalhadora no país e o rebaixamento do valor da força de trabalho. Entendemos que o racismo e a superexploração se combinam no sentido de comprimir as condições de vida e trabalho da população trabalhadora no Brasil.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini. Superexploração. Racismo estrutural.

Resumen: La presente reflexión es un saludo a la memoria de Ruy Mauro Marini y se establece en el sentido de buscar ampliar las fronteras de la perspectiva teórica fundada y desarrollada por él. Desentrañamos la categoría de superexplotación del trabajo, el ejército industrial de reserva como premisa y señalamos la necesidad de comprender y abordar el estudio de las relaciones raciales en Brasil, específicamente el racismo estructural. Esta dirección apunta a comprender el empeoramiento de las condiciones de vida de la clase trabajadora en el país y la disminución del valor de la fuerza de trabajo. Entendemos que el racismo y la superexplotación se combinan para comprimir las condiciones de vida y de trabajo de la población trabajadora en Brasil.

Palabras-clave: Ruy Mauro Marini. Superexplotación. Racismo Estructural.

Abstract: This reflection is a salute to the memory of Ruy Mauro Marini and is established in the sense of seeking to expand the boundaries of the theoretical perspective founded and developed by him. We unravel the category of superexploitation of work, the industrial reserve army as its premise and point out the need for understanding and approaching the study of race relations in Brazil, specifically structural racism. This direction points to understanding the worsening of the living conditions of the working class in the country and the lowering of the value of the workforce. We understand that racism and superexploitation combine to compress the living and working conditions of the working population in Brazil.

Keywords: Ruy Mauro Marini. Superexploitation. Structural racism.

* Professor substituto na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e doutorando e mestre em Serviço Social pela UFRJ

Introdução

O presente ano nos brinda com a comemoração dos 90 anos de nascimento de Ruy Mauro Marini, um brilhante intelectual que ofertou uma inovadora agenda de pesquisa para pensar, interpretar e agir no solo latino-americano. Uma perspectiva original alicerçada não só no rigor teórico-metodológico, mas também em um firme compromisso com a superação da dominação imperialista que historicamente assola os povos do sul global e implica a imposição de uma submissão econômica, cultural e política. Compreender os meandros das correntes que afligem as possibilidades de desenvolvimento da nossa América foi o centro da atividade desse mineiro de Barbacena, e é por esse caminho que pretendemos apontar algumas direções sobre a atualidade dos seus escritos para o entendimento da realidade contemporânea, assim como as articulações presentes entre as categorias centrais da sua elaboração com outras produções. Uma conexão que – a nosso ver – tende a gerar uma combinação superior para observar a dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil.

O que apresentaremos aqui é uma intenção de aproximar as agendas de pesquisa contidas no âmbito da teoria marxista da dependência e os estudos sobre as relações raciais no Brasil, sendo este mais um passo no aprofundamento da vinculação da crítica da economia política e teoria do valor para a compreensão do racismo no Brasil. As particularidades do capitalismo dependente compõem a totalidade da reprodução do modo de produção capitalista em escala mundial e são fortemente marcadas em um país que atravessou quase 400 anos de regime escravista e que desenvolveu ideologias sofisticadas de dominação e hierarquização racial, as quais se impõem de forma renovada na realidade da população negra até os dias de hoje.

Essa iniciativa está ancorada na necessidade teórico-metodológica e política de encarar a questão racial como tema central para a compreensão do Brasil. E, nesse ponto, apoiamo-nos em uma afirmação do nosso autor na introdução de *Dialética da Dependência*: “O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo” (MARINI, 2005, p. 139).

É justamente com esse anseio que avançamos na busca por relacionar superexploração com o racismo estrutural, categorias fundamentais que não se restringem a uma interpretação isolada em uma teoria sobre racismo ou a respeito da dimensão do trabalho nos países dependentes. Envolver essas perspectivas teóricas é analisar a própria sociedade brasileira, sua totalidade e seu conjunto de determinações.

Adiantamos que a presente reflexão não tem o objetivo somente de rememorar os escritos de Marini, e sim de contribuir na permanente atualização – um movimento crescente em nosso país – das suas ricas contribuições. Isso quer dizer que não ficaremos restritos a listar as categorias centrais dos seus ensaios e artigos ou a debater aspectos próprios dos seus textos. A ótica a ser apresentada nas páginas seguintes é de ampliar as possibilidades da teoria marxista da dependência, principalmente com a utilização daquele que é reconhecido como o seu traço mais marcante: a categoria *superexploração do trabalho*.

Para além disso, é oportuno afirmar que, a nosso juízo, o escopo categorial utilizado por Marini não se encerra na superexploração. Entretanto, os apontamentos aqui desenvolvidos buscarão conectar essa categoria em específico com outras importantes agendas de pesquisa presentes na tradição marxista, centralmente naquelas vinculadas ao pensamento latino-americano. Essa obsessão investigativa não se reduz a um debate acadêmico ou restrito aos círculos intelectuais, é parte de um amplo movimento presente na teoria social crítica fundada por Marx e Engels de não só interpretar e pensar nossa realidade, mas de agir sobre ela. Logo, nossa homenagem não será somente em forma de memória das fundamentais contribuições do nosso autor, e, sim, na utilização – quase que em formato de cooperação – daquilo que ele nos legou de aportes e auxílios para a transformação social em direção à superação das contradições próprias da ordem capitalista.

O tema a ser tratado aqui se refere a buscar um entrelaçamento entre superexploração e racismo no capitalismo dependente, um escopo que possibilita a discussão de formas históricas e contemporâneas das categorias, além da articulação com as relações de gênero e a dinâmica de precarização do trabalho.

Esse esforço parte da inquietação de decifrar os “porquês” da vida e a necessidade de traduzir nossas ideias a partir da escrita. Aqui faremos referência diretamente às elaborações presentes no ensaio *Dialética da Dependência*, publicado em 1973 (utilizaremos a edição publicada em 2005), mas cabe ressaltar que nos apoiamos no conjunto daquilo que é reconhecido (MARTINS, 2013) como economia política da dependência¹.

Portanto, a seguir iremos nos dedicar a tentar decifrar a localização do trabalhador negro como uma das primeiras forças da superpopulação relativa, a qual opera para naturalizar e racializar a superexploração ao mesmo tempo em que age como ideologia supremacista funcional ao imperialismo. Racismo e superexploração são,

¹ Apesar de o presente escrito dar ênfase à obra de Ruy Mauro Marini, seria injusto e incorreto do ponto de vista da importância para o pensamento marxista da dependência tentar legar um lugar de menor evidência para Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra.

por essa perspectiva aqui exposta, umbilicalmente conectados na reprodução do capitalismo em geral e do capitalismo dependente, em específico.

Relações raciais no Brasil e a dependência: conexões, diálogo e aproximações

A tarefa aqui empreendida tem como característica central a inserção de categorias próprias da crítica da economia política ao foco do debate da questão racial. Esse traço se dá a partir da imprescindível contribuição de Clóvis Moura ao pensamento social brasileiro. O conjunto de aporte será utilizado como interlocução prioritária com os escritos de Ruy Mauro Marini, este que é um contato que acompanha a recente recuperação que é feita das obras dos dois autores.

A compreensão do racismo aqui compartilhada se apoia na ideia condensada na obra de Silvio Almeida (2019, p. 86), de que, “[...] na perspectiva estrutural – que é o nosso foco, se considerarmos o racismo um processo histórico e político, a implicação é que precisamos analisá-lo sob o prisma da institucionalidade e poder”. Isso significa entender que tal concepção só é possível se se desdobrar enquanto fenômeno real “[...] por meio da regulação jurídica e extrajurídica. Tendo o Estado como o centro das relações políticas contemporâneas” (ALMEIDA, 2019, p. 54). O autor agrega ainda que não devemos restringir “[...] o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político” (p. 55), o que significa trazer o entendimento também enquanto processo histórico, o que é fundamental para evitar anacronismos e formulações baseadas em formações sociais distintas da que está sendo investigada. Daí a opção metodológica por buscar em Marini as orientações necessárias para contribuir na sustentação da dimensão estrutural da opressão racial.

Clóvis Moura (2014) apresenta, em *Dialética Radical do Brasil* (publicado originalmente em 1994), uma importante periodização histórica sobre a escravidão no Brasil, sendo aqui utilizado o recorte temporal apontado como Escravismo Tardio (1850-1888). Salientamos que tal elaboração pode abrir necessário diálogo com o campo da historiografia da chamada Segunda Escravidão, em que se traz a constituição mútua de capitalismo e escravidão no longo século XIX, formando um todo diferenciado e integrado. Robin Blackburn (2016), Dale Tomich (2011) e Rafael Marques (2020) trazem reflexões no sentido de situar as umbilicais relações no âmbito do mercado mundial da aceleração do capitalismo industrial e a manutenção do trabalho baseado na escravidão em determinadas partes do mundo (principalmente Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos), uma combinação que proporcionou maior produtividade e geração de riqueza com base na violência e profunda espoliação dos corpos e mentes da população negra.

Diante das complicações e dilemas em se vincular o regime de trabalho escravizado a um modo de produção caracterizado pelo assalariamento, recorreremos diretamente aos escritos de Dale Tomich (2011, p. 29): “Cada uma dessas duas relações passa a ser concebida como o ‘conteúdo’ de um sistema socioeconômico distinto”, o que acaba por definir escravidão e capitalismo como “distantes um do outro e da totalidade histórica” (TOMICH, 2011, p. 29). Entretanto, o autor afirma em seguida que “[...] a relação entre a escravidão e a transformação da economia mundial é subestimada”, visto que “[...] esses dois termos se conjugam para construir a complexidade e a heterogeneidade dos processos históricos em consideração” (TOMICH, 2011, p. 31), e traz ao centro desse nível de análise o mercado mundial, um elemento também basilar na teoria marxista da dependência.

Ruy Mauro Marini destaca que a participação dos países latino-americanos contribuiu fundamentalmente para que a passagem do eixo de acumulação se transferisse da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Em suas palavras, “[...] o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite a região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2005, p. 144). Clóvis Moura (2014) traz ao debate que os homens e mulheres majoritários no mundo do trabalho no Brasil do século XIX eram pessoas negras (escravizados e/ou libertos e/ou livres). A aproximação que orientamos aqui vai no sentido de compreender as bases da dependência – na elaboração de Marini – conectadas aos acontecimentos presentes no que Moura apontou como Escravismo Tardio, e Tomich, Blackburn e Marquese afirmam ser a chamada Segunda Escravidão.

Dessa forma, “[...] é a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho” (MARINI, 2005, p. 141), um elemento que nosso autor viria a apontar como integração subordinada ao mercado mundial, traço elementar para a consolidação das relações de dependência.

A expressão posterior foi o chamado intercâmbio desigual de mercadorias, onde nas trocas entre economias dependentes e centrais, “[...] o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a Lei do Valor” (MARINI, 2022, p. 182). Ou seja, tal intercâmbio garante a simultânea aplicação da Lei do Valor e a violação do intercâmbio de equivalentes. O desdobramento desse processo resulta no fenômeno de transferência de valor, o que se traduz em deterioração da acumulação de capital das diversas frações da classe dominante brasileira.

Era somente com homens e mulheres subjugadas pela escravidão que o grande

empreendimento da oferta de matérias-primas e gêneros alimentícios conseguiria ser efetivado da forma como foi. Ainda que a escravidão não fosse uma inovação oitocentista, os contornos tomados por ela implicam uma relação distinta do praticado anteriormente. A existência de um amplo mercado com capacidade de absorver a demanda de matérias-primas proporcionou a expansão da produção agrícola, o que gerou maior intensidade laboral dos trabalhadores negros escravizados. Inicia-se aí o que viria a ser a compensação da perda de valor oriundo do intercâmbio desigual de mercadorias. Entretanto, ressaltamos que esse processo se difere do que Ruy Mauro Marini aponta como sendo mecanismo de compensação, que reside na contrapartida para que os países dependentes reponham a massa de valor perdida na transferência de valor. Trata também da incompatibilidade da superexploração do trabalho com o regime de trabalho baseado na escravidão, ainda que traga a possibilidade de a relação entre uma economia escravista e o mercado mundial proporcionar maior grau de exploração.

Ao se subordinar uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, o aprofundamento da exploração do escravo é acentuado, já que interessa portanto a se proprietário reduzir os tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador. (MARINI, 2005, p. 158).

A dedicação à observação do período histórico supracitado se ancora na reafirmação que fazemos dos homens negros e mulheres negras – em sua maioria escravizados – enquanto sujeito coletivo responsável por edificar o desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, apontamos que essa constatação se articula nas teses de Marini sobre a subordinada integração da economia brasileira ao mercado mundial e o intercâmbio desigual de mercadorias como elementos centrais na dependência.

Superexploração e racismo: o elo a partir do exército industrial de reserva

Partimos do entendimento de que as bases históricas da superexploração se estabelecem na transição do regime de trabalho no Brasil, o que implica na localização da transição da escravidão para o pleno assalariamento como centrais na análise. O exposto até aqui a partir das obras de Clóvis Moura (2014) e Dale Tomich (2011) nos auxilia nessa interpretação. Ainda que não desenvolvam sobre a superexploração, seus escritos abrem caminhos para que possamos entender que os homens e mulheres responsáveis pela primeira força nos postos de trabalho no pré-abolição são os mesmos que, nas décadas iniciais do século XX, são inseridos de forma compulsória em uma situação de desemprego, subemprego e ociosidade permanente. Ou seja,

do centro da produção para a superpopulação relativa. O que apresentamos aqui é a compreensão do racismo como elemento legitimador desse processo.

Foi em *Dialética da Dependência* que Ruy Mauro Marini primeiro desenvolveu a relação entre exército industrial de reserva e superexploração. Entretanto, essa conexão se espalhou em outros escritos, como quando afirmou que, dentre as características impostas ao Brasil, se destaca “[...] o aumento do exército industrial de reserva – sob a forma de desemprego aberto ou oculto” (MARINI, 2017, p. 32). E qual seria a conexão entre esses elementos e a trajetória da opressão racial no Brasil? Em diálogo com Silvio Almeida, partimos do entendimento de que não se pode negar o racismo enquanto mecanismo de dominação, mas que é fundamental destrinchar suas diversas expressões. Logo, “[...] o racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (ALMEIDA, 2019, p. 67).

Ressaltamos, a partir das obras de João José Reis (2019) e Marcelo Badaró Mattos (2008), os mecanismos de violência e repressão contra a população negra e também a existência de organização das categorias de trabalhadoras as quais estavam inseridos, os quais foram atualizados e adaptados ao universo dos centros urbanos no século XX e seguem vigentes até o tempo presente.

A exposição da população negra nos quadros do exército industrial de reserva realizou-se no período de hegemonia das relações de trabalho assalariadas, mas sua gestação se originou nos acontecimentos jurídico-políticos – assim apontado por Clóvis Moura (2014) – do século XIX. A transição do regime de trabalho produziu um conjunto de políticas que auxiliaram na construção e pleno estabelecimento da estrutura racista da sociedade brasileira. É também nesse período que temos o alvorecer das teorias racialistas e as ramificações das suas diversas perspectivas (GOÊS, 2018). Parte fundamental dessas elaborações definia hierarquias raciais e qualificava a pessoa negra como sujeito inferior, em sentido biológico e intelectual. Ou seja, era uma tentativa de dotá-los como incapazes de exercer determinadas funções no mercado de trabalho justamente no momento de desagregação do regime escravista e vigência da operação estatal para a imigração de trabalhadores europeus. Logo, a emergência dessas elaborações teóricas foi de extrema funcionalidade na transferência de ofícios anteriormente ocupados pela população negra (escravizados ou libertos ou livres) para a parcela branca dos trabalhadores.

Em *Sociologia do Negro Brasileiro*, Clóvis Moura (1988) traz elementos para analisar a relação da opressão racial com a organização do mundo do trabalho. O autor apresenta um acúmulo que contribuiu para a calcificação dos trabalhadores

negros no exército industrial de reserva da nascente sociedade brasileira hegemônica pelo trabalho assalariado.

Se no período escravista as mais diversas ocupações profissionais tinham no braço negro o seu pilar de sustentação, das de exigência de técnicas e habilidades simplistas até as mais complexas, o mesmo não se verificava nas primeiras décadas do século XX. Inclusive, passam a ser recorrentes os estereótipos criados sobre o indivíduo não-branco:

Indolentes, cachaceiros, não-persistentes para o trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como o modelo perseverante, honesto, de hábitos morigerados e tendências a poupança e à estabilidade no emprego. Elege-se o modelo branco como sendo o do trabalhador ideal. (MOURA, 1988, p. 69)

Um traço que se combina ao que foi também desenvolvido por Florestan Fernandes (2008, p. 31-32):

Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas as anteriores, e a degradação de sua condição econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômicos e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”. [...] Em consequência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho.

O que trazemos é a consolidação da sociedade brasileira no pós-abolição e a impossibilidade do trabalhador negro de alcançar os melhores postos de trabalho. Dessa forma, podemos avaliar que essa situação posta à parcela majoritária do proletariado brasileiro era de imposição de desemprego e subemprego. Eram sujeitos que, apesar da disponibilidade – física e intelectual –, não conseguiam estabelecer vínculos consolidados e de qualidade no mercado de trabalho, comprometidos diretamente pela opressão racial. Avançamos na reflexão ao constatar que persiste similaridade com a elaboração marxiana sobre superpopulação e exército industrial de reserva, já que “[...] produzir uma população excedente relativa, isto é, excedente em relação à necessidade média de valorização do capital, é uma condição vital da indústria moderna” (MARX, 2017, p. 709). Portanto, é possível perceber que esse contingente de trabalhadores negros – que no Brasil representa a maior parte daqueles que vivem do

trabalho – ausentes dos postos de trabalho age no sentido de regular negativamente o valor da força de trabalho. E isso implica conectar a vigência do racismo, responsável por construir ideologias que buscam inferiorizar essa população, com a própria dinâmica da acumulação capitalista e seus processos de valorização.

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alteração periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada. (MARX, 2017, p. 712-713).

Reforçamos que o exército industrial de reserva é categoria de relevância superior, anteriormente indispensável, para a plena realização da superexploração (CARCANHOLO; AMARAL, 2008). Dado o entendimento de que essa população excedente é composta, em sua maioria, por trabalhadores negros, é justamente essa população a alavanca fundamental para a acumulação e reprodução desse modo de produção. Nos termos da Lei Geral da Acumulação Capitalista: “[...] ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (MARX, 2017, p. 858).

O que temos é a vigência do racismo – nas suas mais diversas expressões – em ação no sentido de tornar socialmente aceito que a maior parte dos trabalhadores brasileiros possa, em determinados momentos e termos quantitativos, estar subjugada a condições degradantes de vida e trabalho. Essa dimensão se aplica, obviamente que em outros termos, ao conjunto dos trabalhadores (brancos e negros), visto que a dominação racista acaba por rebaixar as condições de vida e trabalho do conjunto do proletariado. Resulta, então, numa forma *sui generis* da relação capital-trabalho. A dinâmica da dependência, agudizada pelas características nacionais, acaba por submeter toda classe trabalhadora brasileira a um regime de superexploração do trabalho. As características da nossa formação social dependente impuseram na força de trabalho do trabalhador branco um agente quase monopolizador das funções laborais. Enquanto ao trabalhador negro se abriam restritas possibilidades: lenta adesão aos setores subalternos do operariado urbano, alta rotatividade laboral, ócio compulsório e criminalização pelas forças repressoras do Estado nacional.

Logo, a dependência articulada à divisão racial do trabalho traz à luz um aperfeiçoamento em favor do capital, o que encontra lastro na própria integração do Brasil ao mercado mundial. “O sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado

mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo” (MARINI, 2005, p. 160).

Dessa forma, seguimos com nosso autor homenageado no entendimento da inexistência da superexploração em formações sociais anteriores ao capitalismo. Por isso também a necessidade de abordar os aspectos dessa integração ao mercado mundial capitalista.

Ruy Mauro Marini entende que a superexploração se expressa das seguintes maneiras: a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; c) aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; d) hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Mathias Luce (2018, p. 178) aponta que, em todas elas, “[...] o capital se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação”. Persiste ainda um avanço sobre os anos de vida do trabalhador, em que o capital viola o fundo de vida da classe trabalhadora em favor do abastecimento da sua acumulação.

Isso coloca em voga a discussão acerca da determinação de um valor normal para a força de trabalho. Sabemos que esse valor é constituído de características históricas e conjunturais. Aqui, apontamos a persistência significativa do racismo em torno do valor da força de trabalho. A forma como se estrutura a localização da população negra no tecido social brasileiro, assim como a existência de um volumoso exército industrial de reserva, impactam negativamente na determinação do valor, visto que acaba por ser socialmente permitido remunerar abaixo do valor normal esse quantitativo de pessoas, da mesma forma que o que é considerado normal não apresenta características que permitam plena reposição do desgaste da força de trabalho e, com isso, a superação do seu desgaste diário. Portanto, percebemos como o racismo estrutural se relaciona com o regime da superexploração da força de trabalho.

No capitalismo dependente operam contratendências de outra natureza, em que a superexploração cumpre a vez de mecanismo de compensação específico. Assim entendida, a superexploração contém um mecanismo de compensação para as transferências de valor como intercâmbio desigual. E uma vez em marcha, as relações de superexploração colocam em movimento tendências negativamente determinadas que atentam contra a configuração de um valor normal para a força de trabalho – ou seu pagamento e desgaste próximo de seu valor. Com o exposto até aqui, podemos afirmar que o valor normal reflete um patamar histórico, com limites acomodados pela dinâmica reprodutiva do capitalismo e conquistados pela classe trabalhadora e o movimento operário dentro da luta de classes. O valor normal pode ser conhecido, de maneira aproximada, analisando a conjunção entre: o tempo de trabalho socialmente necessário nas condições vigentes; o elemento histórico e moral do valor da força de trabalho na sociabilidade correspondente, incluindo as condições culturais; a expectativa

de vida nas condições médicas e sanitárias vigentes; os limites legais conquistados e reconhecidos para a duração da jornada de trabalho; o tempo de vida laboral (jornada de trabalho total), incluindo sua relação com as condições de aposentadoria. (LUCE, 2018, p. 169).

Frente a isso, acrescentamos que a superexploração também se alinha ao que Marini (2005) aponta como a cisão no ciclo do capital – este que é mais um dos traços característicos da dependência –, e que também podemos compreender na relação aqui analisada. “A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas” (MARINI, 2005, p. 178).

A expressão concreta da separação das massas com o aparato produtivo reside em um rebaixamento do valor normal para remuneração da força de trabalho. Jaime Osório (2009) expõe que o valor histórico-moral em condições normais diz respeito à articulação dos seguintes aspectos: a) tempo de trabalho socialmente necessário nas condições vigentes; b) elementos histórico-moral; c) expectativa de vida; d) legislação trabalhista. Logo, é possível localizar um padrão de normalidade no histórico de pagamento da força de trabalho. Junto a isso, Luce (2018) traz três pontos para o rebaixamento dos salários nas economias dependentes: 1) exacerbado exército industrial de reserva; 2) menor participação dos trabalhadores na realização do capital (circulação); 3) o fato de a burguesia dependente impor um deslocamento do fundo de consumo do trabalhador para o fundo de acumulação do capital. Ou seja, além de a força de trabalho se submeter às normas gerais da lei do valor, sob a superexploração “[...] está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada” (LUCE, 2018, p. 155). O aprofundamento dessa orientação alimenta um desgaste da força de trabalho, inibe a reposição para superação do desgaste e produz um rebaixamento do seu valor, sendo essa a essência da superexploração (LUCE, 2018).

O que queremos expor com o conjunto dessa explanação é a superexploração da força de trabalho como elemento constitutivo da estrutura societal brasileira, tal qual o racismo. Da mesma forma que esse regime particular de exploração da força de trabalho é relacionado ao avanço do capitalismo sobre as nações dependentes, “[...] o racismo não é um mero reflexo de estruturas arcaicas que poderiam ser superadas com a modernização, pois a modernização é racista” (ALMEIDA, 2019, p. 193).

A persistência dos traços da superexploração não foi elaborada por Marini como alinhada diretamente às relações raciais no Brasil. O que apresentamos aqui é a busca por apontar que a agudização dessas expressões encontra terreno fértil na nossa formação social, justamente pela dominação racista vigorar em nível estrutural. A

superexploração não prescinde do racismo, porém a existência de tal mecanismo garante uma tempestade perfeita para esse regime.

Considerações finais

Acreditamos que este texto traz uma homenagem à memória de Ruy Mauro Marini ao buscar expandir as fronteiras da perspectiva teórica por ele fundada e desenvolvida (em parceria com importantes parceiros e parceiras). Sabemos que a teoria marxista da dependência foi por muito tempo atacada de forma caluniosa e negligenciada de maneira caricatural, mas que nos últimos 15 anos ganha cada vez mais espaço nos ciclos de debates. A existência desse processo de apagamento não impediu a ocupação de um importante espaço no âmbito da tradição marxista, principalmente no que tange às análises referentes ao caráter do capitalismo latino-americano, à formação socioeconômica da região e seus desdobramentos até os dias atuais. É justamente por persistir na marcha intelectual e militante em busca da superação dos encadeamentos desvelados, ancorada em firme rigor teórico-metodológico, que acreditamos ser no contato permanente entre essa contribuição e o estudo das relações raciais que podemos avançar no percurso investigativo.

O fôlego primário dos pensadores fundadores foi fundamental na descoberta e aprofundamento de categorias. Formulações que propiciam apreensões originais. A adoção dessas elaborações deve estar a serviço da análise e ação sobre os dilemas que permeiam a história do capitalismo dependente, o que, na nossa avaliação, também insere o racismo estrutural na sociedade brasileira.

Entendemos que a contribuição de Marini ao dar os tons iniciais da categoria superexploração é central, principalmente por ser esse o traço mais lembrado da teoria marxista da dependência (LUCE, 2018) e que consiste em uma “[...] determinação negativa do valor contido na Lei do Valor, em que a corporeidade viva da força de trabalho é submetida a um desgaste prematuro” (LUCE, 2018, p. 16). E dada as condições socioeconômicas historicamente determinadas, não realiza uma reposição do seu desgaste, em que a “substância viva do valor não é restaurada” (LUCE, 2018, p. 16) e acaba por ser – a força de trabalho – fixada abaixo do seu valor.

Consideramos as relações raciais como prioritárias no âmbito das apreensões históricas mencionadas. Apresentamos nessa reflexão a percepção de que a população negra se constituiu, em primeiro lugar, em população excedente no mercado de trabalho brasileiro, o que se desdobrou em condição fundamental para a plena operação dos mecanismos que determinam a superexploração.

A aproximação que buscamos construir é uma tentativa de esmiuçar nós interpre-

tativos do que é o Brasil, sendo as angústias do mundo do trabalho parte prioritária. A nosso ver isso se traduz em entender os padrões de dominação do racismo estrutural em aliança à superexploração como de extrema funcionalidade para agudizar as condições de vida e trabalho, o que significa, em primeiro plano, rebaixar o valor da força de trabalho.

Nesse sentido, constatamos ser improdutivo a permanência do debate que coloca uma posição antagonista entre a questão racial e a luta de classes no país. Por isso também a busca por englobar a categoria superexploração no bojo da discussão sobre a situação do negro no Brasil. Como observamos, a situação de dependência impõe uma série de restrições e limitações para a melhora nas condições de vida do povo brasileiro. Ainda que esses mecanismos possam vigorar para além da vigência do racismo, é pela permanência desse elemento como uma tecnologia de dominação que a persistência da superexploração encontra melhores possibilidades para sua disseminação. Inclusive por ter mais da metade da população submetida ao racismo. Almeida (2019, p. 184) caminha no mesmo sentido, principalmente ao tratar do racismo como um aparelho de controle social, “[...] porque ‘naturaliza’ o pagamento de salários mais baixos para trabalhadores e trabalhadoras pertencentes a grupos minoritários”.

Logo, o esforço analítico do diálogo entre superexploração e racismo tem a ver com a dimensão estrutural dos dois fenômenos. Ainda que possam estar em níveis de abstração distintos, examinar a forma como se retroalimentam deve constituir parte do objetivo de quem almeja dissolver as amarras da opressão racial e também da exploração. Partimos de uma responsabilidade não só teórico-metodológica como também no âmbito do compromisso político frente à superação – não só interpretativa – dos dilemas da dependência, incluída aí toda forma de dominação e hierarquização racial.

Os 90 anos de Ruy Mauro Marini devem servir para que possamos não só restaurar ao devido lugar sua trajetória como também para garantir que o arcabouço teórico se amplie para a compreensão da sociedade brasileira.

Referência Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 13-54.
- CARCANHOLO, Marcelo; AMARAL, Marisa. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, n. esp., p. 163-181, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v34i4.17193>
- FERNANDES, Florestan. *Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.
- GOÊS, W. L. Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato

Kehl. 1 ed. São Paulo. LiberArs, 2018.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 167-216.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARQUESE, Rafael. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios; PPGHS-USP, 2020. v. 1.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais. *Pensata*, v. 3, p. 30-64, 2013.

MARX, Karl. *O capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro 1: o processo de produção do capital.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização*. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão*. Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: EDUSP, 2011.

Ruy Mauro: Intelectual Revolucionário

Emir Sader*

Ruy Mauro Marini é o melhor exemplo de intelectual revolucionário na América Latina. Intelectual revolucionário porque pensou a realidade de forma rigorosa e do ponto de vista da sua transformação revolucionária. Intelectual revolucionário porque não apenas pensou a realidade do ponto de vista da sua transformação revolucionária, mas foi sempre um militante, um dirigente revolucionário, vinculado a organizações revolucionárias da América Latina. Trabalhou na construção da teoria revolucionária do nosso tempo e na construção da força revolucionária do nosso tempo.

Tendo se formado na Escola de Administração Pública, no Rio de Janeiro, Ruy Mauro se desenvolveu em um ambiente marcado pelo nacionalismo de Getúlio Vargas e pela linha nacional-desenvolvimentista do Partido Comunista Brasileiro. Esta galvanizava a grande maioria da intelectualidade brasileira, assim como o conjunto da esquerda, seja no movimento sindical ou no estudantil.

Ruy Mauro foi influenciado por um sociólogo brasileiro que foi seu professor – Guerreiro Ramos –, assim como por Eric Sachs, imigrante alemão, de formação luxemburguista, que terá influência determinante na organização em que Ruy Mauro militou no Brasil – a POLOP (Política Operária). Em viagem a Paris, Ruy Mauro pôde desenvolver seu estudo do marxismo e, no retorno, engajar-se definitivamente na militância política, que para ele esteve sempre associada à elaboração teórica crítica e alternativa.

Teoria e prática revolucionárias

Ao contrário da grande maioria dos intelectuais de esquerda do continente, Ruy Mauro não pode ser incluído na categoria que Perry Anderson chamou de “marxista ocidental”, isto é, uma elaboração teórica desvinculada da prática política e dos seus problemas centrais. A obra de Ruy Mauro resgata de forma articulada, na melhor tradição marxista, a economia, a história, a política e a ideologia, recompondo essa totalidade que caracteriza o marxismo e faz dele – nas palavras de Sartre – “[...] a filosofia insuperável do nosso tempo”. Tanto sua obra teórica está voltada para o deci-

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas na mesma instituição. Presidente do Comitê Científico Consultivo do Programa MOST da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

framento da realidade, na perspectiva da ação militante, como sua militância política esteve sempre iluminada pela teoria revolucionária.

Chegado ao Brasil de volta da Europa, Ruy Mauro buscou compreender a natureza e o momento vivido pelo capitalismo brasileiro. O golpe de 1964 é o momento privilegiado para a compreensão desses fenômenos, porque pega o capitalismo brasileiro fazendo uma grande opção no processo de acumulação de capital. A realização através da exportação e da esfera alta do consumo passam a ter papel central no processo de acumulação, fenômenos que são captados brilhantemente por Ruy Mauro e expressados mais adiante em sua *Dialética da dependência*.

Mas, antes disso, em dois artigos que circularam amplamente em publicações clandestinas no Brasil – e no primeiro número da revista *Teoria e Prática* –, Ruy Mauro captou as razões que tinham levado ao golpe militar no Brasil. Com uma esquerda relativamente mais débil que as de outros países da região – como a da Argentina, do Chile e do Uruguai –, o Brasil acabou tendo um golpe de forma relativamente precoce.

A análise das contradições e conflitos do capitalismo brasileiro lhe permitiu perceber o confronto entre as necessidades do processo de acumulação e o processo de mobilização social e de reivindicação social e política, na base da profunda crise que terminou desembocando na sua resolução conservadora mediante o golpe militar de 1964. Ao contrário do pensamento hegemônico naquele momento, Ruy Mauro pôde perceber como a democracia não era funcional ao desenvolvimento capitalista brasileiro. Ele percebeu como os espaços democráticos conquistados pelo movimento popular – extensão do sindicalismo urbano, rural, do funcionalismo público e até mesmo dos setores da baixa oficialidade das forças armadas – o colocavam em crise.

Essa análise era de tal forma correta, que a ditadura militar, ao contrário do que alguns previram, não significou um retrocesso na expansão econômica, mas seu re-direcionamento, voltando-se mais para o mercado externo e para as altas esferas do consumo. Demonstrou-se, então, que o que interessa ao capitalismo é a expansão do mercado, não importa se concentrando renda, e, em um caso como o brasileiro nesse momento, a concentração de renda foi um mecanismo de aceleração da expansão econômica, fortalecendo a capacidade de consumo dos setores com maior poder aquisitivo. Ruy Mauro tornou-se, assim, leitura essencial para a compreensão não apenas do significado do golpe militar de 1964 no Brasil, mas também do caráter da política econômica colocada em prática pela ditadura militar.

Ainda no Brasil, como dirigente da POLOP, Ruy Mauro foi detido e brutalmente torturado pelo CENIMAR, serviço repressivo da Marinha. Saiu posteriormente do Brasil para o Chile, trabalhando na Universidade de Concepción e ligando-se imediatamente ao movimento que tinha características similares às posições da POLOP

e que ele defendia – Movimento de Esquerda Revolucionária, MIR.

No mesmo estilo que havia desenvolvido no Brasil, Ruy Mauro seguiu combinando admiravelmente seu trabalho teórico com as responsabilidades de militância política. Ocupou cargos de direção no MIR chileno ao mesmo tempo em que desenvolvia sua obra teórica, dava cursos, dirigia teses e tinha papel destacado de direção no Centro de Estudios Sócio-Económicos (CESO), da Universidade do Chile, onde se agruparam intelectuais como André Gunder Frank, os brasileiros Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Marco Aurélio Garcia, Emir Sader, os chilenos Marta Harker, Guillermo Labarca, Cristobal Kay, Silvia Hernandez, Roberto Pizarro, José Bengoa, os cubanos German Sanchez, José Bell Lara, entre outros.

Sua obra desemboca no seu livro mais importante, a *Dialética da dependência*. Me lembro que Ruy Mauro havia pedido um tempo de férias para ir ao México, em pleno turbilhão de 1972, com as ofensivas golpistas da direita chilena e as contra-ofensivas do movimento popular. Começamos a ficar preocupados, na universidade e no MIR, quando havia passado uma, depois duas semanas, e ele não retornava e não mandava notícias. De repente Ruy Mauro reaparece, trazendo consigo um manuscrito, que era simplesmente o texto da *Dialética da dependência*. Isto é, em meio ao furacão da luta de classes, Ruy Mauro encontrou o tempo e a forma de se concentrar para escrever uma das obras primas do pensamento marxista contemporâneo, revelando como é sempre possível produzir teoricamente e se dedicar à militância política.

Dialética da luta de classes contemporânea

O conceito chave de superexploração do trabalho permite decifrar questões chave da história contemporânea e da forma que assume a luta de classes. Pode-se dizer que, sem esse conceito, se passaria ao largo das particularidades desse processo na periferia capitalista, mas – e daí sua surpreendente atualidade – também da extração do valor nos países do centro do capitalismo, no período histórico marcado pela desregulação e pela deslocalização dos capitais, com a correspondente constituição de um mercado de trabalho no plano internacional marcado pela precariedade e pela mobilidade acentuada dos capitais.

Até a *Dialética da dependência*, o pensamento de esquerda da América Latina vivia dilemas que não conseguia resolver, preso em contradições difíceis de resolver. Uma parte das análises partia dos fundamentos do marxismo, sem, no entanto, conseguir dar conta da situação específica das formações sociais da periferia do capitalismo, e sem uma compreensão histórica da configuração assumida pelo sistema capitalista internacional e do lugar particular ocupado por essas formações, com suas

consequências concretas. Por outro lado, análises da formação histórica concreta dos nossos países privilegiavam a construção do Estado nacional, dos projetos de nação, as relações com o sistema internacional, com os centros do capitalismo, sem conseguir articular essa abordagem com os processos de acumulação de capital e de enfrentamento de classes.

A obra de Ruy Mauro retira precisamente daí sua originalidade. Ela vem da sua capacidade de compreender a constituição das nossas formações sociais de forma indissolúvelmente intrincada com a constituição do sistema capitalista internacional, no interior do qual nascem, como um de seus elementos constitutivos e, ao mesmo tempo, condicionados por esse tipo de inserção subordinada.

O modelo de acumulação de capital das sociedades dependentes latino-americanas é enfocado na sua dupla ótica, ambas intrinsecamente articuladas: fornecedor de fatores de produção que permitem a reprodução de capital nas economias centrais do capitalismo, o que, ao mesmo tempo, condiciona as burguesias da periferia, inferiorizadas na competição pelo mercado internacional, a induzir em nossas formações o processo de superexploração do trabalho. Integra-se, assim, o processo de acumulação em escala mundial e o processo de acumulação a nível nacional, com as características típicas da extração do excedente que a caracteriza.

Esse marco teórico permitiu, por um lado, a consciência de que os interesses da chamada “burguesia nacional” não tinham contradições suficientes com os do imperialismo e nem sequer do latifúndio para que se pudesse estabelecer uma aliança com os trabalhadores da cidade e do campo centrada em um modelo de desenvolvimento econômico em ruptura com o grande capital internacional e com a propriedade monopolizada da terra. Por outro, o marco definiu um campo dos trabalhadores da cidade e do campo como a força motriz das transformações anticapitalistas, com a classe operária como seu setor hegemônico, ao mesmo tempo em que caracterizou como o desenvolvimento econômico possível na América Latina se daria somente com o aprofundamento da dependência e da desigualdade social. E, dessa forma, as burguesias de cada país se desnacionalizariam cada vez mais, atrelando cada vez mais seus interesses e destinos aos do mercado internacional.

A visão de Ruy Mauro permite, ao mesmo tempo, entender o esgotamento da capacidade do capitalismo latino-americano de retomar o desenvolvimento de forma sustentada, com distribuição de renda e expansão minimamente orgânica das forças produtivas. Seus ciclos expansivos, além de curtos, aprofundam o caráter desigual do desenvolvimento e deformam cada vez mais sua estrutura econômica, com consequências de profundos desequilíbrios no plano social.

A atualidade da obra de Ruy Mauro Marini se deu no marco do período hegemonizado pelo capital financeiro, na sua modalidade de capital especulativo. A desnacionalização das burguesias nativas se deu por intermédio da sua financeirização, estas estreitamente vinculadas aos compromissos internacionais dos governos, endividados no marco das políticas de ajuste do FMI.

Mas o principal tema de sua obra que revela mais profundamente sua atualidade é o da superexploração do trabalho. Em primeiro lugar porque a globalização liberal acentuou a implementação de modelos de acumulação centrados na exportação e na esfera alta do consumo – agregando a eles a esfera de acumulação financeira, com suas típicas contradições – como contrapartida dos mecanismos de exploração da força de trabalho que bloqueiam a possibilidade de desenvolvimento de um mercado interno de consumo de massas.

Esse mecanismo é o que explica que a América Latina tenha visto retroceder fortemente o caráter primário exportador de suas economias. Modelos voltados para a exportação, em época de desregulação neoliberal, só podem abrigar-se de volta nos setores em que desfrutaram das malfadadas “vantagens comparativas”. Daí as batalhas dos governos da região para desbloquear os mercados de produtos primários – particularmente os agrícolas –, como se isso fosse representar um avanço significativo de suas economias. A soja passou a ser a grande estrela da pauta exportadora de grande parte dos países da região, em clara regressão dos espaços conquistados anteriormente no setor industrial – e sendo o Brasil o melhor exemplo dessa triste regressão.

O aspecto mais diretamente vinculado à extração do excedente nas teses da superexploração do trabalho se revelou dramaticamente o mais atual da obra de Ruy Mauro. O Consenso de Washington trouxe no seu bojo as teses da “flexibilização laboral”, isto é, estender as propostas de desregulação para as relações de trabalho. Essas significaram simplesmente a precarização ainda maior das relações de trabalho, com a expropriação generalizada dos direitos dos trabalhadores, imposição de contratos provisórios, suspensão do pagamento de indenização por despedido e todas as formas de incentivo à informalização das relações de trabalho.

Os direitos trabalhistas, conquistados a duras penas através de longas lutas do movimento sindical, foram sendo atingidos de forma privilegiada pelas políticas neoliberais, revelando da forma mais crua seu caráter classista. Como um de seus resultados, na América Latina a maior parte dos trabalhadores não têm carteira de trabalho assinada – nunca tiveram ou deixaram de ter. Assim, não são cidadãos, no sentido de serem sujeitos de direitos econômicos e sociais. Não podem associar-se,

não pode acorrer à justiça do trabalho, não possuem direitos elementares, como um nível mínimo de remuneração salarial, férias, décimo terceiro salário, licença maternidade e todos os direitos previdenciários e assistências conquistados nas décadas anteriores.

Desde que o capitalismo passou do seu ciclo longo expansivo do segundo pós-guerra ao seu atual ciclo longo recessivo, a desregulação, típica das políticas neoliberais, havia incentivado amplamente a transferência de capitais da esfera produtiva para a especulativa. Esta passou a aparecer como a desembocadura dos capitais excedentes, característica dos períodos recessivos do capital. O forte processo de reconcentração de renda resultado da globalização neoliberal, acentuou esse processo de transferência ao limitar ainda mais a capacidade de consumo da esfera baixa do mercado.

Como uma de suas consequências mais claras, o capitalismo central passou de décadas de pleno emprego a níveis altos de desemprego – ausentes nas principais economias da Europa ocidental ao longo de todo o ciclo longo expansivo. A mudança nas relações de força entre capital e trabalho, decorrente do ciclo recessivo, dos níveis de desemprego, a desapareção do campo socialista e seus reflexos na esquerda, assim como a recessão profunda nos países periféricos, promoveram a imigração maciça de mão-de-obra de países da periferia para países do centro do capitalismo.

Essa mão de obra, além daquela explorada pela chamada “deslocalização”, com a utilização extensiva de força de trabalho em países como o México – com as chamadas “maquilas” –, a China, a Indonésia, a Índia, o Brasil, entre outros – permitida pela criação de uma espécie de mercado mundial de mão de obra – generalizou a superexploração do trabalho como modalidade essencial do processo de acumulação de capital na era neoliberal. No próprio ciclo curto expansivo da economia estadunidense dos anos 1990, grande parte dele foi devido aos mecanismos de enorme aumento de produtividade, sem elevação significativa do nível de emprego e de renda dos trabalhadores, devido à “flexibilização laboral”, que teve como uma de suas consequências a elevação dos EUA a país com a maior jornada laboral do planeta.

Essa extensão se dá porque, conforme os trabalhadores mudam ainda mais constantemente de emprego nesse país, pelas facilidades que a desregulação laboral permite, perdem em média 14% dos seus salários nessa mudança. Buscam compensação agregando novos empregos, elevando sua jornada de forma desmesurada e aumentando a mais-valia absoluta. Os maiores empregadores de mão de obra nos EUA são a Wall Mart e suas rigorosas proibições de sindicalização, entre outras normas coibidoras da defesa do poder de negociação dos trabalhadores, e a Man Power, que intermedia o aluguel de mão de obra temporária – de que os entregadores de pizza no fim de semana são o caso paradigmático.

Por outro lado, na periferia capitalista – nos países citados, entre outros – a abertura para o ingresso de capitais estrangeiros e a sua busca, para recompor os déficits públicos, lançou mão abertamente da oferta de força de trabalho em condições ainda mais vantajosas para o grande capital internacional, favorecendo ainda mais as condições de superexploração do trabalho. A competição ganha pela China contra o México espelha bem essa situação. Apesar da proximidade com os EUA e da oferta de mão de obra barata – sobretudo de mulheres e crianças sem sindicalização –, o México viu esvaziar em grande parte suas indústrias fronteiriças com o vizinho do norte, porque a China ofereceu condições ainda melhores de exploração da mão de obra, apesar da sua distância com os EUA. Tudo às custas da expropriação intensiva e extensiva da força de trabalho.

O setor social que mais cresce no mundo – segundo os dados da pesquisa da ONU sobre as grandes metrópoles – é justamente o subproletariado da periferia das grandes metrópoles. Um setor social submetido às piores condições de exploração, sem direitos, sem socialização através de sindicatos, de movimentos sociais, de educação pública, em meio à violência e ao narcotráfico, adotando religiões evangélicas ou islâmicas como formas contemporâneas de alienação.

Sem a organização, a consciência social e a incorporação dessas jovens gerações, dificilmente a esquerda poderá reconquistar força de massas e voltar a protagonizar os grandes combates políticos do novo século. Sem isso, o próprio Fórum Social Mundial seguirá privilegiando os direitos do cidadão e do consumidor, como substitutos aos grandes temas do mundo do trabalho – particularmente ausentes desses foros. Sem isso, será praticamente impossível imprimir um caráter anticapitalista à luta antineoliberal – objetivo pelo que certamente Ruy Mauro estaria lutando com todas suas forças – de teórico e de militante revolucionário.

Conocí a Ruy Mauro Marini en el contexto del exilio chileno, cuando llegó a México tras el golpe militar que derrocó a Salvador Allende. Yo iniciaba mis estudios de sociología en la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. El director era Víctor Flores Olea, y la facultad ocupaba un pequeño lugar, al lado de la Facultad de Economía, con un jardín de jacarandas. La época era convulsa. Recuerdo haber asistido a mis primeras manifestaciones en contra del golpe militar en Chile. Reciente era la memoria del “halconazo” en México, ocurrido en 1971¹, y la atmósfera del 68 aún flotaba por los salones. Mi primer recuerdo de Ruy es de cuando fue mi profesor de Historia Mundial I y II. Qué privilegio escucharle, con su voz pausada, explicando, a través de la historia, el lugar de América Latina en el desarrollo del capitalismo mundial, las teorías de Sweezy y Baran, el intercambio desigual, y cómo todo ello se anclaba en lo que significó la conquista y la colonia. Su capacidad de presentar tanto la historiografía como la estructura de la expansión capitalista marcó a la generación que lo tuvo como maestro. El concepto de superexplotación se me quedó grabado en la cabeza como elemento que había contribuido a sostener el desarrollo y no como una excepcionalidad, así como la imagen de que el desarrollo del capitalismo en nuestros países se daba bajo la forma del subdesarrollo.

Muy temprano, junto con otras y otros estudiantes, me incorporé como “ayudante de investigación” al Centro de Estudios Latinoamericanos. En esa primera fase del centro, recuerdo la presencia del brillante René Zavaleta, boliviano. Un poco más tarde, se fueron incorporando otros profesores, como Agustín Cueva, ecuatoriano; Pío García y Eduardo Ruíz Contardo, ambos chilenos; Rafael Menjívar, salvadoreño; también estaba Susy Castor, haitiana, compañera de Gerard Pierre Charles, que estaba en el Instituto de Investigaciones Sociales. Y varios más. Fue ahí donde más tarde apareció Ruy.

Era parte de la dinámica de nuestro centro tener seminarios temáticos, así que presenciábamos las distintas posiciones teórico-políticas en un momento donde América Latina vibraba en un contexto de politización y luchas por el socialismo.

De Ruy Mauro, supe pronto de su participación en el Movimiento de Izquierda

* Socióloga y doctora en antropología social, profesora de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, adscrita al Centro de Estudios latinoamericanos.

1 Represión brutal a la manifestación estudiantil del 10 de junio de 1971 en la Ciudad de México por un grupo de choque denominado “los halcones”.

Revolucionaria (MIR) chileno, y recuerdo cómo un grupo de ayudantes lo seguíamos a él y a Juan Carlos “Lito” Marín en comidas y discusiones de sobremesa. El golpe de Estado en Chile abría tantas interrogantes sobre los límites de la soberanía nacional y el papel del imperialismo en nuestras regiones, tal y como sigue siendo hasta el día de hoy. Las discusiones académicas eran también políticas, y muchas de las tensiones y contraposiciones entre los partidos comunista, socialista y de la llamada nueva izquierda se ponían en la mesa de discusión en nuestro centro.

En sus memorias, Ruy cuenta que, en su primer exilio, tras el golpe militar en Brasil, en 1964, después de pasar un tiempo en Francia, llega a México y se incorpora a trabajar al Centro de Estudios Internacionales, CEI, del Colegio de México. Es significativa la referencia que hace a que México era en ese entonces “un desierto en materia de estudiar Latinoamérica” (MARINI, 2023), y que, además, pudo constatar, al preparar su primer curso sobre Historia de la Diplomacia de América Latina, que los estudios latinoamericanos venían de países desarrollados, Estados Unidos, Inglaterra y Francia, dice, en ese orden. Ruy nos deja ver en la detallada trayectoria intelectual y formativa que nos regala en sus Memorias (MARINI, 2023)² cómo el periplo de los exilios lo hacen ser un “latinoamericanista”. El horizonte teórico de su obra, sin abandonar las cuestiones específicas de Brasil, Chile y México, tiende desde ese momento a dotarnos de una explicación más integral y estructural de la región en el mundo.

Este primer exilio en México termina tras el 68, cuando el gobierno le hizo saber que estaba interesado en su salida del país. Ruy Mauro tuvo que renunciar al asilo en México para poder viajar a Chile en el año de 1969. Es a este período, de 1969 a 1974, que Ruy Mauro denomina su segundo exilio. En todo momento él nombra a la serie de amigos y amigas, colegas, que alimentan una discusión vívida sobre Américas Latina, y podemos ver en la publicación de artículos como se va delineando la propuesta de la teoría de la dependencia. Es una época intensa de discusión teórico-política y de militancia.

Como referí anteriormente, yo misma y un grupo de estudiantes, entre quienes recuerdo a Guillermo Farfán, Adrián Sotelo, Iván Molina, Esthela Gutiérrez, Lucrecia Lozano, Ana Esther Ceceña, y siempre colaborando en distintos proyectos,

2 La página web Ruy Mauro Marini (MARINI, 2023) se compone de un acervo que “[...] en su inicio, se formó con documentos proporcionados por el autor. Posteriormente se amplió gracias a la contribución de diversas personas, y al trabajo desde su inicio de Claudio Colombani (†1938-2007) y Francisco Pineda. En una u otra actividad cabe mencionar a Vania Bambirra, Patricia Olave Castillo, Jaime Osorio, Dulce María Rebolledo, Sergio Pliego, Carla Ferreira, Mathias Seibel Luce, Arnulfo Arteaga, Iván López Ovalle, Lya Naranjo y Francisco Pineda (†2019)”. Se encuentra bajo la coordinación de Jaime Osorio, Cristóbal Reyes y Erika Martínez López.

Francisco Pineda, le conocemos en su estancia en la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales entre 1974 y 1984. Es conocido que este período es muy productivo en la perspectiva teórica de la teoría de la dependencia, incluida su obra *Dialéctica de la Dependencia*. Su actividad como profesor en la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) y otros centros educativos es incesante; forma grupos de investigadores latinoamericanistas e incide en el posicionamiento de la temática de la región a nivel internacional. Quisiera sólo mencionar la relación que Marini establece con Neus Espresate, la directora de la casa editorial ERA, y cómo con ella y un grupo de intelectuales de izquierdas, como Bolívar Echeverría y Carlos Pereyra, entre otros, fundan la revista *Cuadernos Políticos*.

Relanzamiento del CELA de la FCPyS³

Pero Ruy Mauro tendrá una tercera época en México, en la UNAM y concretamente en el Centro de Estudios Latinoamericanos. En nuestro país había transcurrido un importante movimiento popular y democrático liderado por el Ing. Cuahutemoc Cárdenas. En las selecciones de 1998 se da un fraude que mantiene al PRI en el poder. Con Salinas de Gortari, transitamos plenamente a las políticas de neoliberalización, con retórica nacionalista – el famoso neoliberalismo social del oficialismo. Se multiplican los programas sociales, como Solidaridad y Procede, destinados a desintegrar la fuerza de las comunidades a través de apoyos individualizados que promueven el “emprendureísmo”. A esto se suma el momento global de caída del socialismo real, el espíritu de victoria occidental por sobre la Unión Soviética, que se traducía rápidamente en la renuncia a la transformación social y una especie de izquierda desorientada, que en la crítica al autoritarismo perdía el rumbo. La propia idea de revolución, tan potente en los años 70s, en los 90s parecía alejarse en un clima de conformismo generalizado. Para el gobierno, de cara al primer tratado de libre comercio, era claro que México era América del Norte. Y ello por supuesto tenía efectos en todo lo relativo a los estudios latinoamericanos en las entidades de educación superior de nuestro país, y la UNAM no era una excepción.

El Centro de Estudios Latinoamericanos, tras ser un espacio de irradiación del pensamiento más crítico y actual sobre América Latina, había perdido hacia esa década a gran parte de sus colaboradores latinoamericanos. La facultad misma se había reorganizado en términos de las disciplinas que se ofrecían, y mucho se hablaba de reubicar a los y las investigadoras que quedábamos en el CELA en las coordinaciones

³ CELA es el Centro de Estudios Latinoamericanos de la UNAM. FCPyS es la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM

por carrera. El director era por aquel entonces Juan Felipe Leal. Recuerdo que, en su momento, y como condición para que el centro continuase, habló de invitar a alguien con reconocida trayectoria, como Ruy Mauro Marini. A todos, en el CELA, nos pareció el candidato ideal. Gracias a su generosidad y reciprocidad, Ruy aceptó regresar para integrarse de nuevo al CELA, esta vez como su coordinador.

Es en este momento donde convivo más con él. Nos propuso a Lucio Oliver ser su secretario académico, y a mi la secretaria técnica del centro. Marini en ese momento estaba reflexionando de una nueva forma el problema de la democracia, y había cerrado una investigación de campo sobre los cambios constitucionales en Brasil. Pero tenía una semillita puesta a germinar, un aspecto que ya había asomado en textos como “Razón y Sin Razón de la Sociología Marxista” (1983), y “La Sociología Latinoamericana: Origen y Perspectivas” (1994).

Así que recién Ruy Mauro llega a coordinar nuestro centro, plantea que elaboremos un proyecto de investigación en torno al cual revincular el interés sobre América Latina y relanzar al CELA como un epicentro del pensamiento crítico latinoamericano. El eje sería a través de los proyectos de investigación que la UNAM califica y de ser aprobado, financiaría la infraestructura y publicaciones a través de su Dirección General del Personal Académico, DGAPA. Fue así como, en jornadas de intenso trabajo, presentamos el proyecto: La Teoría Social Latinoamericana. Ruy Mauro asume el compromiso de reactivar y posicionar el pensamiento crítico latinoamericano como sabe hacerlo: pensando nuestra realidad de manera integral. Entre 1993 y 1995 llevamos a cabo el seminario interno permanente sobre la teoría social latinoamericana, con reuniones quincenales. Cada ponente debía de entregar su texto para formar parte de las publicaciones del seminario. La periodización del seminario la tenía Marini en su cabeza, era algo por él reflexionado tiempo atrás. Así, recuerdo bien que hicimos el programa del seminario interno dividido en cuatro partes, una por semestre. Los orígenes; Subdesarrollo y dependencia; La centralidad del marxismo; y Cuestiones contemporáneas.

Confluyente con las propuestas de Sergio Bagú, así como de otros estudiosos de la teoría latinoamericana, Marini apuntaba en los orígenes del pensamiento social crítico latinoamericano una amplia producción ensayística necesaria para reconocer las raíces de su desarrollo posterior. Bajo el título de “Las Grandes Hipótesis”, se revisaron autores como Ramiro Guerra, José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre. Después, bajo el título de “Estudios Historiográficos”, aparecía un grupo de historiadores “protomarxistas” relacionados a la Revolución Mexicana, Caio Prado Junior, Sergio Bagú y Julio Cesar Jobet. Finalmente, en un tercer apartado, titulado “Las Propuestas Políticas”, estaban Silvio Frondizi, José Revueltas y Pablo González

Casanova. Desde mi punto de vista, este es uno de los tomos más importantes de la propuesta de revisión y auto-reflexión sobre el pensamiento social latinoamericano, que problematiza otras periodizaciones y, sobre todo, pone el acento en la perspectiva crítica y transformativa de la teoría. No me detendré en detallar los siguientes tres tomos. Sus subtítulos indican ya la genealogía que el seminario proponía, terminando con “Cuestiones Contemporáneas”, donde los apartados inician con la crisis de paradigmas, para pasar a la globalización de la economía, democracia y ciudadanía, pasando por la reflexión sobre la cultura, la televisión, para terminar con el apartado: “Hacia una Nueva Teoría Crítica”, donde cierran los ensayos de Hugo Zemelman y Bolívar Echeverría. A los cuatro tomos de *La Teoría Social Latinoamericana* acompañaba una antología, *La Teoría Social Latinoamericana, Textos Escogidos* – Tomo I, “De los Orígenes a la Cepal”; Tomo 2, “La Teoría de la Dependencia”; y Tomo 3, “La Centralidad del Marxismo”. La edición es de la UNAM, FCPyS CELA, y la impresión estuvo a cargo de Francisco Pineda. Fue pensada como una antología con fines didácticos, no lucrativos.

Con esto, se abría, desde mi punto de vista, una nueva mirada sobre los estudios latinoamericanistas, una perspectiva amplia y compleja desde la crítica de la economía política, que, me parece, desde entonces se ha ido profundizando. Esa mirada se la debemos, entre otros, al maestro Ruy Mauro Marini.

Referencias

MARINI, Ruy Mauro. 2023. Disponible en: https://marini-escritos.unam.mx/?page_id=348. Acceso: 18 mayo 2023.

De la crisis ambiental a la civilizatoria: Debates entre ecología política y violencia simbólica en apuestas por la sostenibilidad de la vida

Anisley Morejon*, Rosabel Sotolongo** e Olivia Norton***

La vida para ser posible debe sacrificar la racionalidad del capital.

Juan José Bautista

Hacia la descolonización de la ciencia social en Latinoamérica

Resumen: Reflexionar la crisis ambiental como civilizatoria, desde los aportes de la ecología política y la violencia simbólica ejercida en la era del capital, constituyen debates clave para trascender el sistema mundo-culturalmente depredador. Tanto desde el desmontaje de discursos y prácticas depredadoras de seres humanos y naturaleza, como desde el significado que cobran las alternativas que subvierten el sistema, y apuestan por la sostenibilidad de la vida. Dar algunas claves desde estos posicionamientos constituye la esencia del trabajo.

Palabras clave: crisis civilizatoria. ecología política. violencia simbólica.

Resumo: Refletir sobre a crise ambiental como civilização, a partir das contribuições da ecologia política e da violência simbólica na era do capital, constituem debates fundamentais para transcender o sistema-mundo culturalmente predatório. Tanto do desmonte de discursos e práticas predatórias do ser humano e da natureza, quanto do sentido que assumem as alternativas que subvertem o sistema e apostam na sustentabilidade da vida. Dar algumas chaves dessas posições constitui a essência do trabalho.

Palavras-chave: crise civilizatória. ecologia política. violência simbólica.

Abstract: Reflecting on the environmental crisis as civilizational, from the contributions of political ecology and the symbolic violence exerted in the era of capital, constitute key debates to transcend the world-culturally predatory system. Both from the dismantling of discourse and predatory practices of human beings and nature, as well as from the meaning that the alternatives that subvert the system and bet on the sustainability of life take on. Giving some keys from these positions constitutes the essence of the work.

Keyword: civilizing crisis, political ecology, symbolic violence

* Doctora en Filosofía. Profesora adjunta a la Facultad de Filosofía e Historia, Universidad de La Habana Jefa del Grupo de Estudios sobre Medio Ambiente y Sociedad (GEMAS). Instituto de Filosofía. Ministerio de Ciencia Tecnología y Medio Ambiente (CITMA). Investigadora de CLACSO.

** Doctorante de Estudios Latinoamericanos-FCPyS-UNAM

***Licenciada en Filosofía, Instituto de Filosofía, Universidad de La Habana

Introducción

Cambio climático, pérdida de la biodiversidad, deterioro de los suelos, contaminación, pobreza, e inequidades de los grupos poblacionales, se erigen como significativos problemas ambientales. Los cuales son abordados desde causas y soluciones dentro de una amplia amalgama de posicionamientos, que se mueven desde la perdurabilidad del *status quo* hasta críticas contrahegemónicas encaminadas a subvertir el orden establecido.

Dentro de la amplia amalgama de posicionamientos se revela nítidamente dos tendencias. Una encaminada a reflexionar y brindar soluciones a la situación ambiental actual dentro de los propios marcos del sistema del capital que la originó, a través del verde maquillaje de manidos conceptos. Y, la otra, hunde las miradas tanto en los cimientos de la sociedad occidental, su cultura moderna y civilización establecida; como, en la denuncia de la naturalización de la temática ambiental dentro de abordajes y falaces soluciones promovidas desde el capitalismo en su afán de teñirse de verde.

Ambas tendencias, de vital comprensión en su totalidad y complejidad, concomitan en debates globales, regionales y locales. Ya sea desde negociaciones dentro de organismos internacionales que derivan en el diseño e implementación de políticas y programas nacionales, como en reflexiones académicas, y prácticas locales desde donde se pondera una u otra tendencia.

Tomar posicionamiento frente a dichos debates, se torna imprescindible, para enriquecer las reflexiones y nutrir la praxis social hacia una real transformación de las condiciones ambientales existentes.

Desde esta premisa el siguiente trabajo aborda la comprensión de la crisis ambiental como civilizatoria en la era del capital. La cual sirve como punto de partida para reflexionar desde la ecología política y la violencia simbólica. Ya sea, desde el desmontaje de discursos y prácticas depredadoras de seres humanos y naturaleza, como desde el significado de develar alternativas que subvierten el sistema en sus apuestas por la sostenibilidad de la vida.

La crisis ambiental como civilizatoria: la era del capital

... en 1492 no llegaron solo el mesiánico genovés y sus no menos osados marinos españoles, sino sobre todo un vasto proyecto que esta vez sí germinaba en zonas de la sociedad europea. Harto sabemos que se trataba del capitalismo, el cual requería para su florecimiento, entre otros hechos, del inmisericorde pillaje del resto del planeta.

Al adentrarse en el debate ambiental se pueden identificar tres momentos por los que transita la comprensión de la crisis ambiental: la primera entre las décadas del sesenta al ochenta donde se restringe a problemas ecológicos, considerados solubles desde el plano científico-tecnológico y financiero¹. Para noventa se incluye dentro de los problemas ambientales: la pobreza, desigualdad y exclusión, lo que potenció su tratamiento desde el ámbito político y económico, a partir del reconocimiento de los impactos, de los modelos de desarrollo y económico, tanto en la naturaleza como en la sociedad. Y en los primeros años del siglo XXI se enuncia como crisis civilizatoria, una crisis social hacia lo interno del ser humano y de la sociedad que pone en el centro del debate el modelo hegemónico depredador de modos de vida, culturas e integridad ecosistémica de la naturaleza.

La aseveración civilizatoria de la crisis desplazó la mirada de lo ecológico a lo social, al enunciarla como la crisis de un

“[...] modelo económico, tecnológico y cultural que ha depredado a la naturaleza y negado a las culturas alternas. El modelo civilizatorio dominante degrada el ambiente, subvalora la diversidad cultural y desconoce al Otro (al indígena, al pobre, a la mujer, al negro, al Sur) mientras privilegia un modo de producción y un estilo de vida insustentables que se han vuelto hegemónicos en el proceso de globalización (Manifiesto por la Vida, 2002, p. 1).”

La mirada integral desde la connotación cultural y civilizatoria llevó a enunciar la crisis más allá de un cúmulo de problemas ambientales, entiéndase: pérdida de la biodiversidad, contaminación, erosión de los suelos, cambio climático, pobreza, exclusión, entre otros, como problemas aislados y con mayor énfasis en el tratamiento de los primeros por las ciencias técnicas y naturales, para ahondar en el marco cultural y civilizatorio impuesto por la modernidad occidental y el sistema del capital, desde un abordaje sistémico y dialéctico que refleja la relación de contradicción, y al mismo tiempo de presuposición de las relaciones de diversa índole que se concatenan dentro de la complejidad del tejido social.

La crisis civilizatoria como crisis sistémica se manifiesta en (MOREJÓN, 2019):

- Control sobre la diversidad de prácticas sociales en sus múltiples dimensiones

¹ Dimensión que alcanza significado en la Conferencia de Naciones Unidas sobre el Medio Humano, celebrada en Estocolmo, en 1972. En términos generales, se pensó que el problema de la contaminación era soluble mediante la creación de sistemas de descontaminación diseñados desde la ciencia, la creación de fondos para facilitar las inversiones necesarias y la toma de medidas jurídicas que pusieran freno a las acciones de los contaminadores, entre ellas las sanciones económicas (Sotolongo y Delgado, 2006).

—tecnocientífico, agrícola, cultural, industrial— hacia formas homogéneas de producción de plusvalor.

- Capitalización de la naturaleza que se expresa en la integración de todo elemento externo a la composición orgánica del capital. Dentro de este proceso la naturaleza es comprendida como materia prima extendiéndose el dominio del sistema a: los cascos polares, el suelo del fondo de los océanos, el espacio exterior y los nanoespacios de los genes de las plantas, los animales y los seres humanos (ALTVATER, 2009).
- Expropiación y apropiación de conocimientos ancestrales, bienes patrimoniales comunes mediante la privatización y el patentamiento legal de la vida.
- Incremento y reforzamiento de conflictos socio-ambientales generados por la triada Capital-Estado-Territorio a partir del influjo de las transnacionales, y la implementación de políticas ambientales que se instauran como mecanismos legales para justificar la apropiación/expropiación y distribución de bienes comunes tangibles e intangibles.
- Rol violento de establecimiento del poder del sistema del capital a escala global, mediante la ubicación de bases militares en zonas de alto extractivismo, criminalización y asesinato de líderes ambientales.
- Sobreexplotación de los bienes comunes naturales del planeta en un 50 por ciento, develado por los indicadores tipo índice de huella ecológica, que mide el impacto —lo que extrae y devuelve en forma de desechos— *per cápita* del ser humano sobre el planeta.²
- Incremento de la exclusión, desigualdad y pobreza, generados por la dinámica intrínseca de la lógica del capital —estrategias del mercado, cálculo de utilidad, políticas a favor de las transnacionales— que incrementan las elevadas cifras de marginados del sistema social.
- Problemas ecológicos que se intensifican por los efectos del cambio climático de génesis antrópica.
- Enverdecimiento del sistema del capital mediante un marco legal que se establece en pos del desarrollo sostenible y la economía ambiental y verde para justificar la apropiación/expropiación y recolonización de bienes comunes tangibles e intangibles bajo el lema del enfrentamiento al cambio ambiental global
- Violencia cultural, epistémica, racial, étnica hacia cuerpos y territorios que no entran dentro de las lógicas del sistema del capital.

2 Según estudios develados en el informe Planeta Vivo de la WWF si todas las personas del mundo vivieran como un ciudadano medio de los Estados Unidos, se necesitaría una biocapacidad equivalente a más de 4,5 planetas Tierra para poder mantener el consumo de la humanidad. (PICH, 2012)

La crisis civilizatoria centró la mirada en las implicaciones del sistema del capital depredador de modos de vida y culturas alternas a la lógica mercantilista y productivista, no solo desde la denuncia a la dominación ejercida por el sistema sobre la vida mediante el predominio de la racionalidad económica y el principio de calculabilidad, sino también desde sus bases políticas, legales, morales e ideológicas que posibilitan el continuo sojuzgamiento de seres humanos e integridad ecosistémica. Desde esta mirada integral cuestionó (MOREJÓN, 2019):

- La continuidad de políticas de desarrollo asentado en el perenne desarrollo económico con su derrame hacia lo social y ecológico. Ejemplo de ello son los indicadores titulares o claves de desarrollo sostenible donde la economía debe seguir creciendo (PIB); así como la inversión para alcanzar la prosperidad y, por ende, la sostenibilidad ambiental. (QUIROGA, 2001)
- El refuerzo de políticas de privatización de los bienes comunes naturales llevada a cabo entre transnacionales y Estado, ya sea mediante el establecimiento de contratos que permiten su administración y explotación, así como el otorgamiento de patentes que implican la privatización de la vida y el conocimiento.
- Políticas ambientales que camuflan la expropiación/apropiación y mercantilización de bienes comunes mediante mecanismos legales y financieros. Tales como los mecanismos de desarrollo limpio.
- La primacía de los valores eficiencia y competitividad que ponderan la maximización de dinero frente a la responsabilidad, solidaridad, prudencia y sensibilidad por la vida.
- El reconocimiento de la naturaleza como fuente inagotable de riquezas, de fácil acceso y disponibilidad. Así como su disección en recursos naturales —agua, tierra, madera, energéticos: gas natural, petróleo, carbón, etcétera— en detrimento del funcionamiento ecosistémico.
- Afianzamiento del ideal de progreso material, lineal e infinito y su transfiguración en el concepto de desarrollo.
- Perdurabilidad del antropocentrismo mediante la consolidación de la naturaleza como objeto de intervención para el beneficio humano y no como sujeto de derecho.
- La consolidación de la racionalidad instrumental donde seres humanos e integridad ecosistémica son tratados como medios para la obtención de fines, o, de un fin máximo: la maximización de ganancias, que no es más que la maximización de dinero.
- La primacía del saber científico sobre los conocimientos populares y las cos-

movisiones de los pueblos indígenas.

- La autorregulación de la sociedad por el mercado capitalista, donde seres humanos y naturaleza son comprendidos y tratados como mercancías para la valorización del capital.
- La falacia de que el desarrollo capitalista tiene rostro humano, sostenible y verde.
- La vigorización de sociedades de consumo mediante la naturalización de la ideología consumista y las grandes implicaciones para el deterioro ecológico.
- Negociaciones internacionales que legalizan la apropiación-expropiación de bienes comunes tangibles e intangibles mediante un marco legal que se establece a partir de acuerdos multilaterales para justificar los procesos de despojo en los territorios bajo el lema del enfrentamiento al cambio ambiental global.
- La convicción de la modernidad y el sistema del capital como estadio superior a otros modos de vida y culturas considerados como «atrasados» o inferiores.

Desde este giro epistémico el pensamiento ahonda en el sistema del capital y sus fundamentos económicos, políticos, legales, morales e ideológicos, que se engloban dentro de la cultura. Y cuenta entre sus expresiones más fuertes la naturalización de un sistema-mundo culturalmente depredador asentado en una lógica de dominación, mediante la opresión y sojuzgamiento de seres humanos e integridad ecosistémica de la naturaleza a la esencia del sistema, es decir, su carrera desenfadada hacia “la maximización de dinero (ACANDA, 2002, p. 73).”

Los aportes de la ecología política y los análisis desde la violencia simbólica se tornan fundamentales para aproximarse a estos debates y trascender la crisis civilizatoria en la era del capital, desde el trazado de apuestas por la sostenibilidad de la vida.

La relación poder ambiente pensada desde el dialogo de saberes y una Ecología Política de la totalidad

A la hora de pensar las relaciones de poder y dominación de los bienes naturales y comunes en América Latina, no es posible, su comprensión como categorías abstractas o ahistórica. Las lógicas de poder forman parte de un modo histórico de producir y reproducir la Vida, guiadas por dinámicas e intereses sociales. Entender el porqué de la depredación del ambiente y la dificultad de recrear consensos efectivos en torno a acuerdos internacionales ante los graves peligros para la existencia de la Vida, no puede entenderse ajeno a las lógicas de metabolismo social del capital.

Resultaría erróneo buscar las causas de la problemática ambiental actual en la

condición genérica humana, como vicio de maldad o culpar a la diversidad de existencia la imposibilidad de consensos en torno a transformación socioambiental. El ser o condiciones de existencia respecto a las cuales “el individuo se comporta con respecto a su cuerpo inorgánico, son ellas mismas de doble sentido: de naturaleza subjetiva y de naturaleza objetiva, es a la vez materia prima, instrumento y fruto, como presuposiciones que pertenecen a su individualidad, modos de existencia de la propiedad (MARX, 1970, p.375).”

Entender el problema ambiental implica enmarcar como gran culpable histórico de la destrucción de la naturaleza, al capital, como sujeto y marco de determinado tipo de relaciones sociales, sin el intento de reconstruir metarrelatos históricos. Ya Marx aclara el error en Hegel de no haber reconocido en el “miserable estado de cosas al espíritu de su espíritu, a la miseria inherente a las condiciones de producción de la vida (MARX, 2014, p.63)” bajo la lógica del capital.

Le resulta inherente desde su aparición misma, a las formas de “la propiedad burguesa, separar las condiciones objetivas de existencia de la actividad del sujeto. En formas de producción comunidad tribal la tierra es el gran laboratorio, el arsenal que proporciona tanto el medio y materia del trabajo como el asiento, base de la comuna y la apropiación real a través del proceso de trabajo aparece como naturales o divinas (MARX, 1970, p.362).”

La historia de relación del ser humano con la naturaleza no ha sido invariable. En las formas pre burguesas, el individuo se comporta respecto a la naturaleza como respecto a “una existencia inorgánica de sí mismo, condición de su producción y de su reproducción, como prolongación de su cuerpo (MARX, 1970, p.370)”. No aparece como producto del trabajo sino como naturaleza inorgánica de su subjetividad que se realiza en ella. Es en el marco de las relaciones capitalistas de producción donde se cosifica la naturaleza, desacraliza, se convierte en materia prima y mercancía.

El carácter destructivo del capital está relacionado con su impulso desmesurado de pasar por encima de sus propias barreras, “cada límite es y debe ser una barrera (MARX, 2007, p.240)”. “El límite cuantitativo de la plusvalía se le presenta tan sólo como barrera natural, a la que constantemente procura derribar, a la que permanentemente procura rebasar (MARX, 2007, p.276)”. Su tendencia es superar el fundamento natural de la división social del trabajo, la diferenciación de los productos naturales de las regiones. Apropiarse de los recursos naturales en climas privilegiados o en entornos geográficos pródigos para extender los elementos de su acumulación más allá de los límites fijados por el valor de los medios y en pos de diversificar la producción.

Las lógicas intensivas de reproducir la Vida ajena a los ciclos de los entornos son

inherentes a las formas de metabolismo social del capital. La dominación abarca tantos mecanismos económicos, políticos, jurídicos, y culturales. La complejidad de la dominación de los bienes comunes en América Latina tiene lugar a partir de la articulación de formas de subsunción formal y real³. El poder del capital sobre los bienes naturales se entreteje en la diversidad de lo social, como una maquinaria de dominación que combina tantos mecanismos económicos de autoridad, la violencia ejercida desde lo político, como formas de control social.

Las formas de poder actual del capital necrófilo sobre los bienes naturales en América Latina visibilizadas desde las luchas y resistencias de movimientos socio-ambientales y áreas de pensamiento emergente como la Ecología Política, demuestran la vigencia del carácter depredador de la lógica moderna. La visibilización de los conflictos socio-ambientales en la región expone la vigencia de las formas desposesión⁴ directa o indirecta del capital sobre los bienes comunes de comunidades autóctonas como dinámica de poder.

Re- pensar las formas directas de desposesión o mecanismos de subsunción formal, remite a las dinámicas más antiguas de cercamiento, propias de las formas de acumulación originaria del capital. Sin embargo, a pesar de entenderse su origen en las lógicas de la cruz y la espada, las formas de colonialismo mantienen su presencia. El etnocidio, las prácticas de asesinato de líderes sociales, criminalización de la protesta constituyen mecanismos de apropiación en América Latina que denota la irracionalidad moderna en función del dinero. A su vez las dinámicas de contaminación o cercamiento de bienes comunes fundamentales, relacionados con actividades de subsistencia, valores socioculturales, propios de la Vida de las comunidades constituyen formas de desposesión indirecta, e implica igualmente formas directas de violencia.

3 Marx habla de subsunción formal del trabajo bajo el capital cuando un proceso de trabajo, tal y como existe, se subordina al capital. La única diferencia con la situación precapitalista, consiste en que el trabajador o la trabajadora en lugar de trabajar para sí mismo lo hace para el capitalista. Las condiciones de coerción capitalistas «se expresan únicamente en el hecho de que el trabajador trabaja más tiempo del que es necesario para su conservación y el capitalista se apropia del plusproducto que surge de ello». Marx habla de la subsunción real cuando el proceso de trabajo se modifica para aumentar la fuerza productiva. El proceso de trabajo se distingue ahora no solo formal sino realmente, es decir, en toda su organización y estructura, del proceso de trabajo precapitalista: el modo de producción capitalista crea la forma material de la producción que le corresponde (LÓPEZ, 2019).

4 Según Harvey, la versión contemporánea de la doctrina de la desposesión en las sociedades capitalistas avanzadas es la expropiación por el gobierno, arrebatando a su dueño legal las tierras a las que considera que se puede dar mejor uso. La propiedad privada, tanto de tierra como de dinero, solo es por lo tanto contingentemente perpetua. Véase. Harvey David, Diecisiete Contradicciones del capital, Traficantes de sueño, Ecuador, 2014, pág. 55

En la actualidad tiene espacio histórico en los pueblos en América Latina la alienación, la manipulación mediática, la reproducción del fetichismo, el aplastamiento de las rebeldías radicales, la represión de la cultura. La política de etnocidios, desaparición de líderes socio-ambientales, la criminalización de las protestas, la militarización de territorios, uso de fumigación con agroquímicos sobre comunidades incendios intencionados de la Amazonia para forzar su desplazamiento, en pos de la ejecución forzosa de proyectos extractivistas, la apropiación de los conocimientos ancestrales y recursos biológicos a través de patentes, reproducen la misma historia de subsunción formal, que concuerdan aún con la lógica colonial de la cruz y la espada.

La manipulación, la reproducción de patrones irracionales de Vida desde las representaciones del ser, naturalización del mercado, reconstrucción de jerarquías, en el entendido de los bienes naturales como recursos o materia prima, la naturaleza como tierra, la inversión de los significantes, la perpetuación irracional de hábitos de producción y consumo, la enajenación del trabajo, el estímulo de fundamentalismos religiosos, garantizan la reproducción de la gubernamentalidad del capital sobre el ambiente.

En la simbiosis entre las formas de subsunción formal y real, la dominación de la naturaleza se convierte en un problema político y se posiciona como necesidad de emergencia y fortalecimiento de las alternativas emancipatorias socio-ambientales.

Entender la complejidad del poder del capital sobre los bienes comunes en la región, implica superar nociones colonizadas del saber y del poder, que justifican los moldes de Vida modernos, la comprensión de que no son los afectados atascados en la inmundicia de la sustancia con imposibilidad de progresar hacia la autoconciencia absoluta lo que hoy conduce las prácticas de depredadoras de los bienes comunes en América Latina, sino las dinámicas continuas de la vida que se producen y reproducen en el marco del capital, es un mecanismo liberador que supera los marcos del irracionalismo burgués.

El dialogo de saberes, el pensamiento crítico y Ecología Política latinoamericana centran la cuestión del poder como un elemento esencial de preocupación al resignificar la Vida. El conocimiento contiene en sí mismo una traducción en la práctica sociopolítica a la vez que parte y es mediado por ella. Las perspectivas epistémicas de esta área del pensar dan una nueva comprensión de lo político y el poder.

Desde América Latina se entretienen propuestas que apuestan por la reivindicación de formas de violencias olvidadas por la modernidad y la dominación de la naturaleza. Se denuncian perspectivas epistémicas y gnoseológicas totalizadoras. Se visibiliza el epistemicidio, el establecimiento de jerarquías epistémicas, y las limitaciones de las modas occidentales de todo intento de evitar pensar la realidad latinoamericana desde la experiencia genuina de sus pueblos.

Las posturas transmodernas cuestionan la colonialidad del poder, del ser y del saber impuesto desde la lógica moderna. Promueve la re-identificación histórica, atribución de nuevas identidades geoculturales, y de homogeneización de los imaginarios y las espiritualidades desde las explicaciones del mundo Uno. El paradigma transmoderno comparte una “sociología de la presencia en contraposición a la sociología de las ausencias», en concordancia con criterios de Enrique Dussell (2000, p.51)” Visibiliza la lógica de la clasificación social, de jerarquías naturalizadas en ejes de la vida social olvidadas.

La mirada decolonial entiende la condición de inferioridad en que se posiciona la naturaleza frente a dispositivos imperiales que la subordinan y la dominan. La perspectiva de la periferia en correlación a una comprensión del ambiente denuncia el papel eurocentrista y antropocentrista de las narrativas de la modernidad sobre la naturaleza, la jerarquización de la vida, la visión impregnada de la naturaleza como tierra por la colonialidad de los imaginarios y subjetividades. En consonancia concibe la existencia de diferentes regímenes de la naturaleza, distintas cosmovisiones sobre el ser y la tierra, más allá de la historia de destrucción que le ha sido propia.

Las nuevas formas de acercarse a la realidad social, de entender el proceso ontológico, contiene en sí una propuesta emancipatoria, una cosmovisión sobre lo político. Esta comprensión epistémica de la realidad se traduce en una comprensión de la relación poder- ambiente. Desde la perspectiva epistémica- política latinoamericana se reconoce los elementos potencialmente liberadores contenidos en la periferia de la modernidad como alternativas de resistencia a la multiplicidad de opresiones y su potencial para la activación de modelos de vida sostenibles.

La cuestión de la relación poder- ambiente, del papel del capital sobre los bienes comunes se resuelve desde la re- localización de la vida social como contra-propuesta a la globalización. El rescate de las propuestas campesinas y étnico-territoriales sobre la economía, “un proceso descentralizado de producción, abierto a diversos estilos de desarrollo, acordes con las condiciones ecológicas y culturales de cada región (LEFF, 2002, p.65)” se posiciona como alternativa de construcción de modelos sostenibles.

Aún es ineludible continuar re-pensando en la perspectiva política de la ecología, a partir de su objetivización- desobjetivización continua, y así lo dictamina la violencia contra los líderes y movimientos socio-ambientales en contextos heterogéneos. El entendido de América Latina como “modos de producción heterogéneos e híbridos (ESCOBAR, 2003, p. 2)”, sitúa nuevas necesidades a la hora de pensar lo político.

El problema ontológico- político, referido al del ser de la naturaleza –su esencia y significado cultural-, se resuelve solo si se transforma en formas de acción política coherentes, que superen la enajenación política y contemple una respuesta ante todas

las variables del panorama histórico, incluso por propuestas ecologistas.

El rescate de la totalidad como método, no inherente a una interpretación hegeliana que disuelve las contradicciones, sino referido a la simbiosis exacta entre el todo y las partes para el análisis exhaustivo de la realidad es una apuesta posible y coherente ante la complejidad de la dominación, en tanto permite repensar la práctica no solo como medio de resistencia sino para alcanzar la emancipación del conjunto de condiciones sociales.

La dominación y, por tanto, la emancipación es ante todo un acto político. La única forma de convertir el interés de la mayoría en interés general es la preocupación por el empoderamiento y participación real en la construcción de poder. La sostenibilidad necesita la construcción de poder en el micro-macro espacio de lo social. La política no se presenta como mero subproducto de la base económica. La supremacía de cierta clase sobre otra, se produce y se reproduce a través de la autoridad que se gestiona desde las condiciones de trabajo y desde el poder político. La apuesta a la construcción de modelos de vida sostenible no se puede aislar de una mirada compleja de lo social y de la política.

Pensar la totalidad o complejidad de la construcción de sostenibilidad se convierte en necesidad ineludible. Autores latinoamericanos como Víctor Manuel Toledo abordan como marco apropiado, riguroso y coherente para reconfigurar el paradigma de la sustentabilidad el concepto de metabolismo social, “[...] método adecuado para abordar de forma integrada las articulaciones que se establecen entre las relaciones ecológicas con la naturaleza y las relaciones sociales entre los individuos o grupos de la sociedad no solo contemporáneas sino históricas (TOLEDO, 2018, p.37).”

El empoderamiento territorial efectivo, la autogestión, la construcción de sostenibilidad desde la complementariedad de las redes y alternativas locales que se enfrentan al modelo irracional de la lógica moderna, es una apuesta política necesaria. El individuo participa conscientemente en el proceso de construcción de sostenibilidad, a la vez que transforma la realidad se transforma a sí mismo. Siempre en correlación a una singularidad que se entiende contextualizada en el marco de las relaciones sociales puntuales y con condiciones particulares de cada nación.

La violencia simbólica como forma ilusoria de los sentidos: ¿capital verde o verdes maquillajes del sistema del capital?

La crisis civilizatoria que envuelve al orbe, se vale y sostiene de utillajes cambiantes y absorbentes de maneras otras de hacer y ser no permisibles en los códigos trazados de una cultura impuesta por el capital. Una cultura que, jerarquiza, de forma pira-

midal, saberes que fungen de guía y antorcha tal cual estatua “libertaria” newyorkina de 1886; anulando otros, ancestrales, chamánicos, rehusados a la occidentalización epistémica degollante de paladares y colores excluyente de las sabidurías de las plantas, del fuego, la luna. Es válido desempañar la visión, quitar la tela intermediaria que habita en derredor nuestro tiñendo eufemísticamente todo en tonalidades de verde; y que para lograr ese matiz ejerce la violencia simbólica enraizada en la raíz misma de ese capital transnacional globalizado que valiéndose de esta, dicta los modismos, como diría Eduardo Galeano, de una cultura del envase, que intercambia el amor por el número de probetas y monedas acumuladas en la alcancía del tío Sam.

“Las clases dominantes han intentado siempre conformar, de acuerdo a sus intereses, el conjunto de estructuras, instituciones y formas de actividad a través de los cuales cada individuo se socializa con el fin de establecer y consolidar un sistema de necesidades, preferencias, representaciones, valores y potencialidades que lejos de poner en peligro la continuidad del sistema lo prolongue (ACANDA, 2011, p.12-13).”

En tal sentido Marx entendía que, en el plano de las ideas, la disolución de cierta forma de conciencia era suficiente para matar una época entera. El pañuelo que tal pareciera, a trasluz, escurrir el sol, solo emite la intensidad de la luz que entiende funciona como luminaria necesaria para que el show, en la sociedad del espectáculo⁵ se disponga de acuerdo a la representación de mundo que ya se ha erigido según moldes hegemónicamente preestablecidos.

El ser humano colinda en un orbe, más que abarrotado, encarnado por *cosas*; peor aún, mediatizado por cosas que actúan como condicionantes, cosificantes de la praxis de los entes sociales a los que va dirigido. Desde la irrupción de la producción en masas, el consumo ha devenido cotidianidad naturalizada de las sociedades neoliberales hasta el punto de que, referirse a tal categoría significa quedarse varado en medio de una representación inconclusa de la *realidad*, cuando lo que ocurre es que este apetito insatisfecho nos vuelca hacia un *consumismo* salvaje que trasciende el estado mismo de lo concebido como “necesidades básicas”, al conectarse con un abanico de deseos humanos, motivaciones psicológicas irresueltas apoyadas en una constante escasez ilusoria, determinante de arquetipos imperecederos, desbordantes de la propia existencia de los individuos que se encuentran atrapados en una dialéctica del hambre.

La eficacia del sistema neoliberal, dispuesto a la depredación ingenuamente “libre” no tuviese el éxito acostumbrado sino se encontrase la peculiar violencia simbólica enraizada en lo propio de su ser social. “La violencia simbólica es esa coerción que se instituye por medio de una adhesión que el dominado no puede evitar otorgar

⁵ Haciendo uso de la categoría crítica asumida por Guy Debord en su obra *La sociedad del espectáculo* (1967).

al dominante (y, por tanto a la dominación,) cuando solo dispone para pensarlo y [...] pensarse, o mejor aún, para pensar su relación con él, de instrumentos de conocimiento que comparte con él [...] (BOURDIEU, 1999, p.225).”

Pensar la violencia simbólica en este sentido implica reflexionar sobre las condiciones de posibilidad que la hacen imprescindible en tanto mecanismo de reproducción de estilos de vida impuestos, de discursos maquillados de verde cuya fuerza económica se transnacionaliza; emanando una falsa seguridad que no solo responde a la concreción objetiva material, sino más bien a los procesos que se encuentran imbricados en las propias estructuras simbólicas del poder, sustituyendo las narrativas y los símbolos que representan a dichas culturas, emergiendo, por ende, como mediadora perpetua (la violencia simbólica) entre las/los individuos y el mundo en la sociedad espectacularizada actual.

El espectro del poder en telas de violencia simbólica

Durante los sesenta y setenta, la reflexión teórica de Bourdieu se centró, en gran parte de sus trabajos, en la constitución de lo simbólico como objeto dotado de autonomía. A través de su teoría intenta explicar fenómenos, en apariencia, distanciados entre sí: como es la dominación personal en sociedades tradicionales o en las sociedades avanzadas; incluso las relaciones de dominación entre naciones; o la dominación masculina (patriarcal) tanto en sociedades primitivas como modernas; o la deconstrucción que realizara sobre la educación como una imposición de significados en la que el poder es una presencia que está dado como imposición de fuerzas simbólicas. Tanto él como Jean Claude Passeron, plantean al respecto: “[...] todo poder de violencia simbólica... logra imponer significados e imponerlos como legítimos disimulando las relaciones de fuerza en las que se basa su propia fuerza [...] (BOURDIEU, PASSERON, 1977, p.9).”

El suceso fáctico de que se accede a la realidad mediante signos⁶, se convierte en un ejercicio de poder, de dominación de unos agentes sociales hacia otros, por medio

⁶ “(...) Podemos decir, en primer lugar, que un símbolo es una representación de algo, (...), atestigua una operación que consiste en poner algo en lugar de otra cosa. Por eso podemos afirmar que toda actividad simbólica constituye una actividad de sustitución. Por ejemplo, en Occidente, la cruz simboliza el cristianismo, Jesús ha muerto, (...) Por ello, el simbolismo descansa en un vínculo, y remite a una relación de equivalencia del tipo A=B.”

“(...) El signo indica algo que se encuentra en lugar de otra cosa. Según la lingüística estructural, se habla de signo cuando estamos en presencia de un significante vinculado a un significado. El sonido perro es el significado del concepto de perro (...).” Utilizado como referencia: Mancini, Silvia (2015): *El humanismo etnográfico: ocho lecciones sobre la historia de la Antropología y el debate sobre cultura popular*. Pág. 52-53.

de signos y significados que estos emiten hacia la diversidad de receptores que va dirigido, específicamente en la sociedad globalizada actual y tecnificada, en la que la mayor parte de la información son propiciadas por los medios de comunicación masiva, emisoras a su vez de publicidad, propagandas. Para Pierre Bourdieu el análisis de la noción de violencia simbólica es central en su constructo teórico acerca de la *dominación*. ¿En qué sentido? Es la forma espectral e ilusoria en la que, sutilmente se enmascara la dominación hegemónica, las telas mediante las que se reviste el poder para dirigir una coerción, no percibida como tal, hacia determinada comunidad.

Con esta categoría enfatiza en el modo en que los dominados aceptan como legítima su propia condición de dominación (BOURDIEU-WACQUANT, 1995, p.167). De ahí que el poder, específicamente, el poder simbólico aparezca como intrínseco al interior de dicha noción. Como Bourdieu advirtiera en *The force of law –toward a sociology of the juridical field* (1987), dicho poder simbólico no emplea la violencia física sino la violencia simbólica y, en tanto poder legitimador, crea un clima de consenso, de sumisión entre los dominados y los dominadores. Un poder que “construye mundo (worldmaking power) (BOURDIEU, 1987, p.13)”, hace que el mundo construido funcione como el único ideal de mundo posible⁷, en cuanto supone la capacidad de inducir la “visión legítima del mundo social y de sus divisiones (Ídem, 1987, p.13).”

Cuando Michel Foucault (2002, p.27) planteaba “el poder produce saber” no intentaba decir que el que tuviese cierto grado de conocimiento tenía, por ende, cierto grado de poder; más bien conjeturaba que el poder estaba produciendo el conocimiento, es decir, el poder es productivo. El poder no solamente se limita a castrar, a prohibir, sino además crea/fabrica realidades que terminan constituyendo a los seres humanos; el conocimiento es poder en la medida en que constituye a la realidad y condiciona los entes sociales que están envueltos en ella. Siguiendo esta idea afirmaba: “no existe relación de poder sin constitución correlativa de un campo de saber, ni de saber que no suponga y no constituya al mismo tiempo unas relaciones de poder (Ídem, 2002, p. 27).” ¿En manos de quién está el poder simbólico y cómo se dispone su praxis social? Empresas, corporaciones, transnacionales de la economía global tanto de productos de bienes reales como de servicios virtuales; que se afianzan en los medios para imponer una *determinada* forma de capacidad y adaptación a una realidad fantasmagórica que oculta en piel de sentido común el poder económico y

⁷ “En la mayoría de los casos, no se trata de una simple irradiación cultural adoptada libremente por el resto del mundo, sino de una acción dirigida a desvertebrar y colonizar los sistemas simbólicos ajenos, siendo esta un arma fundamental para cuanto pueblo se propusiera someter a otro a su hegemonía [...]” Utilizando como referencia: Colombres, A. (2011) *Teoría transcultural de las artes visuales*, La Habana: Ediciones ICAIC, pág. 367.

político, contribuyendo a la reproducción perpetua de acuerdos sociales desiguales.

Así, se presenta como un poder invisible que para ser ejercido necesita la complicidad “de los que no quieren saber que lo sufren o incluso que lo ejercen (BOURDIEU, 1999, p.227).” Si bien para Foucault el ritual representaba un dispositivo forjador de nuevos sujetos; se puede conjeturar, metafóricamente, que toda sociedad funciona tal cual ritual, ya que es capaz de modelar sujetos conforme a su necesidad e interpretación de ser humano, es capaz de transformar a estos seres humanos en los entes sociales que necesita como soporte esencial a su estructura. De tal manera, este tipo de violencia está dada mediante una libre relación que se establece entre sujetos sociales y las formas de poder que legitiman esa sociedad; “arrancando”, en términos bourdieuanos (BOURDIEU, 1999, p.225), esa obediencia, ese sometimiento sutil, utilizando como herramienta para su efectividad las *expectativas colectivas*, traducidas en deseos, ansias, gustos prefabricados, estereotipos marcados por el quehacer de una sociedad específica, es decir, las *creencias* socialmente producidas por la maquinaria simbólica. Convierte las relaciones de dominación y sumisión en relaciones afectivas, el poder en carisma; dado a la miopía inducida que impera en la relación devota, cómplice, de unos con respecto a otros dado que, “lo simbólico, por etimología y función, es lo que religa al hombre con el hombre.”⁸

Horacio Machado Aráoz, vocero de la Ecología Política, en la compilación de textos *La naturaleza colonizada* asume, mediante la crítica abierta al conflicto ambiental de la extracción minera, la violencia simbólica como una de las formas de violencia objetivada dentro de la “violencia multifacética” (MACHADO ARÁOZ, 2011, p.144) en tanto arma flamante del poder constituyente de subjetividades monopolizadas simbólicamente. Si se realiza un mapeo etnográfico, nos percatamos de que la actividad extractivista minero metalífera ha estado diseminada por la mayoría de los países de América Latina y el Caribe, lo que se conoce como el Sur global: desde México, Guatemala hasta Nicaragua, Colombia, Perú, Bolivia, etc. ¿Por qué ha sucedido esto y en qué consiste que esta actividad siga en un continuum a-temporal?

Precisamente, acontece lo que él llama “fenomenología de la novedad y el cambio (MACHADO ARÁOZ, 2011, p.137)” efectivo a través del poder simbólico hegemónico. La mayoría de las arterias de las ciudades y rincones aparecen forrados con carteles representando una oda al progreso, al confort, al vivir bien; los cuales venden ese aliento ilusorio eufemístico “primer-mundista” de círculos de poder defensores a ultranza de las concesiones mineras. De esta forma, por día aumenta la extracción de metales indispensables respondiendo a una praxis de mundo colmado de obje-

⁸ Utilizado como referencia: Debray, R: “Vida y muerte de la imagen”. [en línea]. Disponible en: <http://cmap.javeriana.edu.co/servlet/SBReadResourceServlet?rid=1219334004957>. [Consulta: 9/2/2019], pág. 93.

tos vendidos como necesarios y en su trasfondo el número de los discapacitados (pobladores de comunidades, niñas, niños, etc.) se acrecienta por tener cantidades alarmantes de plomo y mercurio en sangre al encontrarse contaminada sus fuentes de agua, por dicha actividad minera. Así, las flotas de camiones, las máquinas de última tecnología, los equipamientos extractores, tienen éxito rotundo descarnando territorios por la fantasía desarrollista vendible que encuentra su expresión, su rostro omnipresente en esta particular y efectiva forma de administración estructural de la violencia simbólica. A decir del autor:

La publicidad pro-minera –de los gobiernos y de las empresas– que inunda hasta la saturación el diversificado espacio semiótico de la época: páginas enteras de diarios y revistas, vistosos folletos, programas televisivos y hasta emisoras radiales propias; logos de mineras en cuanta obra “pública” haya en ejecución –desde escuelas, hasta templos, pasando por huertas comunitarias, hospitales y caminos. [...] Excéntricos carteles que invitan a “cuidar el ambiente” en nombre de la “minería responsable”; algunos “educando” para “no tirar la basura en la vía pública”, otros anunciando ya la “llegada del futuro”, con la pronta tecnología wifi en poblaciones apenas familiarizadas con internet. Obras y cemento que sin mucho ton ni son van revistiendo con aires de “modernidad” el “atraso y la pobreza históricos (MACHADO ARÁOZ, 2011, p.136).”

Una breve mirada a las cifras de la crisis climática en estudio recogido por Nieves Capote en 2011 plantea que, de 1979 hasta el 2004 los GEI (gases de efecto invernadero) aumentaron un 70%, de ahí que se perciba una visible aceleración en los impactos del calentamiento climático. El estudio muestra que los países desarrollados y sus corporaciones son los responsables del 76% de estas emisiones. Si se observa el siguiente ejemplo. En el Informe semestral de progreso del país de Costa Rica, REDD+ en 2013, se percibe cómo el Fondo Cooperativo para el Carbono de los Bosques (FCPF), como parte del Banco Mundial, junto a cooperación alemana (GIZ), fondos noruegos, fondos estadounidenses (a través de USAID) y el programa REDD de las Naciones Unidas (UN-REDD) han girado al gobierno del país centroamericano cerca de 6,7 millones de dólares, que equivalen a 3 500 millones de colones aproximadamente, millones que van dirigidos al desarrollo de la estrategia REDD+⁹.

No se puede dejar de mencionar la acción intencionada del Banco Mundial y la ONU por crear programas que “impulsen” a los países del mundo a desarrollar es-

⁹ REDD+ (Reducción de Emisiones debido a Deforestación y Degradación de los bosques, (+) Manejo sostenible, conservación y aumento de las reservas de carbono) es un proyecto creado por Costa Rica y Nueva Guinea como resultado y propuesta de la COP 13 de Bali; financiando por fondos de pagos por “permisos para contaminar”, busca así *compensar* en la no-tala las causas que producen el cambio climático. Utilizado como referencia: REDD + y el negocio con los bosques: Peligros para pueblos indígenas. San José, C.R: Universidad de Costa rica, 2014.

trategias de implementación de REDD+, es decir, un impulso consciente por aplicar la homogeneización proyectada a la superficial conservación del medio ambiente. A pesar de que la Suiza de Centroamérica, no saltó de golpe a implementar la estrategia, sino que entró, desde 2008, a un proceso preparatorio¹⁰, por su parte los pueblos indígenas y campesinos, en el caso de Costa Rica, no han participado en la negociación. ¿Qué se esconde detrás del telón? El carbono se encuentra concentrado en los bosques y en el suelo de estos. Cuando la industria maderera comienza su ciclo de tala para la siembra de monocultivos, apacentar el ganado, etc., el carbono que se encuentra en los árboles se libera a la atmósfera en forma de CO₂¹¹. REDD+ paga para que el carbono se quede en los bosques y no en la atmósfera, incentivando a propietarios de zonas boscosas para que no sean taladas. La trampa de esta bondad conservadora de espacios verdes tiene su trasfondo oculto en oro. En la lógica de estas negociaciones, el monto se calcula en dependencia de la cantidad de carbono que puede absorber un bosque, esto se traduce en la obtención de bonos de carbono¹² vendidos, posteriormente, en el mercado de carbono para que las empresas lo compren.

Se hace urgente entender la fuerza simbólica que se abre paso a partir de la fuerza persuasiva de una cultura global. Supone una forma de control personalizada en los diversos medios de comunicación colindantes en el espacio de la tecno-esfera devenida “tecno-estructura global” (BAUDRILLARD, 2003), encontrándose a merced del ejercicio de poder hegemónico que violenta, a su vez, los sistemas simbólicos de las diferentes culturas. Esto sitúa al ser humano frente a una violencia simbólica a partir del lenguaje, el poder de la imagen y el ocultismo entrampado en ello. Lacan, entendía que “el lenguaje es la actividad simbólica por excelencia (LACAN, GRANOF, s/f).” Sin embargo, la violencia simbólica trasciende la relación lengua dominante-lengua dominada, cubre la creciente imposición de los múltiples sistemas simbólicos que se tejen al interior del engramado cultural. Son los medios de comunicación incluyendo las diversas manifestaciones artísticas a través del lenguaje y el poder de la imagen que transmiten, los que conforman la matriz simbólica de las herramientas que estructuran actualmente al sujeto dominado en tanto sujeto sujetado.

Por tanto, debemos aprender a deconstruir, desmenuzar los entresijos en los que opera la dominación. Saber que la salida del consumo locuaz no puede ser las manualidades con salidas del re-uso circular de la palabreja reciclaje. Ese es otro engaño. ¿Cuál es la propuesta de las propagandas de reciclaje? “Consume, está en tus manos

10 Conocido como “Proceso preparatorio REDD+”. Utilizado como referencia: REDD + y el negocio con los bosques: Peligros para pueblos indígenas. San José, C.R: Universidad de Costa Rica, 2014. Pág. 2.

11 Dióxido de Carbono.

12 Un bono de carbono es un papel que equivale al valor de dinero que se paga para que se conserve un bosque.

el cuidado del planeta”. La confusión del libre albedrío se enmascara con la persuasión constante al acto de consumir, es decir, nunca va a existir un llamado real al no consumo, ni siquiera se conoce qué es la huella ecológica y su relación con esta exacerbación de los sentidos; existe un traspaso de responsabilidad constante hacia el ciudadano, apelando en el sentimiento de culpa o abandono.

Entender la propuesta neoliberal y su centro encausado a la maximización de ganancias sufriendo desplazamiento el ser humano, es entender una constante alternativa de amor por la vida en común-unidad. Donde ya no vas al mercado a satisfacer necesidades y adquirir nuevas, más bien el acto de la ayuda comunitaria, circulante de solidaridad y autoabastecimiento contando con los recursos propios sería una forma de vida alternativa en tiempos descorazonados donde las voces se disipan por la corneta ensordecedora del tío Sam y su alcancía propia. En el/la otro(a) está el hombro para sostener el brazo, una interacción con lazos de contracultura sustentada en un armonioso cúmulo de saberes populares fungidos en la praxis del “yo soy tú, tú eres yo”.

A modo de conclusión: Algunas claves a favor de la sostenibilidad de la vida

La transición de los debates sobre la crisis ambiental centrada en la solución de los problemas ambientales, hacia una mirada sistémica que la aborde como civilizatoria, implica poner en el centro del análisis la irracionalidad del sistema del capital racionalizado y naturalizado, a partir de, historizar para desnaturalizar las condiciones actuales de la dominación, deconstruir y descolonizar nociones y conceptos inobjetables desde el lugar de enunciación de los subalternos, y conocer el trasfondo de los procesos para trascender el sistema-mundo culturalmente depredador.

Pensar la salida a la crisis civilizatoria y con ello, de los problemas socio-ambientales desde las apuestas por construir sostenibilidad, implica abrir un abanico gnoseológico de posibilidades en el que lo general, lo particular y lo singular, se posicionan como herramienta fundamental de la política en función del ambiente. En este sentido cobra significado el diálogo de saberes, bañando de político al poder y al ambiente, desde una Ecología Política que se preocupa por la complejidad social.

La violencia simbólica ejercida, no es un mero mecanismo que busca simplemente enmascarar el doble discurso neoliberal, no juega su rol simplemente en el ámbito de la retórica discursiva; es una herramienta legitimadora del culto a la transnacionalización, maximización y plusvalor del capital. Encuentra sus expresiones en la cultura visual publicitaria, en los discursos hegemónicos, y en las emociones-sentimientos que emanan en cada receptor-consumidor de esa trama audiovisual. El ambiente, ya sabido, zona de disputas, necesita abrazar lo alternativo (con todo lo que este término

implica) como camino a su reconocimiento en tanto sujeto de derecho. Lo alternativo que se encuentra en la sostenibilidad de la común-unidad, en esa fuerza colectiva que se une movida por la creencia de que resistir no es solo aguantar sino crear algo nuevo, un paradigma otro de vida que nace de los grupos aislados que hoy deconstruyen para construir.

Los aportes desde la ecología política y los análisis de la violencia simbólica ejercida, posibilitan activar actores locales con modelos de vida alternativos en la construcción de sociedades sostenibles, sin perder de vista la necesidad de una articulación sistémica para la transformación política, jurídica, económica, de producción simbólica, que definen la forma en que se produce la relación de cuerpo- territorio con los bienes naturales.

Bibliografía

- ALIMONDA, Héctor. *Ecología Política y minería en América Latina*, Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedad civil y hegemonía*. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana, 2002.
- ACANDA, Jorge Luis. *Ciclo de Conferencias. Las virtudes humanas en la sociedad. La autonomía del individuo*, La Habana: Cuadernos del Aula, 2011.
- ALTVATER, Elmar (s/f). La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas ¿Existe un marxismo ecológico? Disponible: <http://www.estudiosecologistas.org/docs/reflexion/Ecosocialismo/marxismoeologico.pdf> Consultado el 5 de noviembre. 2020.
- BAUTISTA, Juan José. *Hacia la descolonización de la ciencia social en Latinoamérica*. La Paz: Rincón Ediciones, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *La cultura en el mundo de la modernidad líquida*. D.F: Editorial Fondo de Cultura Económica, 2001.
- BOURDIEU, Pierre y PASSERON, Jean –Claude. *La reproducción. Elementos para una teoría del sistema de la enseñanza*, Barcelona: Siglo XXI Editores, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. The force of law –toward a sociology of the juridical field, *Hastings Law Journal*, 38, Julio/diciembre. 1987.
- BOURDIEU, Pierre; y WACQUANT, Loic. *Respuestas. Por una Antropología Reflexiva*, Barcelona: Editorial Grijalbo, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditaciones Pascalianas*, Barcelona: Editorial Anagrama, 1999.
- Colectivo de autores. Manifiesto por la Vida. Por una Ética para la sustentabilidad. 2001 Disponible en: <http://www.pnuma.org/educamb> Consultado el 7 de febrero. 2021.
- CAPOTE, Nieves. *Las Corporaciones calientan al planeta. Última fase del Capitalismo: el modelo corporación-nación*. Ediciones Escaramujo. Año 5 No. 14. 2011.
- CASSIRER, Ernst. *Antropología filosófica*, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- COLOMBRES, Adolfo. *Teoría transcultural de las artes visuales*, La Habana: Ediciones ICAIC, 2011.
- DEBRAY, Rene. Vida y muerte de la imagen. Disponible en: <http://cmap.javeriana.edu.co/servlet/SBReadResourceServlet?rid=1219334004957> Consultado el 9 de febrero. 2019.
- DUSSELL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo (p: 41-54). En: Edgardo Lander (comp.): *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales*. Editorial CLACSO, 2000.
- ESCOBAR, Arturo. *Mundos y conocimientos de otro mundo*. El problema de investigación de modernidad – colonialidad latinoamericana, 2, 2003.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra*. Colombia: Ediciones UNAULA. 2014

FERNÁNDEZ Retamar, Roberto (s/f): Todo Caliban, Disponible: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100614110559/6caliban4.pdf> Consultado el 5 de noviembre. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión*. Siglo XXI Editores Argentina. Buenos Aires, 2002.

GUADARRAMA, Pablo. *Marxismos y antimarxismos en América Latina, crisis y renovación del socialismo*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2018.

HARVEY, David. *Dieciséis contradicciones del capital*. Ecuador: Traficantes de sueños, 2014.

KOHAN, Néstor. *El Capital. Historia y Método- una introducción-*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2005.

LEFF, Enrique. La Ecología Política en América Latina. Un campo en construcción. *Polis*, n. 5, p. 1-17. 2003

LEFF, Enrique. La Ecología Política. Un campo en construcción. La Habana: Anuario de Ecología, Cultura y Sociedad (4), 2004.

LACAN, Jacques y GRANOFF, Wladimir. Fetichismo: lo simbólico, lo imaginario y lo real. Disponible en: <http://www.acheronta.org/acheron15.htm>. Consultado el 11 de febrero. 2019.

LÓPEZ, Salvador. Subsunción formal y real, fordismo, trabajo productivo e improductivo. Disponible en: <https://rebelion.org/subsuncion-formal-y-real-fordismo-trabajo-productivo-e-improductivo/>. Consultado el 3 de marzo de 2023, 2019.

MARX, Carlos. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. España: siglo XXI editores, 2007.

MARX, Carlos. *Fundamentos de la Crítica de la Economía Política*, t1. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1970.

MARX, Carlos. *La Ideología Alemana, Artículos, borradores y anotaciones destinadas a L. Feuerbach*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2014.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. El Auge de la Minería Transnacional en América Latina (p: 135-184). En: ALIMONDA, Héctor. *La naturaleza colonizada. Ecología Política y minería en América Latina*, Buenos Aires: CLACSO, 2011.

MUÑOZ, Blanca. *Psicoanálisis y Marxismo. Teoría Crítica y Escuela de Frankfurt*. Barcelona: Península, 2009.

MOREJÓN RAMOS, Anisley. La vida en peligro por el sistema del capital movido a través de una especie (mención) (p: 153-184). En: Colectivo de Autores. *Pensar a Contracorriente XVI*, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2019.

ORNELAS, Jesús. Globalización neoliberal: economía, política y cultura. Disponible en: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=4428> Consultado el 20 de enero. 2019

PICHS MADRUGA, Ramón. *Recursos naturales, economía mundial y crisis ambiental*. La Habana: Editorial Científico-Técnica, Ruth Casa Editorial. 2012.

PROSS, Henry. *La violencia de los símbolos sociales*, Barcelona: Editorial Anagrama, 1989.

QUIROGA MARTÍNEZ, Rayen. *Indicadores de sostenibilidad ambiental y de desarrollo sostenible: estado del arte y perspectivas*. Santiago de Chile: División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos, Cepal, 2001.

REDD + y el negocio con los bosques: Peligros para pueblos indígenas. San José, C.R: Universidad de Costa rica, 2014.

SOTOLONGO, Pedro; y DELGADO, Carlos. *La revolución contemporánea del saber y la complejidad social. Hacia unas ciencias sociales de nuevo tipo*. CLACSO. 2006.

TOLEDO, Víctor. De qué hablamos cuando hablamos de sustentabilidad. Una propuesta ecológico política (p: 27-56). En: NIEVES, Mayra; CRUZ, Arturo; y RODRÍGUEZ, Carlos (coord.) *Sociedades sustentables: Aproximaciones críticas*. México: UAM, 2018.

VÉLEZ, Hidelbrando. Negociando con el clima. ¿Otro jaque mate a la democracia? En: *Voces del Sur para la justicia climática. Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe*. 35-57. Guatemala: CEIBA, 2009.

La vigencia del marxismo en el análisis de la diversidad sexual

Keylor Robles*

Resumen: En este artículo se desarrolla una discusión teórica cuyo fin es reiterar la vigencia y la pertinencia del marxismo para analizar la opresión fundamentada en la diversidad o la disidencia sexual. Para este fin, en primer lugar, se incluyen diferentes elementos teóricos en torno al debate suscitado entre el marxismo y las corrientes *queer*. De igual manera, se parte de la noción episte-ontológica de la totalidad capitalista como elemento genésico y explicativo de esta opresión. Finalmente, se resaltan los aportes del marxismo para superar las estrategias diseñadas por el neoliberalismo: la fragmentación y el relativismo, las cuales pretenden desmovilizar las luchas gestadas por el movimiento de diversidad sexual.

Palabras clave: Marxismo. Diversidad sexual. Neoliberalismo. Capitalismo. Luchas.

Abstract: This article develops a theoretical discussion, the purpose of which is to reiterate the validity and relevance of Marxism to analyze oppression based on diversity or sexual dissidence. To this end, in the first place, different theoretical elements are included around the debate that has arisen between Marxism and queer currents. In the same way, it starts from the episte-ontological notion of the capitalist totality as a genetic and explanatory element of this oppression. Finally, the contributions of Marxism to overcome the strategies designed by neoliberalism are highlighted: fragmentation and relativism, which seek to demobilize the struggles gestated by the sexual diversity movement.

Keywords: Marxism. Sexual diversity. Neoliberalism. Capitalism. Struggles.

Resumo: Este artigo desenvolve uma discussão teórica cujo objetivo é reiterar a validade e relevância do marxismo para analisar a opressão baseada na diversidade ou dissidência sexual. Para tanto, em primeiro lugar, diferentes elementos teóricos são inseridos em torno do debate que surgiu entre o marxismo e as correntes *queer*. Da mesma forma, parte-se da noção epistemontológica da totalidade capitalista como elemento genético e explicativo dessa opressão. Por fim, destacam-se as contribuições do marxismo para a superação das estratégias traçadas pelo neoliberalismo: a fragmentação e o relativismo, que buscam desmobilizar as lutas gestadas pelo movimento da diversidade sexual.

Palavras chave: Marxismo. Diversidade sexual. Neoliberalismo. Capitalismo. Lutas.

* Máster en Derechos Humanos y Democratización (UNSAM-Argentina). Universidad de Costa Rica. Docente de la Carrera de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica. Editor de las revistas *Campos Problemáticos del Trabajo Social* y *Complejidades Latinoamericanas*.

Introducción

La teoría de los nuevos movimientos sociales (NMS), planteada inicialmente por Jürgen Habermas (1981) y profundizada por Alain Touraine (2006), ha conducido a que los movimientos surgentes a partir de la década de los setenta se conciben como proyectos transformadores delimitados estrictamente al ámbito cultural. Por tal motivo, en muchos de los abordajes previos sobre los NMS, se considera que los movimientos, como el feminista, el antirracista, el indígena y el movimiento de la población sexualmente diversa, tienen un carácter cimentado en demandas simbólicas, es decir, sus metas apuntan y, al mismo tiempo, se agotan en el reconocimiento. Desde esta perspectiva reduccionista, los “viejos movimientos” son aquellos organizados en torno a la clase social y están enfocados en el ámbito redistributivo.

Esta división entre el reconocimiento, asociado con los nuevos movimientos, y la redistribución, intrínseca a los viejos movimientos, es una concepción fragmentadora, al no analizar los actores desde una lectura sociohistórica en torno a sus proyectos configurados hacia la transformación social. Aunado a lo anterior, Nancy Fraser (2013) menciona que, si bien el movimiento LGBTI se enmarca en la forma paradigmática que asumió el conflicto sociopolítico a finales del siglo XX, a partir de su vinculación con el reconocimiento de la diferencia y la diversidad, dicho elemento no es suficiente para entender el movimiento en contraposición a las luchas redistributivas. Geoffrey Pleyers (2018) brinda insumos para superar la dicotomía reconocimiento/redistribución cuando plantea que ningún movimiento social se separa de la base material de la sociedad; a pesar de que lo pretenda hacer, es inevitable.

En el caso del movimiento de diversidad sexual, también conocido como movimiento LGBTI¹, suele afirmarse que sus repertorios de lucha se conforman por las pugnas en cuanto a la cuestión identitaria; en otras palabras, la esencia del movimiento consiste en la reivindicación de la identidad de cada persona, en términos meramente individuales². Por consiguiente, la transformación buscada por este movimiento se construye desde la noción de la “diversidad personal”. Daniel Bernabé (2018) señala que la supuesta defensa del derecho a “la felicidad por ser diferente” está circunscrita a la apología de las identidades individuales, la cual está mediada por la lógica cultural del neoliberalismo: la posmodernidad. Dicha lógica se opone

1 En este artículo, se considera que la población sexualmente diversa está conformada por: lesbianas, gays, bisexuales, trans e intersex (LGBTI). Si bien existen propuestas para incluir otros grupos dentro de este acrónimo, se considera que puede recaer en una fragmentación identitaria incongruente con la discusión teórica de este texto.

2 Para problematizar las luchas identitarias desde una perspectiva de la totalidad, véase Carlos Montaña (2021).

a las totalidades y los valores universales; es escéptica frente a ideas asociadas con la verdad, la unidad y el progreso (EAGLETON, 2005), negando la historia.

Sobre este último elemento, Eduardo Grüner (2016) afirma que el pensamiento “post” elimina toda posibilidad de una lectura crítica de los conflictos que surgen a lo interno del proyecto de la modernidad; reproduciendo la idea de que el discurso moderno está comprometido homogéneamente con una sola lucha contra la dominación y la opresión. Esto condujo a que la posmodernidad se legitimara, al ser concebida como ajena al neoliberalismo. Por tanto, se volvió incuestionable y, al mismo tiempo, reforzó la concepción del movimiento LGBTI situado exclusivamente en el campo cultural, de los NMS, en donde la teoría *queer* se transformó en la única “alternativa analítica” para acercarse a dicho movimiento social, pues el punto de partida de esta teoría es congruente con las premisas de la posmodernidad.

Totalidad capitalista como punto de partida onto-epistemológico

En este abordaje se parte del marxismo, entendido como método que permite comprender los fenómenos superficiales y evidenciar las fuerzas históricas en las que encuentran origen dichos fenómenos (LÚKACS, 1979). Tomando en cuenta esta premisa, se afirma que el materialismo histórico, más allá de ser un método de investigación científica, se convierte en una acción transformadora, ya que facilita la desfetichización de los objetos cuando supera lo aparente y transita hacia la búsqueda de la esencia, es decir, la base constitutiva. Según Grüner (2012), la interpretación desde este método no se queda en el “desenmascaramiento”, al restaurar un sentido oculto cuando produce un efecto disruptivo:

Por lo tanto, el materialismo histórico de Marx es, sin dejar de serlo, algo más que una «ciencia»: es, como se ha dicho tantas veces sin que nunca se termine de asumirlo plenamente, una *guía para la acción* [...] Marx, implícitamente, va todavía más allá con su noción de *praxis*. (GRÜNER, 2012, p. 3, énfasis original del autor).

En congruencia con lo anterior, Jaime Osorio (2004) apunta que el marxismo pretende identificar y reconocer las regularidades que explican la vida social. No obstante, aclara que esas mismas regularidades son resultado de una construcción social, por tanto, son creadas por las personas al igual que las sociedades. En otras palabras, las regularidades se caracterizan por su capacidad de transformación a lo largo de la historia como resultado de la acción humana, relacionándose con la noción de dialéctica³, la cual conlleva a que las lecturas desde el marxismo partan de una visión

3 Específicamente, la dialéctica enfatiza la comprensión de los procesos, las relaciones y los sistemas organizados; en donde que las “cosas” siempre son internamente heterogéneas y, por consiguiente, con-

histórica enfocada en el devenir de los fenómenos sociales.

Aunado a lo anterior, Grüner (2016, p. 74, énfasis original del autor) señala uno de los principales insumos epistemológicos brindados por el marxismo, al señalar que justamente

[...] no se *reduce* a ser una simple teoría, sino que su propia riqueza teórica deviene de su presupuesto filosófico y práctico de que el conocimiento es inconcebible fuera de la transformación *material* de la realidad, transformación que es en última instancia la que *constituye* el propio objeto de conocimiento. Esto supone perpetuas e incansables revisiones y replanteos a la luz de los cambios sociales, históricos y culturales del mundo, replanteos que, desde luego, alcanzan también –quizá habría que decir: en primer lugar– al propio marxismo, tanto en su aspecto teórico como político.

En los replanteamientos permanentes encauzados desde el marxismo, reside su vigencia como matriz para entender la opresión enfrentada por las personas LGBTI. Esta última responde a una base material⁴ determinada por el capitalismo; sin embargo, esta base no puede ser entendida como inmutable, pues, como lo señala Grüner (2016), los cambios sociales, históricos y culturales determinan esa realidad estudiada. Por tanto, no se puede afirmar que un objeto de estudio se “agota” al momento actual; al contrario, debe seguir estudiándose con el fin de contemplar sus transformaciones, sin distanciarse del marxismo.

De igual manera, es fundamental contemplar que, cuando Marx introduce el concepto de la praxis de la historia material “[...] como criterio básico del «complejo» conocimiento transformador/transformación conocedora” (GRÜNER, 2006, p. 53), lo hace con el fin de resolver el nudo de cuestiones que residen en la simple inversión del objeto o de la relación causa-efecto reducida en la causalidad, en donde se deshistoriza y fragmenta la realidad. Por esta misma razón, la praxis en el materialismo histórico se vincula directamente con la noción de totalidad, la cual no se puede entender de forma sinonímica con el término “totalizante”, ni mucho menos con la noción del totalitarismo; este último entendido como régimen político.

En términos epistemológicos es oportuno destacar que, cuando se insiste en la noción de totalidad, se refiere a su comprensión como una unidad de partes interrelacionadas y supeditadas entre sí (GRÜNER, 2002; OSORIO, 2004). En este caso, en-

tradictorias en todo nivel (HARVEY, 2018). En el caso de la dialéctica de lo concreto, plantea que la construcción del conocimiento se lleva a cabo cuando se descompone el todo, sin perder de vista la noción de la totalidad social, en donde la teoría y la práctica se conciben intrínsecamente (KOSÍK, 1965).
4 Harry White (1993, p. 1) tenía claridad sobre esta premisa cuando expresó lo siguiente: “Sempre acreditei que era um erro avançar separadamente a palavra de ordem da emancipação dos homossexuais da classe trabalhadora a partir das condições da exploração capitalista. Creio que esta emancipação é inseparável da luta geral pela emancipação de toda a humanidade da opressão da exploração da propriedade privada”.

cauzar el análisis desde la totalidad implica entender la realidad social como una unidad que se encuentra jerarquizada, estructurada y en movimiento, en donde resulta necesario estudiar cómo esa totalidad estructura las partes y viceversa; y al mismo tiempo, cómo esas partes se estructuran entre sí. Lo anterior, facilita aprehender la opresión LGBTI como una parte que remite a una dimensión más amplia: la opresión de clase y de género en el marco de esa totalidad capitalista.

A partir de la premisa de la totalidad capitalista, profundizada desde el marxismo, se niega la existencia de “un afuera” del capitalismo; por tanto, como se mencionó, la opresión enfrentada por las personas LGBTI se circunscribe a dicha totalidad. Es pertinente resaltar que la premisa anterior no se reduce en el supuesto “proletariacentrismo”, señalado por quienes se oponen a la vigencia del pensamiento marxista; pues el proletariado tiene dos acepciones medulares. En primer lugar, refiere a aquella “clase” de personas desposeídas “[...] de todo medio de producción, y tan sólo propietarios de su fuerza de trabajo, esa *mercancía* que están obligados a vender al capitalista, a fin de producir, en consecuencia, una cuota de plusvalía para dicho capitalista” (GRÜNER, 2006, p. 115). Esta suele ser la definición más empleada.

En segundo lugar, cuando se hace referencia al proletariado, se parte de una realidad empírica compleja y cambiante que se conforma con determinaciones concretas, las cuales se articulan con variables socioeconómicas, políticas y culturales (GRÜNER, 2006). Por consiguiente, en este caso se apela al proletariado como realidad sociológica, y no exclusivamente como categoría, ya que esta acepción permite entender la formación económico-social y situar las luchas LGBTI dentro de realidades histórico-concretas. La intención no es constreñir el abordaje a la clase social, sino ampliar la perspectiva con corrientes teóricas críticas, en donde se generen diálogos que permitan aprehender la realidad estudiada.

Sumado a lo anterior, otra de las aclaraciones convenientes sobre la jerarquización de la realidad refiere a que esta premisa no apela a clasificar la opresión sufrida por la población sexualmente diversa; sino a entenderla en diferentes niveles de complejización. Por ejemplo, la violencia sufrida por las mujeres lesbianas remite a una opresión cimentada en el género y la orientación sexual; mientras que la desigualdad experimentada por los hombres homosexuales se construye a partir del incumplimiento del mandato heterosexual. Cuando se jerarquiza la realidad no se pretende luchar contra manifestaciones aisladas de la opresión; al contrario, apela a la construcción de proyectos emancipatorios de carácter colectivo.

Retomando los aportes de Fraser (2013) y Pleyers (2018), en torno al debate entre el reconocimiento y la redistribución en el marco de los movimientos sociales, desde la premisa de la totalidad se logra entender el desfase inherente en dicho debate

al fragmentar la sociedad en dos ámbitos principales: a) económico-redistributivo y b) cultural-reconocimiento, los cuales se plantean como irreconciliables y ajenos. Por esta razón, los nuevos movimientos sociales, en este caso el movimiento LGBTI, tienen la obligación de luchar por una redistribución, tanto material y económica, así como del poder, en la búsqueda de la transformación social. Para alcanzar este objetivo, se torna necesario comprender lo siguiente:

[...] adoptar o rechazar de modo incondicional la totalidad de la política de la identidad, deberíamos enfrentarnos a una nueva tarea intelectual y práctica: la de desarrollar una teoría crítica del reconocimiento, que identifique y propugne únicamente aquellas versiones de la política cultural de la diferencia que puedan combinarse de manera coherente con una política social de la igualdad. (FRASER, 2013, p. 25).

Esta misma autora es enfática cuando resalta que aquellos proyectos éticos y políticos que abogan por la justicia social deben conformarse precisamente por esas dos dimensiones: redistribución y reconocimiento. De acuerdo con Fraser (2013), únicamente articulando ambas dimensiones es cuando se logra construir un marco teórico crítico que permita aprehender las complejidades y las demandas actuales, de manera unificada. Por ejemplo, si el abordaje de este movimiento social se limita al reconocimiento en el plano simbólico, se pueden llegar a exaltar a compañías transnacionales por hacer campañas publicitarias “diversas”, a pesar de que explotan la fuerza de trabajo, incluida la de muchas personas sexualmente diversas.

Sobre este último aspecto, Bernabé (2018) señala que las contradicciones éticas y políticas surgen a partir de lecturas fragmentadas de la realidad, en donde los fenómenos sociales son leídos en clave separatista. Incluso, los movimientos sociales se conciben como antagonistas; por ejemplo, las luchas ambientales o ecológicas, que han cobrado fuerza en las últimas décadas, no se vinculan con las luchas obreras, a pesar de que ambas se expliquen desde el modo de producción capitalista. La posmodernidad se ha encargado de refuncionalizar las luchas con el fin de fragmentar. Este aspecto es profundizado más adelante. Retomando el ejemplo del movimiento ambientalista, se afirma que el problema es de carácter individual al recaer en el uso de plástico; sin sentar la responsabilidad en la industria que produce el plástico.

De la misma forma, esta separación también se da a lo interno de los grupos que conforman la población LGBTI. Un ejemplo de lo anterior es cómo la violencia enfrentada por la población trans, el cual es uno de los grupos poblacionales más oprimidos, se concibe como ajena a la opresión vivida por los hombres homosexuales. Desde esta fragmentación se pueden explicar los motivos por los cuales se reproducen las relaciones de opresión de género a lo interno del movimiento, en donde son las mujeres quienes vivencian la violencia y la opresión.

En este punto, es necesario reiterar que las opresiones remiten a diferentes niveles

de complejización; empero, al no partir de la totalidad capitalista, se conciben como resultado de procesos situados en una infinidad de elementos explicativos. A su vez, se proyectan como un *collage* de opresiones completamente disimiles entre sí; no existe una base explicativa para entender la lógica que fundamenta y reproduce estas violencias. Por tanto, cada grupo se organiza de forma aislada, pues las prioridades son derivadas de su propia realidad fragmentada, generando pugnas para imponer sus demandas ante las luchas de los otros grupos.

El debate necesario entre el marxismo y la teoría *queer*

El marxismo lucha de forma articulada contra cualquier forma de opresión y violencia, lo cual implica el análisis y la transformación de las condiciones que impiden el bienestar colectivo de los seres humanos (KIPACK, 2020). Desde los estudios marxistas, surge la tarea de generar acercamientos con aquellos cuerpos teóricos que pretenden develar la opresión sufrida por ciertos grupos poblacionales; en este caso la teoría *queer*. Lo anterior permite identificar aciertos y contradicciones, así como puntos de encuentro y divergencia, en cuanto al proceso de construcción del sujeto político de lucha, las formas en cómo se concibe la realidad, la configuración de las demandas y los repertorios de lucha, entre otros elementos neurálgicos.

La teoría *queer* surgió principalmente en los Estados Unidos, en la década de los años noventa, vinculada con los estudios de la homosexualidad y el activismo incipiente en torno a la crisis generada por la expansión mundial del virus de la inmunodeficiencia humana (VIH). De acuerdo con Carlos Fonseca y María Quintero (2009, p. 45), “[...] el verbo transitivo *queer* expresa el concepto de «desestabilizar», «perturbar», «jorobar»; por lo tanto, las prácticas *queer* se apoyan en la noción de desestabilizar normas”; la teoría *queer* cuestiona los binarismos y los esencialismos en la comprensión de la sexualidad humana: hombre/mujer, masculino/femenino, heterosexual/homosexual, así como la matriz heteronormativa.

Del mismo modo, esta teoría se enfoca en la identidad individual, específicamente, en la identidad sexual y de género, junto con la orientación sexual, pues como señala Eve Kosofsky (1998, p. 11), la sexualidad es crucial para comprender el conjunto de la sociedad:

[...] muchos de los nudos principales del pensamiento y el saber de la cultura occidental del siglo veinte están estructurados –de hecho, fracturados–, por una crisis crónica, hoy endémica, de definición de la homo/heterosexualidad [...] la comprensión de casi todos los aspectos de la cultura occidental moderna no sólo es incompleta, sino que está perjudicada en lo esencial en la medida en que no incorpora un análisis crítico de la definición moderna de la homo/heterosexualidad.

No obstante, a pesar de que la teoría *queer*⁵ se ha proyectado como un cambio paradigmático “innovador” en la comprensión de la diversidad residente en la sexualidad humana, se encuentra permeada por un conjunto de contradicciones, estudiadas en los siguientes párrafos, que conllevan a análisis fragmentados y vagos teóricamente. Desde su consolidación, esta teoría se ha presentado como la principal corriente para estudiar la diversidad sexual; incluso, en ocasiones, reafirmandose como teoría unívoca en estos análisis.

En primera instancia, una de las críticas a la teoría *queer* deriva justamente de su nombre, es decir, la conceptualización sobre lo *queer* como categoría aprehensiva de la realidad. Sobre este aspecto, Álvaro Carvajal (2020) aclara que lo *queer*, en términos conceptuales, surgió en oposición al movimiento LGBTI, al concebirse como una propuesta “radical” y “antisistema⁶” frente a un movimiento que asimilaba los valores y las prácticas heterosexuales. Sin embargo, el problema principal de dicho término es que se convirtió en un concepto difuso, en donde no existe claridad en cuanto a las poblaciones que contempla y, por tanto, los grupos por los cuales lucha. Cabe mencionar que lo *queer* se instituyó con el fin de permearlo por una concepción estrictamente política, al ser asumida por personas activistas.

Dentro de los estudios *queer*, se reitera una premisa medular: el sexo y el género se desligan de lo biológico, debido a que son una construcción social, una ideología (BUTLER, 1990; PRECIADO, 2002). Esta premisa fue desarrollada previamente dentro de diferentes corrientes feministas⁷, por ejemplo, en el feminismo existencialista propuesto por Simone de Beauvoir (2005), así como en el feminismo socialista profundizado por Flora Tristán (2022), Clara Zetkin (1976) y Alexandra Kollontai (2017). En dichas corrientes se problematiza la opresión de género constituida a partir de las relaciones desiguales entre los sexos y su proceso de construcción de los “roles de género”. Lo anterior, en función del lugar ocupado dentro de los ámbitos productivo y reproductivo, circunscritos a la lógica de acumulación capitalista.

Si bien la corriente *queer* comparte la premisa anterior con el feminismo, el nudo

5 Sus principales exponentes son: Eve Kosofsky Sedgwick (Estados Unidos, 1950-2009), Monique Wittig (Francia, 1935-2003), Teresa de Lauretis (Bolonia, 1938-), Donna Haraway (Estados Unidos, 1944-), David M. Halperin (Estados Unidos, 1952-), Judith Butler (Estados Unidos, 1956-) y Paul B. Preciado (España, 1970-).

6 Sobre este supuesto fin, Mariela Nahir (2013, p. 72) plantea que “Este afán democratizante, sin embargo, no ha tardado en mostrar su insuficiencia y han surgido voces y reclamos desde diversos flancos teóricos, que han sacado a la luz algunos problemas o dificultades que acechan incluso a los más sensibles e inclusivos estudios *queer*”.

7 Carlos Mariátegui (1924) señaló que el feminismo expresa el interés y la realidad concreta de una posición en una sociedad de clase. En otras palabras, no existe un feminismo “puro” ni tampoco neutro. Por consiguiente, las reivindicaciones feministas se sitúan a raíz de sus posicionamientos de clase, así como por elementos subjetivos.

problemático se origina debido a que su interés no es iniciar la discusión sobre cómo se configura socialmente la opresión de género; al contrario, se limita a incluir esta noción para “acercarse analíticamente” a la opresión enfrentada por las personas LGBTI. Por consiguiente, la tensión entre la teoría queer y los feminismos surge a partir de la valoración sobre la epistemología en relación con la ontología, pues, a pesar de que esta teoría parte de cuestiones y problemas concretos, al momento de enfrentarlos y superarlos, no se guía por las categorías del método marxista, sino por la formulación teórica estructuralista y postestructuralista.

Como bien apunta Arthur Furtado (2021, p. 140): “[...] o pós-estruturalismo e a teoria queer orientam os olhares e os discursos, nesse rompimento da ideia de um ser humano produto de essências naturais e universal, mostrando que é a linguagem que constrói os significados atribuídos”. Por tal motivo, la teoría queer constituyó una preparación relevante para el surgimiento del pensamiento posmoderno y la función “ideológica” que cumple esta corriente. Inevitablemente, este aspecto repercute en la organización de las luchas, al colocar lo *queer* como un movimiento individual, separado del feminismo y del movimiento LGBTI.

Seguidamente, la teoría *queer* pretende superar la clasificación del género, la identidad sexo-genérica y la orientación a partir de su categoría central: *queer*, ideada como una “propuesta antiesencialista”; no obstante, la construcción de una categoría que no desea conceptualizar es paradójica. En este artículo no se defiende la obsesión por clasificar la sexualidad humana, pues puede conllevar a una fragmentación de la realidad a través de categorías aisladas entre sí. Por tanto, sin necesidad de clasificaciones obsesivas, en el proceso de aprehensión de la realidad social, es indispensable categorizar y jerarquizar la realidad estudiada. Aunado a lo anterior, Carvajal (2020, p. 58-59, énfasis original del autor) es enfático cuando señala que

El término es ambiguo, confuso y oscuro. Existe una manera amplia de usarlo como un concepto paraguas, que intenta ser inclusivo de todas las identidades, prácticas, sexualidades, entre otros aspectos [...] incluso las nociones *queer* que pretenden desmontar los conceptos, terminan convirtiéndose en nuevas categorías como existiendo ellas mismas, que terminan normativizando las identidades y los comportamientos. Así, inevitablemente, el concepto implica ese consenso de lo construido por el lenguaje, al cual se llama realidad. Si bien tal concepto critica el sistema binario, asume que existe el sistema binario, lo cual conforma parte de la paradoja del enfoque *queer*.

En esta misma línea, la teoría *queer* plantea una crítica contra la noción de las identidades, las cuales según, Butler (1990), son inherentemente opresivas y excluyentes. Por ejemplo, esta autora señala que, al no existir ninguna característica común en las mujeres, se debe prescindir de las mujeres como categoría universalista, eliminando el sujeto político del feminismo. Lo anterior no solamente sucede en la

categoría de las mujeres, también se replica con las otras identidades: gays, lesbianas, bisexuales, trans e intersex, al ser concebidas como limitadas. Por lo que se apunta a la construcción de identidades *queer*, en donde se apela a la eliminación de “etiquetas sociales”, tales como masculino, femenino, hombre, mujer, entre otras, mediante la propuesta/imposición de esa nueva supra etiqueta.

En los movimientos sociales, la identidad, vinculada con el sentido de pertenencia, es un pilar organizativo, a través de ella se crean las propuestas éticas, orientadas en la fundamentación ontológica, y estéticas, enfocadas en las expresiones de la organización y el posicionamiento del movimiento frente a la sociedad. Por tanto, eliminar la idea de identidades compartidas conduce a la erradicación de proyectos colectivos similares a los construidos por el movimiento obrero. De acuerdo con Carvajal (2020), en el enfoque *queer* se desvanece la idea de sujeto colectivo a través de una negación sistemática de las identidades. El Sujeto descrito por Grüner (2016) desaparece, se vuelve una ilusión y una utopía desechable, dentro de una realidad discontinua y deshistorizada, la cual no logra leerse desde la totalidad.

Por su parte, Bernabé (2018, p. 53) comparte la premisa anterior cuando manifiesta que

[...] buscando una identidad más precisa se rompía con la identidad primaria con la que cabía la posibilidad de extraer proyectos de lucha grupales. Si todos somos una suma inacabable de especificidades, no puede haber un nosotros. Sin horizonte al que dirigirnos ni pasado del que aprender, sin posibilidades de afirmar lo cierto o lo falso, sin espacio para los conceptos válidos universales, sin capacidad de comunicación, sin forma de aprehender la realidad lo que encontramos es la imposibilidad de una política coherente, sobre todo si esa política va encaminada a cuestionar e incluso sustituir el sistema capitalista dominante.

Por esta razón, la teoría *queer* enfatiza lo individual como motor de lucha, su concepción sobre la libertad y la emancipación se construye a partir de cómo cada persona logra descubrir y reivindicar su propia identidad. No interesa encontrar puntos de encuentro con las demás personas para comprender las opresiones que comparten. Lo relevante es que cada quien se sienta bien consigo mismo, pues, como se ha señalado, desde lo *queer* se rompe la noción de sujeto para posicionar al individuo; este último es resultado de un conjunto de especificidades propias que explican su existencia. En otras palabras, esas particularidades se leen de manera descontextualizada y ahistórica al responder a vivencias personales y no a elementos sociohistóricos que explican la realidad de las personas sexualmente diversas.

En algunos de los abordajes previos que han intentado relacionar el análisis *queer* con el capitalismo, se reproducen errores ontológicos, éticos y epistemológicos. Uno de los autores y las autoras que ha abordado dicha relación es Gonzalo Salazar (2011), quien profundizó en torno a las políticas *queer* y el capitalismo. En primer

lugar, este autor afirma que cierta izquierda ortodoxa clasifica a la teoría *queer* como un ejercicio estrictamente cultural, manteniendo la separación entre el ámbito material y el simbólico. Cabe mencionar que en este texto se comparte el cuestionamiento respecto a separar estos dos ámbitos (redistributivo-material y reconocimiento-simbólico); no obstante, los argumentos son diferentes a los expuestos por el autor citado. Por ejemplo, Salazar (2011) llama ortodoxos a quienes sitúan los estudios queer dentro del plano cultural, sin revisar el contenido de dicha crítica, lo cual genera un sesgo epistémico. Al problematizar la división de lo material y lo simbólico, se requiere denunciar aquellos casos en que se lleva a cabo concretamente dicha división.

De igual manera, Salazar (2011), a partir de la categoría *plusvalor maquínico*, plantea que el cuerpo como máquina corporal se vincula con otras máquinas: informáticas, tecnológicas, comerciales, visuales y libidinales, con el fin de extraer la plusvalía. El autor añade que dicha extracción no solamente sucede en el espacio laboral, sino que en cualquier momento de la vida. Desde la idea anterior, se observan los intentos de distanciarse teóricamente de las categorías marxistas que explican la lógica del funcionamiento del capitalismo: mercancía, relación capital-trabajo, proletariado, plusvalía, entre otras. Esta extracción, al no darse solo en el trabajo, crea otras estructuras de segmentariedad social (étnica, clánica, religiosa, urbanística, de castas), en donde la clase deja de ser medular para explicar la opresión. Es más importante si una persona es considerada “inculta”, antes que sea un proletario explotado.

En esta misma línea, el capitalismo, al ser concebido por Salazar (2011) como un sistema semiótico, se entiende desde el significado que cada persona le brinda. Por consiguiente, fenómenos concretos, como la opresión y la explotación, quedan sujetos a las interpretaciones individuales. Desde esa idea, la opresión hacia las personas LGBTI, al semiotizarse, está abierta a significados en donde se puede negar su existencia; incluso, el capitalismo se vuelve una fuerza abstracta, cuya existencia se supedita a su reconocimiento por parte de los individuos. Por su parte, Pablo Vasco (2019) también cuestiona lo anterior cuando señala que, aunque Butler (1990) cita a Marx, ella descarta el elemento primordial en cualquier análisis que apele al materialismo histórico: el terreno concreto de la explotación y la opresión impuesto por el capitalismo. Esta autora omite el análisis de las experiencias concretas dentro del capitalismo, el cual condiciona la conciencia y las condiciones materiales de existencia de las personas.

Otra de las críticas al concepto del capitalismo desarrollado por Salazar (2011) consiste en que el autor evita describirlo como el elemento genésico de la explotación y la opresión; inclusive estas dos últimas categorías no son usadas en su texto. El capitalismo se describe como una idea, algo abstracto, que depende de la perspectiva con

la que se mira. Respecto a lo anterior, es oportuno hacer dos aclaraciones. En primer lugar, como bien señala Kipack (2020, p. 8), “La opresión hunde sus raíces en la sociedad de clases y se expresa de manera diferente en circunstancias históricas concretas”. Por tanto, concebir al capitalismo en los términos asumidos por algunos exponentes de la teoría *queer*, no permite identificar el carácter estructural de la opresión hacia las personas LGBTI; ni mucho menos construir proyectos revolucionarios en conjunto con aquellos y aquellas que viven situaciones similares.

En segundo lugar, a partir de la postura de Salazar (2011), así como los planteamientos de Marianela Tovar (2019), quien concibe el capitalismo en términos discursivos, en el mundo de las ideas, se evidencia que la teoría *queer* se sitúa en el idealismo, frente al materialismo. Kipack (2020) es clara cuando afirma que la teoría *queer* no puede ser considerada neutral, pues asume el idealismo como su premisa epistémica al afirmar que los sexos son resultado del discurso dominante, por lo que el capitalismo también forma parte de dichas representaciones abstractas. Los sexos, los géneros, las identidades, el capitalismo, la opresión y la explotación se afirman a partir de las discursividades construidas desde los sectores dominantes, por lo que sus existencias están sujetas a las conciencias individuales:

Este idealismo no es una peculiaridad de Judith Butler [...] Es un pilar fundamental de la teoría *queer*, por el cual los hombres, mujeres, pero también la orientación sexual, son construcciones culturales. Es por ello que los textos *queer* suelen escribir naturaleza, biología, sexo, hombre, mujer, etc., entrecomillas; para demostrar que los autores ya no caen en la trampa de que el mundo real existe. (KIPACK, 2020, p. 12).

Ante lo anterior, surge una interrogante central: ¿cómo transformar un sistema abstracto concebido como el resultado de la conciencia de los individuos⁸? A pesar de que Salazar (2011) cuestione la reducción de la teoría *queer* al ámbito cultural, no tiene claridad sobre la conceptualización de lo material y la redistribución, que quedarían sujetos a acciones aisladas. Por tanto, para el cambio social, se requeriría un consenso en torno al capitalismo como base que constituye las relaciones sociales concretas (de género, producción, entre otras). Al partir de esta visión idealista, se esperarí que la misma burguesía reconozca su papel respecto al carácter explotador intrínseco a la lógica capitalista, lo cual evidentemente no sucederá.

En el marco de este apartado, se torna relevante destacar algunos de los abordajes que han establecido relaciones unificadas y coherentes entre las categorías *queer* y el capitalismo. En primera instancia, se ubica el análisis de Peter Drucker (2015),

⁸ “La sumatoria de salidas individuales que propone Butler, de resignificar constantemente la identidad sexo-genérica de cada persona en una suerte de *nomadismo de género*, de hecho niega el problema de fondo: que existen clases que reproducen las relaciones económico-sociales y culturales para explotar y oprimir” (VASCO, 2019, p. 33).

quien problematiza cómo la teoría *queer*, intencionalmente o no, ha reproducido la noción de la libertad individual, la cual parece que se alcanza cuando cada persona reivindica su ser, su propia identidad. Las luchas colectivas suelen ser asociadas con el socialismo, y este último ha pasado a ser un término peyorativo que genera temor en la población por estar asociado con el “retroceso”.

Dentro de sus aportes, este autor aborda cómo el capitalismo ha interiorizado las demandas construidas desde los planteamientos *queer*, apelando a la resignificación de las identidades. Por ejemplo, las empresas han diseñado estrategias enfocadas en resaltar el valor individual de cada trabajador y trabajadora, el cual se encuentra íntimamente vinculado a su identidad. Lo “importante” es que cada persona se sienta bien con la forma en cómo se proyecta frente a la sociedad, dentro de los ambientes laborales, ya que esto se traduce en eficacia dentro de la clase trabajadora. Lamentablemente, como apunta el autor, la teoría *queer*, al ser benevolente con el capitalismo, ha conllevado que, en lugar de cuestionarlo y enfrentarlo, como se esperaría cuando se autoproclama teoría crítica, legitima su lógica.

Aunado a lo anterior, Sherry Wolf (2009) devela las contradicciones que surgen en la concepción de las luchas identitarias desde la teoría *queer*. Según esta autora, si bien es importante entender los procesos particulares de opresión que enfrentan algunos grupos poblacionales específicos; el elemento problemático de la corriente *queer* es que niega la posibilidad de identificar y construir, en términos teóricos y prácticos, una base en común que permita explicar y luchar contra la opresión, entendida como un mecanismo central dentro de la lógica del capital. Por consiguiente, las opresiones se explican de manera atomizada, negando cualquier intento de análisis desde la totalidad, al ser considerado como “homogenizador”.

Otra de las críticas desarrolladas por esta autora se relaciona con las demandas construidas desde las premisas medulares de la teoría *queer*, por ejemplo, el acceso al matrimonio entre parejas del mismo sexo. Debe aclararse que la autora no desdeña la lucha por acceder a este derecho ni a otras garantías; su crítica reside en el carácter reformista de estas luchas: “Like all reforms under capitalism, it leaves the structure of the system intact while alleviating a grievance—in this case, the denial of both material benefits and the desire to have LGBT relationships acknowledged as equal to those of heterosexuals” (WOLF, 2009, p. 199). Justamente, a raíz de que la corriente *queer* aboga por reformas, enmarcadas en el plano simbólico, el capitalismo ha reconocido algunas y, al mismo tiempo, las ha refuncionalizado dentro de su lógica de acumulación expansiva. En la teoría *queer* no hay una crítica a las bases materiales que conforman la génesis y reproducen la opresión hacia las personas LGBTI.

Del mismo modo, se encuentra el abordaje realizado por Holly Lewis (2020), qui-

en plantea que el capitalismo determina, organiza y jerarquiza las relaciones de producción, de género y de la producción de las sexualidades, debido a que este sistema requiere controlar los cuerpos con el fin de garantizar su reproducción – iniciando por la alienación de la clase trabajadora dentro de la lógica de producción capitalista, siguiendo con el control del cuerpo de las mujeres, explotando su trabajo remunerado, junto con aquellas labores domésticas no remuneradas y de cuidado, por último, imponiendo el modelo heterosexual como la única forma para relacionarse sexo-afectivamente, debido a su supuesta capacidad de procreación.

Lewis (2020) se opone a la creencia de que las identidades son inherentemente individuales, pues son producto de relaciones de poder que se concretizan en un escenario y un contexto. La autora enfatiza que son las relaciones materiales en donde se encuentra el fundamento de la opresión enfrentada por diferentes grupos poblacionales, incluida la población sexualmente diversa. Sumado a lo anterior, en dicho estudio, se problematiza el enfoque excesivo y reducido de la teoría *queer* en lo discursivo, al fragmentar a los sujetos de lucha de los movimientos sociales. Por consiguiente, se concluye que la revolución no pasa por la noción individual, sino por procesos de luchas colectivas orientados a transformar esa relación material, que representa el elemento fundacional de la violencia.

Crítica marxista frente a la fragmentación, la mercantilización y el relativismo

Desde los análisis marxistas, la cuarta fase del capitalismo es conceptualizada como su etapa tardía o, en otros términos, la globalización. Para Ernest Mandel (1979), esta etapa se encuentra marcada por la emergencia del modo de producción capitalista en América Latina. Este autor agrega que el capitalismo tardío también puede ser caracterizado por la ampliación de la capacidad productiva a través de los recursos técnicos y tecnológicos incrementados desde los proyectos globalizadores. Evidentemente, esta expansión tiene como propósito principal garantizar la reproducción y la acumulación de capital, junto con la consolidación de mercados internacionales determinados por el intercambio desigual. En relación con lo anterior, se debe recordar que Karl Marx (1980, p. 461) destacó que “[...] en las crisis del mercado mundial, estallan las contradicciones y los antagonismos de la producción burguesa”.

En algunos abordajes, la globalización es reducida a un fenómeno sociocultural, sin contemplar su dimensión económica inherente, la cual parte de la misma lógica neoliberal. Esto quiere decir que el proceso se encauza desde los centros de acumulación capitalista, conocidos como potencias mundiales. Por tal razón, los organismos financieros internacionales, tales como el Fondo Monetario Internacional

(FMI) y el Banco Mundial (BM), se convierten en actores dentro del desarrollo capitalista, al ser los encargados de dictar las normas que deben implementar los países en el ámbito económico, en donde se establecen relaciones comerciales en desigualdad de condiciones, se garantiza el flujo de capital transnacional y se promueve una “visión integracionista” de los países del mundo:

Con la globalización es más evidente la existencia de la economía mundial, que es una totalidad superior a la mera suma de las economías nacionales y de sus relaciones económicas internacionales. Se profundiza una estructura productiva y de circulación mundial de mercancías por sobre los países, comandada por las empresas transnacionales. (CAPUTO, 2020, p. 290).

A partir de su proyecto neoliberal, el capitalismo adquirió un carácter extensivo e intensivo. De acuerdo con William Robinson (2007) dicho carácter conllevó a la inexistencia de “un afuera” del capitalismo. Lo anterior, como se adelantó, contempla los repertorios de lucha, los objetivos y las demandas planteadas por los actores que conforman los movimientos sociales. Por tanto, en este punto se reitera que la concepción del movimiento de diversidad sexual vinculado con el ámbito estrictamente cultural, entendido de forma desligada del modo de producción capitalista, conlleva a la reproducción de errores aprehensivos en torno a la opresión enfrentada históricamente por la población sexualmente diversa, al replicar las estrategias del neoliberalismo que aseguran la legitimación del capitalismo.

La primera estrategia consiste en la fragmentación, en la cual, según Roberto Ayala (2016), el sujeto se reduce a un individuo con necesidades particulares, en contraposición a una perspectiva colectiva – esto como resultado de tres nociones de la visión neoliberal de la economía: apertura, desregularización y privatización. El individuo fragmentado, al percibirse en términos económicos, deja de ser sujeto de derechos sociales, insertándose en las relaciones socioeconómicas como “cliente”, conforme las estrategias mercantilizadoras que conllevan al consumo y a la acumulación de capital. En la nueva fase de despliegue del capitalismo, se fragmenta la vida cotidiana, las luchas y los movimientos sociales.

El neoliberalismo se configura en torno al surgimiento de un conjunto de contradicciones éticas y políticas, generando pugnas con el fin de hegemonizar los intereses de las clases dominantes. Para profundizar en esta idea, Grüner (2006) plantea que la posmodernidad, al negar la existencia de una totalidad, llamada por el autor como capitalismo mundializante, conlleva a que las luchas sociales se aislen entre sí, conforme se van fetichizando ideológicamente, pues reproduce la lógica mercantilizadora que fetichiza las demandas de los colectivos sociales, principalmente de aquellos considerados como parte de los NMS.

Seguidamente, el neoliberalismo, como política estatal del capitalismo, se centra ideológicamente en el “individuo” y no en el sujeto. Francisco Valverde (2014, p. 33)

señala que, dentro del neoliberalismo, “[...] el individuo solo será tomado en cuenta en tanto demuestre su utilidad en la empresa donde se desenvuelve; de no lograrlo, el sistema lo absorberá estadísticamente y usará a otro, preparado para el trabajo y bajo el ordenamiento del libre mercado”. En el marco de esta realidad, las personas se reducen a individuos que forman parte de un engranaje productivo, quienes pueden ser reemplazables; en donde el ejército industrial de reserva asegura el ciclo de producción de mercancías y acumulación de plusvalía.

Dentro de esta misma línea, Valverde (2014, p. 35) enfatiza que, en el capitalismo, a través del neoliberalismo, se requiere que quienes se encarguen de la producción sean individuos y no personas, pues la individualidad está permeada por una concepción ontológica, en la que se reducen a un carácter “[...] pasivo, dependiente, inconsciente de lo que le sucede, esperando que otros actúen por él, con la creencia de que tal es la normalidad, sin identidad”. El individuo se encuentra alienado y, a su vez, su fuerza de trabajo no le pertenece. Cabe añadir que la noción del individuo erradica la posibilidad de construcción de proyectos de emancipación en conjunto, pues cada quien se preocupa por sus intereses al no existir una identidad en términos colectivos. Como se ha desarrollado en este artículo, esta individualización neoliberal se reproduce en el marco de los propios movimientos sociales:

Si la gente podía ser feliz⁹ en su interior el cambio social se fue haciendo irrelevante para una capa de la sociedad. El individualismo había llegado pujante por donde menos se lo esperaba, no como una expresión de egoísmo, sino como una huida hacia adelante para buscar la autorrealización. (BERNABÉ, 2018, p. 41).

El autor citado señala uno de los elementos centrales para comprender socio-históricamente la fragmentación de las luchas sociales, al reiterar que el neoliberalismo utilizó la lógica de la posmodernidad como estrategia para individualizar las causas de las luchas. Agrega que la consigna “lo personal es político”, la cual surgió en el marco del movimiento feminista en la década de los setenta, ha permitido problematizar realidades que habían sido ocultadas; sin embargo, también se convirtió en una herramienta discursiva e ideológica para fortalecer las perspectivas individualizadoras (BERNABÉ, 2018).

En este escenario, la liberación colectiva toma un segundo lugar, pues se priorizan las “causas” estrictamente personales. Incluso, la emancipación se reduce a un ejercicio aislado, que debe ser alcanzado por cada persona de las formas que considere necesarias y útiles. Por consiguiente, si alguien no se percibe como una persona “libre, autónoma e independiente”, es su propia responsabilidad, afirmándose que no

⁹ “La Teoría *Queer* también plantea el derecho de todas las personas a la autodeterminación de sus propias vidas y a ser felices” (FONSECA; QUINTERO, 2009, p. 57).

ha realizado los esfuerzos suficientes para cambiar su condición. Se aborda como un tema de “cambio de conciencia individual”. Sobre esto último, Ayala (2016, p. 135) afirma que es resultado directo de

Tratar lo cultural como si fuese del todo independiente, no relativamente autónomo, de las condiciones generales de existencia, resulta epistémicamente defectuoso por romper la unidad compleja del proceso de lo real social; erigir lo ‘cultural’ en incondicionado, o factor transhistóricamente predominante, no es más que metafísica idealista. Como sea, el intento de ignorar el condicionamiento histórico general por el sustento económico-social, mediado por la praxis, como criterio teórico-metodológico, condena a incurrir en inevitables consecuencias, por la inalcanzable falta de realismo del punto de partida.

Antes de seguir, se debe reiterar un elemento central dentro de este análisis: la fragmentación y la separación de lo cultural en el modo de producción capitalista conlleva a un error analítico en el plano ontológico, al no existir claridad en torno a que las condiciones materiales de existencia son la base constitutiva de la realidad estudiada, se pierde el punto de partida. Por tal motivo, la aprehensión de los fenómenos sociales queda en lo aparente, reproduciendo la idea de que los diferentes procesos sociales, políticos, económicos y culturales están estrictamente aislados entre sí. La cultura se distancia de lo económico, así como las diferentes luchas parecen irreconciliables; resultado de la forma en cómo el capitalismo construye la cultura, con el fin de asegurar su legitimación y reproducción.

Por otra parte, como parte de las estrategias neoliberales, se ubica la mercantilización. Dentro de la teoría marxista, la mercancía se entiende desde sus dos valores: de uso y de cambio. El primero refiere a la importancia que se le brinda a un bien dentro de la sociedad, mientras que el segundo alude a su capacidad de intercambio, principalmente, en términos económicos o monetarios (SABOGAL, 2015). Vale aclarar que la clase trabajadora es la productora de las mercancías al modificar las materias primas. Es un error afirmar que el capital, representado por la burguesía, es quien genera riqueza, pues no son creadores de mercancías. Son las personas trabajadoras las encargadas de mantener el proceso de producción y circulación de la economía. Por este motivo, se pretende reprimir cualquier intento de organización sindical que recurra a la huelga como medida de presión, pues ralentiza y detiene el ciclo productivo.

Una de las causas medulares que ha provocado una tendencia a mercantilizar la vida, y todo lo que se engloba en ella, dentro del contexto actual, responde a las cuatro dimensiones de la etapa tardía del capitalismo, a saber: a) económica: posiciona este fenómeno dentro de las dinámicas de acumulación instauradas por el modo de producción capitalista; b) tecnológica: profundiza en la fetichización de la tecnología; c) político-institucional: cuestiona las formas en cómo se ha intentado naturalizar

el mercado y la desigualdad entre clases sociales; y d) cultural: aborda las nociones promovidas hacia el consumismo y, a su vez, las estrategias de los medios de comunicación para imponer dicho proceso estructural (AYALA, 2016). La interrelación de estas cuatro dimensiones ha garantizado que la mercantilización y la privatización operen de manera conjunta: todo se convierte en mercancía con el propósito de apropiarse de la plusvalía generada.

En congruencia con lo anterior, también es oportuno reiterar el planteamiento de Robinson (2007, p. 22), quien describe la expansión extensiva e intensiva del capitalismo de la siguiente forma: “[...] se extiende constantemente hacia áreas que antes estuvieron fuera del sistema de producción de bienes [...] las actividades humanas que antes estuvieron por fuera de la lógica de la producción capitalista, son llevadas a esa lógica”. Dicha idea refuerza dos elementos: a) no existe “un afuera del capitalismo”, pues, mediante su ampliación en el plano mundial, incorpora otros sectores y dinámicas productivas; y b) en este proceso, se buscan “nichos novedosos” para mercantilizarse. Bernabé (2018) añade que, en esta lógica mercantilizadora, los repertorios de lucha se fragmentan con el objetivo de crear mercancías. Justamente, a partir de esa misma fragmentación, los fenómenos sociales estructurales son reducidos en cuanto a su comprensión y, por tanto, también en la definición de estrategias para resistir y transformar su opresión inherente.

En esta misma línea, Grüner (2002) plantea un elemento central: muchas de las transformaciones dentro de los “giros” (lingüísticos, semiótico, hermenéutico, estético-cultural) no fueron contempladas por los clásicos del marxismo, debido a que emergieron en las últimas décadas, principalmente a partir de los sesenta. No obstante, lo anterior no puede convertirse en motivo para manifestar que el marxismo es una matriz teórica que debe “superarse”, con el fin de validar propuestas teóricas fragmentadoras, en donde el culturalismo, también llamado multiculturalismo por Frederic Jameson y Slavoj Žižek (1998), apela a relativismos extremos, los cuales afirman que la opresión surge desde diferentes espacios, y, por tanto, las formas de organizarse de los movimientos sociales deben ser disímiles, sin establecer agendas colectivas y articuladas. Por ejemplo, retomando el caso del movimiento ambiental, que lucha contra el cambio climático, sin tomar en cuenta cuál es el origen de dicha problemática: la producción capitalista.

Como se desarrolló en los apartados anteriores, la posmodernidad niega la existencia de razones universales, pues “todo depende según la perspectiva a través de la cual se observa”. De acuerdo con Bernabé (2018, p. 43), la posmodernidad es “[...] la aceptación del mundo fragmentario e inasible de la modernidad, que lejos de enfrentarse, se celebra con una mueca de inteligente desencanto”. Desde esta lógica

relativista, en contraposición a la modernidad, se celebran las campañas de empresas explotadoras que colocan arcoíris en sus logos, con el fin de mostrarse como amigables con la diversidad sexual. La explotación que llevan a cabo se oculta frente a los supuestos esfuerzos por alcanzar la inclusión. Sin embargo, esta realidad no se cuestiona al ser relativa; cada quien se enfoca en la visión que desee.

Lo señalado hasta este punto aporta elementos teóricos y conceptuales que permiten entender de manera crítica cómo los movimientos sociales también se conciben como parte de esos nichos de mercantilización; la cual corresponde a la tercera estrategia. En este punto, se debe insistir en que, al no existir un afuera del capitalismo, los actores, sus repertorios de lucha y demandas, siguen circunscritos a las contradicciones éticas generadas por dicha totalidad. Cabe mencionar que esas mismas contradicciones son utilizadas por las clases dominantes para fragmentar y relativizar las luchas colectivas, mercantilizándolas con el fin de garantizar la acumulación de capital, así como lograr su desarticulación desde lo ideológico.

De la misma forma, se considera que reflexionar sobre el capitalismo y su dinámica permite entender por qué las empresas privadas se han interesado en capitalizar y refuncionalizar ciertos movimientos sociales. En este caso, dichos insumos analíticos se emplean para reflexionar sobre la participación que han asumido múltiples compañías trasnacionales en las marchas de diversidad sexual realizadas en los últimos años en el contexto mundial. Sobre esta idea, Shangay Lily (2016) señala que el movimiento de diversidad sexual ha abrazado los valores neoliberales, en donde su ciudadanía es integrada por quienes tienen poder adquisitivo. Por ejemplo, España, Colombia, México, Estados Unidos y Costa Rica son solo algunos de los países en donde las marchas del orgullo son encabezadas y lideradas por las empresas. Incluso, dichas empresas, al ser trasnacionales, tienen representación en los países enlistados, junto a otros del mundo.

Seguidamente, incorporando los aportes de Silvia Federici¹⁰ (2018), se podría manifestar que el salario, concebido como elemento que jerarquiza entre quienes lo reciben y quienes no, es determinante a lo interno del movimiento LBGTI, pues quienes reciben un ingreso económico constante se incluyen en la ciudadanía relativizada de este movimiento, llamada como ciudadanía sexual por José Daniel Jiménez

10 Es importante aclarar que, si bien en este texto se retoman aportes puntuales de esta autora, también se discrepa de algunos elementos de su perspectiva teórica. Por ejemplo, la tesis de Federici (2018) en donde plantea que aprobar el salario para el doméstico garantizaría la liberación de las mujeres en el capitalismo, puede generar un resultado contrario, al perpetuar su explotación y opresión hacia el capital. Asimismo, se debe problematizar cómo el trabajo, y en este caso el salario, es una abstracción que emancipa, pero también aliena. Este último aspecto no es discutido con rigurosidad desde una perspectiva marxista en la producción académica de la autora.

(2018). Por su parte, Juan Gómez (2011) añade que se es parte del movimiento LGBTI en función de la capacidad de consumo, al convertirse en el público meta de muchas empresas “amigables de la diversidad”. Por tal motivo, se reafirma que el capitalismo produce en el marco ideológico y cultural.

Respecto a la producción cultural del capitalismo, Grüner (2006, p. 141, énfasis original del autor) señala que

[...] las apelaciones políticamente correctas del “multiculturalismo” y otros ideologemas de una supuesta coexistencia pacífica de los “particularismos” que – cuando sobre son *celebrados* como índice del triunfo de una globalización “democrática” – no hacen más que desplazar la atención de la poderosa unidad subterránea del poder global, en otra (pero aún más sutil) típica operación de *para pro toto* fetichizada.

Esa lógica de fetichización de lo “particular”, del “fragmento”, se acompaña de la arreferencialidad y la ahistoricidad (GRÜNER, 1995), en donde se incorporan las complejidades de la relación conflictiva entre la modernidad y sus múltiples Otros, sin cuestionarse un aspecto esencial: ¿cuál es la base material que conlleva a la opresión de esos otros concebidos de forma segregada? Este último aspecto atraviesa el análisis encauzado en este texto, pues se considera que no se puede estudiar el movimiento de diversidad sexual sin abordar las contradicciones emergentes en relación con el capitalismo, como elemento constitutivo de las diferentes relaciones de opresión existentes en la sociedad.

Finalmente, cobra relevancia reiterar cómo la fragmentación, la mercantilización y el relativismo de las luchas sociales, se han apropiado del movimiento LGBTI. Por tal razón, en los últimos años se ha podido observar cómo dicho movimiento se ha permeado de contradicciones, en donde se validan acciones, actores y proyectos que pierden su horizonte de lucha. Pareciera que las realidades de las personas son ajenas entre sí, nicho de mercantilización y, al mismo tiempo, se vuelve una paradoja relativa según el “cristal con el que se mira”.

Conclusiones

En primer lugar, es importante aclarar que el marxismo, al ser una teoría que permite explicar la realidad de forma unificada y jerarquizada, desde una perspectiva socio-histórica, la convierte en un marco teórico medular en el abordaje de la opresión enfrentada por las personas sexualmente diversas, debido a que la sitúa concretamente dentro de una totalidad mediada por condiciones histórico-sociales. Por consiguiente, afirmar que el marxismo no es una matriz pertinente para explicar la desigualdad experimentada por la población LGBTI, conlleva a una serie de errores analíticos

que reproducen estas formas de opresión.

En esta misma línea, cuando se parte de la premisa anterior, las manifestaciones de opresión hacia las personas LGBTI se logran situar en diferentes niveles de complejización. Es decir, se entienden desde una base que explica su génesis: la totalidad capitalista; y, su vez, se comprenden de forma jerarquizada. Cabe aclarar que dicha jerarquización no se establece por “grado de relevancia”, sino por el nivel al que remiten en dicho contexto y sus elementos estructurales. Lo anterior conlleva a una visión unificada y organizada sobre cómo opera y se reproduce la opresión en los espacios cotidianos. Además, se tiene claridad sobre cuál es la lógica a través de la cual se fundan y se constituyen esas mismas formas de opresión.

Por otra parte, es relevante destacar que la teoría *queer*, a pesar de que se propone como una propuesta alternativa y unívoca en el análisis de la diversidad sexual, se cimienta en un conjunto de ambigüedades, imprecisiones y planteamientos que conducen a análisis fragmentados, situados en el plano idealista, que se reducen a lo pseudo concreto. Los cuerpos en donde se materializa la opresión pasan a ser ideas y constructos sociales, ignorando que las realidades se encuentran mediadas por una serie de elementos concretos que remiten a esa totalidad señalada en los párrafos anteriores. Asimismo, impone una nueva supra categoría identitaria: *queer*, que pretende no categorizar, al contrario, difundir cualquier iniciativa de articulación y lucha, pues las identidades colectivas pasan a un segundo plano; la transformación pasa por esas idealizaciones corporales y se alcanza individualmente.

De igual manera, la teoría *queer* fortalece la dicotomía entre los campos de la redistribución y el reconocimiento. Como se ha señalado en este texto, dicha dicotomía fragmenta la transformación social mediante la división ontológica entre los viejos y los nuevos movimientos sociales. Justamente, desde lo *queer*, existe un interés inherente y exclusivo de diseñar estrategias individuales orientadas hacia lo simbólico, en reivindicar la identidad personal y el supuesto derecho a una felicidad aislada de las condiciones materiales de existencia. Lo relevante es que cada persona alcance su autodescubrimiento.

Seguidamente, el marxismo brinda insumos epistemológicos y ontológicos en la construcción de proyectos emancipatorios colectivos frente a las estrategias del neoliberalismo, las cuales se fortalecen con la lógica cultural posmoderna. Este cuerpo teórico, al aprehender la realidad desde la totalidad, supera la fragmentación de las luchas, la cual, como se señaló, ha sido apologizada por la teoría *queer*. Al mismo tiempo, el marxismo explica por qué las demandas y las luchas del movimiento de diversidad han sido mercantilizadas, despojándole de su contenido ético y político. Es pertinente resaltar que, con la posmodernidad, se incrementa el relativismo, en

donde los fenómenos responden a visiones particulares, se niegan las razones universales, y los repertorios de lucha dependen del cristal con el que se miren.

Por último, los abordajes sobre la diversidad sexual y la opresión hacia las personas LGBTI deben encauzarse desde el marxismo, con el fin de concretar proyectos transformadores que logren articular a los diferentes grupos poblacionales. Si se siguen replicando perspectivas individualistas, la desigualdad y la violencia seguirán siendo parte de la realidad cotidiana de la población. A partir de este fin transformador, junto con la concepción de la realidad y sus aportes a las luchas, reside la vigencia del marxismo para el análisis y la lucha.

Referencias

- AYALA, Roberto. *Marxismo y globalización capitalista*. San José, Costa Rica: Perro Azul, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. *El segundo sexo*. Madrid: Cátedra, 2005.
- BERNABÉ, Daniel. *La trampa de la diversidad*. Cómo el neoliberalismo fragmentó la identidad de la clase trabajadora. Madrid: Editorial A Fondo, 2018.
- BUTLER, Judith. *El género en disputa*. Barcelona: Paidós, 1990.
- CAPUTO, Orlando. *Marx y la economía mundial actual*. IEn: DUSSEL, Enrique (Org.). *Marx, 200 años*. Presente, pasado y futuro. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 285-300.
- CARVAJAL, Álvaro. El análisis filosófico de la categoría de diversidad sexual. In: CARVAJAL, Álvaro (Coord.). *Diversidad sexual: democracia y ciudadanía*. Alajuela: Ediciones Guayacán, 2020.
- DRUCKER, Peter. *Warped: gay normality and queer anti-capitalism*. Chicago: Haymarket Books, 2015.
- EAGLETON, Terry. *Después de la teoría*. Barcelona: Debate, 2005.
- FEDERICI, Silvia. *El patriarcado del salario*. Críticas feministas al marxismo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- FONSECA, Carlos; QUINTERO, María. La teoría queer: la de-construcción de las sexualidades periféricas. *Sociológica*, v. 24, n. 69, p. 43-60, ene./abr. 2009. Disponible en: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01732009000100003. Acceso: 16 jun. 2023.
- FRASER, Nancy. ¿Redistribución o reconocimiento? Un debate entre marxismo y feminismo. Madrid: Traficante de Sueños, 2013.
- FURTADO, Arthur. Pós-estruturalismo e teoria queer: novos discursos sobre a multiplicidade de gêneros e sexualidades. *Temática*, v. 8, n. 5, p. 128-142, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2021v17n5.59242>
- GÓMEZ, Juan. *Luchas maricas y Derechos Humanos en América Latina*. Heredia: Editorial Amo el Sur, 2011.
- GRÜNER, Eduardo. *El fin de las pequeñas historias*. De los estudios culturales al retorno (imposible) de lo trágico. Buenos Aires: EGodot, 2016.
- GRÜNER, Eduardo. Marx, historiador de la praxis. In: MARX, Karl (Comp.). *Las luchas de clases de Francia de 1848 a 1850*. Buenos Aires: Luxemburg, 2012. p. 1-18.
- GRÜNER, Eduardo. Lecturas culpables, Marx(ismos) y la praxis del conocimiento. In: BORÓN, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Comps.). *La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 105-148.
- GRÜNER, Eduardo. El fin de las pequeñas historias: de los estudios culturales al retorno (imposible) de lo trágico. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- GRÜNER, Eduardo. Foucault: una política de la interpretación. *Topos y tropos*, v. 3, n. 1, p. 1-9, mar./jun. 1995.
- HABERMAS, Jürgen. Nuevos movimientos sociales. *Telos*, v. 49, n. 1, p. 3-37, jul./dic. 1981.

HARVEY, David. La dialéctica. *Territorios*, v. 39, n. 2, p. 21-44, ago./set. 2018.

JAMESON, Frederic; ŽIŽEK, Slavoj. *Estudios culturales*. Reflexiones sobre el multiculturalismo. Buenos Aires: Paidós, 1998.

JIMÉNEZ, José Daniel. Ciudadanía sexual en Costa Rica: los actos, las identidades y las relaciones en perspectiva histórica. *Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México*, v. 4, n. 1, p. 1-31, ene./dic. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24201/eg.v4i0.152>

KIPACK, Yola. El marxismo frente a la teoría Queer. *Lucha de clases*, Madrid, 14 feb. 2020. Disponible en: <http://www.luchadeclases.org/teoria/38-en-defensa-del-marxismo/3282-el-marxismo-frente-a-la-teoria-queer.html>. Acceso: 5 ene. 2021.

KOLLONTAI, Alexandra. *El amor y la mujer nueva*. Buenos Aires: Cienflores, 2017.

KOSÍK, Karel. *Dialéctica de lo concreto*. Buenos Aires: Grijalbo, 1965.

KOSOFKY, Eve. *Epistemología del armario*. Barcelona: Ediciones de la Tempestad, 1998.

LEWIS, Holly. *La política de todes*. Feminismo, teoría queer y marxismo en la intersección. Barcelona: Bellaterra, 2020.

LILY, Shangay. *Adiós Chueca*. Memorias del gaypitalismo: la creación de la marca gay. Madrid: Foca, 2016.

LÚKACS, Georg. *Ontología do ser social: os princípios ontológicos de Marx*. São Paulo: Ciencias Humanas, 1979.

MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. Ciudad de México: ERA, 1979.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Las reivindicaciones feministas*. Lima: Amauta, 1924.

MARX, Karl. *Teorías sobre la plusvalía*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

MONTAÑO, Carlos. “Identidade” e classe social: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

NAHIR, Mariela. La teoría queer y las narrativas progresistas de identidad. *La ventana*, v. 4, n. 37, p. 70-105, ene./jul. 2013. Disponible en: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362013000100005. Acceso: 16 jun. 2023.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar*. Reproducción del capital y dependencia. Ciudad de México: Miguel Angel Porrua, 2004.

PLEYERS, Geoffrey. *Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PRECIADO, Paul. *Manifiesto contrasexual*. Barcelona: Anagrama, 2002.

ROBINSON, William. *Una teoría sobre el capitalismo global: producción, clase y Estado en un mundo transnacional*. Bogotá: Desde Abajo, 2007.

SABOGAL, Julián. El modo de producción capitalista, su actual crisis sistémica y una alternativa posible. *Sociedad y Economía*, v. 28, n. 1, p. 75-94, jul./dic. 2015. Disponible en: <http://www.scielo.org.co/pdf/soec/n28/n28a05.pdf>. Acceso: 16 jun. 2023.

SALAZAR, Gonzalo. Políticas queer y capitalismo: revoluciones moleculares en el Chile postdictatorial. *Revista Sociedad y Equidad*, v. 1, n. 1, p. 1-25, ene./dic. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5354/rse.v0i1.10611>

TOURAINÉ, Alain. Los movimientos sociales. *Revista Colombiana de Sociología*, v. 27, n. 3, p. 255-278, ene./jun. 2006. Disponible en: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/recs/article/view/7982>. Acceso: 16 jun. 2023.

TOVAR, Marianela. Discurso del capitalismo y el sujeto queer. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 24, n. 52, p. 65-79, ene./dic. 2019. Disponible en: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_vem/article/view/17204. Acceso: 16 jun. 2023.

TRISTÁN, Flora. *Feminismo y socialismo*. Madrid: Catarata, 2022.

VALVERDE, Francisco. Persona o individuo en el (neo) liberalismo: algunos fundamentos ideológicos. *Revista Pensamiento Actual*, v. 14, n. 22, p. 29-41, ene./jul. 2014. Disponible en: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/pensamiento-actual/article/view/17777>. Acceso: 16 jun. 2023.

VASCO, Pablo. *La rebelión de las disidencias*. Buenos Aires: La Montaña, 2019.

WHITE, Harry. Pode um homossexual ser um comunista? Carta a Stalin. *Istochnik*, v. 2, n. 5, p. 185-191, ene./feb. 1993.

WOLF, Sherry. *Sexuality and socialism*. History, politics, and theory of LGBT liberation. Chicago: Haymarket Books, 2009.

ZETKIN, Clara. *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*. Barcelona: Anagrama, 1976.

A crise econômica de 1929, com as transformações no capitalismo, e os desfechos da Segunda Guerra, com a respectiva vitória da União Soviética, marcaram a inflexão no sistema capitalista de Estados¹. Os resquícios da amplitude do colonialismo e os impactos da guerra em todos os quadrantes do globo, além do enfraquecimento do continente europeu, que perdeu sua proeminência de outrora, permitiram que as relações de produção capitalistas se expandissem por todo o mundo, esgarçando o tecido social das formações socioeconômicas também em América, África e Ásia. Em outras palavras, é nesse momento que o capitalismo se torna, de fato, mundializado, o que, de pronto, abre a primeira e mais estruturante fratura, o abismo entre centro e periferia². O novo contexto descortinou novos horizontes e abriu uma série de possibilidades nas relações internacionais.

Se, no centro, a perda da proeminência europeia foi compensada com um arranjo que lhe garantiu ainda uma posição metropolitana, ainda que subordinada aos Estados Unidos, bem como uma dinâmica fordista, que lhe permitiu anos de reconstrução e de crescimento econômico; na periferia, as ruínas do colonialismo europeu em meio à transição de poder no bloco capitalista e à expansão das experiências de socialismo real, abriram brechas e margens de manobra para processos de autonomia nessas regiões periféricas, os quais se manifestaram das mais variadas formas, como fomento à industrialização, modernização, descolonização, independência e revoluções socialistas. Ligando centro e periferia estava a preocupação com o desenvolvimento, ainda que com ênfases bem distintas³.

* Professor de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da UFRJ. Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFRRJ). Pós-Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP (2016). Doutor e Mestre em Economia Política Internacional pela UFRJ.

1 Enfatiza-se aqui a leitura dos processos históricos pela lente da teoria materialista do Estado de Hirsch (2010).

2 Não que os termos e a discrepância não fossem apontados anteriormente. Sim, já o eram desde os pioneiros do imperialismo. No entanto, a fissura fica evidente e se transforma em um elemento incontornável das análises internacionais, agregando novos elementos e aspectos ao debate. Para mais ver Osório (2018).

3 Basta revisitar toda a literatura que defendia o gradualismo e o etapismo dos processos de desenvolvimento no centro, como Rostow e Lewis, a deterioração dos meios de troca, como o âmago da doutrina cepalina e as explicações marxistas e suas distintas ênfases em processos econômicos e políticos.

A discrepância entre centro e periferia tornou-se incontornável não apenas pela expansão do capitalismo no mundo, mas pela relativa prosperidade que o centro gozava em relação às mazelas que assombravam as regiões marginais. O engajamento e as lutas revolucionárias foram fermentos importantes na construção de um pensamento crítico autóctone. O eurocentrismo⁴ requeria ser rompido, uma vez que havia demandas específicas das periferias que se colocavam como prementes, não sendo mais o capitalismo e seus desdobramentos exclusividade de uma região. É a partir da origem europeia que o imperialismo se torna assunto dos intelectuais das mais diversas nacionalidades nos quatro cantos do mundo.

Os temas da relação entre centro e periferia voltam também seus holofotes para questões inexoráveis, particulares da realidade periférica, como trocas desiguais, dependência, desenvolvimento e subdesenvolvimento, divisão internacional do trabalho e sistema-mundo. O imperialismo insere-se e articula-se nessa lógica desigual. A unidade de análise não é a formação social nacional e a correlação de classes, mas o sistema mundial, como um conjunto, tendo áreas geográficas distintas, e sendo partes os Estados desse todo. O imperialismo deixa de ser apontado como consequência da expansão e do desenvolvimento do capitalismo, como o era anteriormente, para ser lido também como elemento das relações de exploração dos países avançados no tocante aos atrasados.

Nas franjas sistêmicas também se produziu, e com enorme sofisticação, reflexões de vanguarda sobre os rumos do capitalismo no pós-guerra. Surge um conjunto de pensadores da periferia, atrelados à sua realidade sistêmica, que vivenciam intensamente e diretamente as sobreposições entre colonialismo e imperialismo e a chegada das relações de produção capitalistas nos territórios formalmente autônomos ou em luta pela independência, esgarçando por completo o tecido social e evidenciando as estruturas de dominação. Esse universo de intelectuais militantes constituiu-se em torno da leitura da realidade que enfatiza o desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial, logo, no imperialismo. O foco era, portanto, o imperialismo, mas não como um fenômeno externo, mas parte de sua realidade histórica e cotidiana. Em suma, diferentemente do que ocorreu no centro, em que o pensamento crítico e o marxismo foram caminhando para a diluição em alternativas da socialdemocracia e optando pelas transformações graduais; na periferia, teoria e prática revolucionária

4 Não que se afirme aqui que os autores pioneiros eram propositalmente excludentes. Por exemplo, o próprio Lênin, com mais ênfase, já denunciara a desigualdade existente. O viés europeísta foi natural daquele íterim e inerente aos limites do capitalismo à época. O adjetivo em questão aborda a inevitável centralidade do pensamento europeu sobre o imperialismo naquele momento, ainda restrito aos ciclos políticos daquele continente. Ainda assim, esse traço do imperialismo pioneiro foi alvo de críticas, como as de Amin (2021).

se mesclavam para dar radicalidade e inovação ao pensamento crítico.

Aqueles que se debruçaram sobre a questão africana vão buscar as raízes das misérias e mazelas do continente perante o globo. Não coincidentemente, ainda que em espaços cronológicos e geográficos distintos, outros importantes pensadores marxistas emergem preocupados com a situação e a transformação da África, como Kwame N’Krumah, Patrice Lumumba, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Ahmed Ben Bella, Samora Machel, Frantz Fanon e, mais adiante, Thomas Sankara, dentre outros.

É nesse contexto que Walter Rodney está imerso. Ou seja, nascido em Georgetown, na antiga Guiana Britânica, atual Guiana, em 23 de março de 1942, em meio aos escombros do colonialismo europeu pelo mundo, vindo de uma família militante, ele obteve reconhecimento pelo brilhantismo e possibilidades de estudo em renomadas instituições dentro e fora do país, como na Jamaica. Formou-se em História, tendo como objeto de estudo a história africana. Inspirou-se em outros autores afro-americanos, como C. R. L. James, de Trinidad, Frantz Fanon, da Martinica, e W. E. B. Du Bois, dos Estados Unidos, além de ter dialogado diretamente com importantes pensadores afroestadunidenses, como a própria Angela Davis, dentre outros. Passou por vários países e lecionou na Universidade de Dar Es Salaam, na Tanzânia. Na militância, constituiu um quadro importante da Aliança da População Trabalhadora (cuja sigla em inglês é WPA) em sua terra natal. Seu destaque e agitação geraram consequências, como privações, perseguições e ameaças, até culminar no atentado a bomba que levou à sua morte em junho de 1980.

Deixou o legado de comprometimento com o combate das injustiças sociais e a defesa dos trabalhadores, com um viés panafricanista e antirracista, voltado ao horizonte do socialismo. Sua ênfase em África não o impediu de estudar outros temas, ao contrário, foi o ponto de partida para uma ampla investigação de importantes questões internacionais. De inspiração marxista, Rodney escreveu livros e artigos de opinião que abordam desde assuntos locais na África e na América Caribenha, até a influência de Marx nos processos de descolonização, passando ainda pela análise da Revolução Russa. No entanto, em 1972, antes dos 30 anos de idade, ele ganhou ainda mais notoriedade com o lançamento da obra em tela, *Como a Europa subdesenvolveu a África*⁵. Ela é o ápice⁶ de uma trajetória dedicada aos estudos sobre a história, desenvolvimento e imperialismo.

Três anos depois, o livro ganha uma tradução para o português, por meio da edi-

⁵ Para os autores da introdução, Vincent Harding, Robert Hill e William Strickland, a obra teria causado o mesmo impacto que *Os condenados da Terra*, de Frantz Fanon, publicado quase uma década antes.

⁶ Como Angela Davis explicita na apresentação, a obra mudaria os rumos da área de história africana.

tora Nova Seara, em Portugal. Contudo, somente em 2022, após o reconhecimento e menção de seu legado por importantes expoentes do pensamento socialista e antirracista, é que o livro de Walter Rodney será publicado no Brasil, a partir de um cuidadoso e meticuloso trabalho da editora Boitempo, que confere à obra uma apresentação cunhada por Angela Davis, um prefácio, escrito pelo próprio autor ainda na Tanzânia, uma introdução de Vincent Harding, Robert Hill e William Strickland, e um posfácio assinado por M. Babu.

Tendo como epíteto o excerto de um discurso de Che Guevara, já denotando todo seu compromisso com a luta internacional, principalmente terceiro-mundista, Rodney inaugura sua obra com um debate sobre o conceito de desenvolvimento e o de subdesenvolvimento. Ele particulariza o conteúdo específico que ambos ganham no capitalismo, apontando-os como em uma relação dialética de exploração, ou seja, verso e averso, sendo que um ajuda a reproduzir o outro. Nesse sentido, estão intimamente ligados ao conceito de imperialismo, o qual ele delinea:

O imperialismo é, em si, uma fase do desenvolvimento capitalista em que os países capitalistas da Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão estabeleceram hegemonia política, econômica, militar e cultural sobre outras partes do mundo que estavam em um patamar mais baixo e, portanto, não podiam resistir à dominação. O imperialismo foi, na verdade, a extensão do sistema capitalista que, por muitos anos, abarcou o mundo inteiro- sendo uma parte exploradora e a outra explorada; uma parte dominada e a outra agindo como senhores supremos; uma parte adotando políticas e a outra permanecendo dependente. (RODNEY, 2022, p. 41)

Como o desenvolvimento do capitalismo está atrelado ao imperialismo, ele também reflete sobre o socialismo, que se coloca em contraposição às premissas capitalistas, manifestando-se nas franjas do e em oposição ao imperialismo.

O socialismo avançou sobre os flancos mais fracos do imperialismo – o setor que é explorado, oprimido, reduzido à dependência. Na Ásia e na Europa Oriental, liberou as energias nacionalistas dos povos colonizados; desviou o objetivo da produção do mercado financeiro em direção à satisfação das necessidades humanas; erradicou gargalos como o desemprego permanente e as crises periódicas e tem cumprido algumas promessas implícitas na democracia ocidental ou burguesa ao proporcionar a igualdade de condições econômicas que é necessária antes que se possa fazer uso da igualdade política e da igualdade perante a lei. (RODNEY, 2022, p. 41).

O socialismo, portanto, é um caminho para a superação do subdesenvolvimento, o qual carrega a exploração em sua gênese, o que é comprovado por meio de dados e números que reforçam o argumento do autor. Compreendidas as premissas prin-

cipais da obra, parte-se para, no segundo capítulo, uma releitura da história africana a partir das concepções de África e Europa antes e depois da relação colonial. Aqui ele traça um panorama histórico geral sobre a África antes da chegada dos europeus, a heterogeneidade do desenvolvimento nas mais variadas regiões e a sobreposição de modos de produção, muitos dos quais ainda estavam distantes do capitalismo. Rodney refuta a tese de que a subordinação da África à Europa é fruto de uma propensão natural à estagnação ou mesmo da superioridade europeia. Aliás, muitas das inovações europeias não se mostravam muito sofisticadas se comparadas com outras africanas. Ele debate as particularidades de alguns exemplos concretos de desenvolvimento que influenciaram ou promoveram mudanças em seu entorno, como Egito, Etiópia, Núbia, Marrocos, Sudão Oriental, Zona dos Grandes Lagos, África Oriental e Zimbábue. A dianteira europeia seria, portanto, resultado de um processo político-econômico de transformação das relações sociais concretas antes de outros continentes: “O fato de que a Europa foi a primeira parte do mundo a mover-se do feudalismo ao capitalismo deu ao continente uma vantagem sobre outras localidades em relação à compreensão científica do universo, à produção de ferramentas e à organização eficiente do trabalho” (RODNEY, 2022, p. 105).

A proeminência é refletida nas Grandes Navegações e na exploração de outros continentes. Então, se inicia a relação entre Europa e África a partir do intercâmbio e comércio de mercadorias, quando se inicia o tráfico de mão de obra cativa local, que é facilitado em função das divisões políticas internas, dadas devido à organização comunal de muitas regiões.

Costuma-se dizer, em relação ao período colonial, que divisões políticas verticais na África facilitaram a conquista. Isso é ainda mais verdadeiro em relação ao modo como a África sucumbiu ao comércio escravista. A unificação nacional foi uma consequência do feudalismo maduro e do capitalismo. As divisões políticas na Europa eram muito menores que na África, onde o modo de produção comunal significava fragmentação política, tendo a família como núcleo, e havia apenas alguns Estados que contavam com a verdadeira solidez territorial. (RODNEY, 2022, p. 106).

Ademais, a escravização de africanos vai se tornando peça central dentro da organização colonial europeia, possibilitando o acúmulo de riquezas e os avanços galgados posteriormente. Com uma clareza e firmeza impressionantes, Rodney define a questão racial na gênese e no desenvolvimento do modo de produção capitalista.

No entanto, pode-se afirmar que, sem reservas, o racismo branco que passou a permear o mundo era parte integrante do modo de produção capitalista. Não era meramente uma ques-

tão de como o indivíduo branco tratava uma pessoa negra. O racismo da Europa era um conjunto de generalizações e suposições que não tinham base científica, mas eram racionalizadas em todas as esferas, da teologia à biologia.

Às vezes, afirma-se erroneamente que os europeus escravizaram os africanos por motivos racistas. Proprietários de terras e minas europeus escravizaram pessoas africanas por motivos econômicos, de modo que o trabalho delas pudesse ser explorado. Na verdade, teria sido impossível desbravar o Novo Mundo e usá-lo como constante produtor de riqueza não fosse a mão de obra africana. Não havia alternativa: a população das Américas (indígena) havia sido praticamente eliminada, e a população da Europa era muito pequena na época para povoamentos no exterior. Então, tendo se tornado completamente dependentes do trabalho africano dentro e fora da Europa, os europeus consideraram necessário racionalizar essa exploração também em termos racistas. A opressão decorre logicamente da exploração, a fim de garanti-la. A opressão dos povos africanos a partir de bases integralmente raciais acompanhou e fortaleceu a opressão por razões econômicas, dela se tornando indistinguível. (RODNEY, 2022, p. 117).

Com o assentamento dessas bases, o autor caribenho passa a tratar mais especificamente do subdesenvolvimento africano atrelado ao desenvolvimento europeu, como ocorre nos três últimos capítulos, o quarto, o quinto e o sexto. A despeito da colonização ter durado cerca de 70 anos, se considerarmos o final do século XIX até o período de descolonização dos anos 1960, um período histórico relativamente curto, ela permitiu mudanças gigantescas e paradigmáticas no globo, mas fundamentalmente na África. Rodney resalta alguns efeitos do subdesenvolvimento: o aspecto demográfico, que ficou emperrado, ou seja, o crescimento da população africana foi simplesmente contido, se comparado com o de outros continentes; a destruição de povos e identidades locais, como os reinos de Oió e Benin; a estagnação técnica; a expatriação de excedentes, mediante a espoliação de riquezas; o esmagamento do camponês africano; a opressão da administração colonial local; e a imposição de uma ideologia de subordinação aos europeus na educação. Todas essas consequências são acompanhadas pela sua contraface no desenvolvimento europeu, ilustrando e reforçando a tese do autor.

Em suma, *Como a Europa subdesenvolveu a África* é um monumento, um libelo instigante, militante e denso em favor da liberdade dos povos do mundo que, a partir da compreensão e do conhecimento de uma história simplesmente ocultada e da realidade do continente africano, consegue desvendar o cerne do sistema internacional contemporâneo, trazendo à baila as discussões centrais de nosso tempo, como desenvolvimento (e subdesenvolvimento), imperialismo (e colonialismo) e questão racial na dinâmica do modo de produção capitalista. Viva Walter Rodney!

Referências

- AMIN, Samir. *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e relações internacionais*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2022.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Nova Seara, 1975. (Coleção de Leste a Oeste).

Ao longo de 18 capítulos, *Imperialism and the Development Myth* articula temáticas condizentes com diferentes níveis de abstração, a crítica da economia mundial ao debate sobre o imperialismo, monopólios e sua articulação com a dependência. O ponto de chegada do livro converge para uma análise crítica sobre a China – temática fundamental e, por essa razão, objeto de grande polêmica. Em função do espaço, nos concentraremos nos capítulos 2 ao 15, que debatem as categorias de imperialismo, capital monopolista e capital não-monopolista e suas aplicações para a compreensão do capitalismo atual.

Ainda assim, nos parece importante passar rapidamente pelo primeiro capítulo. Nele, o autor classifica os países do sistema mundial de uma maneira que não nos parece a mais adequada, na medida em que toma os países dependentes como países de “Terceiro Mundo”, retomando classificações características da Guerra Fria e ignorando toda uma bibliografia de autores dos países periféricos sobre a questão. Muito mais proveitoso e preciso teoricamente seria se o autor classificasse esses países como dependentes. Mais do que um capricho semântico, isso demonstra que o autor não incorporou as contribuições da *Teoria Marxista da Dependência* em sua reflexão teórica. Theotonio dos Santos (1978) já havia indicado a lacuna que as teorias clássicas do imperialismo continham ao não terem se debruçado sobre os desdobramentos do desenvolvimento capitalista mundial a partir dos países que são objeto da expansão imperialista.

Outra questão, ainda no capítulo 1, que mereceria uma discussão mais atenta, gira em torno da metodologia utilizada para classificar os países imperialistas e dependentes. King recorre ao produto interno bruto (PIB) per capita como instrumento principal. Aqui, o autor levanta um debate profícuo e importante, colocando em perspectiva, por exemplo, a entrada da China no clube dos países imperialistas ao indicar a inconsistência de se analisar apenas o PIB. No entanto, a classificação através do PIB per capita não nos parece suficiente e pode induzir ao erro. Em nossa perspectiva, esta seria no máximo uma aproximação, cujo trajeto deveria incorporar outras mediações. Vejamos.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).

Para o ano de 2022 (FMI, 2022; BM, 2022), os cinco maiores PIB per capita do mundo são: 1) Luxemburgo, 2) Singapura, 3) Irlanda, 4) Catar, e 5) Suíça. Os Estados Unidos, a maior potência imperialista, aparecem em sétimo, atrás da Noruega. Já a Alemanha aparece na 19ª posição, ao passo que Canadá, França, Reino Unido e Japão aparecem respectivamente em 24º, 26º, 28º e 30º. Nessa mesma direção, os países que compõem os BRICS estariam atrás de inúmeros países dependentes. A Rússia se encontra em 53º, a China em 77º, o Brasil em 85º, a África do Sul em 103º e Índia em 128º.

Dito isso, nos parece que o cerne da contribuição de Sam King está no debate sobre as categorias de imperialismo, capital monopolista, capital não-monopolista e *capital não-monopolista monopolista*, bem como seus desdobramentos para a compreensão do capitalismo atual.

Para chegar nesse momento da exposição, o livro dialoga criticamente com as concepções sobre o imperialismo de autores de países desenvolvidos, cujas reflexões foram escritas entre o final do século XX até a atualidade – sendo um dos pontos altos do livro. De início, King critica a deformação e abandono de Lenin por esses autores. Segundo essas leituras, a teoria do imperialismo em Lenin não teria pretensões científicas (Emmanuel, *White-Settler Colonialism and the Myth of Investment Imperialism*), consistindo na subordinação das exigências científicas pela atividade de agitação política (Arrighi, *Geometria do Imperialismo*, 1979), seria defeituosa e assentada num erro fundamental (Panitch e Gindin, *Global Capitalism and American Empire*, 2004), sendo, portanto, um panfleto (Harvey, *Uma Breve História do Neoliberalismo*, 2007).

Aproveitando os 20 anos da invasão dos Estados Unidos ao Iraque, é importante ressaltar que somente após esse fato histórico os autores marxistas começaram a recuperar a ideia de imperialismo. O trabalho mais influente desse período foi *O Novo Imperialismo*, de David Harvey, publicado justamente em 2003. O trabalho de Harvey propõe uma nova abordagem do imperialismo, a partir do conceito chave de “acumulação por despossessão”. Contudo, para Sam King, o trabalho de Harvey não conseguiria explicar a exploração do “Terceiro Mundo” ou a reprodução da dominação imperialista.

Por seu turno, a corrente que se alinha com a *Monthly Review*, sobretudo John Bellamy Foster, tem enfatizado a exploração imperialista na periferia, identificando a crescente polarização entre os países ricos e pobres a partir da transferência de valor econômico da periferia para o centro. A questão central para King, no entanto, é explicar *por qual mecanismo os países dependentes são forçados continuamente a transferir valor*. Nesse aspecto, Foster não foca sua investigação no processo de trabalho,

mas numa “arbitragem global do trabalho”, entendendo que o sistema teria deslocado a produção para regiões mundiais com menor custo de trabalho, mantendo, ao mesmo tempo, a divisão entre centro e periferia. Esse processo se daria a partir de fatores contratuais, como acordos internacionais de comércio, deslocando a explicação da teoria do valor de Marx para relações contratuais.

Segundo King, a partir de 2011, houve uma nova virada na produção marxista sobre o imperialismo em função da exploração econômica do Terceiro Mundo. Nessa linha, o autor analisa *Imperialism in the Twenty-First Century* (2016), de John Smith, que teria demonstrado empiricamente como a produção global de mercadorias causa a transferência de valor da periferia para o centro. Smith propõe que a superexploração do trabalho na periferia explicaria a transferência de valor e deveria ser incorporada na teoria do imperialismo, sendo a essência (escondida) do imperialismo. Contudo, de acordo com King, Smith não explica *como as multinacionais e os Estados imperialistas assegurariam sua proeminência na apropriação desse valor*, dado que a superexploração do trabalho na periferia estaria a cargo dos capitalistas dessa região, de sorte que não é explicada a razão pela qual esses capitalistas não conseguiriam reter o mais-valor criado em suas próprias fábricas, minas e fazendas. Assim, a superexploração do trabalho por si só não daria conta de explicar nem o intercâmbio desigual nem a reprodução da dominação imperialista.

Para King, é exatamente nesse aspecto que a teoria do imperialismo de Lenin é rejeitada pelo trabalho de Smith, pois não conseguiria explicar a atual divisão da economia mundial, na medida em que o monopólio negaria a lei do valor. Smith considera que a fonte da dominação monopólica não estaria na inovação tecnológica ou na esfera da produção, mas na área *jurídica*. Não por outra razão, o autor defende que “[...] os enormes lucros da Apple surgem das patentes tecnológicas, assim como das marcas e do varejo” (SMITH, 2016, p. 250). Ainda assim, é exatamente a dominação monopólica assegurada pelas patentes o que explicaria, para Smith, a transferência de valor.

Sam King argumenta que o principal erro teórico de Smith ocorre pelo fato de o autor seguir Arghiri Emmanuel e Samir Amin na suposição de que o imperialismo não deveria ser analisado como uma forma de competição capitalista. É em função disso que o autor afirma que “[...] o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho no período neoliberal manifesta uma evolução da relação capital-trabalho, na qual cada vez mais assume a forma de uma relação entre o capital do Norte e o trabalho do Sul” (SMITH, 2016, p. 50). Nessa análise, o capitalista do Terceiro Mundo não existiria. Para King, a terceirização, enquanto processo largamente utilizado no período neoliberal, não significa a eliminação do capitalista do Terceiro Mundo,

mas justamente sua contratação. Isso significa que o valor produzido na periferia é apropriado primeiramente pelos capitalistas dessa região, e uma parte desse valor é transferida para os capitais imperialistas via mercado, devido ao fato de as mercadorias serem vendidas abaixo de seu valor. Com efeito, o valor produzido é redistribuído através da competição intercapitalista, envolvendo capitais que produzem mercadorias distintas.

O problema seria explicar teoricamente e demonstrar como a dominação imperialista é reproduzida através do *processo de trabalho* e como isso se expressa na dominação do mercado mundial. Daí a necessidade de recuperar Lenin e desfazer alguns equívocos sobre a categoria de imperialismo.

Antes de mais nada, King discorda de autores como Anwar Shaikh, John Smith, Alex Callinicos, Panitch e Gindin entre outros que entendem que o central da teoria do imperialismo de Lenin seria a exportação de capitais. Segundo King, a exportação de capital não é o aspecto central, mas sim a categoria de monopólio. Por seu turno, o colonialismo era um fenômeno presente e importante para o imperialismo no começo do século XX. Outra coisa, no entanto, é afirmar que, para Lenin, colonialismo seria sinônimo de imperialismo.

Em seguida, o autor resgata uma extensa polêmica sobre o imperialismo como estágio superior (último) do capitalismo. A polêmica parece clara: na medida em que o imperialismo seria o estágio superior do capitalismo, não haveria espaço para sua própria metamorfose, isto é, para que seu desenvolvimento gerasse novos fenômenos e características. Sob esse prisma, Lenin teria se equivocado, já que o capitalismo continuou se metamorfoseando. Contudo, King argumenta que a ideia de “estágio superior” do capitalismo estaria presente no capítulo 27 (“O Papel do Crédito na Produção Capitalista”) do livro 3 d’*O Capital* (MARX, 2017). Ao se referir ao surgimento das sociedades por ações, Marx captou o profundo antagonismo social que socializa a produção entre os produtores e transforma os grandes proprietários de capital em verdadeiros monopólios. Nesse sentido, Lenin se referia ao estágio superior do *desenvolvimento das relações sociais de produção*.

Cabe observar, também, que capital financeiro monopolista não significa o que hoje se entende por financeirização – a primazia das finanças sobre o setor produtivo. Para Lenin (2012, p. 75), a concentração “[...] da produção; monopólios resultantes dela; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo deste conceito”. De acordo com King, resgatar essa definição permitiria entender o capital financeiro no século XXI.

Para diversos autores, o monopólio em Lenin apontaria para a suspensão da competição capitalista. No entanto, o monopólio significa apenas a superação da “livre

concorrência”, levando a competição capitalista a outro estágio, intensificando-a. Em outras palavras, seria uma nova forma de competição, que manteria “[...] o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida” (LENIN, 2012, p. 48). Dessa forma, o imperialismo não negaria essa característica fundamental do capitalismo, mas a reporia em uma forma mais avançada. Com efeito, a monopolização bem-sucedida da pesquisa e desenvolvimento (P&D) que desenvolve o processo de trabalho, “[...] garante, por definição, uma renovação do monopólio sobre técnicas produtivas avançadas e, deste modo, [...] sobre o processo de trabalho como um todo” (KING, 2021, p. 127).

Em relação aos capitais não-monopolistas, é importante reforçar que esses também competem no terreno da livre concorrência. Afinal, “[...] os monopólios, decorrentes da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos” (LENIN, 2012, p. 123-124). Nesse sentido, King distingue três formas de competição capitalista: i) entre os monopólios; ii) entre os capitais não-monopolistas; iii) e entre os capitais monopolistas e capitais não-monopolistas. O “‘revolucionamento’ monopolista dos meios de produção não poderia levar a um aumento *geral* nos lucros para o setor monopolista, a não ser que este coexista com o capital não-monopolista, de quem se pode extrair mais-valor extraordinário” (KING, 2021, p. 128). Assim, na “[...] medida em que pode monopolizar as formas mais avançadas do trabalho necessário, ele [capital monopolista] pode se apropriar parasitariamente do valor de outras partes do processo de trabalho” (KING, 2021, p. 131). Eis a relação econômica que o imperialismo manteria com os países dependentes.

Segundo King, isso se expressaria “[...] na diferença entre a taxa média de lucro do monopólio e a taxa média de lucro [do capital] não-monopolista” (KING, 2021, p. 139), estando de acordo com o que Marx indicou sobre aqueles capitais individuais que detêm produtividade de trabalho superior aos seus concorrentes no mesmo ramo industrial, cuja consequência seria um lucro acima da média. Essa lógica também se estende entre diferentes ramos. “Isto é a teoria marxista do trabalho da troca desigual” (KING, 2021, p. 140).

Para o autor, o traço mais importante da sustentação econômica do imperialismo no período neoliberal é, exatamente, o monopólio sobre o processo de trabalho. Nesse período, a tendência geral consistiu em proteger política e economicamente os processos de trabalho mais sensíveis, deslocando para o exterior e terceirizando os processos de trabalho mais básicos. Isso expandiu o alcance do mercado como mecanismo regulador na distribuição do valor, permitindo um grau maior de transferência de valor. Por seu turno, a tecnologia contemporânea permitiu a separação

geográfica de processos de trabalho sofisticados. Esse processo significaria a divisão ampliada entre o trabalho simples e o trabalho complexo.

Em relação aos capitais não-monopolistas oriundos dos países dependentes, King observa que, devido à posição ocupada na divisão internacional do trabalho, há uma tendência de queda de preços das mercadorias, de sorte que os progressos técnicos alcançados por esses capitais pressionariam os preços de suas mercadorias para baixo. Assim, a maior massa de mais-valor em função do aumento de produtividade acaba sendo apropriada pelas corporações multinacionais e sociedades imperialistas através da fixação de preços pelos monopólios. “Esta perda de mais-valor força-os a reproduzirem-se anemicamente, incapazes de realizarem plenamente sua auto expansão” (KING, 2021, p. 168).

Outro efeito da divisão internacional do trabalho consiste na intensificação competitiva entre os capitais não-monopolistas. Para King, a intensa competição baseada no *desconto* seria o modelo de negócio predominante dos capitais dependentes. Nesse sentido, fica claro como o autor não incorpora a categoria de superexploração da força de trabalho. Quando se trata dos monopólios, King cobra dos autores citados o deslocamento do olhar para *esfera da produção*; contudo, o autor comete o mesmo erro ao tratar dos países dependentes. Eis uma grande lacuna em sua análise.

De toda forma, a competição entre esses capitais segue a lógica da competição capitalista em geral, a saber, a concentração e centralização dos capitais. Isto resultaria na formação do que Sam King denomina como *monopólios não-monopólicos*. Aqui, o autor cita a contribuição de Ruy Mauro Marini sobre o *subimperialismo*, fenômeno no qual alguns capitais dependentes alcançam o estágio do monopólio, ainda que de maneira dependente e subordinada.

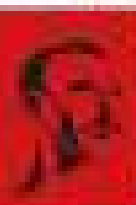
Indo adiante, o autor entende que conforme indústrias e fábricas se espalham pelo mundo, se dissemina a ideia de que estaria ocorrendo uma industrialização e desenvolvimento nos países onde elas se encontram. Na contramão das leituras burguesas, reformistas e marxistas que vão nessa direção, King observa que a generalização do processo industrial muda o sentido da industrialização no período atual. A incorporação de certos aspectos da indústria nas economias dependentes não significaria necessariamente desenvolvimento ou uma posição mais privilegiada na divisão internacional do trabalho, ao passo que a especialização em certos aspectos industriais e o abandono de outros – conforme ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos – não significaria desindustrialização. Pois, “[...] a não ser que definamos industrialização como a produção de bens utilizando trabalho manual abundante e não, conforme Marx, como a substituição de trabalho manual por máquinas, então os Estados Unidos claramente não se desindustrializaram até os anos 2000” (KING, 2021, p. 194).

O outro lado da moeda seria o ritmo frenético do avanço técnico, de modo que a superioridade técnica representa uma base instável de dominação imperialista de longo prazo, exigindo uma constante inovação tecnológica através da organização sistemática de P&D.

De modo geral, avaliamos que o livro do autor australiano Sam King consiste em uma grata contribuição para o avanço dos estudos marxistas no campo da economia política (e, mais precisamente, de sua crítica). Cabe, aqui, o registro de que a amplitude temática consiste, ao mesmo tempo, em uma grande virtude do livro e em uma limitação, na medida em que condensa temas que exigem cuidado e rigor, de modo que poderiam ser explorados separadamente em diversos livros.

Referências

- DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. México, D.F.: Ediciones Era, 1978.
- KING, Sam. *Imperialism and the development myth: how rich countries dominate in the twenty-first century*. Manchester: Manchester University Press, 2021
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro III: o processo global de produção capitalista.
- SMITH, John. *Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.



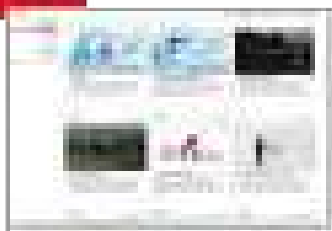
PORTAL GRABOIS

O Portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de conteúdo gratuito e de fácil acesso, pensados para ampliar e proporcionar o debate sobre as diferentes e novas do movimento e do conhecimento da luta das Comunidades e das organizações da base.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre *O Capital*, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.



CDM

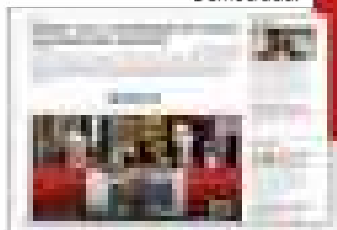
O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.

LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais variadas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.



**DOSSIÊ 90 ANOS DE RUY MAURO MARINI,
50 ANOS DE DIALÉCTICA DE LA DEPENDÊNCIA (PARTE I)**

CLÁSSICOS

Mais-valia extraordinária e acumulação de capital – Ruy Mauro Marini

ARTIGOS

**Sobre Dialética da dependência, O capital e o
impulso imperialista do capitalismo – Andy Higginbotton**

**Globalização capitalista e superexploração destrutiva: notas críticas sobre
“Processos e tendências da globalização capitalista” de Ruy Mauro Marini – Giovanni Alves**

**Ruy Mauro Marini e a categoria da superexploração do trabalho na América Latina:
essência e historicidade – Willian Lepinski, Iuri Michelan Barcat e Geraldo Augusto Pinto**

**Renda da terra e dependência em Carrera: análise crítica e elementos
para a formulação de uma visão alternativa – Patrick Galba de Paula**

**Cambios y tendencias del capitalismo dependiente latinoamericano
en la fase neoimperialista – Georgette Ramirez Kuri, Thays K S Fidelis, Ayelén Branca**

**Dependência estrutural e reprimarização da América Latina:
aportes de Ruy Mauro Marini – Rubens Rogerio Sawaya**

Ruy Mauro Marini y el neodesarrollismo en Brasil (2003-2016) – Dario Clemente

**90 anos de Ruy Mauro Marini: entrelaços da superexploração
e as relações raciais no Brasil – Gustavo Fagundes**

HOMENAGENS

**Ruy Mauro, intelectual revolucionário – Emir Sader
Ruy Mauro Marini y los estudios latinoamericanos – Mária Millan**

ARTIGOS INDEPENDENTES

**De la crisis ambiental a la civilizatoria: Debates entre
ecología política y violencia simbólica en apuestas por la sostenibilidad de la vida
– Anisley Morejon Morejon, Rosabel Sotolongo e Olivia Norton**

**La vigencia del marxismo en el analisis
de la diversidad sexual – Keylor Robles**

RESENHAS

**Como a Europa subdesenvolveu a África,
de Walter Rodney – Luis Felipe Osório**

**Imperialism and the development myth: how rich countries
dominate in the twenty-first century, de Sam King – Fábio Maldonado**